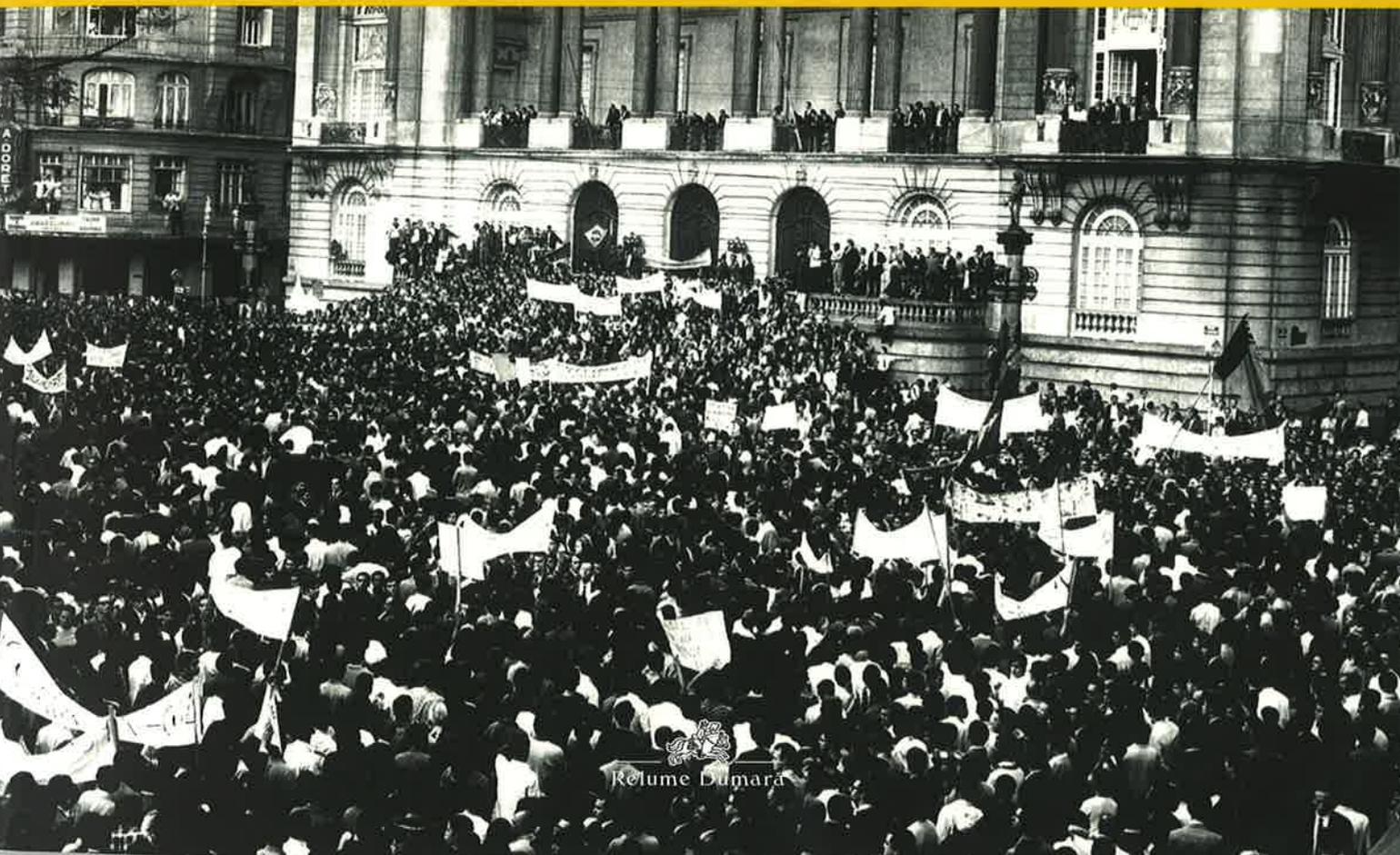


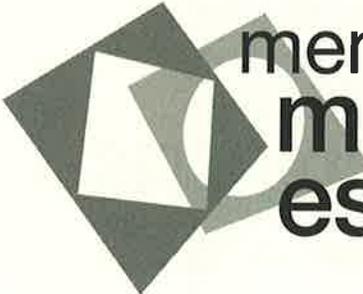
MEMÓRIAS ESTUDANTIS

DA FUNDAÇÃO DA UNE AOS NOSSOS DIAS
MARIA PAULA ARAUJO





MEMÓRIAS ESTUDANTIS



memória do
**movimento
estudantil**

PATROCÍNIO:



PARCERIA:



Ministério da
Cultura



POVO - NO PODER
BATAO.O.O.Loa
IMPERIALIS

MEMÓRIAS ESTUDANTIS

DA FUNDAÇÃO DA UNE AOS NOSSOS DIAS
MARIA PAULA ARAUJO

PATROCÍNIO **PETROBRAS**

Presidente **JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO**
Gerente Executivo da Comunicação Institucional **WILSON SANTAROSA**
Gerente de Patrocínios **ELIANE COSTA**

PARCERIA **UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES**

Presidente **GUSTAVO PETTA** (2003 / 2007), **LÚCIA STUMPF** (2007 / 2009)
Vice-Presidente **LOUISE CAROLINE** (2005 / 2007), **TALES DE CASTRO** (2007 / 2009)
Secretário-Geral **PEDRO CAMPOS** (2005 / 2007), **UBIRATAN CASSANO** (2007 / 2009)

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO

Presidente **JOSÉ ROBERTO MARINHO**
Secretário-Geral **HUGO BARRETO**
Superintendente Executivo **NELSON SAVIOLI**
Gerente-Geral de Patrimônio e Meio Ambiente **LUCIA BASTO**
Gerente de Desenvolvimento Institucional **RICARDO PIQUET**

MUSEU DA REPÚBLICA

Diretor **RICARDO VIEIRALVES** (2003 / MARÇO DE 2007)
Diretora **MAGALI CABRAL** (A PARTIR DE MARÇO DE 2007)

REDE GLOBO

CGCOM (CENTRAL GLOBO DE COMUNICAÇÃO) TV Globo

FICHA TÉCNICA
PROJETO MEMÓRIA DO
MOVIMENTO ESTUDANTIL

Coordenação Geral – Fundação Roberto Marinho **MARIÂNGELA CASTRO**
Coordenação Técnica **CARLA SIQUEIRA, ANGÉLICA MULLER e ANA PAULA GOULART**
Consultoria **SILVIA FINGERUT e CAIO TÚLIO COSTA**
Pesquisa **CAROLINA TANNURE, TATIANA REZENDE, THYAGO MATHIAS, ITAMAR JÚNIOR, TATIANA DI SABBATO, JULIANA FRANKLIN, CLÍCEA MARIA MIRANDA, DANIELLE SOUZA**

PUBLICAÇÃO

Texto **MARIA PAULA ARAUJO**
Assistente **DIANA SOBREIRA BARROS**
Projeto Gráfico **LABORATÓRIO SECRETO**
Direção de Arte e Design **MARCELO MARTINEZ**
Designer Assistente **JOÃO FERRAZ**
Assistente de Arte **MARIANA CARVALHO**
Pesquisa Iconográfica **PLURAL COMUNICAÇÃO, MEMÓRIA E CULTURA**
CARLA SIQUEIRA e ILEANA PRADILLA
Assistente de Pesquisa Iconográfica **JANAÍNA SANTOS**
Revisão **ELVIRA SERAPICOS e ARGEMIRO DE FIGUEIREDO**
Produção Editorial **PAULO CÉSAR VEIGA**
Reproduções Fotográficas **LUCIANO BOGADO**

AGRADECIMENTOS

AGÊNCIA ESTADO, AGÊNCIA JB, AGÊNCIA O GLOBO, ARQUIVO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO, ARQUIVO NACIONAL, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA, CPDOC / FGV, COMPANHIA DA MEMÓRIA, FELIPE MAIA, FOLHA PRESS, IRUN SANT'ANNA, PAULA FABIANA, SILVIO TENDLER

1ª REIMPRESSÃO

Copyright © Maria Paula Araujo 2007

Direitos cedidos para esta edição à
EDIOURO PUBLICAÇÕES S.A.

Rua Nova Jerusalém, 345 – Bonsucesso
CEP 21042-230 – Rio de Janeiro, RJ
TEL. (21)3882 8200 | FAX (21)3882 8213
livros@ediouro.com.br | www.ediouro.com.br

Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida na totalidade ou em partes, nem apropriada ou estocada em banco de dados ou arquivos recuperáveis, nem transmitida por qualquer meio ou forma, seja eletrônico, químico ou mecânico sem a permissão por escrito do editor.

A RELUME DUMARÁ É UMA EMPRESA EDITOURO PUBLICAÇÕES.

CIP BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE.
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS. RJ
A687m

Araujo, Maria Paula Nascimento
Memórias estudantis, 1937-2007 : da fundação da UNE aos nossos dias /
Maria Paula Nascimento Araujo. - Rio de Janeiro : Relume Dumará : Fundação
Roberto Marinho, 2007.
il.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7316-476-3

1. União Nacional dos Estudantes (Brasil). 2. Movimentos estudantis -
Brasil - História. 3. Estudantes - Brasil - Atividades políticas. I.
Título.

07-2673.

CDD: 371.830981
CDU: 323.2-057.87

11.07.07 13.07.07
002689

< PÁGINA 3: Pichações contra a ditadura. (ACERVO CORRETO DA MANHÃ/ ARQUIVO NACIONAL)

> NA PÁGINA AO LADO: Luís Travassos é preso no Congresso de Ibiúna. (ACERVO ICONOGRAPHIA)

Dedico este livro aos amigos que comigo participaram do Movimento Estudantil na segunda metade dos anos 70, em especial a turma do "Grupo dos 9", com quem aprendi a pensar politicamente: Cunca, Ricardão, Carlos, Rodrigo, Jorge Ricardo, Adriana, James e Mariano.

E aos meus alunos do curso de História da UFRJ, militantes do CAMMA (Centro Acadêmico Manuel Maurício de Albuquerque), novas versões de um mesmo sentimento: Fanta, Diana, Luis Felipe, Leticia.





< ACIMA: Flâmula da campanha "O petróleo é nosso". (ACERVO MME/ DOAÇÃO TEREZINHA VAL)

A PETROBRAS E A MEMÓRIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

A UNE – União Nacional dos Estudantes – faz setenta anos. Nada mais justo, então, que celebrar a data dando continuidade ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, agora com o lançamento de um livro escrito pela historiadora Maria Paula Araujo e dois filmes realizados por um dos mais conhecidos e prestigiados documentaristas brasileiros, Silvio Tendler.

A importância da UNE não se restringe, nem de longe, à vida estudantil em nosso país. Ao contrário: sua trajetória, ao longo dessas décadas todas, teve peso específico em momentos cruciais da vida política e cultural do Brasil. Basta recordar, aliás, a intensa participação da UNE no movimento popular que foi determinante para a criação da Petrobras.

Duramente reprimida – e afinal banida e posta na clandestinidade – durante a ditadura militar instalada no país em 1964, mesmo naquele período especialmente sombrio a UNE não deixou de atuar. Portanto, sua memória se entrelaça com a memória do país.

A Petrobras apóia esse projeto. Maior empresa brasileira e maior patrocinadora das artes e da cultura em nosso país, a Petrobras é testemunha direta – e beneficiada – da importância e da capacidade de mobilização do movimento estudantil brasileiro.

Nossa meta é o futuro, nosso compromisso principal é contribuir para o desenvolvimento do Brasil. É o que fazemos dia a dia desde a nossa criação, há pouco mais de meio século.

Apoiar o resgate, a preservação e a difusão da memória do movimento estudantil é uma forma de participar de um esforço cujo objetivo principal é impedir que essa história caia no esquecimento.

Portanto, uma forma de contribuir para o desenvolvimento do país: é sabendo como foi o passado que nos fortalecemos no presente, para melhor preparados alcançarmos o futuro.



LIBERDADE PELA LIBERDADE

POVO DIZ QUANTO

DE ENSINO E CONTRA A

MAIS VERBA PARA EDUCACAO

CONTRA

LIBERDADE

CONTRA A REPR

ECONOMIA

SOLIDARIO COM A GREVE

CONTINUA

LIBERDADE PELA UNIVERSIDADE

CONTRA A REPR

NÃO DE GRUPOS

LIBERDADE UNIVERSIDADE FORA REPR

LIBERDADE UNIVERSIDADE FORA REPR

LIBERDADE UNIVERSIDADE FORA REPR

LIBERDADE UNIVERSIDADE FORA REPR

MEMÓRIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

A Fundação Roberto Marinho, a União Nacional dos Estudantes (UNE), o Museu da República e a Rede Globo, com o patrocínio da Petrobras, criaram no ano de 2004 o projeto Memória do Movimento Estudantil, cujo objetivo é resgatar e preservar a história da participação política dos jovens no Brasil. Para isso, foi realizada uma ampla pesquisa, além da montagem de um acervo de documentos históricos por intermédio de doações e de um banco de depoimentos, gravados em vídeo.

Com o intuito de contribuir para a conscientização dos jovens acerca da importância de sua ação política, o projeto Memória do Movimento Estudantil criou formas de tornar seus resultados acessíveis a todos. Nesse sentido, foi produzido um site (www.mme.org.br) e uma exposição itinerante pelas universidades.

Os depoimentos surgem agora nesse livro. Eles mostram como o movimento estudantil é plural, na diversidade de seus atores e respectivas posições políticas. Fato que reforça a importância de se resgatar essa trajetória. Registrar as lembranças de ex-militantes significou salvar do esquecimento personagens, fatos e versões. Trazê-las a público significa revelar como a atuação política dos estudantes tornou-se um vetor fundamental na busca de uma sociedade mais democrática e socialmente justa.

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO

APRESENTAÇÃO ₋₁₄

CAPÍTULO I – A FUNDAÇÃO DA UNE ₋₂₀

HISTÓRIA(S) E MEMÓRIA(S) ₋₂₁

OS DOIS CONGRESSOS DE FUNDAÇÃO DA UNE ₋₂₃

CAPÍTULO II – A UNE E O ESTADO NOVO (1937-1945) ₋₃₀

DA REVOLUÇÃO DE 30 AO GOLPE DE 1937 ₋₃₁

COMPREENDENDO O ESTADO NOVO ₋₃₃

A UNE E O ESTADO NOVO: AMBIGÜIDADES E CONTRADIÇÕES ₋₃₅

O CLUBE GERMÂNIA SE TORNA SEDE DA UNE ₋₃₇

JACOB GORENDER: UM ESTUDANTE BRASILEIRO NO FRONT ₋₄₁

A PRISÃO ₋₄₂

A EXPERIÊNCIA NO FRONT ₋₄₂

A UNE X JUVENTUDE BRASILEIRA ₋₄₆

O FIM DO ESTADO NOVO ₋₄₇

INFLUÊNCIAS INTELECTUAIS E ARTÍSTICAS DO PERÍODO ₋₅₁

BREVE PANORAMA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL – I: PANORAMA GERAL DO
ENSINO UNIVERSITÁRIO NO BRASIL ENTRE 1930 E 1950 ₋₅₆

CAPÍTULO III – O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA DEMOCRACIA (1945-1964) ₋₅₈

A REPÚBLICA DE 1945 A 1964 ₋₅₉

“O PETRÓLEO É NOSSO!” ₋₆₃

A PRESENÇA DOS SECUNDARISTAS NO MOVIMENTO ESTUDANTIL NACIONAL ₋₆₈

UNES OU UBES? ₋₆₈

UNES X UBES ₋₆₈

AS MULHERES NA UNE ₋₇₄

A FASE “LIBERAL” DA UNE ₋₇₈

O SUICÍDIO DE VARGAS	81
JUSCELINO KUBITSCHKEK: "50 ANOS EM 5"	84
A UNE NO GOVERNO JK	85
ANOS 50: ANOS DE BOSSA NOVA	88
OS ANOS 60	90
NOVAS FORÇAS NA UNE: JUC E AP	96
NOVAS ESQUERDAS NO CENÁRIO POLÍTICO	99
A LUTA PELA REFORMA UNIVERSITÁRIA	102
ARTE & POLÍTICA: OS ESTUDANTES CRIANDO CULTURA	106
O CENTRO POPULAR DE CULTURA	106
O CPC E O CINEMA: TRIBUTOS A LEON HIRSZMAN	118
O(S) FILME(S) DA UNE	119
REFERÊNCIAS CULTURAIS, TEÓRICAS E POLÍTICAS DOS ANOS 1950 E 1960	125
BREVE PANORAMA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL – II: PANORAMA GERAL DO ENSINO UNIVERSITÁRIO NO BRASIL ENTRE 1960 E 1970	130

CAPÍTULO IV – O MOVIMENTO ESTUDANTIL DURANTE A DITADURA MILITAR (1964-1985)

PARTE 1

O GOLPE MILITAR DE 1964 – HISTÓRIA, MEMÓRIA E HISTORIOGRAFIA	133
O GOLPE	137
COMÍCIO DA CENTRAL DO BRASIL	141
JOSÉ SERRA: A ÚLTIMA GESTÃO DA UNE ANTES DO GOLPE	145
O INCÊNDIO DA UNE	150
DISPERSÃO, EXÍLIO E CLANDESTINIDADE	154

PARTE 2

A UNE "SEMICLANDESTINA" (1964-1968)	155
O SHOW OPINIÃO	156
A ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL NOS PRIMEIROS ANOS DA DITADURA MILITAR	157

A LUTA CONTRA O ACORDO MEC-USAID_158
"1968: O ANO QUE NÃO TERMINOU"_161
1968: REBELIÃO ESTUDANTIL MUNDIAL_162
1968 NO BRASIL_167
A PASSEATA DOS CEM MIL_179
INVASÃO DA "MARIA ANTÔNIA"_180
*BARRA 68: A INVASÃO DO CAMPUS DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA*_182
O CONGRESSO DE IBIÚNA_185
VIDA AMOROSA, QUESTIONAMENTOS E PRECONCEITOS_187
SEXO, AMOR E FEMINISMO_188

PARTE 3

OS ANOS DE CHUMBO (1969-1973)_189
ESTUDANTES EM ARMAS_191
O SEQÜESTRO DO EMBAIXADOR AMERICANO_196
A UNE PÓS-IBIÚNA (E FORA DA LUTA ARMADA)_199
HOMENAGEM A HONESTINO GUIMARÃES_203
OS SECUNDARISTAS NA LUTA CONTRA A DITADURA_205
REFERÊNCIAS TEÓRICAS, ARTÍSTICAS E CULTURAIS
QUE MARCARAM O FINAL DOS ANOS 60 E INFLUENCIARAM
OS MILITANTES DE ESQUERDA NO BRASIL_206

PARTE 4

1974: UMA NOVA CONJUNTURA E UMA NOVA TÁTICA_209
A RETOMADA DAS LUTAS ESTUDANTIS_217
ESTUDANTES DE NOVO NAS RUAS_218
TRÊS VEZES III ENE_223
SOPRAM OS VENTOS DA REDEMOCRATIZAÇÃO. A CAMPANHA PELA ANISTIA_226
O SURGIMENTO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES_228
A RECONSTRUÇÃO DA UNE_229

A DEMOLIÇÃO DO PRÉDIO DA UNE_234
A UNE INTERNACIONALISTA_237
A UNE FEMINISTA_240
DIRETAS JÁ!_241
O FIM DA DITADURA MILITAR_245
REFERÊNCIAS TEÓRICAS E CULTURAIS IMPORTANTES DOS ANOS 70_246
BREVE PANORAMA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL – III: PANORAMA DO ENSINO
UNIVERSITÁRIO NOS ÚLTIMOS 20 ANOS_247

CAPÍTULO V – A UNE NOS TEMPOS ATUAIS (PÓS-1985)

A LEGALIZAÇÃO DA UNE_250
CORRENTES POLÍTICAS, TENDÊNCIAS E PROPORCIONALIDADE_253
OS “CARAS-PINTADAS”_256
A “NOVA CARA” DA UNE NÃO FOI UMA – MAS MUITAS “CARAS PINTADAS”_257
A PRESENÇA DOS GRUPOS TROTSKISTAS NO MOVIMENTO ESTUDANTIL_265
A UNE EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO_267
FIDEL CASTRO NO CONGRESSO DA UNE_272
A PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES NO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL_274
A UNE NO GOVERNO LULA_275
DISPUTAS POLÍTICAS NA UNE ATUAL_279
A UNE NOS MOVIMENTOS SOCIAIS_283
AS BIENAS DE CULTURA_285
A RETOMADA DO LOCAL HISTÓRICO_287

PEQUENA CRONOLOGIA DA HISTÓRIA DA UNE

BIBLIOGRAFIA

APRESENTAÇÃO

Ao longo da história os estudantes têm tido, em diferentes sociedades e em diferentes épocas, papel político relevante. Não é possível pensar nenhum tipo de insurreição, de resistência, de confronto político sem eles. Às vezes mais pacíficos, às vezes nem tanto, outras vezes de uma combatividade ostensiva. Às vezes empunhando faixas, cartazes e gritando palavras de ordem. Outras vezes atirando pedras e coquetéis molotov, erguendo barricadas, arrancando paralelepípedos das ruas e enfrentando as forças policiais. Organizados de diversas maneiras: em entidades estudantis, associações de caráter ideológico, organizações políticas clandestinas. De todo jeito, é impossível pensar cenários políticos de ruptura e transição sem a presença e a atuação estudantis.

No século XIX, os jovens estudantes que lutavam pela unificação alemã organizavam-se em sociedades secretas, com suas flâmulas, códigos e hinos próprios. Na Rússia czarista estudantes integravam os *narodniks*, grupos anarquistas que realizavam atentados contra a família real e contra as altas autoridades russas. O irmão de Lenin participou de um atentado que matou um czar, foi preso e executado. O jovem Vladimir Ilitch, na época também um estudante de direito, foi profundamente marcado por esse episódio.

Em maio de 1968 os estudantes franceses iniciaram uma mobilização que se alastrou pela Europa e pelo mundo, alçando o movimento estudantil à condição de importante protagonista político do século XX. "A imaginação no poder" e "é proibido proibir" foram palavras de ordem do Maio de 68 francês que mostravam a insatisfação dos jovens com a política e seu desejo de mudar o mundo e a racionalidade ocidental padronizada pela moral e pelos bons costumes. Nos Estados Unidos, entre os anos 1960 e 1970, os universitários iniciaram em Berkeley um vigoroso movimento contra a guerra do Vietnã, ao mesmo tempo que propunham um novo estilo de vida baseado na paz e no amor (*make love not war*). E, na América Latina, nesse mesmo período, as universidades produziram levas de guerrilheiros – jovens universitários, alguns secundaristas – que abandonavam os bancos escolares para pegar em armas e lutar contra as ditaduras militares. Muitos deles jamais voltaram.



Nos países comunistas do Leste Europeu foram também os estudantes que, em muitos casos, iniciaram levantes populares: a Primavera de Praga, em 1968, é um marco. Mas também na Hungria e na Polônia. Já na década de 1980 o movimento Solidariedade, na Polônia, teve de imediato a adesão de estudantes universitários e secundaristas (muitas vezes com o apoio de seus professores) na denúncia contra o autoritarismo soviético.

Na China, a atuação dos estudantes também foi marcante. Uma imagem que correu o mundo mostra um jovem parado na frente de um tanque de guerra, na Praça da Paz Celestial, em protesto contra as autoridades chinesas. Depois soubemos que o jovem era um estudante.

Em países que enfrentam o autoritarismo os estudantes desempenham sempre um papel capital: lutam, denunciam, realizam passeatas, distribuem periódicos, enfrentam tropas policiais e até pegam em armas. Eles parecem ser, em muitas sociedades, o último reduto de coragem e indignação. Muitas vezes são movidos pelo voluntarismo e até parecem inseqüentes. Mas, em muitos casos, esse voluntarismo e essa inseqüência fazem avançar a História.

É difícil explicar essa característica do movimento estudantil, que se repete ao longo dos anos, em países muito diferentes. Ela talvez se explique pelo estatuto particular da juventude. O jovem, de forma geral, é aquele que não tem mais os limites da infância dados pela família e pela escola, e ainda não tem os compromissos e restrições do adulto inserido no mercado de trabalho e na dinâmica social vigente. Essa situação particular confere ao jovem uma disponibilidade e uma generosidade especiais – muitas vezes difíceis de serem encontradas nos adultos. Historicamente, tal situação tem produzido ações radicais, corajosas, voluntaristas – para o bem e para o mal.

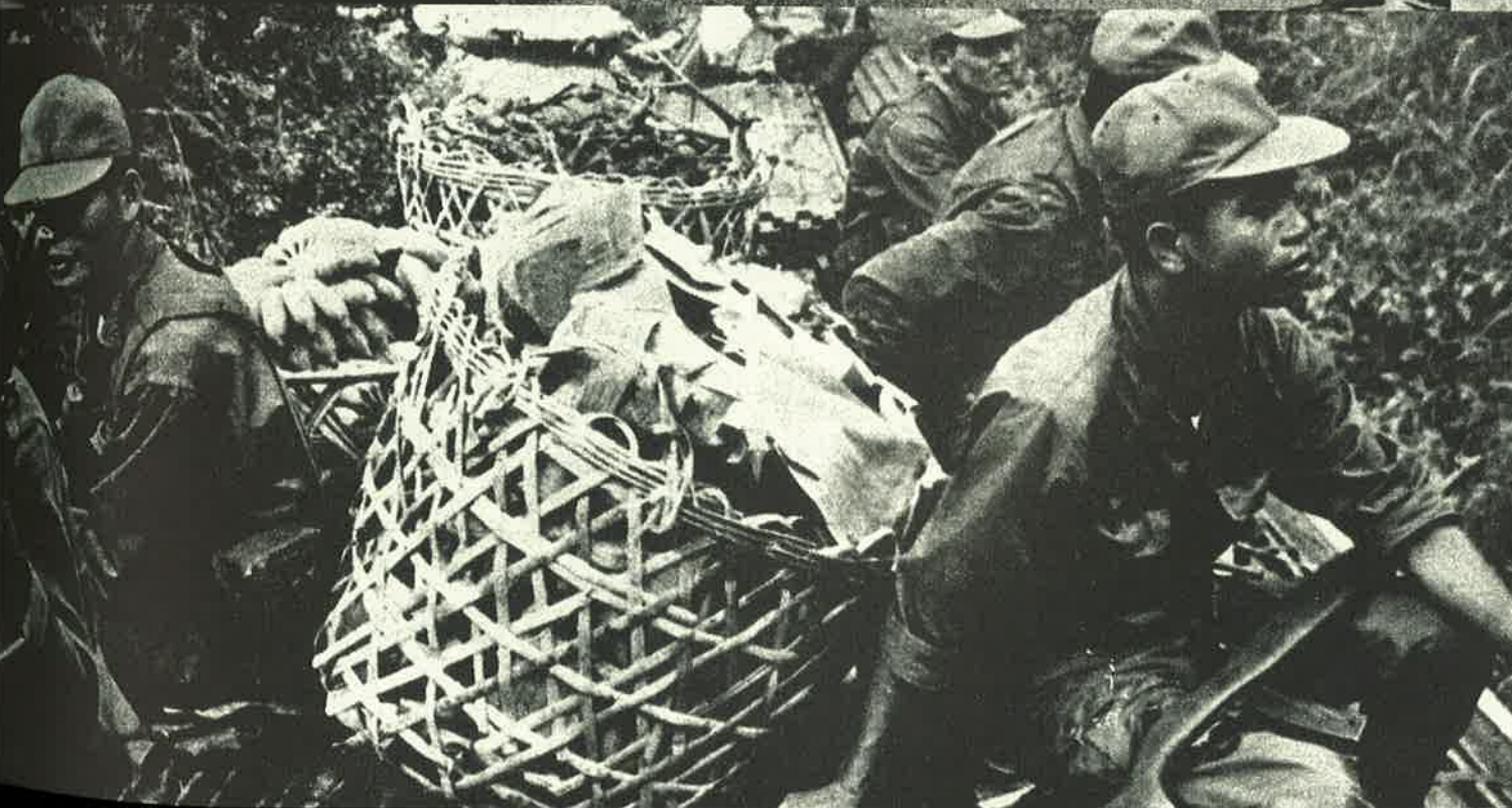
Essa fase da vida costuma ser explorada pelos escritores: os romances de formação, as histórias de jovens provincianos que vêm para a capital estudar nas grandes universidades. O momento costuma ser também a época da descoberta do amor, das grandes experiências sexuais e do estabelecimento das grandes amizades.

A história da União Nacional dos Estudantes (UNE) é marcada por tudo isso. Por diferentes gerações que por ela passaram, lutaram politicamente, levantaram bandeiras, criaram modismos, amaram, e escreveram, cada geração a seu modo, um pouco da história do país.

No Brasil, a importância do movimento estudantil acompanha a trajetória de sua entidade máxima, a UNE. Da luta contra o Estado Novo à campanha pelo petróleo, à participação no movimento pela reforma agrária, à atuação cultural, ao enfrentamento com a ditadura militar e à participação na fase de consolidação democrática, a UNE esteve sempre presente na política brasileira. Mesmo quando a entidade foi fechada pela ditadura militar, os estudantes saíam às ruas declarando que, enquanto estivessem lutando, a UNE estaria viva; porque a UNE era nada mais nada menos do que eles próprios atuando politicamente. Este era o sentido da palavra de ordem dos anos 1970 e 1980: “A UNE somos nós, nossa força e nossa voz.”

Este livro pretende recuperar um pouco dessa história e dessa memória recorrendo, de um lado, ao amplo acervo de depoimentos de antigos e atuais militantes e dirigentes da entidade, coletados e organizados pela equipe do Projeto Memória do Movimento Estudantil; e, de outro, à historiografia mais recente, que discute a história do Brasil contemporâneo e o papel dos estudantes nessa história.

E assim, conjugando história e memória, contar um pouco da trajetória, da política e da cultura das várias gerações que fizeram a história da UNE.



CAPÍTULO I A FUNDAÇÃO DA UNE

HISTÓRIA(S) E MEMÓRIA(S)

A União Nacional dos Estudantes (UNE) já começa com uma polêmica: para uns, ela foi criada em 1937, para outros, a verdadeira fundação da UNE ocorreu em 1938. Esta divergência inicial já nos mostra como é difícil falar em uma “história da UNE”. O mais correto seria nos referirmos a “histórias da UNE”. Isto porque a UNE foi uma entidade de caráter social e político que reunia um grande número de estudantes, pertencentes a diferentes grupos com diversas tendências políticas e ideológicas. E cada um desses grupos possui uma versão ímpar da trajetória da entidade.

O historiador, por dever de ofício, busca a verdade. Mas sabe que a verdade que encontra é sempre parcial. Cada documento, cada testemunho que o historiador levanta, conta uma parcela desta verdade – às vezes em contradição com outra parcela coletada mais adiante. Por isso o historiador sabe que a verdade é uma quimera; algo que se busca, mas que nunca é alcançado plenamente. Sobretudo quando o historiador lida com a memória, com depoimentos, testemunhos de vida, lembranças. Estas são sempre múltiplas e dinâmicas. O sociólogo Maurice Halbwachs foi um dos primeiros pesquisadores a apontar a dimensão social e coletiva da memória. Para ele a memória é uma construção social, tecida a partir de nossas relações e interações com os grupos sociais de que participamos. São as “comunidades afetivas”. As pessoas não se lembram “sozinhas”, mas constroem coletivamente suas lembranças com seus colegas de turma, com o grupo do sindicato, com os vizinhos, com os amigos de uma geração com os quais partilharam aquelas experiências. É por isso que, como diz Halbwachs, “lembramos melhor quando lembramos em grupo”. Mas os grupos são vários – daí a pluralidade das memórias.

Isto é ainda mais evidente no caso da UNE, por ser ela uma entidade que congrega e expressa diferentes versões da história política do Brasil e, além disso, múltiplas e diversas memórias, contadas por seus militantes, dirigentes e simpatizantes, a partir de variados pontos de vista e com diferentes conteúdos políticos e ideológicos, dados pelos diferentes grupos, partidos, organizações e tendências políticas que atuaram no Movimento Estudantil e em sua entidade máxima. É por isso que este livro não pretende ser “A História da UNE”, mas sim um relato/resgate de memórias que contam, a partir

de diferentes perspectivas, um pouco da história e da trajetória da UNE e dos estudantes no Brasil nos últimos 70 anos.

Para ilustrar nossa visão a respeito das diferentes versões da história e pluralidade de memórias socialmente construídas, podemos tomar como exemplo a própria fundação da UNE e a polêmica sobre sua data de fundação: 1937 ou 1938.

OS DOIS CONGRESSOS DE FUNDAÇÃO DA UNE

Arthur Poerner, no livro *O poder jovem*, refere-se ao ano de 1937 como o ano de fundação da UNE. O I Conselho Nacional dos Estudantes foi instalado solenemente pelo Ministro da Educação, Gustavo Capanema, na Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro, no dia 11 de agosto de 1937.

O MINISTRO GUSTAVO CAPANEMA (1900–1985)

Mineiro, amigo do poeta Carlos Drummond de Andrade desde a juventude, Gustavo Capanema apoiou Getúlio Vargas nas eleições presidenciais e na Revolução de 30. Em 1934 assumiu o Ministério da Educação e Saúde, aí permanecendo até a deposição de Vargas em 1945. O projeto educacional de Capanema centrava-se nas idéias de modernização, nacionalização e laicização do ensino brasileiro. Também incentivou a expansão do ensino profissionalizante. Buscou ter um bom relacionamento com os intelectuais, no que foi auxiliado por Drummond, seu chefe de gabinete, e um diálogo com os estudantes.

A Casa do Estudante do Brasil era uma entidade sem fins lucrativos, de cunho benéfico, que tinha por objetivo auxiliar os estudantes carentes. O médico geriatra Irum Sant'Anna, na época um estudante de medicina, é um dos mais antigos militantes que o Projeto Memória do Movimento Estudantil entrevistou. Nascido em 1916, tinha 90 anos

quando concedeu seu depoimento. Segundo ele, a Casa do Estudante foi instalada no início dos anos 1930, num casarão de três andares, no Largo da Carioca. No primeiro andar havia um restaurante popular, um bandejão, freqüentado pelos estudantes pobres da cidade. E também pelos clandestinos – que se faziam passar por estudantes para comer no restaurante que oferecia comida boa e barata. Ao longo do governo Vargas, a Casa do Estudante, dirigida por Ana Amélia Queiroz Carneiro de Mendonça, recebeu vultosas doações federais, mas continuou sendo essencialmente uma entidade de apoio e solidariedade aos estudantes, sobretudo na capital, sem conotações políticas nem corporativas. O projeto de criação de uma União Nacional dos Estudantes, às vésperas do Estado Novo e sob a chancela do Ministério da Educação, tinha o propósito político de organizar nacionalmente e submeter politicamente a força deste segmento social que começava a se expandir.

A reunião de instalação do Conselho foi dirigida pela presidente da Casa do Estudante, Ana Amélia Queiroz. Logo no início da reunião foi aprovada uma proposta, apresentada pelo representante do Diretório Central dos Estudantes de Minas Gerais, que proibia a discussão de temas políticos durante o Conselho.

Para muitos, o objetivo do apoio ministerial era, justamente, a criação de uma entidade despolitizada que permitisse o controle, por parte do governo, dos estudantes. E por isso mesmo muitos militantes da UNE daquela época recusam a data de 1937 e elegem o ano de 1938 como o ano de fundação da entidade. Para Irum Sant'Anna, por exemplo, estudante de medicina e militante do Partido Comunista Brasileiro, a UNE criada em 1937 não representava, de forma alguma, a posição dos estudantes do Brasil. A verdadeira UNE, para ele, foi criada no II Congresso Nacional de Estudantes, em dezembro de 1938. Conforme seu depoimento:

Em agosto de 1937, o que houve foi uma tentativa de evitar a UNE, é a anti-UNE por excelência. A reunião do Conselho Nacional dos Estudantes é a posição anti-UNE. A UNE nasceu no encerramento do II Congresso Nacional de Estudantes, no dia 22 de dezembro de 1938, ali é que ela nasceu.

Mas, então, II Congresso por quê? Se este foi o congresso de fundação, não deveria ser o I Congresso? Ou esta versão reconhece a primazia do I Conselho de 1937?

Irum diz que não. E esclarece:

II Congresso de Estudantes porque o I Congresso tinha sido realizado em 1910!

ESTATUTOS DA UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES

Título I

PARTE GERAL

GC 38.04.18

(U.N.E.), 8

Art. 1. A União Nacional dos Estudantes, inspirada em princípios democráticos, é a entidade autônoma de representação e coordenação dos corpos discentes dos estabelecimentos de ensino superior do país. *modo especial* Compete - ~~à União Nacional~~ promover, em benefício dos estudantes, a assistência jurídica, médica, econômica, cultural e desportiva, bem assim o desenvolvimento de suas atividades.

Art. 2. A União Nacional dos Estudantes tem a sua sede na ~~Capital Federal da República~~.

Art. 3. A ~~União Nacional dos Estudantes~~ compõe-se:

a) de dois órgãos nacionais: o Conselho Nacional e a ~~Diretoria~~ Diretoria;

b) de outros órgãos imediatamente coordenados: as uniões estaduais e os diretórios acadêmicos ~~e a União Metropolitana de Estudantes~~ de estudantes.

Art. 4. É vedada à U.N.E. qualquer atividade partidária na política interna do país.

Título II

PARTE ESPECIAL

a) dos membros da Diretoria;

b) de dois representantes ~~de cada União Estadual e da União Metropolitana de Estudantes e~~ ^{de cada União Estadual e de União Acadêmicas;}

c) de dois representantes de cada Diretório Acadêmico dos estabelecimentos de ensino superior do país. 121

Art. 6. Reunir-se-á o Conselho Nacional, obrigatória e ordinariamente, de ano em ano, durante as férias de julho, e, extraordinariamente, se convocado, em nome da Diretoria, pelo Presidente ou pelo Secretário Geral, ou, ainda, se a convocação for solicitada àquela por um terço, pelo menos, do número total dos Diretórios Acadêmicos das Unões Estaduais e Acadêmicas. 121

Secção II

Da competência deliberativa e eletiva do Conselho Nacional

Art. 7. Compete ao Conselho Nacional:

a) discurtir e votar as recomendações e propostas, apresentadas em plenário por qualquer de seus membros;

b) elaborá-las em forma de resoluções e encaminhá-las à Diretoria;

c) eleger os membros da Diretoria.

O II Congresso Nacional de Estudantes foi aberto solenemente no dia 5 de dezembro de 1938. Dele participavam cerca de oitenta associações universitárias e secundárias. Vários professores também estavam presentes, além de um representante do Ministério da Educação. Entre os oradores que se destacaram na ocasião, Maria de Lourdes Fávero, no livro *A UNE em tempos de autoritarismo*, aponta o representante dos docentes universitários, o professor Evaristo de Moraes, e o estudante de física, José Leite Lopes, representante da delegação pernambucana.

Ao contrário do Conselho anterior, nesse os estudantes demonstraram claramente sua disposição de participar do debate dos grandes temas nacionais, evidenciando a dimensão política do evento. No encerramento do congresso elegeu-se uma diretoria com um compromisso expressamente político. Nascia assim a União Nacional dos Estudantes, combativa e politicamente atuante. Irum Sant'Anna explica:

Nós queríamos fazer uma entidade de estudantes, cuidando dos interesses dos estudantes, mas, ao mesmo tempo, uma entidade política, democrática, que estivesse, desde o início, lutando por todos os interesses nacionais. Surgiam, naquela época, a luta pela siderurgia nacional, a luta pelo petróleo nacional e, posteriormente, a luta contra a bomba atômica, a luta do Petróleo é Nosso. Enfim, nós queríamos uma entidade assim, sonhamos com uma entidade desse jeito. E o espanto que eu vejo, agora, com a minha idade prolecta é que aquele sonho nosso foi realizado na prática muito acima do que nós imaginávamos. Nosso sonho era este: uma entidade democrática, política, atuando politicamente e, ao mesmo tempo, tratando dos interesses dos estudantes. A UNE ultrapassou tudo que nós sonhávamos.

Mas o II Congresso também foi importante porque deu ensejo à criação do Teatro do Estudante do Brasil. Ainda é Irum Sant'Anna quem conta detalhes deste processo:

Na prática mesmo, o Teatro Universitário nasceu no II Congresso Nacional de Estudantes (...). Eu cheguei perto do Carlos Magno e disse: "Paschoal, nós vamos realizar o congresso. Precisamos de uma coisa cultural." Aí ele disse: "Ótimo! Vamos fazer *Romeu e Julieta* no Teatro Municipal." Eu quase que tive um negócio. Eu disse: "Mas Paschoal, *Romeu e Julieta*, de Shakespeare, feito por estudantes?" E ele: "É. Vou fazer!"

Portanto, o II Congresso de Estudantes contribuiu também para revelar o talento de estudantes que atuaram brilhantemente no teatro amador. Entre eles: Paulo Porto, Sônia Oiticica, Iara Sales.

O TEATRO DO ESTUDANTE DO BRASIL (TEB) foi criado em 1938 por Paschoal Carlos Magno (1906-1980), inspirado nos teatros universitários europeus. Paschoal Carlos Magno foi uma importante figura da vida cultural carioca. Poeta, romancista, diplomata de carreira, político, mas, acima de tudo, um homem de teatro, produtor e diretor teatral. O primeiro espetáculo do grupo foi a peça *Romeu e Julieta*. O TEB tinha por objetivo a formação de atores, diretores e público de teatro através da montagem de peças de grandes nomes da dramaturgia nacional e internacional como Shakespeare, Ibsen, Sófocles, Gil Vicente, Martins Pena, Gonçalves Dias. Em 1948, o TEB apresentou o que talvez tenha sido sua montagem mais famosa: *Hamlet*, com o então estudante de direito Sérgio Cardoso, que mais tarde se consagrou como um grande ator de teatro e da televisão brasileira.

Nesse congresso foi ainda apresentado e aprovado o Plano de Reforma Educacional, iniciando assim uma longa tradição de debates em torno da reforma universitária.

Na versão de Irum Sant'Anna, o II Congresso, que consagrou uma UNE com vocação política, promoveu um rompimento com o I Congresso e, portanto, com a Casa do Estudante, presidida por Ana Amélia e amparada pelo governo Vargas. A consequência deste rompimento foi que a UNE, pouco tempo depois, ficou sem sede. A entidade foi, digamos assim, "despejada".

Ficou sem sede porque nós brigamos com a Ana Amélia. Brigamos e (a UNE) ficou sem sede. Luis Paes Leme leva a entidade para a casa dele. (A UNE) viveu os primeiros três anos numa miséria total e absoluta.

José Gomes Talarico, então estudante e jornalista do diário carioca *A Noite*, conta que nessa época de “vacas magras” a UNE foi sustentada pelo entusiasmo de alguns estudantes, a maioria deles de esquerda ou ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB): Paulo Silveira, Wagner Cavalcante e, principalmente, Luis Pinheiro Paes Leme e Antônio Franca. Irum Sant’Anna também homenageia os colegas:

Paes Leme era um entusiasta da UNE, junto com o Franca. Os dois eram doidos pela UNE e formaram aquele par que permitiu que a UNE sobrevivesse por três anos.

Mas a entidade se ergueu economicamente, alguns anos depois, através da Feira de Amostras, realizada no Rio de Janeiro, na Esplanada do Castelo, entre a Santa Casa e a praia. Tinha teatro, circo, café, inúmeras barracas. Essa feira recompôs as finanças da UNE.

Nascia assim, em 1937 ou em 1938, a entidade que, a partir de então, representaria os estudantes no cenário político brasileiro.



CAPÍTULO II
A UNE E O
ESTADO NOVO
(1937–1945)

DA REVOLUÇÃO DE 30 AO GOLPE DE 1937

Em outubro de 1930, um movimento liderado pela Aliança Liberal depôs o presidente Washington Luís, que estava em final de mandato, declarou ilegal a eleição do paulista Júlio Prestes para a Presidência da República e elegeu uma junta provisória de governo. No dia 3 de novembro, o gaúcho Getúlio Vargas, um dos líderes do movimento vitorioso, era empossado no governo federal.

Os historiadores brasileiros não são unânimes em relação à avaliação do papel histórico e do conteúdo político da Revolução de 30. Para uns, ela punha fim à república oligárquica, iniciando uma era de modernização e democratização social. Para outros, ela representava a entrada em cena de oligarquias até então excluídas, enquadrando-se, portanto, no mesmo e velho esquema de disputas oligárquicas que marcam a história do país. De qualquer forma, sendo maior ou menor a ruptura com a ordem anterior, é inegável que a Revolução de 30 antecipou o golpe de 1937, criando novas relações políticas, novos impasses e novas práticas.

A historiadora Dulce Pandolfi salienta que da Revolução de 30 haviam participado forças políticas bastante diversificadas, com diferentes visões sobre a condução da política. Por isso mesmo no período que vai de 1930 a 1937 as disputas foram intensas e, ao longo desse processo, segmentos importantes das elites políticas – civis e militares – foram aliados do poder. O primeiro confronto foi a Revolução Constitucionalista em 1932, quando São Paulo se rebelou contra o governo central. Os paulistas foram derrotados militarmente, mas obtiveram ganhos políticos. Em 1934, Getúlio foi eleito, de forma indireta, pelo Congresso, para a Presidência da República. Mas teve de acatar também a promulgação de uma Constituição com traços mais liberais. Nessa Constituição estabelecia-se que o mandato do Presidente da República teria duração de quatro anos, sendo vedada a reeleição.

O clima político do país se radicalizava. Dois movimentos com conotações ideológicas opostas disputavam a adesão e a mobilização da sociedade: a Ação Integralista Brasileira e a Aliança Nacional Libertadora. O primeiro, liderado por Plínio Salgado, reunia adeptos e simpatizantes das propostas fascistas. Eram os “camisas verdes”, integralistas.



O segundo, sob a hegemonia do PCB, reunia comunistas, socialistas e nacionalistas. Em 1935, levantes comunistas em Natal, Recife e Rio de Janeiro (que ficaram conhecidos como Intentona Comunista) deram ensejo a que o governo aumentasse a repressão e seus poderes de intervenção.

Aproximava-se a data das eleições; as campanhas já estavam em curso. No dia 10 de novembro de 1937 o governo deu um golpe que suspendia o processo sucessório em curso e implantava o Estado Novo. Com base em papéis forjados, conhecidos como Plano Cohen, o governo havia divulgado pelo rádio, através do programa *Hora do Brasil*, a falsa notícia de que os comunistas preparavam uma insurreição. Tendo aprovado o “estado de guerra”, decretado no país em março de 1936, o próprio Congresso seria fechado e uma nova Constituição apresentada à sociedade. Essa Constituição, outorgada em 1937, ficou conhecida como Constituição Polaca, numa referência à Constituição da Polônia fascista. A nova Constituição consagrava a centralização política, o intervencionismo estatal e um modelo antiliberal de organização da sociedade.

Tinha início o Estado Novo, que perdurou até 1945 quando Vargas, após a Segunda Guerra Mundial, foi deposto.

COMPREENDENDO O ESTADO NOVO

Como bem frisou Dulce Pandolfi, falar do Estado Novo significa “apreender paradoxos e afastar tentações maniqueístas”. Getúlio Vargas foi, ao mesmo tempo, o ditador que empregava práticas de tortura contra seus inimigos políticos – onde se destacava a figura sinistra de Filinto Müller – mas também o governante que acelerou a modernização e a industrialização do país. Ao mesmo tempo que se tornou conhecido como o “Pai dos Pobres”, venerado pelos trabalhadores por ter criado a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), foi também o presidente que colocou os sindicatos sob tutela e controle do Estado. Governava sem partidos, impulsionava a indústria de base, mas mantinha intactos os privilégios do setor agrário exportador.

Um conceito que ajuda a compreender o Estado Novo e seu significado histórico é o de “modernização autoritária”, desenvolvido por Luiz Werneck Vianna em “O Estado Novo e a ampliação autoritária da República”:

Fechado o Parlamento, banidos os partidos políticos, cerceadas as liberdades civis e públicas, postos os sindicatos sob tutela estatal, abrem-se amplas oportunidades para a ação modernizadora do Estado, objetivando, principalmente, o estabelecimento das bases para um processo duradouro de industrialização do país, em que ocupam papel central os temas da siderurgia, do petróleo e da regulação de um mercado de trabalho nacional.

Ou seja: o preço da modernização empreendida pelo Estado foi o cerceamento das liberdades democráticas e o controle dos movimentos sociais.

Essa relação particular do Estado Novo com os movimentos sociais – de incentivo e tentativa de controle – manifestou-se claramente em relação ao movimento estudantil no próprio episódio de fundação da UNE, como vimos no capítulo anterior.

Neste ponto é importante frisar que a educação teve importância capital para o governo Vargas. E de 1934 (quando foi eleito presidente pelo Congresso) até 1945 (quando foi deposto) teve como Ministro da Educação de seu governo Gustavo Capanema.

O Estado Novo tinha uma grande ambição: a construção de uma identidade nacional brasileira, centrada nos elementos de uma cultura nacional, enfatizando a especificidade desses traços culturais. Assim define a historiadora Helena Bomeny, em “Três decretos e um ministério”:

O grande projeto político a ser materializado no Estado Novo, iniciado com a Revolução de 1930, tinha como núcleo central a construção da nacionalidade e a valorização da brasilidade, o que vale dizer, a afirmação da identidade nacional brasileira.

Nesse projeto, a educação tinha um papel estratégico. O Ministério Capanema congregou, em torno da proposta de criação e valorização de uma cultura nacional, intelectuais importantes como Mário de Andrade, Anísio Teixeira, Alceu Amoroso Lima, Manuel Bandeira, Villa-Lobos.

Mas aí também o preço político foi alto: a repressão aos intelectuais comunistas, como Graciliano Ramos e Jorge Amado, e o fechamento autoritário das escolas de núcleos estrangeiros existentes no país são alguns exemplos da contraditória relação do Estado Novo com a cultura e a educação.

O Ministério Capanema empenhou-se numa reforma educacional que valorizava o ensino universitário, visto como segmento estratégico no preparo das elites que dirigiriam o país. E foi justamente o reconhecimento da importância da mobilização e da organização dos estudantes por parte do governo que produziu as tensões que marcaram as relações da UNE com o Estado Novo.

A UNE E O ESTADO NOVO: AMBIGÜIDADES E CONTRADIÇÕES

O primeiro foco de tensão da UNE com o governo Vargas foi a questão internacional em torno da Segunda Guerra Mundial. Logo em 1938, no congresso de fundação, a UNE emitiu uma mensagem de denúncia do nazifascismo. A luta contra o fascismo passou a ser então uma bandeira do movimento nacional dos estudantes, que se confrontava com a conhecida simpatia de Vargas pelos países do Eixo. Os estudantes passaram, então, a exercer pressão política para que o governo brasileiro tomasse partido publicamente em favor dos Aliados e contra a Alemanha e a Itália. A primeira grande passeata realizada pelos estudantes, no dia 4 de julho de 1942 no Rio de Janeiro, teve exatamente este objetivo: que o governo declarasse guerra ao eixo nazifascista. Essa passeata foi um marco para o movimento estudantil na época. E, de certa forma, também para o governo de Getúlio Vargas porque ocasionou a queda de Filinto Müller. Ao relembrar o episódio, Irum Sant'Anna e Talarico contam que o Chefe de Polícia havia proibido a passeata, mas os estudantes conseguiram autorização para realizá-la com o Ministro Interino da Justiça, Vasco Leitão da Cunha. Criou-se então um impasse entre duas autoridades do Estado Novo, fato que acabou levando à demissão de Filinto Müller.

José Gomes Talarico, em seu depoimento para o Projeto Memória do Movimento Estudantil, descreve com detalhes a manifestação:

Nós homenageávamos os EUA e repudiávamos o nipo-nazifascismo. Fizemos três ou quatro carros que nos foram emprestados pelas associações carnavalescas. O primeiro era uma espécie de galinheiro. Nós conseguimos galinhas brancas e pintamos de verde, era contra os integralistas. Vinha o Hitler fantasiado de presidiário, Mussolini caracterizado com as coisas mais ridículas que você possa imaginar.

A passeata prestava uma homenagem ao presidente Roosevelt e seguia até a Embaixada Americana. Talarico conta que, em agradecimento aos estudantes brasileiros, o presidente americano mandou de presente para a UNE, por meio de seu embaixador, uma vitrola!

O CLUBE GERMÂNIA SE TORNA SEDE DA UNE

Outra ação contra os países do Eixo, levada a cabo pelos estudantes, ainda em 1942, foi a ocupação do Clube Germânia, na Praia do Flamengo, Rio de Janeiro, que veio a se tornar a sede da UNE, e que mais tarde seria demolido pela ditadura militar. Segundo José Talarico, o Clube Germânia fazia, de forma ostensiva, ruidosas comemorações a cada vitória militar do Eixo, abrindo seus salões para grandes recepções e até soltando fogos de artifício. Talarico e Luis Paes Leme encabeçaram uma comitativa de estudantes que encaminhou a Getúlio Vargas uma solicitação de fechamento do Clube Germânia, que seria ocupado pelas entidades estudantis. Talarico esclarece que a referida ocupação se deu de forma ordeira. O ministro Capanema nomeou uma comissão que fez um levantamento de todos os bens do Clube (quadros, bronze, cristais). Todos esses bens foram colocados em duas salas no terceiro andar, e o restante do prédio foi ocupado pelos estudantes e suas principais entidades: UNE, Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade do Brasil (atual UFRJ) e CBDU (Confederação Brasileira de Desporto

João. Un.

U. N. E.

GC 38.04.18
0416/2

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES

(Membro da "Confédération Internationale des Étudiants")

Séde e Secretária: CASA DO ESTUDANTE DO BRASIL

LARGO DA CARIOCA, 11

TEL. 22-7193

RIO DE JANEIRO

Secretaria
BRASIL



A União Nacional dos Estudantes do Brasil, por meio dos delegados estudantis de suas organizações filiadas, que se acham nesta Capital, reunidos na III Assembleia do Conselho Nacional dos Estudantes,

considerando que se acha organizada a União Nacional dos Estudantes do Brasil, fundada no 2º Congresso Nacional de Estudantes, realizado nesta Capital de 5 a 21 de dezembro do ano de 1938;

considerando que a quasi totalidade das organizações es-

CC 38.04.1
8

Presídio Especial em Pernambuco, em 13 de
Janeiro de 1942

053)

Prezado e caríssimo Dr. Justino Cajanema

Muitas respeitosa saudações:

Fui hoje surpreendido com a notícia do reconhecimento oficial da União Nacional dos Estudantes por decreto do Presidente e um bilho merecido atenuou-me em parte os frimentos da reclusão em que me acho Presídio Especial de Pernambuco por me haver, inadvertidamente, envolvido nas atividades de um grupo anti-fascista local. A notícia impeliu-me a dirigir uma carta ao Presidente felicitando-o e cumprimentando-o por esta resolução.

Jamais, Dr. Cajanema, esqueci as atenções que mereci de sua parte durante os dias de

Universitário). Segundo Talarico, esse patrimônio desapareceu muito mais tarde, quando houve a invasão e a ocupação do prédio da UNE, já na época da ditadura militar. Os estudantes denunciaram o desaparecimento do patrimônio, mas os militares não mandaram investigar.

As relações entre José Gomes Talarico e Getúlio Vargas são um bom exemplo das contradições do Estado Novo e da ambigüidade do trato desse regime político com os movimentos sociais. O mesmo governo que reprimia os comunistas e que nutria notória simpatia pelo nazifascismo procurava manter o diálogo aberto com os movimentos sociais e com os estudantes, como lembra Talarico:

Quando os estudantes tinham possibilidade de se aproximar, ele recebia muito bem, cordialmente, tanto que ele tolerou, ou consentiu, por exemplo, durante o período de 1938 a 1942/43, o movimento estudantil, que tinha grande influência da esquerda e do PC. (...) Cito o fato inclusive do próprio Paes Leme, do Vagner Cavalcanti, do Antônio Franca, todos eles eram recebidos pelo doutor Getúlio.

As relações eram, na verdade, bastante ambíguas. Algumas lideranças estudantis, notoriamente ligadas ao Partido Comunista Brasileiro, com frequência eram presas pela polícia política de Getúlio. E em seguida, pela intervenção direta de Vargas a pedido de outros estudantes, libertadas. É o que nos conta Talarico:

Toda vez que um colega ou companheiro era preso, nós íamos ao Palácio pedir e o Getúlio, de imediato, sempre atendeu. Inclusive Luis Pinheiro Paes Leme, militante de esquerda, foi do Partido Comunista, o Vagner Cavalcanti, que depois foi secretário de redação do *Globo*; quando eram presos, nós íamos soltá-los.

A intimidade de José Talarico com Getúlio Vargas era grande. Não foi à toa que, em 1945, ele participou da fundação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), apoiando a continuidade do governo Vargas.

Irum Sant'Anna, outro estudante da época, dá a sua versão para a delicada relação entre a UNE e o Estado Novo:

Naquele tempo, havia uma ambigüidade muito grande. Mordia-se e soprava-se. No Estado Novo, aconteceu muito disso.

Na verdade, a UNE sempre contou com o reconhecimento formal do Estado, era compatível com a proposta de Vargas de representação e mediação de conflitos sociais.

A UNE estava inteiramente de acordo com o que estipulava o Estatuto das Universidades Brasileiras, por isso os dirigentes da UNE tinham seu direito de representação assegurado. Mas a liderança da UNE era composta por muitos estudantes comunistas ou simpatizantes do PCB – num governo que perseguia, prendia e torturava os comunistas. Daí a ambigüidade e a contradição intrínseca das relações entre a UNE e o Estado Novo.

A UNE foi legalizada em fevereiro de 1942, pelo decreto-lei 4080, assinado por Getúlio Vargas. Nessa mesma época, alguns estudantes comunistas estavam na prisão. Entre eles, Antônio Franca. O estudante tinha sido preso em decorrência de sua participação em manifestações antifascistas que exortavam o governo brasileiro a entrar na guerra contra os países do Eixo. Ao saber do decreto de legalização da UNE, Antônio Franca escreveu, da prisão, uma carta aos cuidados do Ministro da Educação, Gustavo Capanema, para ser entregue ao próprio Vargas. Na carta, o jovem estudante preso felicitava Getúlio Vargas:

Fui hoje surpreendido com a notícia do reconhecimento oficial da União Nacional dos Estudantes por decreto do Presidente e um júbilo merecido atenuou-me em parte os sofrimentos da reclusão em que me acho no Presídio Especial de Pernambuco por me haver inadvertidamente envolvido nas atividades de um grupo antifascista local. A notícia impeliu-me a dirigir uma carta ao Presidente felicitando-o e cumprimentando-o por esta resolução (...).

JACOB GORENDER: UM ESTUDANTE BRASILEIRO NO FRONT

O consagrado historiador Jacob Gorenader, que na época era estudante de Direito na Bahia, onde também trabalhava como repórter e militava no Partido Comunista Brasileiro, relata alguns episódios de sua juventude durante o Estado Novo, relacionados à campanha pela entrada do Brasil na guerra contra o Eixo.

Filho de imigrantes judeus ucranianos, Gorenader era particularmente sensível à questão da luta contra o nazifascismo. Em 1942, com 19 anos, ingressou no Partido Comunista “recrutado” (como se dizia na época) por um outro estudante, um pouco mais velho do que ele, chamado Mário Alves. Este, na época estudante de Ciências Sociais, veio a ser torturado até a morte, anos mais tarde, pela ditadura militar, em 1969.

Em depoimento ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, Gorender narra dois episódios de sua juventude relacionados à guerra: a prisão por três meses por criticar a debilidade do esforço de guerra do governo brasileiro no apoio aos aliados; e sua própria experiência na guerra como voluntário.

A PRISÃO

Entre 1942 e 1943 (o próprio Gorender não se recorda bem do ano), passou pela Bahia o general Manuel Rabelo, Ministro do Supremo Tribunal Militar. Gorender, que além de estudante trabalhava como repórter, o entrevistou e, a partir dessa entrevista, fez uma longa reportagem para a revista *Seiva*, criticando o esforço de guerra brasileiro. A denúncia feita pelo general, e divulgada na entrevista, dava conta de que o Brasil não estava levando a sério a declaração de guerra aos países do Eixo. Essa entrevista causou grande repercussão e levou à prisão dos editores da revista e do próprio Gorender. A liberação só veio após três meses e por força da pressão estudantil. É Gorender quem relata:

Era a época em que a UNE realizava o seu congresso. E se tornara uma praxe de Getúlio receber os congressistas depois que ele terminava. E aí nessa ocasião o representante da Bahia, não sei quem foi, não me lembro agora, aproveitou e se manifestou diante de Getúlio, dizendo que na Bahia estavam presos estudantes que apoiavam o esforço de guerra do governo, apoiavam a declaração de guerra contra o nazismo e que por esse motivo estavam presos e isso era injusto. Então Getúlio ordenou a nossa libertação.

A EXPERIÊNCIA NO FRONT

A partir de 1943, o esforço de guerra do governo brasileiro em apoio aos Aliados começou a ganhar corpo. A UNE entrou com toda a força na campanha de mobilização para a guerra. Em seu livro *O poder jovem*, Arthur Poerner destaca a importância da atuação estudantil diante da guerra e relaciona algumas atividades nas quais os estudantes se engajaram – tanto para angariar fundos quanto para divulgar a causa dos Aliados contra



A DEMOCRACIA
E A DEGRADACAO
OMEN
VRES

Lutar contra
o fascismo
e lutar
pela Democracia

OPERARI
O FASCISMO E
SEU MAIOR INIMIGO
COMBATI

ESMA
IMPAC
OS AJ
NAZI
C. D.

LIBER
E DEMOC
SUPRE
SPIRACO
S PO

A F.E.B. VAI LUTAR
CONTRA OS BANDIDOS
DE HITLER E NÓS
LUTAREMOS NA RETAGUARDA
CONTRA A 5ª COLUNA
A SOLDADO DE HITLER

DEPARTAMENTO
FEMININO
LIGAS DE DEFESA NACIONAL

UNIÃO NACIONAL
EM TORNO DO GOVERNO
PARA A VITÓRIA

Departamento
DE ARREGIAMENTOS
PROPAGANDA E DEVO
CIEÇÃO CULTURAL DA

Ingresso no
DEPARTAMENTO JUVENIL DA
L.D.N. E VEM LUTAR
PELA LIBERDADE



Rio de Janeiro, 23 de Julho de 1943.

EXMO. SR. DR. GUSTAVO CAPANEMA

D.D. MINISTRO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE.

Nós, os Estudantes de todo o Brasil, óra reunidos sob a já vitoriosa bandeira da UNE, no VI CONGRESSO NACIONAL DE ESTUDANTES, para apoiar a Política de Guerra do Presidente Vargas, combater o nazi-facismo e a sua quinta coluna e discutir problemas estudantis, aproveitamos esta grata oportunidade para enviar a V. Excia - sempre merecedor de nossa solidariedade - os nossos mais sinceros agradecimentos

o fascismo. Como o Concurso Estudantil de Poesia de Guerra, cuja comissão julgadora era composta por alguns dos mais expressivos poetas nacionais, como Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira e Murilo Mendes; ou os “sorvetes-dançantes”, patrocinados pela professora Maria Yeda Linhares e animados pela vitrola com que o governo norte-americano havia presenteado a UNE. Entre todas essas atividades destacou-se a Campanha Universitária Pró-Bônus de Guerra, inaugurada em 28 de janeiro de 1943, no Rio, com uma passeata da Praça da República à Praça Paris.

Além da atuação nessas campanhas, muitos estudantes se alistaram como voluntários da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Como bem analisou Arthur Poerner, a apresentação de estudantes como voluntários constituiu “um exemplo que eles se sentiam obrigados a dar à Nação, depois da campanha desenvolvida pela entrada do Brasil na guerra”.

Jacob Gorender, em seu depoimento, também comenta esse fato. Segundo ele, o general Demerval Peixoto, em 1943, lançou pela imprensa baiana um desafio aos estudantes daquele estado: os estudantes que haviam reclamado, exigindo a declaração de guerra nas ruas, agora teriam a oportunidade de mostrar seu compromisso apresentando-se como voluntários. Diante desse desafio, Jacob Gorender, Mário Alves e mais um companheiro de célula do PCB se apresentaram como voluntários. No exame físico Mário Alves foi recusado, por ser um homem franzino e de complexão frágil, mas Gorender foi aceito.

Pouco depois, ele embarcou em um navio com outros voluntários – só da Bahia eram cerca de 600 – e seguiram para o Rio de Janeiro. Após um breve treinamento militar, foram enviados à guerra. Gorender lembra que o treinamento da Força Expedicionária foi muito precário:

Aprendemos já na guerra mesmo, na própria guerra fomos aprendendo nossa missão.

Ele conta que se tornou um soldado do pelotão de transmissões. Naquela época ainda se usava o telefone com fio para a comunicação entre um comando e outro. E havia uma equipe de soldados encarregados dessa tarefa: não apenas para conduzir os fios de um posto de comando para outro, mas, principalmente, para consertá-los, porque eram frequentemente rompidos pelos estilhaços das granadas. Quando havia um rompimento de fio era preciso repará-lo imediatamente para que o posto não ficasse isolado, sem comunicação.

E não foram poucas as vezes em que eu fui acordado com meus companheiros, alta noite, para reparar um fio. Isto era terrível porque era alta noite, no escuro, no front, com granadas detonando. E era difícil encontrar o lugar onde estava rompido porque o fio estava imbricado com outros fios. Até que a gente conseguia encontrar aquele ponto onde estava rompido, levávamos um aparelho que nos ligava com os postos de comando e uma vez identificado o fio, nós fazíamos o reparo e voltávamos à nossa cama precária, em geral num celeiro. Era nos Apeninos, zona camponesa, e a gente se alojava em celeiros. Com frequência os ratos passavam por cima de nós. E uma das brincadeiras era jogar o rato de um para o outro. Coisas da guerra.

Gorender entrou em combate em outubro de 1944 e aí permaneceu até o término da guerra, oficialmente declarado em 9 de maio de 1945.

Assim como Gorender, outros estudantes se alistaram como voluntários da FEB, entre eles o então estudante de engenharia Salomão Malina (que mais tarde veio a ser dirigente do PCB). Poerner salienta que praticamente toda a liderança estudantil da época – incluindo os presidentes da UNE, DCE, CBDU e diretórios acadêmicos – se apresentou ao Ministério da Guerra para se alistar como voluntários. Apesar disso, o número de estudantes aproveitados pela FEB foi pequeno, mas isso deveu-se muito mais ao esquema de organização da FEB do que à combatividade dos estudantes brasileiros.

A UNE X JUVENTUDE BRASILEIRA

O episódio do confronto entre a União Nacional dos Estudantes e a Juventude Brasileira é pouco conhecido da história da UNE e pode nos ajudar a ter uma idéia bem clara das relações e das propostas do Estado Novo para os jovens do país. A historiadora Helena Bomeny faz uma reflexão sobre esse episódio no já citado “Três decretos e um ministério”. Para ela, a Juventude Brasileira foi um “ensaio fracassado de transformação da ideologia fascista em prática política”. O projeto, originalmente chamado de Organização Nacional da Juventude, saiu de dentro do Ministério da Justiça, sob a égide

de Francisco Campos. A pretensão era arregimentar militarmente a juventude e baseava-se em modelos de organização fascista difundidos a partir das experiências alemã, italiana e portuguesa. No entanto o empreendimento teria esbarrado na resistência da estrutura militar porque comprometia a autonomia e o monopólio dessa organização na formação e preparo dos jovens e dos quadros militares do país. O exército pressionou para a remodelação do projeto inicial e sua transformação em movimento cívico. Nasceu assim a Juventude Brasileira.

José Gomes Talarico conta que o ministro Capanema fez um grande esforço para juntar, inclusive fisicamente, na mesma sede, a UNE e a Juventude Brasileira. Hélio de Almeida era o presidente da UNE na época e protestou vigorosamente contra essa proposta. Capanema cedeu, mas exigiu a demissão de Hélio de Almeida da presidência da UNE. Na barganha que se estabeleceu, Hélio de Almeida deixou a presidência da entidade, mas conseguiu assim o esvaziamento político do projeto da Juventude Brasileira.

O FIM DO ESTADO NOVO

Entre 1944 e 1945, aproximando-se o fim da Segunda Guerra Mundial e a certeza da vitória dos Aliados, uma parte significativa dos estudantes brasileiros integrou-se à luta pelo restabelecimento do Estado de Direito e pela Anistia. No dia 5 de março de 1945, durante um comício realizado em Recife, a favor do candidato oposicionista Eduardo Gomes, um estudante foi morto pela polícia, atingido por uma bala na testa. A UNE enviou imediatamente um documento de protesto ao ministro Capanema, uma carta de Paulo Silveira, presidente da UNE, citada por Maria Luiza Fávero no livro *A UNE em tempos de autoritarismo*:

A classe universitária da Capital Federal, bem como a massa estudantil dos estados, segundo estamos informados, está profunda e justamente indignada pelo inominável atentado de que foram vítimas os acadêmicos e o povo de Pernambuco, em conseqüência do qual tombou para sempre o inesquecível e brioso dirigente estudantil Demócrito de Souza Filho (...). A liberdade, a segurança e até a própria vida dos universitários democratas estão seriamente ameaçadas, não havendo, até o momento, a menor garantia por parte dos detentores do poder de que tais atentados não se repetirão.



O documento exigia a apuração do crime e a punição exemplar do culpado, e finalizava declarando:

Enquanto não se fizer completa justiça não haverá concórdia em nossos corações, posto que a imensa dor de que estamos possuídos não deixará arrefecer o nosso justo e bom combate.

Após a morte do estudante pernambucano a UNE convocou os estudantes para um grande comício no Rio de Janeiro, nas escadarias do Teatro Municipal. Nesse comício Paulo Silveira e outros oradores defenderam o retorno à democracia e a luta pela Anistia.

Mas como a História e a memória dos acontecimentos é marcada por posicionamentos políticos e ideológicos, há aqueles para quem a atuação da UNE, entre 1944 e 1945, e sua luta pelo restabelecimento do Estado de Direito não representam a tradição das lutas estudantis. Como o próprio José Gomes Talarico, ardoroso getulista, para quem a UNE, após 1943, com forte presença dos estudantes paulistas, levantando a bandeira das liberdades democráticas, nada mais era do que antigetulista e antipopular. Em seu depoimento, ele questiona:

Enfim, o que eles fizeram pelo Brasil depois de 1943, senão querer derrubar o Doutor Getúlio?

Com o fim da Segunda Guerra, a situação de Getúlio Vargas ficou insustentável. O clamor popular pela democratização ganhava o país. Getúlio passou então a articular o retorno à democracia com a manutenção de seu poder. Criou dois partidos: o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O primeiro articulava antigos interventores ligados ao ditador; o segundo reunia as lideranças sindicais formadas durante o Estado Novo. Essa articulação foi a base de um movimento nacional que levantou a bandeira de uma "Constituinte com Getúlio". A essa campanha somou-se um movimento popular que ficou conhecido como "queremista", o que significava "Queremos Getúlio". A proposta do movimento era que o próprio Vargas conduzisse o processo de redemocratização do país.

Do outro lado da cena política, o conjunto de opositores de Getúlio também criou um partido: a União Democrática Nacional (UDN), partido de tendência liberal, politicamente conservador. De 1945 a 1964 esses três partidos darão a tônica da política brasileira.

No livro *Histórias de presidentes: a República no Catete*, a historiadora Isabel Lustosa comenta que uma das maiores ironias da história política brasileira foi a participação do líder comunista Luís Carlos Prestes na campanha "Constituinte com Getúlio". A posição do Partido Comunista de apoio a Getúlio, nesse momento, foi uma posição controvertida, depois de anos de combate à ditadura do Estado Novo; e após a prisão, tortura e morte de inúmeros comunistas, entre eles o próprio Prestes e sua mulher, Olga Benário, judia-alemã e comunista, que foi presa e deportada para um campo de concentração na Alemanha, onde morreu numa câmara de gás. O PCB, depois de anos de confronto e resistência ao Estado Novo, mudava a sua posição sobre Getúlio Vargas. Essa nova visão enfatizava o caráter popular e desenvolvimentista do projeto getulista e encarava como prejudicial aos interesses dos trabalhadores a vitória dos adversários de Getúlio.

No entanto, apesar do sucesso popular, o projeto queremista não vingou. Getúlio foi deposto pelos militares. E o país se preparou para eleger o novo Presidente da República.

Os dois principais candidatos às eleições de 1945 eram militares: o general Eurico Gaspar Dutra (pelo PSD e, mais tarde, com a adesão do PTB) e o brigadeiro Eduardo Gomes (pela UDN). Dutra apoiava-se nos partidos criados por Getúlio. Eduardo Gomes, da UDN, começou sua campanha amparado por uma frente antifascista, mas acabou sendo o representante dos setores mais conservadores da sociedade, descontentes com a orientação nacionalista e trabalhista fundadas no governo Vargas. Dutra foi eleito exatamente por representar esse legado.

Isabel Lustosa enfatiza que a campanha pelas eleições presidenciais de 1945 foi a mais democrática da História do Brasil até então: pela primeira vez apresentaram-se à sociedade brasileira partidos políticos bem definidos, com conteúdos políticos distintos e claros e com seus diferentes interesses expressos. Também pela primeira vez na nossa história o Partido Comunista, que acabara de sair da ilegalidade, participava de uma eleição. Aliás, é interessante marcar que, apesar do pouco tempo que teve para se preparar – pois obteve sua legalização menos de um mês antes das eleições –, o PCB conquistou cerca de 10% dos votos, elegendo 14 deputados e um senador: Luís Carlos Prestes. Entre os deputados, figuras que se tornaram marcantes na história do movimento comunista brasileiro: Carlos Marighela, Maurício Grabois, João Amazonas.

O ano de 1945 marca, portanto, em vários sentidos, uma mudança política profunda: o restabelecimento da democracia no país. Mas marca também, de forma inequívoca, pela própria vitória de Dutra nas urnas, a força do legado político de Vargas e a continuidade de alguns traços marcantes deste legado.

INFLUÊNCIAS INTELECTUAIS E ARTÍSTICAS DO PERÍODO

Os jovens estudantes universitários ligados à UNE e ativistas do movimento estudantil liam livros, viam filmes, discutiam obras literárias e ensaios filosóficos. A cada época novas gerações descobriam novos autores, novos artistas, novos filósofos. Essas leituras e descobertas intelectuais eram motivo de infundáveis discussões nos bares, nos cafés, nos pátios das universidades. Podemos dizer que cada geração de estudantes é motivada e influenciada por um grupo diferente de artistas, intelectuais, filósofos, ensaístas. Um grupo diferente que, em diferentes conjunturas, inspira e influi no pensamento e na prática, e até mesmo na própria vida dos jovens dessa geração.

Neste livro buscamos recuperar algumas dessas influências que marcaram as diferentes gerações da UNE. É claro que tal levantamento não será jamais completo, mas tentaremos apontar as principais referências intelectuais e culturais que, em diferentes épocas, "fizeram a cabeça da rapaziada".

Para saber quem fazia a cabeça da turma da UNE entre 1938 e 1945, vamos recorrer a um autor brasileiro contemporâneo de muitos desses eventos, intelectual e militante socialista, que nessa época era um jovem estudante paulista: Antonio Candido.

No belo prefácio que escreveu, em 1966, para uma reedição do livro *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, Antonio Candido comenta que os homens de sua geração aprenderam a refletir sobre o Brasil a partir, fundamentalmente, de três livros: *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freyre (publicado em 1933), o próprio *Raízes do Brasil* (publicado em 1936) e *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Júnior (publica-

CABO SUBMARINO

The Western Telegraph Company, Limited
FILIADA À
Cable and Wireless Limited.

N. 1001
CARIMBO
M 3 55

CIRCUITO:	EMPREGADO:	HORA DO RECEBIMENTO:	
	AJA		

B. — As empresas telegráficas não aceitam responsabilidade alguma por motivo do serviço da telegrafia (Convenção Telegráfica Internacional)

A primeira linha deste telegrama contém as seguintes informações, na ordem indicada:
Número do telegrama.
Estação de procedência.
Número de palavras.
Data original.
Hora da apresentação.

QN89 PERNAMBUCO 278 4 7H33 VF
MINISTRO EDUCACAO RIO

6038.04.18
8

ANUNCIAMOS OCASIAO GRANDE COMICIO PROMOVIDO HOJE ESTUDANTES VG
TELECTUAIS VG OPOSICOES COLIGADAS PRO CANDIDATURA EDUARDO GOME
ANDO SACADA DIARIO PERNAMBUCO FALAVA ESCRITOR GILBERTO FREYRE
ELEMENTOS POLICIA PERNAMBUCANA AUXILIADA NUMEROSOS CAPANGAS
EMEDITADAMENTE ARMADOS VG PROCURARAM DISSOLVER BALA GRANDE
INFESTACAO CIVICA VG REPETINDOSE DIVERSOS TIROTEIOS PARTIDOS
CLUSIVAMENTE TAIS CRIMINOSOS CONTRA HEROICO POVO PERNAMBUCO Q
OBSTANTE PROSSEGUIU ESTREPITOSAS DEMONSTRACOES SEU AMOR CAUS
LIBERDADE ENCARNADA CANDIDATURA BRIGADEIRO ATEM QUE
OVANDOSE TIROTEIOS TOMBOU SEM VIDA SACADA DIARIO ATINGIDO NA

do um pouco mais tarde, em 1942). Estes são os livros que podem ser considerados chaves para entender o ambiente intelectual da época. São os livros que exprimem, mais do que outros, "a mentalidade ligada ao sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois da Revolução de 1930 e não foi, apesar de tudo, abafada pelo Estado Novo".

Esses livros traziam análises inovadoras da sociedade brasileira, de sua história, seus traços constitutivos, sua riqueza e sua miséria. E se adequavam aos anseios de jovens comunistas e socialistas. Segundo Antonio Candido, "traziam a denúncia do preconceito de raça, a valorização do elemento de cor, a crítica dos elementos patriarcais e agrários, o discernimento das condições econômicas, a desmistificação da retórica liberal".

Mas Antonio Candido reconhece que o impacto destes autores ocorreu sobretudo entre os jovens de esquerda. Com quem ele próprio se identifica, pois entre 1943 e 1945 lutou contra o Estado Novo integrando um grupo clandestino chamado Frente de Resistência e, em 1945, participou da fundação do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Seus "antagonistas" preferiam outros autores, mais antigos, mais clássicos na construção de argumentos, que defendiam uma sociedade autoritária e hierárquica, como Oliveira Viana e Alberto Torres.

Mas o período de 1937 a 1945 foi também um período de grande efervescência literária no Brasil. Alguns dos nomes mais importantes da nossa literatura viveram e escreveram durante esse período. Muitos deles tiveram problemas com o Estado Novo, alguns foram presos, outros se exilaram, mas todos foram marcados pelos acontecimentos, pelos embates e pelas grandes questões da época: a ditadura, a luta pela democracia, a defesa do nacionalismo, as diferentes visões de progresso, a situação de pobreza do campo e da cidade, a dominação dos coronéis. Tudo isso aparece na obra dos grandes escritores do período – que permanecem como alguns dos maiores escritores brasileiros até hoje: Graciliano Ramos, Jorge Amado, Monteiro Lobato, Érico Veríssimo. A vida e a obra desses escritores se misturam com a história brasileira dessa época. Graciliano Ramos e Jorge Amado foram acusados de envolvimento no levante comunista de 1935. Graciliano ficou confinado por quase um ano (entre 1936 e 1937) no presídio carioca da Ilha Grande. Jorge Amado foi preso várias vezes. Lobato teve uma conturbada relação

< NA PÁGINA AO LADO: População dispersada pela Polícia Especial, quando aguardava passeata estudantil na Praça do Patriarca, em 1943. | Telegrama da União dos Estudantes de Pernambuco ao ministro Capanema, denunciando ataque sofrido durante comício da candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes, que resultou na morte de um estudante. (ACERVO CPDOC/FCV)

com o Estado Novo – apoiava o nacionalismo e seu projeto de desenvolvimento industrial, mas discordava dos métodos. Érico Veríssimo exilou-se temendo a censura do Estado Novo. E, anos mais tarde, incluiu Vargas como personagem de seu romance *O tempo e o vento*.

Podemos finalizar este panorama das influências intelectuais do período com uma homenagem a um dos maiores escritores brasileiros, Graciliano Ramos, citando um trecho do livro *Memórias do Cárcere*, no qual o escritor narra sua experiência no presídio da Ilha Grande. Trata-se de um livro póstumo, que ficou sem o último capítulo. Graça – como os amigos o chamavam – estava terminando o manuscrito quando morreu em 1953. O escritor esperou mais de 15 anos para contar sua experiência na prisão. O livro virou filme em 1984, sob a direção de Nelson Pereira dos Santos.

O mundo se tornava fascista. Num mundo assim, que futuro nos reservariam? Provavelmente não havia lugar para nós, éramos fantasmas, rolaríamos de cárcere em cárcere, findaríamos num campo de concentração. Nenhuma utilidade representávamos na ordem nova. Se nos largassem, vagaríamos tristes, inofensivos e desocupados, farrapos vivos, fantasmas prematuros; desejaríamos enlouquecer, recolhermo-nos ao hospício ou ter coragem de amarrar uma corda ao pescoço e dar o mergulho decisivo. Essas idéias, repetidas, vexavam-me; tanto me embrenhara nelas que me sentia inteiramente perdido.

Exmo. Sr. Ministro Gustavo Capanema,

A classe universitária da Capital Federal bem como a massa estudantil dos estados, segundo estamos informados, está profunda e justamente indignada pelo inominável atentado de que foram vítimas os acadêmicos e o povo de Pernambuco, em consequência do qual tombou para sempre o inesquecível e brioso dirigente estudantil Demócrito de Sousa Filho.

De acordo com os relatos fidedignos que possuímos do acontecimento, não pode restar a menor dúvida quanto à total responsabilidade do Interventor de Pernambuco no bárbaro e provocador massacre.

A atitude da União Nacional dos Estudantes, em face desse como de outros acontecimentos ligados ao mesmo, já foi publicamente proclamada em declaração à imprensa, cujos termos agora reafirmamos sem retirar uma linha sequer.

Sr. Ministro: Como V. Excia. deve ter verificado, a liberdade, a segurança e até a própria vida dos universitários democratas estão seriamente ameaçadas, não havendo, até o momento, a menor garantia por parte dos detentores do poder de que tais atentados não se repetirão.

Nessa emergência, a mocidade estudantil mostra-se, entretanto, decidida a enfrentar com destemor e serenidade quaisquer ataques dos provocadores, interessados em criar um clima de intranquilidade e insegurança, incompatível com a boa marcha da livre campanha eleitoral em que a nação está empenhada.

Cumprе, porém, deixar bem claro, ante o povo e as autoridades, a quem cabe a responsabilidade exclusiva dos atuais conflitos. É com esse objetivo, isto é, para firmar responsabilidades, que a UNE se dirige a V. Excia., a quem comunica a sua inabalável decisão de envidar todos os esforços para que os culpados de tais crimes, tanto os maiores como os menores, sejam exemplarmente punidos. E enquanto não se fizer completa justiça, não haverá concordia em nossos corações, posto que a imensa dor de que estamos possuídos não deixará arrefecer o nosso justo e bom combate.

Cordialmente,

Paulo Silveira

Paulo Silveira

BREVE PANORAMA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL – I: PANORAMA GERAL DO ENSINO UNIVERSITÁRIO NO BRASIL ENTRE 1930 E 1950

Na época da fundação da UNE, em 1937, o Brasil estava começando a viver um processo de crescimento do ensino universitário.

No início do século XX o país contava com uma estrutura ainda precária de ensino superior. As faculdades eram poucas e não integradas. Nos principais estados do país existiam as faculdades de Direito, de Medicina e as escolas politécnicas. E, em alguns casos, as escolas de Agronomia e Medicina Veterinária. Na década de 1920 foi criada a Universidade do Rio de Janeiro como uma reunião das escolas superiores existentes na cidade.

Mas o impulso ao ensino superior só veio mesmo na década de 1930, com a criação das primeiras universidades do país: Universidade de São Paulo, Universidade de Porto Alegre e Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro.

A Universidade de São Paulo foi criada em 1934 por iniciativa do governador do estado, Armando de Sales Oliveira, tendo como mentor Júlio de Mesquita Filho, diretor do jornal *O Estado de São Paulo*. A USP reuniu as faculdades já existentes – como a Faculdade de Direito, a Escola Politécnica e a Faculdade de Medicina – e criou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Também em 1934 foi criada a Universidade de Porto Alegre a partir da reunião das tradicionais e antigas escolas de Medicina, Engenharia, Direito, Agronomia e Veterinária e Filosofia.

Mas foi, sobretudo, no âmbito do governo federal que se verificaram alterações importantes. O governo Vargas e o Ministro da Educação Gustavo Capanema tinham o projeto de modernizar o ensino brasileiro e criar padrões de referência.

Com esse objetivo o governo Vargas realizou, na década de 1930, investimentos na Escola Nacional de Agronomia e na Escola Nacional de Medicina Veterinária, para transformá-las em padrão para o ensino de agronomia do país.

Mas a iniciativa mais importante foi a criação da Universidade do Brasil, em 1937, a partir da antiga estrutura da Universidade do Rio de Janeiro. O ministro Gustavo Capanema formou, em 1935, uma comissão para estudar a ampliação da Universidade do

Rio de Janeiro. Essa comissão contava com nomes como Azevedo Amaral, Roquete Pinto e Lourenço Filho. A nova universidade reuniu 15 escolas (ou faculdades) que já existiam e receberam a denominação de "nacionais" e 16 institutos. Com a criação da Universidade do Brasil o governo pretendia implantar em todo o país um padrão nacional de ensino superior e estabelecer um sistema destinado a controlar a qualidade desse ensino.

Na década de 1940 houve um novo impulso na criação de novas universidades em vários estados do país – sempre a partir da reunião das antigas e tradicionais faculdades de Direito, Medicina e Engenharia.

Em 1940 começaram a funcionar as Faculdades Católicas – a partir de uma iniciativa que, desde os anos 1920, vinha agrupando padres e intelectuais católicos, como o arcebispo D. Sebastião Leme, o padre Leonel Franca e Alceu Amoroso Lima em prol da educação superior católica. As Faculdades Católicas começaram reunindo a Faculdade de Direito e os cursos da Faculdade de Filosofia. Em 1941 as Faculdades Católicas passaram à categoria de Universidade; a Pontifícia Universidade Católica.

Em 1943, foi criada, pelo governo Vargas, a Universidade Rural, com cursos de aperfeiçoamento e especialização em Agronomia e Veterinária.

Em 1946 foi criada a Universidade da Bahia, também a partir das escolas e faculdades tradicionais. No caso da Bahia, o núcleo principal foi a Faculdade de Medicina e as escolas conexas de Odontologia e Farmácia – que foram reunidas à Faculdade de Filosofia, Ciências Econômicas, Direito, além da Escola Politécnica.

Seguindo o mesmo padrão, foi criada ainda em 1946 a Universidade de Pernambuco. Em 1947, a Universidade do Rio Grande do Sul.

A maior parte das universidades do Brasil, portanto, tinha sido criada a partir da reunião dos cursos de Direito, Medicina, Engenharia, Agronomia e Veterinária, Filosofia e Economia. Os cursos de Filosofia geralmente congregavam os cursos de Letras, História e Geografia.

Na década de 1950 teve início o processo de "federalização" das universidades que passaram para o âmbito da autoridade federal e ganharam a designação de Universidades Federais.

**CAPÍTULO III
O MOVIMENTO
ESTUDANTIL NA
DEMOCRACIA
(1945 – 1964)**

A REPÚBLICA DE 1945 A 1964

O período que vai da restauração democrática em 1945 ao golpe militar de 1964 é um momento especial da nossa história republicana e motivo de grandes controvérsias na historiografia brasileira. Situado entre duas ditaduras – o Estado Novo e a ditadura militar –, para muitos ele representa o melhor momento da democracia brasileira, para outros ele espelha a fragilidade e os limites dessa democracia.

Para alguns estudiosos da sociedade brasileira o período de 1945 a 1964 caracteriza a “República Populista”. O conceito de “populismo”, desenvolvido e divulgado pelos cientistas políticos Otávio Ianni e Francisco Weffort, definia a especificidade da democracia brasileira a partir da fragilidade de suas instituições políticas. O “pacto populista” teria tido origem em Getúlio Vargas e apontava para determinadas características de nossa realidade política: uma república que repousava não no funcionamento regular de instituições políticas, mas no carisma de um líder que se relacionava diretamente com a sociedade, com as massas populares e com os representantes das classes dominantes. Esse relacionamento estabelecia um pacto de conciliação de classes, na medida em que esse líder conciliava os interesses dos diferentes (e às vezes opostos) setores da sociedade. Na “República Populista” os partidos seriam secundários. As relações políticas seriam marcadas pelo favorecimento e pelas relações pessoais. Dessa forma, antigas oligarquias ligadas ao setor agro-exportador coexistiam com representantes do empresariado industrial emergente.

A classe trabalhadora era um elemento fundamental desse sistema. Ela se integrava ao pacto populista através de sindicatos tutelados. A “República Populista” concedia vantagens e benefícios trabalhistas em troca do apoio político dos sindicatos. As lideranças sindicais, cooptadas pelo Estado, tinham com ele um compromisso maior do que com os trabalhadores que representavam. Mais do que líderes sindicais, os chamados “pelegos” e eram “correias de transmissão” entre o Estado e as massas trabalhadoras.

Segundo essa concepção teórica do período, o governo republicano pretendia conduzir, por meio do pacto populista, um processo de desenvolvimento nacional que integrasse – sem crises e sob a tutela do Estado – o conjunto dos setores econômicos, sociais e políticos do país. Para Ianni e Weffort, esse projeto configuraria o que chamaram

de "ilusão populista". O golpe de 1964 teria representado, exatamente, o desmoronamento dessa ilusão, o limite do pacto, o "colapso do populismo".

Recentemente, muitos autores começaram a criticar essa visão. Eles argumentam que o conceito de "República Populista" é pejorativo e desqualifica a nossa experiência democrática. Apontam também a diversidade de experiências políticas do período, marcadas por governos federais muito diferentes entre si, portanto difíceis de serem enquadradas numa mesma categoria analítica. E questionam, sobretudo, o papel atribuído às classes trabalhadoras no modelo populista. Estes autores enfatizam que as vantagens e benefícios trabalhistas, mais do que "concedidos", foram "conquistados" pelos trabalhadores. A historiadora Ângela de Castro Gomes, num trabalho que se tornou fundamental para o entendimento da história política do período, *A invenção do trabalhismo*, mostra que Vargas, na verdade, encampou bandeiras e reivindicações históricas do movimento operário sindical brasileiro que já vinha, há muito tempo, lutando por elas. Ângela Castro salienta também que, durante o Estado Novo, as relações entre governo e trabalhadores se davam em mão dupla. Os trabalhadores não foram passivos receptores de benefícios, mas participaram de uma complexa rede de relações entre o Estado e os movimentos sindicais. Essa rede construiu o "trabalhismo" como um instrumento político nas mãos tanto do Estado como dos trabalhadores. Na mesma linha, em seu livro *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura popular 1945-1964*, o historiador Jorge Ferreira salienta que a historiografia tradicional que se construiu em torno do conceito de "populismo" promoveu um desmerecimento das lutas dos trabalhadores do período. O movimento sindical daquela época passou a ser sinônimo de "pelegos", "traidores" e "massas manipuladas". O que estaria bastante distante da riqueza política de um movimento sindical que, na época, tinha grande capacidade de mobilização e reunia sindicalistas, nacionalistas, comunistas, trabalhistas e católicos. Essa historiografia mais recente, que recusa o rótulo de "República Populista" para o período em questão, procura entendê-lo a partir de uma outra perspectiva, mais positiva. Na verdade, estes historiadores buscam promover um resgate histórico do período. Jorge Ferreira aponta para o fato de que, nessa época, homens e mulheres que desejavam promover o desenvolvimento do país acreditaram em alguns princípios e levantaram algumas bandeiras. Entre elas: o nacionalismo, a defesa da soberania nacional, a reforma das estruturas socioeconômicas do Brasil e a ampliação dos direitos sociais dos tra-

balhadores da cidade e do campo. Essa proposta de desenvolvimento nacional seria a marca do período. Mais do que o “populismo”, a idéia de uma “utopia desenvolvimentista” caracterizaria a República de 1945 a 1964. Concordando com essa visão, a historiadora mineira Lucília de Almeida Neves, em “Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)”, nomeia os elementos integrantes dessa utopia que teria se constituído no principal signo daquela época: esperança, reformismo, distributivismo e nacionalismo.

Essa outra perspectiva historiográfica, que procura resgatar um sentido histórico positivo da República de 1945 a 1964, valoriza também a “memória” e o “imaginário” popular, para os quais esse período parece significar, até hoje, um momento especial da democracia no país. Muitos dos depoimentos das pessoas que viveram o período trazem à tona um momento rico de experiências e, sobretudo, de vivência democrática, de conquistas, de lutas, de um debate amplo sobre os rumos do desenvolvimento do país. Essa imagem, sem dúvida, foi talhada em parte pela angústia e frustração do período da ditadura militar. Mas não pode ser desprezada. Para muitos atores políticos daquela época – sindicalistas, estudantes, artistas, militares nacionalistas, parlamentares – a República de 1945 a 1964 não foi uma “República Populista”, mas um momento de ampla participação da sociedade no debate dos grandes temas nacionais.

É importante lembrar que essa “reabilitação” da República de 1945 a 1964, promovida por uma historiografia mais recente, não é sinônimo de glorificação da nossa experiência democrática ou de esquecimento dos muitos vícios autoritários da sociedade e do Estado brasileiro. A República brasileira, desde a sua constituição, é marcada por traços autoritários, pela marca escravista, oligárquica e patrimonialista. É uma república (ainda) excludente. Mas o que essa historiografia trouxe à tona foi a forma específica de luta empregada por muitas pessoas (organizadas em partidos, grupos e movimentos) naquele período contra esses traços; e assim propor uma visão positiva dessa república. Em “Ditadura e democracia: questões e controvérsias”, Daniel Aarão Reis – um dos autores mais representativos dessa historiografia – afirma que as novas pesquisas têm demonstrado que no período compreendido entre 1945 e 1964 constituíram-se forças, identidades e tendências democráticas que criaram raízes e consistência política na sociedade brasileira. Elas foram derrotadas em 1964, mas não liquidadas.

Entre essas tendências e identidades podemos colocar o movimento estudantil. Entre 1945 e 1964 o movimento estudantil brasileiro se consolidou como um movimento organizado, com grande capacidade de mobilização de massas e com uma direção política crítica e contestadora em relação ao Estado – enfim, como um ator político dos mais relevantes no cenário nacional.

Getúlio Vargas, Juscelino e Jango marcam diferentes momentos com diferentes projetos políticos e econômicos. Mas esses diferentes projetos se articulavam em torno de algumas questões centrais que nortearam o debate político ao longo de todo o período. Entre essas questões, a mais importante foi, certamente, a do desenvolvimento nacional. Esta talvez seja a melhor chave para a análise e compreensão do período: os diferentes projetos de desenvolvimento nacional em debate na sociedade e encampados pelos diferentes presidentes da República. O país engajava grandes energias intelectuais e políticas na construção e implementação de um projeto de desenvolvimento nacional. Cada um dos três principais presidentes da República do período procurou implementar um projeto específico – e com isso mobilizou uma parte da sociedade.

O projeto nacionalista de Vargas, o desenvolvimentismo de JK e o projeto das reformas de base encampado por João Goulart procuravam responder, cada um à sua maneira (vale dizer, cada um com uma perspectiva política diferente), à grande questão colocada no período – o desenvolvimento nacional.

Esse intenso debate realizado democraticamente – apesar dos limites da democracia brasileira com seus vícios autoritários e oligárquicos – foi interrompido pelo golpe de 1964, que instaurou uma ditadura militar no país.

Os estudantes participaram ativamente desse debate em seus diferentes momentos: na campanha "O petróleo é nosso", na luta pela reforma universitária, na campanha pelas reformas de base. Durante todo o período democrático de 1945 a 1964 a UNE foi um ator político importante, influente, criativo e corajoso.

Vamos ver como as lembranças desse período – seus debates, suas lutas, seus impasses – são revividas nos depoimentos de antigos militantes e dirigentes da UNE daquela época.

“O PETRÓLEO É NOSSO!”

Segundo Arthur Poerner, de 1947 a 1950 a UNE ficou sob a hegemonia dos estudantes ligados ao Partido Socialista Brasileiro. Nessa fase de hegemonia socialista a UNE se destacou na luta pela defesa do patrimônio territorial e econômico do Brasil, cujo exemplo maior foi a campanha “O petróleo é nosso”, um dos maiores movimentos de opinião pública da História do Brasil, no qual os estudantes participaram ativamente.

A campanha do petróleo foi um grande movimento cívico, de cunho nacionalista, que empolgou grandes parcelas da sociedade brasileira: estudantes, intelectuais e artistas, militares nacionalistas, militantes comunistas e socialistas, trabalhadores e sindicalistas. O movimento se opunha à concessão das jazidas petrolíferas para a exploração de empresas estrangeiras. Foi um dos momentos de mais intensa participação popular na história da República. Ela tem um significado tão grande no imaginário político brasileiro que, como bem apontou Jacob Gorender em sua entrevista, as privatizações feitas na década de 1990, pelo governo Fernando Henrique Cardoso, não atingiram a Petrobras. Como disse Gorender, “o governo não ousou privatizar a Petrobras”.

A campanha pela nacionalização dos bens do subsolo nacional vinha da década de 1930. Uma das pessoas que desempenhou papel-chave nessa campanha foi o escritor Monteiro Lobato, que em seus livros – tanto nos infantis quanto em seus escritos voltados para o público adulto – defendia o progresso e o desenvolvimento nacional. Lobato escrevia cartas ao então presidente Getúlio Vargas, fazia palestras e conferências, escrevia na imprensa, exercia uma ampla militância em prol da monopolização do petróleo pelos brasileiros.

No livro *O poço do Visconde*, publicado em 1937, a turma do Sítio do Pica-pau Amarelo descobre petróleo no terreno do próprio sítio. Orientados pelo Visconde de Sabugosa, enfrentam trustes internacionais e conseguem perfurar o primeiro poço de petróleo do Brasil – o Caraminguá nº 1.

Mais ou menos na mesma época, numa cidade do interior da Bahia – por uma estranha coincidência também chamada Lobato – engenheiros brasileiros detectaram petróleo. Em 1939 começaram os trabalhos em torno do primeiro poço comercial de petróleo do país. A partir daí a expansão das perfurações e a demanda por petróleo se intensificaram dando margem ao crescimento de um amplo movimento pela nacionalização e monopo-





lização do petróleo. A palavra de ordem "O petróleo é nosso" espalhou-se pelos muros das cidades do Brasil.

Dyneas Aguiar, político e parlamentar, vice-prefeito de Campos do Jordão (SP) em 2004, era na época um ativo estudante secundarista, militante da Juventude Comunista. Em seu depoimento, Dyneas enfatiza a importância de Monteiro Lobato, do PCB e do movimento estudantil na campanha do petróleo:

Foi um movimento muito amplo, em que o partido e as forças de esquerda desempenharam um papel fundamental. Monteiro Lobato, pouco antes de falecer, ingressou no Partido. E, na verdade, o Monteiro Lobato influenciou o Partido a se envolver nessa luta em defesa do petróleo. A lei foi para o Congresso. Foi uma batalha muito difícil dentro do Congresso, porque lá as forças reacionárias e os entreguistas não queriam aceitar de jeito nenhum o monopólio estatal do petróleo. O movimento estudantil também teve um papel importante nisso, nas manifestações públicas, na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, no centro de São Paulo. Eu me lembro que nós inauguramos uma torre de petróleo de madeira, simbolizando a luta pelo petróleo.

Como reconhece Dyneas, Monteiro Lobato inspirou partidos de esquerda e movimentos sociais a ingressarem na grande campanha nacionalista de defesa do petróleo. O escritor morreu em 1948, no mesmo ano em que a UNE, no bojo da campanha, criava a Comissão Estudantil de Defesa do Petróleo. Mas, ainda assim, continuou como o grande representante dessa causa.

O jornalista e parlamentar José Frejat, na época estudante de Direito da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, destaca em seu depoimento ao Projeto MME uma outra característica desse movimento: a capacidade de unir diferentes setores sociais numa mesma campanha política.

Foi um movimento muito bonito da sociedade porque, pela primeira vez, uniram-se civis e militares. Os militares também tiveram uma participação espetacular e muito importante nesse movimento.

Frejat se lembra de que, quando era presidente da UNE, em 1950, foi convidado a participar de uma reunião conjunta com os militares nacionalistas. Nessa reunião a UNE

< NAS PÁGINAS 64-65: José Batista Oliveira Jr., presidente da UNE, discursa em comício pela nacionalização do petróleo, no Rio de Janeiro, em 1957. (ACERVO INFOGLOBO) | I Convenção Nacional do Petróleo, em 1948. (ACERVO MME/ DOAÇÃO MA AUGUSTA TIBIRIÇÁ) | Campanha do petróleo realizada pelo Centro Acadêmico XI de Agosto, em São Paulo, em 1947. (ACERVO ICONOGRAPHIA)

afirmou que daria o maior respaldo à campanha pelo monopólio estatal do petróleo. Efetivamente, a UNE convocou todos os estudantes do país para participar da campanha e as manifestações estudantis contribuíram bastante para ampliar e dar visibilidade à causa.

Nós fomos para as ruas com cartazes, com desenhos, com panfletos. Eram manifestações muito ruidosas, mas tranquilas, pacíficas.

Os muros da cidade se transformaram em suporte da propaganda política. Dyneas Aguiar comenta que, por onde se andasse no Brasil, lá estavam os cartazes, "O petróleo é nosso!", espalhados pelo país inteiro.

O presidente Getúlio Vargas respondeu a esse amplo movimento da opinião pública nacional com a assinatura, em outubro de 1953, da Lei nº 2004, que criou a Petrobras – empresa estatal com o monopólio de pesquisa e lavra, refino e transporte do petróleo e seus derivados.

Era a consagração – com o apoio dos estudantes e a adesão de amplos setores da sociedade brasileira – do sonho de Monteiro Lobato, exposto alguns anos antes no livro *O poço do Visconde*:

O SONHO DO PETRÓLEO NO SÍTIO DO PICA-PAU AMARELO:

Era o petróleo afinal! Era o jorro de petróleo salvador do Brasil, que se levantava numa coluna magnífica até 40 metros para o céu. Lá fazia uma curva de repuxo na direção do vento e caía sob forma de chuveiro forte. E como aconteceu que Dona Benta, Tia Nastácia e os meninos estivessem na direção do vento, foram colhidos pela chuva de óleo, ficando completamente empapados...

A PRESENÇA DOS SECUN- DARISTAS NO MOVIMENTO ESTUDANTIL NACIONAL

Quando se fala em movimento estudantil geralmente se pensa nos universitários, jovens acima de 18 anos, estudando em faculdades. Mas o Brasil contou, em vários momentos de sua história política recente, com intensa participação de estudantes secundaristas, meninos e meninas entre 14 e 18 anos, alunos do ensino médio. Sua entidade nacional foi fundada em 1948, mas antes mesmo os secundaristas já participavam dos movimentos e das grandes campanhas deslanchadas pela UNE.

A luta pela meia-passagem nos ônibus e a meia-entrada nos cinemas, teatros e casas de diversões era uma luta antiga dos estudantes secundaristas. José Talarico e Irum Sant'Anna – que eram secundaristas na década de 1930 – se referem a elas em seus depoimentos. Diz Irum Sant'Anna:

Eu vivi intensamente as primeiras campanhas de 50% nas passagens e nas diversões. Foi aquela época de 1930. Nós íamos para as ruas e os da frente gritavam: “O que nós queremos?” E os de trás respondiam: “50%!” “O que nós queremos? 50%!” E foi essa a primeira manifestação estudantil para fazer o tal abatimento nas passagens e nas diversões.

Ao longo dos anos 1940 a participação política dos estudantes secundaristas se intensificou e ganhou maior organicidade. Em alguns estados, como São Paulo e Rio de Janeiro, o movimento era bastante estruturado, baseado nos “grêmios” escolares. Na década de 1940 começaram a se constituir as uniões municipais de estudantes secundaristas. A meia-passagem e a meia-entrada eram as bandeiras tradicionais dos secundaristas. Além delas, todos os anos o movimento secundarista lutava contra o aumento das mensalidades escolares dos estabelecimentos particulares. Essa era uma luta importante porque eram poucos os colégios estaduais que tinham o curso chamado colegial, equivalente do atual ensino médio. Na época, o curso era dividido em clássico e científico. Em São Paulo, por exemplo, segundo Dyneas Aguiar (que foi presidente da

União dos Estudantes Secundaristas Paulistanos) apenas um colégio estadual tinha o curso colegial: o Colégio Roosevelt. Assim, a luta contra o aumento das anuidades e taxas escolares era de grande importância para a maioria dos estudantes secundaristas.

Mas os meninos e meninas do curso secundário eram criativos nas suas manifestações políticas. Na luta pela meia-entrada nos cinemas os estudantes inventaram a "fila boba": uma longa fila que se formava na bilheteria dos cinemas para pedir o meio-ingresso (que não existia). Com isso tumultuavam a fila e atrasavam a entrada das pessoas no cinema. Em seu depoimento, Dyneas conta como era a estratégia:

Era assim: do Largo Paissandu até a avenida Ipiranga (centro de São Paulo) havia uns oito a nove cinemas, freqüentados por pessoas que iam de chapéu, com vestido longo, todos bem-arrumados. O cinema era um acontecimento, principalmente nos sábados e domingos. Nós organizávamos a fila boba, ou seja, 50 a 60 estudantes ficavam na fila da bilheteria pedindo meio-ingresso. Com isso, todo mundo perdia o começo do filme, ninguém entrava na sessão das oito. Depois, ninguém entrava na sessão das dez. E eles não podiam fazer nada, não podiam prender porque você estava numa fila, sem fazer absolutamente nada.

A União Nacional dos Estudantes Secundaristas (UNES) foi fundada em 25 de julho de 1948, no Rio de Janeiro. A UNE apoiou e patrocinou o congresso de fundação da entidade dos estudantes secundaristas.

Mais uma vez as memórias se embaralham e os depoimentos e registros da entidade apresentam diferenças. No site oficial da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) está registrado o dia 28 de julho de 1948 como a data do congresso de fundação. Mas Tibério Gadelha fala em 1949. Dyneas Aguiar fica na dúvida: 1947 ou 1948? Lúcio Abreu e Tibério – que foram presidentes da entidade em 1950 e em 1951 – apontam Carlos César Castela Pinto como o primeiro presidente, eleito no congresso de fundação. Mas o site da UBES dá o nome de Luis Bezerra de Oliveira Lima. Futuras pesquisas poderão esclarecer...



UNES OU UBES?

Outro detalhe a ser esclarecido refere-se à polêmica em torno do nome da entidade: União Nacional dos Estudantes Secundaristas ou União Brasileira dos Estudantes Secundaristas? Qual era – e qual é – o verdadeiro nome da entidade?

Segundo Lucio Abreu, que foi presidente da entidade em 1950, o congresso de fundação criou a União Nacional dos Estudantes Secundaristas. Este foi o nome inicial. Mas o congresso seguinte promoveu a mudança de nome para União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. Isto porque a sigla UNES criava muita confusão com a sigla UNE. Colocando um nome diferente, o movimento dos secundaristas ficava como que mais autônomo, distinto do movimento universitário. Embora, é claro, fossem parceiros políticos. Diferentes, mas aliados. A partir do segundo congresso a entidade passou a ser conhecida como UBES.

O nome União Nacional dos Estudantes Secundaristas e a respectiva sigla UNES, no entanto, foram recuperados quando houve uma cisão no movimento secundarista, no congresso de 1951 em Salvador.

UNES X UBES

No congresso dos secundaristas realizado em 1951 em Salvador, duas diretorias diferentes reivindicaram a direção da entidade: a chapa liderada por Tibério Gadelha, apoiada pela União da Juventude Comunista (UJC), e a chapa liderada por Paulo Barbalho.

Segundo Dyneas Aguiar, um grupo de estudantes de Pernambuco e de Minas Gerais, ligados ao Movimento de Águias Brancas (que tinha influência dos integralistas) entrou em confronto com os estudantes da diretoria anterior, a maioria deles ligada à União da Juventude Comunista. Foi um conflito político que se expressou na disputa pela liderança da entidade secundarista. Mas o grupo dissidente, antes do fim do congresso, se retirou do plenário:

Quando chegou a véspera do término do congresso, eles se retiraram do congresso, dizendo que não dava para apresentar chapa, criaram uma série de problemas e se retiraram do congresso. A diretoria ficou e elegeu a chapa do Tibério César Gadelha, que foi eleito presidente em Salvador.

Dyneas também conta, em seu depoimento, que após o congresso, a diretoria eleita permaneceu em Salvador para resolver alguns problemas – como, por exemplo, conseguir passagens de volta para estudantes de outros estados. O grupo derrotado foi direto para o Rio de Janeiro e registrou a sua chapa como a nova diretoria da entidade. Quando Tibério Gadelha chegou para registrar a chapa vencedora viu que a UBES já tinha uma diretoria registrada. O grupo de Tibério, então, com o apoio da maioria das tendências políticas de esquerda do movimento secundarista, resgatou o antigo nome da entidade (UNES).

O Ministro do Supremo Tribunal Federal, Sepúlveda Pertence, que então militava no movimento secundarista de Minas Gerais, descreve assim o cenário da época:

O movimento secundarista era então dividido em duas entidades. Esta UBES, com sede no Rio de Janeiro, na época com uma forte influência integralista. Seu presidente era o depois Ministro de Estado, Aníbal Teixeira de Souza, que era um dos “águias brancas”, um grupo de jovens talentosos que viviam num sistema quase monacal numa casa mantida pelo PRP, que então era o partido de Plínio Salgado. E em São Paulo funcionava a UNES, de marcada influência do Partido Comunista.

Durante algum tempo – até 1956, quando houve a reunificação – duas entidades secundaristas coexistiram no Brasil: a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas e a União Nacional dos Estudantes Secundaristas.

As duas entidades chegaram a ter sua sede no mesmo local: o prédio da UNE, no Rio de Janeiro.

Helga Hoffman, que foi presidente da UNES em 1956 – e que veio a se tornar, mais tarde, funcionária das Organizações das Nações Unidas –, comenta o paradoxo em seu depoimento ao Projeto MME:

No prédio da UNE havia duas entidades: a União Brasileira de Estudantes Secundários (UBES), cujo presidente, na época, se chamava José Luiz Clerot, e a União Nacional de Estudantes Secundários (UNES), da qual eu tinha virado presidente (...). Exatamente no mesmo prédio. Cada uma tinha a sua salinha. Eu era supostamente à esquerda e eles à direita. Quando cheguei, achava até que eles tinham mais organização, mais visibilidade, mas logo achei aquilo

esquisito: “Como que tem duas?” E a sorte é que o Clerot também achava: “Que esquisito, para que ter duas entidades?” Nós dois achamos que a nossa grande glória, se é que tem alguma, seria unir as entidades.

Foi organizado, então, um congresso em Porto Alegre que reunificou o movimento secundarista. As duas entidades se reuniram sob o nome de União Brasileira dos Estudantes Secundaristas.

Outra luta importante levada pelo movimento secundarista foi a mobilização contra o envio de tropas brasileiras para a Coréia. O governo brasileiro havia assumido o compromisso com os Estados Unidos de enviar tropas para a Coréia. O movimento contra o envio das tropas ganhou a juventude. Em todos os congressos e reuniões dos secundaristas havia manifestações a respeito. Segundo Dyneas Aguiar, nesse movimento os secundaristas desempenharam o papel principal:

Eram os mais diretamente afetados. Os universitários ainda tinham a válvula de escape de fazer o CPOR (Centro de Preparação de Oficiais da Reserva) por estarem fazendo universidade. Agora, os secundaristas não tinham saída por causa da idade de alistamento militar, que é de 18 a 19 anos. Então, foi um período de muita agitação.

Dyneas sublinha uma característica especial desse movimento: os secundaristas só podiam participar do movimento estudantil durante alguns meses do ano, porque tinham um calendário rígido de provas, tinham que estudar muito, passar de ano, encarar um número muito grande de matérias diferentes, tinham que se preparar para o vestibular, procurar emprego. Por isso, era importante o apoio de grupos e partidos políticos que davam suporte e estabilidade aos estudantes. Um dos principais grupos de apoio aos secundaristas era a União da Juventude Comunista, ligada ao PCB. Além dos comunistas, os socialistas e os católicos também davam sustentação política e apoio aos estudantes. Estes eram os mesmos grupos políticos que atuavam também na UNE. Secundaristas e universitários participaram do amplo debate político e ideológico que marcou o período.

Entre 1945 e 1964, os estudantes secundaristas participaram também das grandes campanhas lideradas pela UNE, em especial a campanha do petróleo e a luta pela reforma do ensino, dando uma dimensão mais ampla e mais política ao movimento secundarista.

Dyneas Aguiar lembra algumas das principais lideranças secundaristas do período, nomes que depois se tornaram conhecidos porque se destacaram em vários campos de atuação: Gianfrancesco Guarnieri, Oduvaldo Vianna Filho (o Vianinha), Augusto Boal, Sepúlveda Pertence, Florestan Fernandes, Paulo de Tarso Santos.

Como veremos nos próximos capítulos, os secundaristas continuaram a atuar nas diferentes conjunturas políticas do país. Após 1964, apesar de suas entidades terem sido fechadas pelo regime militar, o movimento secundarista continuou participando, junto com os universitários, das manifestações contra a ditadura. Os secundaristas foram para as ruas nas grandes manifestações de 1968 e, após 1969, quando o AI-5 reduziu ainda mais a possibilidade de expressão e manifestação política, muitos secundaristas aderiram às formas mais radicais de luta política, ingressando na luta armada. O Colégio de Aplicação da UFRJ (CAp) foi um dos estabelecimentos de ensino que viu um grande número de seus alunos e ex-alunos ingressarem em organizações armadas. A pesquisadora Alzira Alves de Abreu, no livro *Intelectuais e guerreiros: o Colégio de Aplicação da UFRJ de 1948 a 1968*, aponta a importante presença dos secundaristas egressos do CAp nas organizações revolucionárias de esquerda no Rio de Janeiro. E após a ditadura militar, um dos momentos mais importantes vividos pela sociedade brasileira foi protagonizado pelos estudantes secundaristas: os “caras-pintadas” que lutaram e conseguiram o impeachment do presidente Collor de Mello.

AS MULHERES NA UNE

É interessante apontar que, desde os seus primeiros anos, nos seus primeiros congressos, a UNE contou com a participação feminina. Esta observação é digna de nota porque nos anos 1940 e 1950, a maioria do alunato de nível superior no Brasil era constituída por homens. Eram eles que ocupavam os bancos das faculdades de engenharia, medicina, direito – as mais prestigiadas da época.

Nas primeiras décadas do século XX as mulheres brasileiras ainda lutavam pelo direito ao voto e enfrentavam a oposição da família e da sociedade quando decidiam realizar estudos superiores. A resistência ao estudo e à profissionalização das mulheres era ainda muito forte, pois se esperava que elas se dedicassem integralmente ao lar e à família.



Entre os anos 1920 e 1930 mulheres como Bertha Lutz, Maria Lacerda de Moura e Nísia Floresta iniciaram um movimento questionador desta posição. Todas elas insistiam na importância da educação e instrução feminina para a emancipação da mulher e de seu papel na sociedade.

Conforme escreveu Constância Lima Duarte em "Feminismo e literatura no Brasil":

O século XX já inicia com uma movimentação inédita de mulheres mais ou menos organizadas, que clamam pelo direito ao voto, ao curso superior e à ampliação do campo de trabalho, pois queriam não apenas ser professoras, mas também trabalhar no comércio, nas repartições, nos hospitais e nas indústrias.

Em 1927 o Rio Grande do Norte tomou a frente da Federação e deu o direito de voto às mulheres. Em 1929, esta lei permitiu a eleição, no município de Lajes, da primeira mulher prefeita da América Latina: Alzira Soriano. Finalmente, em 1932, Getúlio incorporou o voto feminino ao Código Eleitoral. Mas a suspensão das eleições durante o Estado Novo fez com que muitas mulheres exercessem este direito apenas em 1945. Ainda segundo Constância Lima Duarte:

O exercício dos direitos civis e políticos e o acesso aos cursos superiores eram, ainda, novidade para as poucas jovens estudantes universitárias no congresso da UNE de 1948, que elegeu o paraibano Genival Barbosa. No entanto, esse congresso, que se realizou no Rio de Janeiro, contou com a presença de 60 mulheres – todas elas, segundo Genival, das escolas de Filosofia e de Enfermagem do país inteiro, “desde o Pará até Santa Maria da Boca do Monte, no Rio Grande do Sul”.

Genival Barbosa é o mais antigo presidente da UNE vivo. Seu depoimento nos traz de volta um tempo em que os estudantes iam para a aula de paletó e gravata. Se nessa época as mulheres estavam começando a exercer o direito de voto e sua presença nos bancos universitários ainda era novidade, imagine-se então as dificuldades para a atividade feminina na política estudantil. A participação das universitárias nesse congresso de 1948 é um dos pontos mais interessantes do depoimento de Genival. Até porque, ele se orgulha em dizer, todas as mulheres votaram nele!

A vinda das universitárias – principalmente as do Nordeste – para um congresso de estudantes no Rio de Janeiro foi problemática. Em alguns casos, Genival – então com

vinte e poucos anos e presidente da União dos Estudantes de Pernambuco – teve de conversar pessoalmente com as diretoras. Foi assim com a Faculdade de Filosofia São José, de Pernambuco. Mas, para sua felicidade, a diretora estudara na Sorbonne e tinha a mente aberta. Não só apoiou as estudantes que desejavam participar do congresso como declarou que, com Genival, elas estariam em ótima companhia. Mas Genival conta também que precisou conversar pessoalmente com uma mãe aflita, cujas duas filhas queriam ir ao Rio de Janeiro participar do congresso da UNE, como conta em seu depoimento ao MME:

A mãe delas, me vendo, disse: “Eu vou entregar as minhas filhas aos seus cuidados, mas não quero que elas fiquem hospedadas no mesmo lugar que os homens.” E eu disse: “Isso vai ser feito.” E foi. Elas ficaram na rua do Catete, no City Hotel, que foi onde ficaram as mulheres, as gaúchas de Santa Maria, as pernambucanas, as baianas, as paraenses, todas foram para lá.

Genival lembra que as jovens se maravilharam com o Rio e uma das primeiras providências que tomaram (antes do congresso começar) foi pegar uma condução para conhecerem a Praia de Copacabana. Genival conta que temeu pela reputação das jovens que, de certa maneira, estavam sob seus cuidados:

O jeito que teve foi eu lembrar do que me pediram: “Olha, você tenha cuidado, eu não estou fiscalizando, mas você tenha cuidado com a língua do povo.” Mas todas essas coisas mostram o cuidado e o desvelo que nós tínhamos. O traje nosso no congresso era paletó e gravata e as mulheres com vestidos abaixo dos joelhos, ali, calça comprida não, isso nunca. Então esse era o ambiente de uma época.

Genival Barbosa lembra que, nessa época, a trilha sonora que embalava as noites de boemia estudantil era formada por compositores populares de samba, choro, frevo, marchinhas de carnaval, muitos dos quais ele conheceu pessoalmente. Capiba (Lourenço da Fonseca Barbosa), o célebre músico pernambucano, compositor de frevos, nordestino como ele e fundador da União Brasileira de Compositores, foi quem o apresentou a Lamartine Babo e a João de Barro, o Braguinha.

A FASE “LIBERAL” DA UNE

Para muitos autores, entre eles Arthur Poerner, principal historiador do movimento estudantil brasileiro, o período compreendido entre 1950 e 1956 representa a “fase de domínio direitista da UNE”.

Já em 1949, o 12º Congresso da UNE, na Bahia, tinha sido palco de intenso confronto entre grupos de esquerda e de direita.

José Frejat lembra desse congresso em seu depoimento para o MME:

Aquele foi um congresso memorável! Os baianos nos receberam muito bem, a bancada da Bahia sempre muito boa, muito progressista. Era governo do Otávio Mangabeira que deu apoio ao congresso, nós tínhamos dificuldade porque era governo do Dutra e era difícil ter um estado que nos acolhesse. E o Otávio Mangabeira era governador e nos acolheu. O Nestor Duarte era Secretário da Educação, foi ao congresso em nome do governador e fez um belo discurso, progressista, avançado, todos nós adoramos o discurso dele. E tinha um grupo de estudantes direitistas que nos ameaçavam, ficavam do lado de fora. Achamos até que havia alguns policiais no meio deles, tanto da Bahia quanto do Rio de Janeiro, que foram para lá para fazer provocação porque eles sabiam que seriam derrotados. E fizeram muita provocação, mas nós não aceitamos a provocação e o congresso se desenrolou.

Apesar do confronto, a esquerda venceu o congresso e o socialista Roger Ferreira foi eleito presidente da UNE. Mas Ferreira não completou seu mandato e foi substituído por Frejat. O mandato de José Frejat encerrou a fase de hegemonia dos socialistas na UNE.

O ano de 1950, com a eleição de Olavo Jardim Campos para a presidência da UNE, marca uma nova direção política da entidade. Nessa fase, uma figura importante foi o estudante de engenharia Paulo Egydio Martins, presidente da União Metropolitana de Estudantes (UME), que mais tarde veio a ser Ministro da Indústria e do Comércio no governo Costa e Silva e governador do estado de São Paulo entre 1975 e 1979. Paulo Egydio foi o principal articulador e mentor da vitória da corrente conservadora no congresso da UNE em 1950. Esse grupo de estudantes, críticos da atuação dos comunistas e socialistas no movimento estudantil, identificava-se com as propostas políticas da União Democrática Nacional, o principal partido de oposição a Getúlio Vargas.

A UNE sob a direção dos estudantes udenistas pode ser considerada um fato isolado e estranho à tradição da entidade. De uma forma geral, ao longo de sua existência, a UNE foi sempre associada às correntes de esquerda presentes no movimento estudantil brasileiro. Assim como também a própria historiografia sobre a entidade valoriza seu conteúdo e sua direção política de esquerda. Em função disso, na maior parte dos depoimentos e nos textos escritos sobre a UNE, esse período aparece de forma depreciativa. A gestão dos "direitistas" é associada à UDN, a Carlos Lacerda, ao "entreguismo" e até mesmo à CIA.

A articulação de Paulo Egydio para levar os estudantes udenistas à direção da UNE em 1950 valeu-se, sem dúvida, da campanha feita por Lacerda contra o governo de Getúlio Vargas, como lembra José Frejat em seu depoimento:

O Lacerda era líder de uma corrente muito virulenta contra os setores mais progressistas e contra o governo de Getúlio Vargas. E isso atingia o movimento estudantil, porque exacerbava aqueles moços que não compartilhavam o pensamento de esquerda, queriam um governo mais conservador, embora liberal, mas que fosse mais conservador.

A polarização política que ocorria na sociedade repercutiu, portanto, na UNE. Os estudantes udenistas ganharam as eleições do congresso de 1950, realizado em São Paulo, segundo José Frejat, pela diferença de vinte e poucos votos.

Sobre a UNE dirigida pela UDN, Frejat comenta:

A UDN tinha várias conotações. Eles tinham uma parte virulenta que era lacerdista, era intransigente e difícil de a gente ter diálogo com esse grupo. Mas existiam setores mais democráticos, com quem a gente podia falar. Então alguns diretórios assumidos pelo pessoal udenista, alguns eram mais intransigentes e outros não. Por exemplo, o Paulo Egydio Martins era uma pessoa com quem se podia conversar.

Paulo Egydio foi, portanto, a figura mais importante dessa direção. Mas ele próprio contesta tanto a classificação de udenista como de direita. Em seu depoimento ele diz que seu grupo era sensibilizado pelas idéias da UDN, sobretudo por Carlos Lacerda, mas não eram filiados ao partido:

Nós éramos mais ligados ao pensamento da UDN. Na PUC éramos UDN por causa de Carlos Lacerda, que tinha uma liderança nessa época extremamente forte no Rio e era muito perseguido por Getúlio. Então, nós dávamos um apoio grande a ele, Carlos Lacerda. Éramos membros da UDN? Não. Votávamos na UDN? Não. Votávamos no Lacerda...

Para Paulo Egydio, o que dava fundamento à atuação de seu grupo era a revolta com o que chamavam de “conchavão”, ou seja, a articulação política dos estudantes comunistas e socialistas que garantia a hegemonia da esquerda na UNE. Discordavam também da ênfase que a UNE dava às questões nacionais em detrimento dos problemas especificamente estudantis.

Outra coisa que a gente reclamava era que as teses de estudantes não eram tratadas. A tese nacionalista, “O petróleo é nosso” e outras, eram teses de política nacional. Mas melhoria de ensino, tratamento mais direto ao estudante, não era tratada.

Apesar das posições da UDN contrárias ao monopólio do petróleo, a UNE foi impulsionada pelas Uniões Estaduais de Estudantes (UEE) a participar da campanha “O petróleo é nosso”. Fernando Gasparian relata o debate entre os estudantes “entreguistas” e os “nacionalistas” no congresso da UEE de São Paulo, em 1951. Nesse mesmo congresso, Gasparian – que era simpatizante do Partido Socialista Brasileiro – foi eleito por unanimidade presidente da UEE paulista. No caso do petróleo, portanto, a posição da maioria dos estudantes, expressa nas Uniões Estaduais, forçou a UNE a assumir a posição nacionalista de defesa do monopólio estatal, considerado como patrimônio do país.

A predominância do grupo de Paulo Egydio na direção da UNE durou até o congresso de 1956, quando foi eleito José Batista de Oliveira Júnior.

O SUICÍDIO DE VARGAS

Durante a gestão do grupo de Paulo Egydio na UNE o país viveu o trauma do suicídio de Getúlio Vargas.

O segundo governo de Vargas – que após ter sido deposto em 1945, voltara à Presidência da República pelo voto popular – enfrentara graves crises. Nesse segundo governo, Getúlio acentuou alguns aspectos já presentes no Estado Novo; em especial, um

projeto "nacionalista" de desenvolvimento econômico e a postura de valorização do "trabalho". Esses dois pilares da política getulista geravam grandes polêmicas e forte oposição em alguns setores da sociedade. A UDN representava essas forças de oposição. Carlos Lacerda, seu principal representante político, atacava o governo Vargas diariamente no jornal *A Tribuna da Imprensa*. No dia 10 de maio de 1954, Getúlio decretou um aumento de 100% do salário mínimo. Lacerda o acusou de preparar um golpe para a instalação de uma "República Sindicalista" no país. Os acontecimentos se precipitaram com o famoso episódio do atentado da Toneleros. O atentado – que vitimou o major da Aeronáutica Rubens Vaz – tinha por alvo Carlos Lacerda, o mais ferrenho inimigo de Vargas. Embora tenha sido planejado sem o conhecimento de Vargas, as investigações levaram ao seu braço direito, Gregório Fortunato, o "Anjo Negro" – o que implicava definitivamente Getúlio.

As forças de oposição ao governo Vargas passaram a pedir a renúncia do presidente. Sua resposta política foi o suicídio. Com isso, Getúlio não apenas "saiu da vida para entrar na História" como alterou a correlação de forças no cenário político do país. Sua morte causou enorme comoção, principalmente nas camadas populares. Uma multidão acorreu ao Palácio do Catete, outra multidão se espalhou pelas ruas da cidade, depredando carros e ônibus, numa manifestação impotente de revolta popular.

CARTA TESTAMENTO DE GETÚLIO VARGAS

Mais uma vez as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se e novamente se desencadeiam sobre mim. Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam, e não me dão o direito de defesa.

Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes. Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da

Petrobras e, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculizada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre.

Não querem que o povo seja independente. Assumi o Governo dentro da espiral inflacionária que destruíra os valores do trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano. Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de 100 milhões de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal produto. Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia, a ponto de sermos obrigados a ceder.

Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo, que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar, a não ser meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida.

Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando vos humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no pensamento a força para a reação. Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com o perdão.

E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate. Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte.

Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História.

(Rio de Janeiro, 24/08/1954 — Getúlio Vargas)

JUSCELINO KUBITSCHek: “50 ANOS EM 5”

Em 1955 foi eleito o candidato da coligação PSD e PTB, Juscelino Kubitschek, o JK. Seu governo, iniciado em 1956, coincidiu com o retorno da esquerda à direção da UNE. O governo de Juscelino teve como carro-chefe a proposta de um modelo de desenvolvimento econômico que ficou conhecido como nacional-desenvolvimentismo. O Plano de Metas – que tinha como slogan a expressão “50 anos em 5” – envolvia uma série de investimentos em setores básicos e estratégicos: indústria de base, energia, transporte, educação. E, mais do que tudo, a “menina dos olhos do presidente”, a construção de Brasília, a capital interiorana que integraria o território nacional de proporções continentais. Juscelino pretendia ser o presidente identificado com o progresso, com o futuro. E para isso procurou se cercar de intelectuais, artistas e pensadores que partilhassem de seu projeto desenvolvimentista.

O nacional-desenvolvimentismo marcou toda uma geração de intelectuais que sonharam com o progresso brasileiro. Juscelino pretendeu, ele próprio, encarnar esse progresso. Seu governo permanece ainda hoje, para muitos brasileiros, como o símbolo de uma democracia moderna e tolerante. O sonho do progresso, no entanto, fez crescer a dívida pública e a inflação. Brasília distanciou o centro político executivo das massas urbanas de então e o incentivo à indústria automobilística promoveu o desmantelamento da rede ferroviária brasileira. Numa guinada em relação ao projeto getulista, Juscelino abriu as portas do investimento econômico nacional ao capital estrangeiro. Mas seu legado político foi o da tolerância, do diálogo, da conciliação. Um legado importante, um aprendizado necessário para uma república marcada pelo autoritarismo e pela presença da truculência nas negociações políticas.

O estilo de governar de JK, marcado pela conciliação e pelo diálogo, pautou também sua relação com a União Nacional dos Estudantes.

A UNE NO GOVERNO JK

Em 1956 o congresso da UNE elegeu para presidente da entidade José Batista de Oliveira Júnior, estudante de direito da PUC-RJ, que depois se tornaria advogado do Sindicato dos Ferroviários e hoje é professor da Faculdade Candido Mendes. José Batista havia liderado a luta da União Metropolitana de Estudantes contra o aumento do preço das passagens de bondes no Rio de Janeiro. Mineiro de Juiz de Fora, ele havia atuado na Juventude Estudantil Católica (JEC), que junto com a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC) fazia parte da Ação Católica, movimento nacional inspirado na nova orientação da Igreja Católica após a encíclica *Rerum Novarum*. Seguindo nova orientação, a Igreja passara a valorizar a atuação junto aos pobres e o compromisso social com um mundo mais justo. Mais tarde, jovens ligados a esses movimentos, especialmente à JUC, criaram a organização política de esquerda Ação Popular (AP).

Em seu depoimento, José Batista identifica três tendências principais dentro do movimento estudantil da época: os governistas, os comunistas e os independentes – com quem ele próprio se identificava. José Batista afirma que conviveu, com muito prazer, com muitos comunistas, mas nunca entrou para o PCB ou para qualquer outro grupo organizado de esquerda. Batista insiste nesse ponto em vários momentos de seu depoimento. Para ele, o caminho certo do movimento estudantil era o da independência. A UNE tinha que representar o conjunto dos estudantes brasileiros e não poderia, portanto, estar atrelada a nenhum partido político nem a qualquer tendência ideológica.

Acreditando num movimento estudantil independente, José Batista, como presidente da União Metropolitana de Estudantes, participou da Liga da Legalidade em defesa da posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek, quando a oposição, liderada por Carlos Lacerda, argumentava que os eleitos não poderiam assumir porque não tinham obtido a maioria absoluta de votos. A posse de JK foi garantida pelo Ministro da Guerra, general Lott. Nessa hora, os estudantes e suas diferentes entidades se uniram para garantir o resultado das eleições e a posse dos eleitos.

O movimento mais importante da gestão de José Batista, na UME, foi a campanha contra o aumento no preço das passagens de bondes. Esta campanha conseguiu paralisar os bondes no Rio de Janeiro, em maio de 1956.

Naquele tempo, os estudantes andavam de bonde. Era uma coisa básica. Eu ia sempre de bonde para a PUC, que ficava na rua São Clemente. Era uma condução boa, barata. Foi uma manifestação forte demais. O Negrão de Lima era o prefeito. O movimento pegou, porque nós tínhamos, digamos, um governo democrático. Naquele dia, o Juscelino chegou ao aeroporto Santos Dumont e teve que seguir de helicóptero para o Catete, porque o trânsito estava interrompido. Ele ficou apavorado e a segurança preocupadíssima. Eu me lembro de que foi manchete nos jornais do tipo “Paralisação de bondes ameaça a cidade”.

José Batista reconhece a enorme participação dos secundaristas nesse movimento:

Os alunos secundaristas nos davam muito trabalho. Eles eram muito afoitos. Foram eles que começaram o movimento. Nós nos juntamos a eles.

Batista fala também de um trato entre os estudantes e a polícia:

Nós tínhamos ido a uma entrevista com o chefe da polícia, que era o general Maggesi, um homem educadíssimo, e com o promotor Emerson de Lima, que era o secretário dele. Nós tínhamos feito um trato: nós não quebraríamos bondes e a polícia não usaria arma de fogo.

O sucesso da paralisação dos bondes, no Rio de Janeiro, garantiu a José Batista o prestígio que o elegeu, no mês seguinte, presidente da UNE.

De 1956 a 1960, durante todo o período do governo de JK, a UNE gozou de grande liberdade e prestígio. O Presidente da República tinha um canal de diálogo sempre aberto para os estudantes e suas entidades representativas.

Sepúlveda Pertence, então estudante de direito e militante da UNE e da UEE de Minas Gerais, comenta em seu depoimento:

Era difícil brigar com Juscelino. Quando se chegava ao contato pessoal, era muito difícil brigar. Pelo jeitão extremamente cordial e ao mesmo tempo nos tratando com seriedade, mas com muita amabilidade.



O ESTUDANTE
 JORNAL DO ESTUDANTE PETROPOLITANO
 Editor-chefe: JOSÉ ROBERTO WHITAKER PENTEADO FILHO
 Diretor: Cláudio Leopoldo Salm



**Protesto dos Estudantes
 abala a Nação!**

GREVE ESTUDANTIL
NO TERRITÓRIO NACIONAL
 ...narcaram o protesto de toda a
 ...ntil brasileira contra o climax

levantar a mão, num gesto oratório, foi baleado por um dos policiais. A cena foi filmada por um cinegrafista das produções «Herbert Richers», mas a sua máquina foi democraticamente destruída pelos fiéis repre-

O estilo político de Juscelino – cordial, amável, conciliador – impunha-se no cenário político brasileiro. Era o presidente “boa praça”, o presidente “bossa-nova”. Algumas histórias relatadas no depoimento de Pertence corroboram essa imagem do presidente que tratava os estudantes com simpatia e humor.

ANOS 50: ANOS DE BOSSA NOVA

Para Tárík de Souza e outros críticos musicais, a Bossa Nova começou oficialmente num dia de agosto, quando chegou às lojas o disco do cantor João Gilberto com as músicas *Bim Bom* (do próprio João) e *Chega de saudade* (com letra de Vinícius de Moraes e música de Tom Jobim). A Bossa Nova reunia cantores e compositores de música brasileira com uma proposta de cantar e tocar diferente: cantar baixinho, cantar falando... “um banquinho e um violão” era a expressão que melhor sintetizava a proposta do grupo que reunia Nara Leão, Carlinhos Lyra (que depois se integrou ao CPC da UNE), Roberto Menescal, Sérgio Ricardo... Para muitos, a Bossa Nova foi também o movimento da “emergência urbana do país na fase desenvolvimentista da presidência de JK” e concentrou-se no Rio de Janeiro, nos apartamentos da Zona Sul. Começou com shows no circuito universitário e depois migrou para os minúsculos bares do Beco das Garrafas em Copacabana. No terreno da cultura e da arte é, sem dúvida, um dos símbolos dos anos 1950 – principalmente no imaginário carioca de quem viveu a época.

Em um episódio, Sepúlveda lembra que JK marcou uma reunião pela manhã, muito cedo – entre sete e meia e oito horas. Muito cedo para os parâmetros estudantis, acostumados a terminar as noites de reunião política em animadas rodadas de chope no Lamas ou no Alcazar.

Mas lá estávamos nós, engravatados, às sete horas, quando Geraldo Carneiro, que era o secretário particular do presidente, disse assim: “O presidente disse que vocês estão muito bravos, então mandou preparar um lanche. Já que vocês vivem com fome, vamos comer. Depois ele desce.”

Numa outra ocasião, quando JK rompeu com o FMI, a UNE resolveu homenageá-lo e Sepúlveda Pertence foi o orador. Em seu discurso, o orador quis homenagear o presidente, mas também marcar a independência da UNE:

A UNE não é oposição, a UNE não tem governo, a UNE não tem partido. Hoje estamos aqui para aplaudir Vossa Excelência por este gesto bravo de afirmação da soberania nacional de ruptura com o FMI. Com a mesma independência com que ontem denunciávamos o seu governo...

E prosseguiu o discurso enumerando os momentos em que a UNE apoiara as boas iniciativas do governo e os momentos em que a UNE denunciara e combatera os erros do governo. Talvez tenha enfatizado mais estes últimos momentos. Ao final do discurso, Juscelino bateu no ombro do orador e lhe disse:

Você é Pertence, é filho de Zé Pertence. Lembro dele, meu amigo do tempo de estudante. Há muito tempo eu não o vejo. Gostaria muito de reencontrá-lo. Primeiro para abraçá-lo. Segundo para dizer que ele criou muito mal o filho. O senhor hoje foi escalado para me elogiar. E não para avacalhar o meu governo.

Foi nesse período também que a UNE iniciou uma de suas mais importantes campanhas: a reforma do ensino universitário.

De acordo com Maria de Lourdes Fávero, em *A UNE em tempos de autoritarismo*, a UNE começou a luta pela Reforma Universitária de forma sistemática em 1957, com o I Seminário de Reforma de Ensino, promovido pela entidade. Este seminário gerou um amplo debate sobre a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), e o movimento estudantil passou a discutir a democratização do ensino. Nesse momento, a discussão central ficou entre ensino público e ensino privado. O jornal *O Metropolitano*, órgão oficial da União Metropolitana de Estudantes, passou a publicar várias matérias sobre o tema, citadas por Maria de Lourdes Fávero:

Escola pública não quer dizer do Estado, mas assegurada por este, por ele fiscalizada e mantida, descentralizada da União e entregue aos estados e municípios, de acordo com sua estrutura social, geográfica e humana (*O Metropolitano*, 12 de junho de 1959).

Mas foi principalmente a partir do I Seminário Latino-Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior, realizado em 1960, na Bahia, que a campanha pela reforma universitária, entendida principalmente como luta pela democratização da universidade, se espalhou pelo país. E se tornou uma das principais bandeiras do movimento estudantil.

OS ANOS 60

Os anos que vão de 1960 a 1964 marcaram um período muito especial na trajetória da UNE. Acompanhando a radicalização política do governo de João Goulart, a UNE viveu um período de intensa atividade artística, cultural e política.

Ao fim do mandato de Juscelino Kubitschek foi eleito o candidato apoiado pela UDN, Jânio Quadros. A carreira política de Jânio tinha sido muito rápida e construída à margem do sistema político partidário. Sua candidatura havia sido indicada por um pequeno partido – o Partido Trabalhista Nacional (PTN) – mas foi endossada pela UDN, o principal partido de oposição à hegemonia da coligação PTB e PSD (os dois partidos criados por Vargas). Como apontou a cientista política Argelina Figueiredo, em seu estudo sobre a crise política de 1964, a campanha de Jânio Quadros baseou-se principalmente em uma crítica moralista da corrupção e da ineficiência burocrática dos governos anteriores. O principal símbolo de sua campanha foi a vassoura (com a qual ele varreria a corrupção do país). Mas a eleição de Jânio representou também o desgaste do modelo nacional-desenvolvimentista junto a vários setores da sociedade.

A legislação brasileira da época permitia ao eleitor votar no candidato a presidente de uma chapa e no candidato a vice-presidente de outra. Duas chapas foram apresentadas para disputar a Presidência da República: Jânio Quadros e Milton Campos, por uma coligação de pequenos partidos liderada pela UDN, e a chapa composta pelo marechal Lott e João Goulart, apresentada pela coligação PTB e PSD. O povo preferiu cruzar o candidato a presidente de uma com o candidato a vice da outra. Durante a campanha eleitoral a dobradinha Jan-Jan (Jânio e Jango) caiu no gosto popular. Jânio foi eleito com 48% dos votos e Jango, com 38%. João Goulart tinha sido Ministro do Trabalho no segundo governo de Getúlio Vargas e era, sem dúvida, seu principal herdeiro político. A chapa eleita forçava a convivência, na Presidência da República, da UDN e do legado getulista. Mas essa convivência, bastante paradoxal, durou pouco. Menos de um ano depois de empossado, Jânio Quadros renunciou.

Argelina Figueiredo sublinha o fato de que, durante seu mandato, Jânio manteve um governo personalista e suprapartidário, implementando políticas controversas e contraditórias, provocando discordâncias e cisões até mesmo no principal partido que o apoiava, a UDN, além de conflitos com o Congresso. Por isso, quando apresentou sua

renúncia sete meses após ter assumido a presidência, os partidos políticos aceitaram-na prontamente. De certa forma, até com alívio.

A renúncia de Jânio mudou a conjuntura brasileira. Pela Constituição, o vice João Goulart deveria assumir a Presidência da República. A posse de Jango — representante do legado getulista e da força do trabalhismo na cultura política brasileira — não foi fácil.

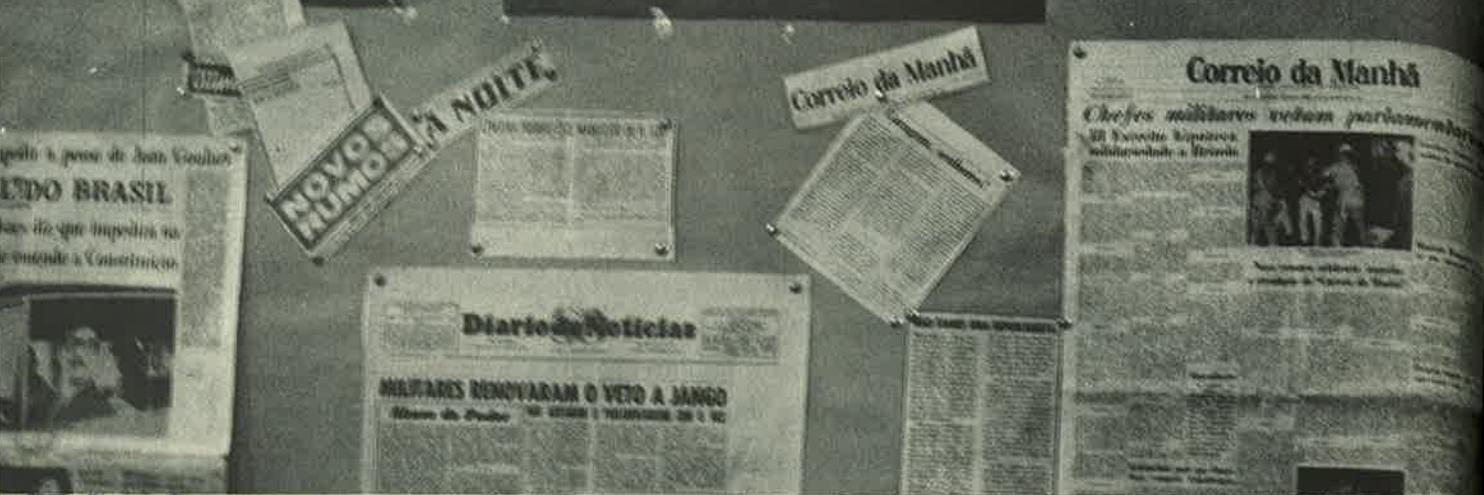
Os ministros militares tentaram impedir a posse de Jango (que na época estava em missão diplomática na China). A reação ao veto militar à posse de João Goulart foi grande, tanto no Congresso como na sociedade. Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, organizou a Campanha da Legalidade, adquirindo uma estação de rádio e formando um pool de 150 estações de rádio por todo o país — a Rede da Legalidade. Greves explodiram em várias capitais exigindo o cumprimento da Constituição e a posse de João Goulart. O estado da Guanabara viveu situação de grande tensão pois seu governador, Carlos Lacerda, apoiou a intervenção dos militares contra a posse do vice-presidente. Os defensores de João Goulart começaram a se preparar para uma resistência armada ao golpe. No Rio Grande do Sul a população foi mobilizada e alistada nos Comitês de Resistência Democrática.

A mudança do regime presidencialista para parlamentarista foi a solução encontrada na época para resolver o impasse criado pelo veto militar. Essa solução — que permitia a posse de Jango com menos poder — foi articulada entre alguns ministros do governo (com destacada atuação do Ministro das Relações Exteriores, o senador Afonso Arinos), militares, o Congresso Nacional e o próprio Jango. O Congresso deu os passos institucionais necessários para viabilizar a mudança. Mas alguns setores da sociedade e do próprio Congresso (a ala esquerda do PTB, os sindicalistas e representantes socialistas) denunciaram o que chamaram de “golpe branco”, declarando que a mudança do regime tinha por único objetivo enfraquecer a autoridade política de João Goulart.

Jango assumiu a presidência no dia 7 de setembro de 1961. Em janeiro de 1963 um plebiscito popular restaurou o regime presidencialista no Brasil. No dia 31 de março de 1964 João Goulart foi deposto por um golpe militar.

Tanto a história quanto a memória social sobre o governo Jango são extremamente controvertidas. Durante seu governo o Brasil viveu um intenso processo político, com aguda polarização entre os diferentes atores e com a radicalização das forças políticas em confronto. Mas a história desse período — tão recente e tão decisivo para os aconteci-

SALVE A IMPRENSA LIVRE DA GUANABARA





mentos posteriores – não é, absolutamente, consensual entre os estudiosos. Menos ainda entre aqueles que dela participaram.

A própria figura de Jango ora aparece como o presidente das reformas, ora aparece como o governante que abriu mão da resistência e deixou o governo sem luta. Para uns, uma “ameaça”; para outros, um “traidor”, segundo conta a historiadora Marieta Ferreira em seu livro *João Goulart: entre a memória e a história*.

A posse de Jango, marcada pela vitória da Campanha da Legalidade, conferiu ânimo aos grupos nacionalistas e de esquerda que colocaram, na ordem do dia, a pauta das reformas estruturais. Entre as principais reformas estavam a fiscal, a administrativa, a universitária e, principalmente, a reforma agrária. Do programa de reformas faziam parte também políticas nacionalistas, como o controle sobre o capital estrangeiro e o monopólio de setores estratégicos da economia. Entre todas essas bandeiras, a reforma agrária era a mais contundente.

Os grupos políticos que defendiam as reformas de base eram heterogêneos e diferentes entre si. No tocante à reforma agrária, por exemplo, a posição das Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião, era a mais radical: “Reforma agrária já! Reforma agrária na lei ou na marra!”, era a bandeira política que levantavam. Bem mais moderada era a posição do Partido Comunista Brasileiro que, em princípio, reivindicava a extensão da legislação trabalhista para o campo e a “desapropriação de grandes propriedades incultas ou pouco cultivadas”. No entanto, segundo Argelina Figueiredo, apesar das diferenças, grupos políticos de esquerda e nacionalistas formaram uma “coalizão radical pró-reformas”. O historiador Jorge Ferreira define os segmentos sociais e políticos que faziam parte dessa coalizão: as Ligas Camponesas, o PCB, o bloco parlamentar autodenominado Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), o movimento sindical representado pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), organizações de subalternos das Forças Armadas como sargentos da Aeronáutica, do Exército e marinheiros e fuzileiros navais, e os estudantes representados pela UNE. No início de 1963, sob a liderança de Leonel Brizola, surgiu a Frente de Mobilização Popular (FMP). Dessa frente participavam as principais organizações de esquerda que lutavam pelas reformas de base: junto com representantes dos trabalhadores, das Ligas Camponesas, de sindicalistas e parlamentares, de estudantes, artistas e intelectuais, estavam presentes partidos como PCB, Ação Popular e o Partido Operário Revolucionário Trotskista. Essa frente de esquerda

procurava pressionar o Presidente da República a implementar, de forma imediata, as reformas de base e acusava o Congresso Nacional de conservador e reacionário por não aprovar as reformas.

Por outro lado, os grupos políticos de direita – empresários e militares – articulavam-se para derrubar o governo e impedir a execução das reformas – especialmente a reforma agrária, ponto central do confronto que se formara. O complexo IPES/IBAD (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais/Instituto Brasileiro de Ação Democrática) desencadeou uma ampla campanha de propaganda para convencer a sociedade das intenções de Jango de instaurar o comunismo no país.

O cenário político era, portanto, de radicalização e confronto entre essas forças antagônicas. Nesse cenário, o comício da Central do Brasil, realizado no dia 13 de março de 1964, teve o efeito de uma bomba. Em seu discurso, Jango assumiu explicitamente o compromisso com as reformas de base. No dia 31 de março o governo de João Goulart foi deposto.

O período do governo de Jango – de 1961, quando assumiu após a renúncia de Jânio Quadros, a 1964, quando foi deposto pelo golpe militar – foi um período de intensa politização da sociedade. O clima de radicalização política, de confronto e de debates propiciou uma ampla participação da sociedade na discussão pública de propostas de mudanças e reformas. Foi um período de intensa atividade política e de uma ampla discussão em torno dos diferentes projetos para o país. Os estudantes participaram ativamente desse processo. A UNE se viu, nessa época, sob a liderança de novos grupos políticos – a Juventude Universitária Católica e a organização de esquerda Ação Popular. Os estudantes se integraram à campanha pelas reformas de base, levantando principalmente a bandeira da reforma universitária. Além disso, a UNE viveu nesse período um riquíssimo processo no campo das artes e da cultura. Desejando participar da transformação cultural do país, a entidade criou o Centro Popular de Cultura – o famoso CPC da UNE.

NOVAS FORÇAS NA UNE: JUC E AP

No início dos anos 1960, uma nova tendência começou a ter grande influência entre os estudantes: a Juventude Universitária Católica. Como já vimos, a JUC era um dos grupos de jovens que faziam parte da organização nacional Ação Católica. Essa organização já existia desde a década de 1930 mas, a partir dos anos 1950, ganhou maior impulso. No mundo todo, a Igreja passava a se preocupar mais com os problemas sociais, com a assistência aos pobres, com a denúncia dos aspectos brutais do capitalismo. A origem dessa nova postura social da Igreja está na encíclica *Rerum Novarum*, escrita pelo papa Leão XIII ainda no final do século XIX (1891). Nessa encíclica, que debatia as condições de vida e trabalho das classes trabalhadoras, a Igreja procurava se aproximar do mundo moderno e enfrentar os problemas sociais. Essa nova postura teve repercussão internacional. Na França surgiu o movimento dos "padres operários". E, na América Latina, começou a se formar um movimento de padres cada vez mais vinculados à vida dos pobres e dos trabalhadores – aos seus sofrimentos e às suas lutas. A Igreja brasileira voltou-se, sobretudo, para a atuação junto aos jovens. Grupos especialmente voltados para a juventude foram criados no interior do movimento nacional da Ação Católica: Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC).

No final dos anos 1950 começou a se desenvolver, no interior da JUC, uma corrente de esquerda muito forte, muito politizada. Essa corrente passou a atuar no movimento estudantil nacional, com grande influência nas articulações e decisões da UNE. Esse grupo tinha forte presença em Belo Horizonte, no Rio de Janeiro e em Salvador. Dele faziam parte estudantes que se tornaram famosos na história da UNE: Aldo Arantes, Herbert de Souza (o Betinho), Vinícius Caldeira Brandt. Aos poucos, porém, a atuação política da JUC entrou em conflito com a hierarquia da Igreja Católica e produziu-se um "racha". Na verdade, Aldo Arantes e seu grupo foram expulsos da JUC. O racha motivou a criação, por esse grupo, de uma entidade sem vínculos com a Igreja: nascia assim a organização Ação Popular, que teve enorme importância para o movimento estudantil daquela e de outras épocas.



Aldo Arantes – um dos mais famosos presidentes da UNE, até hoje destacado militante do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e parlamentar de Goiás – foi eleito para a direção da entidade no Congresso de 1961, em Salvador. Na época, Aldo era estudante de direito da PUC do Rio de Janeiro. Em seu depoimento, Aldo se lembra de que havia ocorrido antes uma tentativa, por parte da JUC, de chegar à direção da UNE. No ano anterior, no Congresso de 1960, Betinho havia sido candidato pela JUC, mas o “conchavão” dos grupos de esquerda indicou o nome de Oliveiros Guanais, que foi o vencedor.

No congresso seguinte, que é o congresso de niterói de julho de 1961, eu termino sendo eleito presidente da UNE com um fato marcante na história do movimento estudantil, é que a esquerda da JUC assume a direção do movimento estudantil com a minha presença. A partir daí, durante muitos anos, a JUC e, posteriormente, a Ação Popular e, na continuidade, o PC do B (Partido Comunista do Brasil) assumem durante vários anos seguidos a hegemonia do movimento estudantil universitário.

Aldo define o movimento estudantil da época, no Rio de Janeiro, como um dos centros políticos mais importantes do país:

O movimento estudantil no Rio de Janeiro era um movimento altamente politizado. Você tinha um centro irradiador do movimento estudantil, que era a Universidade do Brasil e, particularmente, a Faculdade de Direito, que tinha o Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO). Então ali se davam importantes lutas estudantis da época. As questões mais marcantes do conjunto do movimento estudantil era a questão da luta antiimperialista, a luta pela soberania nacional, a questão da luta pelas reformas. Na época, estava muito presente o problema da luta pelas reformas e, no caso do movimento estudantil, a luta pelas reformas de base e pela reforma universitária. Então, era um conjunto de lutas, pela reforma agrária, pela independência nacional, luta antiimperialista, enfim, essas grandes bandeiras de caráter democratizante que estavam muito presentes nesse período, e o movimento estudantil desempenhava um papel de vanguarda em relação a essa luta. Quanto às correntes que atuavam naquele momento, você tinha o Partidão. Na verdade, o movimento estudantil era altamente hegemonizado pela esquerda. Durante muitos anos a direita não conseguiu ganhar congresso algum. Então, era principalmente o Partido Comunista Brasileiro (PCB) mas, a partir de um determinado momento, a Ação Popular

conquista a hegemonia em aliança com o PCB. Tinha a Política Operária (POLOP), que também atuava no movimento estudantil, e algumas outras correntes que eu não me lembro exatamente. E tinha, claro, um setor de direita, mas atomizado, desorganizado.

NOVAS ESQUERDAS NO CENÁRIO POLÍTICO

Entre 1961 e 1963 surgiram no Brasil novas organizações de esquerda, que passaram a disputar com o "Partidão" a hegemonia política nos movimentos sociais e, particularmente, entre os estudantes. Em 1961 foi fundada, em São Paulo, uma organização que acusava o PCB de reformista, rejeitava sua proposta de aliança com a burguesia nacional e sua estratégia de uma etapa democrática para a revolução brasileira. Propunha, de forma imediata, uma revolução socialista, dirigida por operários, camponeses, estudantes e intelectuais de esquerda. Era a Organização Revolucionária Marxista (ORM), que se tornou mais conhecida pelo nome da revista que publicava: *Política Operária* (PO). Em 1962 houve o primeiro "racha" importante do PCB, quando alguns de seus dirigentes históricos romperam com o partido e decidiram criar o PC do B, resgatando o nome original do PCB. A principal crítica que faziam era ao "imobilismo" do PCB. O PC do B criticava o caminho pacífico das reformas de base e propunha a luta armada. Entre 1972 e 1974 o PC do B dirigiu a guerrilha do Araguaia. E, em 1963, foi criada a Ação Popular, a partir de lideranças estudantis ligadas à JUC. A AP se aproximou da idéia de uma revolução socialista para a sociedade brasileira, mas nesta primeira fase, no início dos anos 1960, sua definição de socialismo era ainda marcada pela influência de pensadores católicos e inspirava a proposta de um "socialismo humanista".

Aldo Arantes iniciou sua militância no movimento estudantil universitário na PUC/RJ, onde cursava direito. Foi lá que teve os primeiros embates com a hierarquia católica – que terminaram no "racha" da JUC e na criação da AP. O primeiro confronto aconteceu quando o Diretório Central dos Estudantes da PUC lançou um manifesto radical denunciando o imperialismo norte-americano e condenando a invasão da

Baía dos Porcos, em Cuba. Esse manifesto foi o estopim para um amplo debate político e ideológico na universidade, que terminou resultando na elaboração de um documento do DCE da PUC que expressava as idéias de engajamento político do grupo da JUC. Idéias que mais tarde buscaram expressão na criação de uma nova organização: a Ação Popular. Lembra Aldo Arantes:

Então, um dos documentos importantes que originam esse pensamento católico de esquerda engajada, que vai se expressar na organização da Ação Popular é exatamente o manifesto do DCE da PUC do Rio de Janeiro; o outro documento é o jornal *Ação Popular*, que se desenvolve em Belo Horizonte com Betinho e com Vinícius. E outras iniciativas que surgem em São Paulo e na Bahia. Foram estes elementos que vieram, depois, compor esse quadro de Ação Popular.

Mas o ponto de ruptura definitivo com a hierarquia católica foi a filiação da UNE à União Internacional dos Estudantes, entidade com sede em Praga (na época, comunista). Aldo Arantes conta que foi convocado para uma audiência com o cardeal D. Eugênio de Barros Câmara:

O cardeal Dom Eugênio me comunicou que tinha recebido uma comunicação do Vaticano considerando que era um absurdo que um militante da JUC tivesse sido responsável pela filiação da UNE a uma entidade que eles consideravam comunista e que, portanto, eu deveria ser afastado da JUC. Evidentemente, protestei, disse ao cardeal que considerava aquilo como uma tentativa de afastar o movimento estudantil dos seus compromissos e manifestei os meus protestos. Mas o fato objetivo é que terminei sendo expulso da JUC, outros membros da JUC terminaram sendo expulsos também.

A partir daí os integrantes da esquerda da JUC, agora sem uma entidade que lhes desse respaldo, começaram a articular a criação de uma organização política de esquerda, independente da hierarquia católica.

O resultado desse rompimento foi a criação da Ação Popular. Uma organização que não se restringia ao movimento estudantil, mas procurava estender sua atuação aos camponeses e operários. Segundo Aldo Arantes,

A Ação Popular representa um salto de qualidade na organização de um segmento de esquerda no movimento estudantil, sobretudo universitário. Mas não só no Movimento Universitário, quer dizer, a AP passou a ter inserção no Movimento Camponês. Por exemplo, na Zona da Mata, em Pernambuco, na região do Maranhão, no Vale do Pindaré e uma certa inserção no movimento operário do ABC.

A nova organização foi oficialmente criada em fevereiro de 1963, em Salvador, quando realizou seu I Congresso e divulgou seu Documento-Base, cuja transcrição se encontra no livro *Imagens da Revolução*, organizado por Daniel Aarão Reis e Jair Ferreira de Sá. Nesse documento, a Ação Popular declarava sua filiação ao socialismo e ao projeto revolucionário:

A socialização da propriedade é o processo de democratizar a distribuição e o uso dos bens decorrentes do trabalho humano, impedir sua função de dominação e, assim, criar bases para uma real democratização do poder.

Após listar as diferentes frentes de luta que se colocavam para os militantes – o trabalho no meio operário, nas áreas rurais, no movimento estudantil e entre os intelectuais –, o documento finalizava reiterando o propósito da organização de contribuir para a revolução socialista brasileira:

Em todas essas áreas a tônica será a preparação revolucionária. Esse trabalho será feito tendo em conta a possibilidade e a conveniência de uma participação comum com outros movimentos ou organizações de esquerda, evitando-se qualquer espírito sectário ou discriminatório.

Até o golpe militar de 1964, a Ação Popular foi uma das organizações de esquerda mais atuantes no movimento estudantil. O último presidente da UNE, reduzida à ilegalidade após o golpe, era um estudante paulista militante da AP: José Serra – que veio a se tornar importante político do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), e é o atual governador de São Paulo.

A composição da diretoria da UNE sob a presidência de Aldo Arantes foi, segundo ele, uma composição de frente, com estudantes militantes da JUC (mais tarde AP), do “Partidão” (como era chamado o PCB) e pessoas independentes. A gestão de Aldo Arantes na UNE foi uma gestão histórica, principalmente pela importância política que

a entidade teve durante o episódio da Campanha da Legalidade, pela posse de João Goulart. Como presidente da UNE, Arantes viajou para o Rio Grande do Sul ao encontro de Brizola.

Já estava em curso a resistência no Rio Grande do Sul, que era comandada pelo então governador Leonel Brizola. E nós decidimos, então, transferir a sede da UNE para Porto Alegre. Então eu vou, juntamente com alguns membros da diretoria da UNE, na época o Betinho era assessor da UNE, ele vai comigo, e mais alguns membros da diretoria da UNE. Alguns outros membros se deslocam para outros estados do Brasil e, no Rio Grande do Sul, nós decretamos a greve estudantil em protesto contra a tentativa de golpe para impedir a posse do vice-presidente João Goulart, que estava na China naquele período. E decretada essa greve nós vamos para o Rio Grande do Sul e eu passo a falar através da Cadeia da Legalidade.(...) O Brizola se dirigia ao povo brasileiro pela Rede da Legalidade e eu me dirigia aos estudantes brasileiros, fazendo um chamamento para greve.

A gestão de Aldo Arantes também foi importante pelo impulso que deu à luta pela reforma universitária, ao CPC da UNE e, especialmente, à UNE-Volante.

A LUTA PELA REFORMA UNIVERSITÁRIA

A luta pela reforma universitária era uma luta antiga da UNE. O debate sobre o tema começara já em 1957. Em 1960, na Bahia, ocorrera uma reunião de entidades de vários países da América Latina: o I Seminário Latino-Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior. Nesse seminário, os estudantes latino-americanos firmaram um compromisso de luta pela democratização do ensino universitário. E, a partir da posse de João Goulart, com a emergência da campanha pelas reformas de base, a luta pela reforma universitária ganhou um grande destaque. Efetivamente, o movimento estudantil pensava a reforma universitária como parte das reformas de base, ou seja, como parte de um projeto político mais geral de país.

Com a reforma universitária os estudantes pretendiam democratizar a universidade e transformá-la num instrumento de desenvolvimento do país. Em seu depoimento, Aldo Arantes conta:

Na verdade, a discussão era primeiro voltar a universidade para o povo brasileiro. Considerava-se, na época, que a universidade era muito elitista, e que era necessário voltar a universidade para o povo. Isso refletindo não só na abertura da universidade para os segmentos mais pobres da população, como também um conteúdo mais voltado para resolver os problemas do conjunto da sociedade. Então, a gente discutia muito, por exemplo: você tem arquitetura muito voltada para construção de edifícios, de casas de alto poder aquisitivo, então, nós defendíamos a idéia de que a arquitetura se voltasse para resolver e dar soluções para a questão da moradia popular. Na questão da medicina era da mesma forma. Enfim, era a idéia de que o currículo estivesse voltado para pensar o Brasil e construir soluções para o país.

Outra questão importante era a democratização do poder dentro da universidade, incorporando os estudantes às decisões dos órgãos colegiados. A direção da universidade estava sob a hegemonia dos professores catedráticos. Os alunos não podiam opinar em nada. O movimento estudantil levantou então a bandeira da participação de 1/3 dos estudantes nos órgãos colegiados das universidades.

Antônio Carlos Peixoto foi um ativo militante da UNE, ligado ao Partido Comunista Brasileiro. Atualmente é professor de Ciências Políticas, tendo lecionado na UERJ, na Faculdade Candido Mendes e na PUC/RJ. Peixoto salienta a importância da luta por "1/3" no movimento estudantil. Para ele, foi a partir dessa luta que o movimento começou a levantar bandeiras que se relacionavam diretamente com as questões estudantis e com o dia-a-dia dos alunos.

No final da gestão do Aldo começa a se esboçar aquilo que faltava no movimento estudantil: uma plataforma de luta mais especificamente ligada ao movimento. Então você vai encontrar a grande greve de julho de 1962, que é chamada Greve do 1/3.

A luta por "1/3" propunha alterar a composição dos órgãos de direção universitária – os colegiados, os conselhos e as congregações – inserindo neles estudantes e funcionários com um percentual de voz e voto. A Greve do 1/3, como ficou conhecida, foi



uma greve nacional, de amplitude inusitada até então. Em seu livro, Poerner afirma que o movimento estudantil chegou a paralisar, no ápice da greve, a maior parte das 40 universidades brasileiras da época: 23 federais, 14 particulares e três estaduais, além de ocasionar grandes manifestações públicas, como a ocupação do prédio do MEC, no Rio de Janeiro. Ainda segundo Poerner, apesar de não ter conseguido alcançar seus objetivos, a Greve do 1/3 ocupa um lugar especial na história do movimento estudantil: ela demonstrou a grande capacidade de mobilização dos estudantes e sensibilizou a opinião pública para os problemas das universidades.

A luta pela reforma universitária e a discussão em torno do conteúdo dessa reforma tiveram como marco os três Seminários Nacionais de Reforma Universitária. Maria de Lourdes Fávero fez um estudo sistemático destes seminários em *A UNE em tempos de autoritarismo*.

O I Seminário foi realizado em maio de 1961, na Bahia, e resultou na *Declaração da Bahia*. Neste documento, os estudantes explicitavam os pontos que desejavam para uma reforma do ensino e da universidade. Entre eles: a democratização do ensino, com amplo acesso da população em todos os níveis e a abertura da universidade ao povo e às classes trabalhadoras. Propunham, também, colocar a universidade a serviço das classes menos favorecidas, abrindo escritórios de advocacia, consultórios médicos e odontológicos que prestassem atendimento gratuito à população carente.

O II Seminário Nacional de Reforma Universitária foi realizado em Curitiba, em março de 1962, e resultou na *Carta do Paraná*, que reiterava diversas posições expressas na *Declaração da Bahia* e reforçava a idéia de uma universidade a serviço do crescimento nacional. O documento debatia também o papel da universidade como instrumento de elaboração de uma cultura nacional. O que se tinha em mente, na verdade, era o papel da universidade na formação de uma consciência nacional e popular – tanto na política como na cultura.

O III Seminário, realizado em Belo Horizonte no ano de 1963, propunha um substitutivo à Lei de Diretrizes e Bases, que permitisse alterar ou inserir algumas questões consideradas básicas para os estudantes. Eram elas: a) extinção da cátedra vitalícia; b) substituição do vestibular, considerado elitista e discriminador, por outras modalidades de acesso; c) insistência nas verbas para a educação; d) participação dos estudantes nos órgãos colegiados, reforçando a tese do "1/3".

Em sua análise, Maria de Lourdes Fávero ressalta o fato de que os Seminários sempre colocavam em pauta a reforma da sociedade e as questões políticas mais globais.

O movimento estudantil procurava pensar a Reforma Universitária como parte integrante das reformas de base; como parte integrante de um processo de transformação de estruturas socioeconômicas mais gerais, como uma alavanca para o desenvolvimento do país.

ARTE & POLÍTICA: OS ESTUDANTES CRIANDO CULTURA

As articulações e as discussões políticas que redundaram na criação do Centro Popular de Cultura – o famoso CPC da UNE – começaram na gestão do baiano Oliveiros Guanais, que lembra em seu depoimento:

O CPC foi fundado na nossa gestão. E o criador do CPC foi um grupo. Agora, o representante, o nome de referência, foi Oduvaldo Vianna Filho. Mas eles começaram a trabalhar na gestão de Aldo, na gestão posterior à minha.

O CPC, criado em 1960, representou uma importante tentativa da UNE de articular arte e política.

O CENTRO POPULAR DE CULTURA

O CPC é um dos capítulos mais interessantes da história da UNE. No imaginário de quase todos os estudantes daquela época e de épocas posteriores, o CPC ocupa um lugar quase mítico. Apesar das críticas feitas – tanto na época, como depois – a experiência do CPC é vista e lembrada com emoção, carinho, respeito, saudade e admiração. Até hoje, muitos de seus pressupostos e propostas despertam polêmica: como a idéia de uma “arte engajada”, a proposta didática e doutrinária em relação às classes trabalhadoras, a submissão da forma ao conteúdo etc. Mas, na verdade, até isso pode ser visto de forma positiva. O CPC da UNE reuniu um grupo grande de jovens que, sem medo de despertar polêmica, se dispunha a fazer arte e política.

Aldo Arantes resume a conjuntura que deu origem ao CPC:

O CPC surge da conjugação de dois fatores. Por um lado, um segmento da intelectualidade que não aceitava a tese da arte pela arte, que defendia a concepção de uma arte engajada, e isso tem, digamos, seu gérmen em São Paulo, através do Guarnieri, Oduvaldo Vianna Filho, que começam lá algumas experiências em teatro estudantil. Essas experiências se desenvolvem e o Oduvaldo acaba mudando para o Rio de Janeiro. E lá aglutina um segmento importante da intelectualidade (...). Havia, de um lado, os intelectuais, os artistas querendo produzir uma arte que fosse de avaliação da realidade brasileira, mas que se dirigisse para amplos segmentos da sociedade. E havia, do outro lado, os estudantes querendo encontrar novas formas de comunicação com a ampla camada da sociedade. Na minha opinião, houve uma conjugação feliz entre essa aspiração dos artistas e as necessidades do movimento estudantil. Por isso, então, se constitui o Centro Popular de Cultura.

O pesquisador Carlos Estevão Martins foi um dos fundadores do CPC. Em seu depoimento ele conta como foi o processo de criação do Centro. Tudo começou quando o Teatro de Arena foi para o Rio de Janeiro apresentar a peça de Gianfrancesco Guarnieri, *Eles não usam black-tie*. O Teatro de Arena já era uma proposta de fazer teatro diferente dos padrões existentes. A companhia tinha sido fundada em 1953, em São Paulo, pelo diretor de teatro José Renato e reunia nomes como Guarnieri, Oduvaldo Vianna Filho, o Vianinha (falecido prematuramente em 1974, devido a um câncer de pulmão) e Augusto Boal. O grupo tinha como proposta nacionalizar o palco brasileiro, valorizando autores e temas nacionais. Desde 1958 o Teatro de Arena estava encenando, com grande sucesso, a peça escrita por Guarnieri, jovem ator e dramaturgo egresso do Teatro Paulista de Estudantes. O sucesso da peça surpreendeu o grupo de teatro e seu próprio autor. Em seu depoimento, Guarnieri, recentemente falecido, lembra com espanto o sucesso da peça:

Incrível, incrível, dessas coisas que a gente não sabe nem o porquê. Depois a gente procura analisar e tal. Era a primeira vez que se falava em proletário no teatro, no papel principal. E coisas que ninguém imaginava ver. Um dia, no fim dos anos 50, uma peça que se passa numa favela carioca, com luta de fábrica, com operário que fura a greve e outro que expulsa o filho. Essa problemática toda, isso aí... O pessoal da burguesia, da classe média é que foi lá ver, e adorou. Aí a gente começa a pensar: Peraí, mas o que é que está acontecendo?

O Teatro de Arena veio para o Rio apresentar a peça e uma parte do grupo, liderada por Vianinha, decidiu ficar na cidade para desenvolver um trabalho de teatro voltado para as classes trabalhadoras. A primeira peça montada pelo grupo foi um musical, cujo sugestivo nome era *A mais valia vai acabar, Seu Edgar*. As músicas eram de Carlos Lyra (hoje, um compositor reconhecido). A peça foi apresentada no teatro de arena da Faculdade de Arquitetura, na Praia Vermelha. Carlos Estevão Martins, que na época trabalhava no ISEB como assistente de seu professor de filosofia, Álvaro Vieira Pinto, foi procurado pelo grupo para apresentar, ao final do espetáculo, uma explicação teórica, de forma didática, da teoria marxista da mais-valia. As apresentações da peça foram se tornando, segundo Carlos Estevão, um grande ponto de encontro entre estudantes e jovens, principalmente aqueles que tinham projetos de arte, teatro, música, cinema: Leon Hirszman, Carlos Diegues, Arnaldo Jabor... gente que mais tarde se consagrou na produção artística brasileira. Ele lembra, em seu depoimento:

Então, terminada aquela temporada, eu, Vianinha e o Leon, conversando a respeito daquela situação que havia se criado, dissemos: vamos fazer alguma coisa para conservar esse pessoal unido, porque é muita gente. Temos de criar algum tipo de iniciativa que continue aglutinando essas pessoas e mantendo-as, até a gente ver o que vai resultar disso daí, porque é um patrimônio que está aqui. Nós temos que fazer alguma coisa com ele.

A primeira idéia que surgiu foi fazer um curso de filosofia. Guanais, então presidente da UNE, ofereceu ao grupo uma sala e o curso foi montado. Mas o curso foi rendendo e aparecendo mais gente.

Foi nucleando outras pessoas. Começamos a perceber que eram pessoas de variados setores de atividades, a maior parte deles era gente que queria fazer arte de alguma forma, em algum lugar. Um era músico, outro era artista plástico, outro era arquiteto, gente de teatro, cinema e assim por diante.

Foi aí que surgiu a idéia de criar o Centro Popular de Cultura da UNE. Estevão conta que o CPC foi inspirado no Movimento de Cultura Popular (MCP) do Recife, onde atuava o educador Paulo Freire – que mais tarde veio a ser uma das principais referências para a educação no Brasil. Mas, conforme afirma o próprio Carlos Estevão, a filosofia do CPC era inversa à do MCP. O CPC queria transmitir cultura ao povo, especialmente a cul-



O CENTRO POPULAR DE CULTURA
DA UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES
apresenta

AUTO DOS 99%



CENTRO POPULAR DE CULTURA

FERREIRA GULLAR

João Boa-Morte

cabra marcado pra morrer



Editôra Universitária



tura marxista. Já o MCP, baseado nas idéias de Paulo Freire, queria dinamizar a cultura que já existia no povo. Paulo Freire achava que o povo tinha o seu conhecimento, a sua sabedoria, a sua cultura e não necessitava que ninguém lhe transmitisse isso. O MCP era, fundamentalmente, um movimento de alfabetização de adultos que tinha por premissa a existência da cultura popular. Sabendo ler e escrever, as pessoas saberiam fazer valer sua cultura e seu conhecimento. A proposta do CPC era diferente: pretendia transmitir ao povo uma cultura que lhe permitisse transformar a realidade. Como lembra Carlos Estevão em seu depoimento:

Em vez de dizer que queríamos fazer uma cultura popular ou uma cultura do povo, nós queríamos fazer cultura para o povo, levar cultura para o povo, e não o contrário. O Paulo Freire achava exatamente isso, ele achava que o povo já sabia tudo. Era só uma questão de você perguntar e a pessoa ia, aos poucos, botando para fora as coisas que sabia, e estava tudo feito. Era uma coisa errada ter alguma idéia, alguma peça, alguma coisa e apresentar isso para os outros. Nós éramos totalmente contrários a essa posição. É engraçado porque a inspiração veio de lá, mas a filosofia era inversa, completamente inversa.

Esse era um debate importante da época, que expressava, no interior da esquerda, diferentes visões de cultura e da relação entre cultura, povo e projeto político.

Para nós, a cultura falava de marxismo, e nunca poderíamos encontrar um elemento do povo que soubesse marxismo. Nós queríamos fazer o contrário, queríamos transmitir isso para eles. Não só o marxismo enquanto obra de Marx e Hegel, mas as análises marxistas da realidade brasileira.

Por essa filiação explícita ao marxismo e a um projeto revolucionário e, principalmente, pelo enquadramento da arte como instrumento desse projeto, o CPC foi criticado por artistas e intelectuais que o acusaram de dogmatismo e autoritarismo. O cineasta Arnaldo Jabor faz, hoje, esta crítica: "Quando o CPC foi criado, ele foi criado de uma forma muito careta, careta não, muito esquemática, muito soviética, digamos assim, muito comunista demais."

O CPC era organizado na forma de departamentos: departamento de teatro, de música, de cinema, de literatura, de arquitetura, de alfabetização de adultos. Tinha também um departamento de relações externas, criado exclusivamente para ajudar a organizar

outros CPCs, em outros locais do país. Foram criados CPCs na Bahia, em Minas Gerais, uma quantidade enorme no Rio Grande do Sul; só na Guanabara foram criados uns cinco CPCs, além de Niterói e dos bairros suburbanos. Cada departamento tinha um diretor. Leon Hirszman era o diretor do departamento de cinema, do teatro era Vianinha, Carlos Lyra era o diretor do departamento de música. As decisões gerais eram tomadas em assembleias nas quais se reuniam trezentas ou quatrocentas pessoas.

E, o que é muito importante, o CPC tinha auto-suficiência financeira. Seus recursos provinham de suas atividades culturais. O CPC tinha uma editora e uma distribuidora de arte e cultura – a PRODAC. Carlos Estevão conta:

Nós vendíamos livros e discos no Brasil inteiro através de sindicatos, de diretórios acadêmicos. A UNE-Volante ajudou enormemente neste sentido.

O sucesso das vendas dos produtos da UNE – discos e livros – era muito grande, segundo Carlos Estevão:

Esse negócio deu tão certo no setor de discos que, uma vez, eu estava conversando com a Elizete Cardoso, que vendia disco “pra burro” e era uma das principais cantoras da época; ela me deu o número de vendagens dos discos dela. Nós vendíamos mais discos que ela! E nós não estávamos nas lojas, ela estava nas lojas. Nós vendíamos somente nessa rede da PRODAC. Uma rede fantástica. Vendia-se tanto que o Ênio Silveira, da editora Civilização Brasileira, me chamou uma vez para conversar e disse: “Nós queríamos saber se conseguimos colocar os nossos livros para vender na sua rede.”

Outra coisa que os estudantes faziam para angariar recursos era a organização de shows, que funcionavam como feiras literário-musicais, com apresentações e vendas de produtos culturais.

Mas, na verdade, segundo o cineasta Cacá Diegues, os projetos artísticos do CPC se viabilizavam porque ninguém ganhava nada:

A gente trabalhava de graça. Todo mundo trabalhava de graça. No caso do teatro era mais fácil ainda, porque não tinha necessidade de infra-estrutura, de equipamentos. Não tinha que pagar nada e, em geral, os espetáculos ou eram feitos na própria UNE ou então eram feitos em sindicatos.

A UNE-Volante foi um instrumento importante de divulgação das bandeiras e propostas da UNE. Nesse projeto a UNE e o CPC atuaram juntos e de forma complementar. Segundo Aldo Arantes, a idéia da UNE-Volante surgiu da necessidade de desenvolver um trabalho nacional de mobilização dos estudantes brasileiros em torno das grandes bandeiras que o movimento estudantil levantava. Surgiu também da constatação de que a UNE, durante muito tempo, estivera voltada principalmente para a região centro-sul. O projeto da UNE-Volante expressava o desejo da diretoria da entidade de ir ao encontro dos estudantes de várias partes do país. Segundo Carlos Estevão: "era a UNE se aproximando dos estudantes como forma de estabelecer um elo mais profundo com o movimento estudantil". Lembra ele ainda que o CPC foi fundamental para o sucesso da UNE-Volante:

O que era a UNE-Volante? Saía a UNE com sua diretoria percorrendo todos os estados da federação, fazendo assembléias estudantis etc. Aí, a UNE descobriu que levando o CPC junto, lotava. Tinha que fazer no principal teatro da cidade a assembléia da UNE e aquilo lotado. Eu me lembro de um congresso da UNE, congresso de sucessão da diretoria, no Quitandinha. O CPC foi para lá e aquilo lotou.

No início do projeto, a UNE teve o apoio do governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, que conseguiu passagens aéreas para membros da diretoria da UNE e estudantes ligados ao CPC. A UNE-Volante começou então o seu trabalho a partir de Porto Alegre, passando a visitar quase todas as capitais do Brasil.

Em todas as cidades onde chegava, a UNE-Volante realizava assembléias, reuniões com as lideranças estudantis, discussões sobre a reforma universitária, vendia seus livros e discos e apresentava peças do CPC. A mobilização gerada pela UNE-Volante foi tão grande que assustou alguns segmentos mais conservadores da sociedade brasileira. Como lembra Aldo Arantes: "o jornal *O Globo* passou a desencadear uma campanha contra a UNE, dizendo que a UNE estava 'comunizando' o Brasil".

Para Aldo, contudo, essa notícia acabou se transformando em propaganda favorável, pois aumentou a mobilização estudantil em torno da UNE-Volante. Em Salvador, os estudantes lotaram a Concha Acústica da Universidade Federal da Bahia para realizar uma assembléia estudantil e assistir a uma apresentação do CPC.

Carlos Estevão conta que, na primeira UNE-Volante, o CPC levou três peças. Uma peça escrita por Vianinha, sobre as empresas nacionais e os sindicatos, chamada *Brasil, versão brasileira*. Uma outra, escrita por Arnaldo Jabor, sobre a reforma agrária: *A história do formiguinho ou Deus ajuda os bão*. E uma terceira peça enfocando a reforma universitária: *Auto dos 99%* – que foi um grande sucesso.

Essa peça fazia um sucesso danado. Em Alagoas, um sujeito deslocou o maxilar de tanto rir, teve que sair carregado com o maxilar deslocado. Era muita palhaçada que a gente fazia, muita coisa. E no movimento estudantil pegava superbem, porque versava sobre temas, assuntos, problemas dos estudantes.

O poeta Ferreira Gullar foi outra figura importante do CPC. Ele se integrou à equipe em 1962, convidado por Vianinha, que queria encenar uma peça sobre reforma agrária que fosse escrita na linguagem da literatura de cordel. Gullar já era, na época, um conhecido poeta de vanguarda; havia participado do movimento dos concretistas e era um artista marcadamente ligado às experiências formais. No entanto, quando o convite de Vianinha foi feito, Ferreira Gullar já estava em face, como ele mesmo diz em seu depoimento, de uma ruptura com a poesia de vanguarda. O convite soou, então, como um desafio.

E esse convite para o CPC da UNE vinha de certo modo a calhar, em face da ruptura que eu tinha tido com a poesia de vanguarda, do meu afastamento. Então, de repente, eu ia fazer um poema na linguagem mais primitiva, mais rudimentar da poesia brasileira que é o cordel. E isso também me fascinou, essa experiência.

Em seu depoimento, Gullar resume o trabalho e o objetivo do CPC:

O objetivo do CPC da UNE era a revolução, era a transformação da sociedade brasileira e todos esses trabalhos, evidentemente, se encaminhavam para isso, no sentido de alfabetizar o povo, fazê-lo mais consciente e, conseqüentemente, conduzi-lo a uma atuação transformadora da sociedade. Isso era a essência do nosso trabalho. De modo que a discussão política era permanente, não só a discussão das questões políticas como a discussão de como viabilizar a ação política através da atividade cultural, quer dizer, do cinema, do teatro, da poesia e de outras atividades que a gente ia desenvolvendo.

Essa visão do CPC sobre o papel da arte e da cultura como instrumento auxiliar da revolução foi criticado na época (e mesmo depois) por alguns artistas, até por gente ligada ao CPC. Segundo Cacá Diegues, foi por discordar desse objetivo que um grupo de cineastas se afastou do CPC e seguiu desenvolvendo uma proposta própria e independente: o Cinema Novo. Para a maior parte desses cineastas, influenciados pelas idéias de liberdade e criação artística de Nelson Pereira dos Santos (que, nessa época, já tinha feito *Rio 40 graus* e *Rio Zona Norte*), a proposta de instrumentalização política da obra de arte era inaceitável.

Outro cineasta que participou do CPC e terminou por se afastar criticando o excesso de ideologia no movimento foi Arnado Jabor, que critica principalmente o conceito de "popular" subjacente às produções artísticas do CPC. O que ele chama de "volúpia do simplismo":

Os principais pensadores do CPC eram pessoas de alto nível. O Carlos Estevão é um filósofo de alta competência, O Vianinha era um poeta de grande talento, filho de comuna do Partidão. O Ferreira Gullar, que entrou logo depois, é um poeta extraordinário, maior poeta brasileiro que está aí. Mas o que eu acho interessante é isto: ao entrar para o CPC havia uma espécie de volúpia de você ficar mais careta; volúpia de você experimentar uma espécie de simplismo, de simplificação proposital para o seu trabalho artístico, quase que como uma homenagem à ignorância do povo, quase que uma espécie de auto-sacrifício para o bem da compreensão da mensagem a ser passada para a população que não tinha consciência política, digamos assim. Então, havia uma volúpia de fazer simplismos. O Vianinha, que tinha um talento enorme, passou anos da vida dele fazendo pecinhas simplistas. (...) O Ferreira Gullar, que é um poeta extraordinário, que tinha feito *A luta corporal*, que é um livro delirante de poesia, já tinha sido concreto, neoconcreto, ele larga tudo e começa a fazer poeminhas caretas de cordel, tipo "João boa morte, não sei o quê, o camponês que lutou contra o latifúndio"... Umas bobagens propositas, não é que eles eram burros, eles eram inteligentíssimos se dando ao sacrifício revolucionário de ser burros.

Mas é Cacá Diegues que, em seu depoimento, explicita os principais elementos da discussão da época envolvendo arte e política:

Já tinha havido o rompimento do CPC, sobretudo com o pessoal de cinema, que sai exatamente por causa desta discussão: a cultura popular seria o instrumento de uma luta política, uma espécie de braço cultural da luta política, à qual a cultura e a obra de arte estariam submetidas, ou ela seria uma forma de libertação nela mesma? Nós do cinema, do que depois ficou conhecido como Cinema Novo, achávamos que a cultura não podia estar a serviço da política, que a cultura não podia ser instrumentalizada pela política, que a luta política não precisava de um braço cultural para se fazer. Achávamos que a cultura era uma forma de transformação do homem mesmo, uma forma de transformação da mente, uma forma de transformação na maneira de ver o mundo.

No entanto, em que pesem as críticas – ou até mesmo por causa delas – o CPC teve um papel fundamental na mobilização e politização estudantil, na formação de jovens artistas e intelectuais e no levantamento de questões importantes e polêmicas que informaram a vida artística e cultural do país nas últimas décadas. Como comenta, em seu depoimento, o poeta Ferreira Gullar:

O CPC teve um papel muito importante inclusive porque ele chamou atenção para a realidade brasileira, como conteúdo do teatro, cinema, da literatura, do romance. Ele teve esse papel importante. Inclusive, muitos dos artistas que depois tiveram presença importante no cenário cultural e artístico do país nasceram no CPC ou foram influenciados pelo CPC. Como o Chico Buarque de Hollanda, como o Gilberto Gil, o Caetano Veloso e como tantos outros...

Além disso, cita o poeta um outro ponto que depõe de forma decisiva a favor do CPC:

Uma das coisas melhores que havia no CPC era o humor. Quando o humor sobrepunha-se ao sectarismo, então a coisa ganhava outro caráter. Foi isso que salvou muita coisa do CPC, foi esse aspecto do humor que estava quase sempre presente nas coisas.

Uma das principais contribuições do CPC à vida artística do Brasil foi, sem dúvida, a descoberta de compositores populares. Como conta Carlos Estevão:

O setor de música nosso, uma das coisas que ele fez, foi catar nos morros do Rio de Janeiro os compositores interessantes que existiam e que não eram co-

nhecidos por ninguém, e nós lançaríamos ali. Nelson Cavaquinho, Cartola, Zé Kéti, todas essas pessoas que ninguém sabia que existiam, porque só faziam coisas no morro, apareceram ali na Praia do Flamengo, para um público que passou a tomar conhecimento da existência deles.

O setor de música do CPC era dirigido por Carlinhos Lyra. Em seu depoimento, ele nos conta que, no seu início, o CPC tinha poucos músicos e ele ficava "sobrecarregado". Mas a UNE realizava muitos shows e, nesse processo, foi agregando artistas, cantores e compositores, misturando músicos populares oriundos de favelas e subúrbios com músicos de classe média, da Zona Sul.

Toda hora aparecia um show musical e, assim, foram se agregando ao CPC o Quarteto em Cy, o Trio Tamba, o Edu Lobo, e outras pessoas que eu, o meu setor, foi trazendo, Zé Keti, Nelson Cavaquinho, Cartola, João do Vale...

Carlos Lyra conta ainda que uma das coisas boas feitas pelo setor de música do CPC foi o disco *O povo canta*, que na época fez estrondoso sucesso.

Uma das outras coisas que o CPC fez, com vantagem, foi conseguir produzir um disco, que é uma coisa complicada no Brasil, conseguir que uma gravadora grave alguma coisa. E esse disco foi tão importante, ele vendeu tanto, teve uma venda tão expressiva que, com a venda desse disco, foi construído o teatro da UNE, com o dinheiro desse disco. Desse disco foi feito o filme *Cinco vezes favela*. Então, com esse dinheiro da venda do disco foi que a gente teve verba para fazer uma porção de outras coisas.

Nesse disco havia duas músicas especiais para Carlos Lyra: a canção *O subdesenvolvido* e o hino da UNE. A canção *O subdesenvolvido* foi feita para a peça *Um americano em Brasília*. A música era uma sátira que falava da exploração do Brasil desde o tempo do Descobrimento. O refrão repetia: "Era um país subdesenvolvido, subdesenvolvido, subdesenvolvido, subdesenvolvido..."

Já o hino da UNE foi uma encomenda do próprio Aldo Arantes, que solicitou ao CPC que fizesse o hino da entidade. Carlos Lyra faria a música e, para compor a letra, convidou o poeta Vinícius de Moraes.

HINO DA UNE

União Nacional dos Estudantes, mocidade brasileira, nosso hino é nossa bandeira. De pé a jovem guarda classe estudantil, sempre na vanguarda, trabalhar pelo Brasil. Nossa mensagem de coragem é que traz um canto de esperança num Brasil em paz. A UNE reúne futuro e tradição. A UNE, a UNE, a UNE é união. A UNE, a UNE, a UNE somos nós. A UNE, a UNE, a UNE é nossa voz.

O CPC E O CINEMA: TRIBUTOS A LEON HIRSZMAN

Em seu depoimento, Cacá Diegues faz uma homenagem a Leon Hirszman, o diretor do departamento de cinema do CPC. Para Cacá, muito mais do que diretor, ele era a "alma do cinema no CPC". Leon tinha um poder de aglutinação extraordinário, aliado a uma grande capacidade de organização política e densidade teórica. Mas além disso – ou, como diz Cacá em seu depoimento, apesar disso – era uma pessoa muito especial:

Essas pessoas que são muito aglutinadoras, racionalistas, e que têm uma organização política, em geral, elas se tornam pessoas meio frias. E o Leon era o contrário disso, era uma pessoa dulcíssima e uma pessoa muito emocionada e emocionante. Era um irmão mesmo. Eu tenho muita saudade dele. Ele é uma pessoa que faz muita falta, não só pelo que ele representou como grande cineasta que ele foi, mas também como teórico que ele foi, que infelizmente não deixou escrito as coisas que ele dizia muito bem, e, sobretudo, como um grande amigo mesmo. Leon era um homem do bem, que cultivava o bem.

O cineasta Leon Hirszman teve grande importância para a articulação do grupo de cinema do CPC e também do Cinema Novo. Ainda segundo Cacá:

O papel do Leon foi fundamental não só no CPC, como também na articulação do Cinema Novo. Glauber era o grande animador, o agitador do Cinema Novo. Nelson Pereira talvez fosse o grande mestre do Cinema Novo, o que nos dava a luz da experiência. Mas o articulador, aquele que juntou as peças do Cinema Novo foi o Leon Hirszman. Ele é quem ia urdindo a trama do tecido do Cinema Novo.

Leon Hirszman manteve sempre sua ligação tanto com o CPC quanto com o Cinema Novo. Quando alguns cineastas saíram do CPC para prosseguirem, de forma independente, a proposta do Cinema Novo – por discordarem da visão que o CPC tinha do papel político da cultura –, Leon permaneceu. Ao longo de sua vida sempre procurou fazer um cinema – tanto de ficção como documentários – ligado à vida e à cultura nacional.

Em 1971, Leon Hirszman fez o belo filme *São Bernardo*, baseado no livro de Graciliano Ramos. Em 1981 obteve consagração de público com *Eles não usam black-tie*, adaptação cinematográfica da famosa peça da UNE escrita por seu amigo Guarnieri. O próprio Guarnieri atuou no filme, representando o pai militante comunista que expulsa de casa o filho “fura greve”. Entre 1983 e 1986 realizou a trilogia *Imagens do inconsciente*, baseada nos trabalhos artísticos dos pacientes psiquiátricos da dra. Nise da Silveira. Leon morreu em 1987, vítima de AIDS, doença que contraiu numa transfusão de sangue.

O(S) FILME(S) DA UNE

A primeira atividade do grupo de cinema do CPC foi a realização do filme *Cinco vezes favela*. Esse projeto aglutinou os cineastas (e aprendizes de cineastas) do CPC. A idéia era fazer um filme composto por cinco episódios diferentes, cada um deles dirigido por um diretor. Em comum entre os cinco episódios havia o fato de que todos eles se passavam numa favela carioca. Um dos episódios já estava pronto: era o curta-metragem de Joaquim Pedro de Andrade, *Couro de gato*, que deu origem ao projeto do filme.

Joaquim Pedro de Andrade, alguns anos mais tarde, se projetou como um grande nome do cinema nacional com o filme *Macunaíma*, baseado no livro de Mário de Andrade. O filme tinha Dina Sfat, Paulo José, Jardel Filho e Grande Otelo nos papéis

principais. Causou polêmica, escândalo e grande sucesso. Joaquim Pedro morreu em 1988, aos 56 anos.

Couro de gato tinha uma linguagem que procurava reunir ficção e documentário: às vésperas do carnaval, garotos de uma favela roubavam gatos e vendiam para fabricantes de tamborim. O filme narra o amor de um menino por seu gato angorá e seu dilema ao ter que vender o bicho.

Além de Joaquim Pedro, os outros diretores eram: Leon Hirszman, Miguel Borges, Cacá Diegues e Miguel Farias.

Cacá Diegues conta como foi o processo de fazer o filme – o filme da UNE – com muita criatividade e pouquíssimos recursos.

O episódio do Joaquim já estava pronto, a idéia inclusive surgiu um pouco facilitada. Quando o Leon reuniu todo mundo do CPC de cinema e disse “o que a gente vai fazer?”, surgiu essa idéia porque tinha o filme do Joaquim Pedro já pronto, então vamos fazer mais quatro e a gente faz um filme chamado *Cinco vezes favela*. Evidentemente, cada diretor cuidou do seu próprio episódio, produziu seu próprio episódio. Por quê? Porque não havia dinheiro mesmo, era o esforço pessoal de cada um, dos amigos de cada um. O produtor geral, o organizador geral, o articulador geral de tudo isso, portanto, o produtor do filme, era o Leon. E o Leon tinha esse contato com a Dona Sara Kubitschek, que foi quem arrumou um dinheirinho para comprar filme virgem e fazer laboratório (...). Todos trabalhavam de graça mesmo, não se pagava ninguém. Então, eram os amigos que faziam o filme, os atores eram os atores amigos. A única coisa que a gente pagava era o filme virgem e o laboratório, porque até a câmera foi emprestada, uma velha câmera toda grudada com esparadrapo que a gente arrumou. E cada diretor cuidava do seu episódio. Havia um produtor comum a todos que era o Leon Hirszman. E os roteiros foram discutidos em comum no setor de cinema. A gente lia o roteiro uns para os outros. Mas havia imensa liberdade, cada um fez o que quis do seu filme.

O episódio de Cacá Diegues se chamava *Escola de Samba Alegria de Viver*. Na época, Cacá tinha 20 anos, e quase nenhuma experiência em cinema. O filme se passava no Morro do Cabuçu, pois a escola de samba escolhida era a Unidos do Cabuçu. As dificuldades de filmagem eram grandes. Cacá conta que teve de pedir à escola que ensaiasse o samba de dia (e não à noite como era costume) porque ele não tinha luz para filmar à



noite. O episódio tinha sido escrito por Carlos Estevão e Vianinha trabalhava como ator. O enredo era o seguinte: a escola de samba era pequena, precisava sair no carnaval e não tinha dinheiro. O chefe da escola de samba (o Vianinha) fazia um grande esforço para arrumar o dinheiro. Sua mulher era uma sindicalista, que passava por imensas dificuldades em casa, enquanto o marido estava na escola de samba.

Era um filme que tinha uma visão um pouco dividida entre o amor pela escola de samba e aquela idéia meio culpada de "por que perder tempo com isso se a gente pode ir para o sindicato e fazer a revolução". Mas também não optava nem por um lado nem pelo outro, ficava um pouco no meio-termo, porque a escola de samba é bonita, mas o sindicato também é importante. Ficava um pouco no meio do caminho, neste sentido.

Ferreira Gullar se lembra do episódio de Cacá Diegues. Para ele, o filme de Cacá é um bom exemplo da posição doutrinária do CPC na época.

O episódio do Cacá Diegues, *Escola de Samba Alegria de Viver*, se não me engano, é um negócio de louco. Quer demonstrar que a escola de samba é alienada. Quer dizer, que o fundamental é transformar a escola de samba num instrumento revolucionário, o que é uma loucura total.

O filme *Cinco vezes favela* provocou uma grande discussão entre os integrantes do grupo de cinema do CPC que buscavam a construção de um "cinema novo". O próprio Cacá diz que não ficou muito satisfeito com o resultado do filme. Na verdade, a realização desse filme nos moldes e na ideologia do CPC abriu espaço para a discussão do que seria um cinema livre, sem compromisso com uma linguagem preestabelecida, sem o propósito didático, mas voltado firmemente para a realidade brasileira como fonte. Em função dessa discussão, quase todo o grupo do Cinema Novo se desligou do CPC. E prosseguiu com sua proposta de forma independente.

A relação entre os cineastas do CPC e o movimento do Cinema Novo foi, portanto, muito estreita. De certa forma, o CPC alimentou o Cinema Novo. Segundo Cacá Diegues, a proposta do Cinema Novo – de construir um cinema nacional, valorizando a temática e a cultura brasileira – já existia antes mesmo do CPC. No interior do CPC esse grupo de cineastas aprofundou suas convicções, definiu diferenças e amadureceu uma visão própria, distinta da visão corrente do CPC. Os elementos de maior discordância entre o grupo de cinema e o restante do CPC eram, principalmente, o combate ao "didatismo" e

à idéia de "instrumentalização da arte". Esses foram os pontos que provocaram a ruptura do grupo do Cinema Novo com o CPC da UNE. Mas a interligação entre os dois foi marcante.

Com uma visão um pouco diferente mas ainda assim apontando a forte ligação entre os dois, Cacá Diegues afirma que o Cinema Novo é anterior ao CPC:

O Cinema Novo passa pelo CPC. O Cinema Novo nasce antes. É difícil dizer quando é que o Cinema Novo nasce, mas a partir do momento que o Nelson Pereira dos Santos faz *Rio 40 graus*, em 1955, este filme começa a revelar para a gente a possibilidade de se fazer um cinema diferente do que se fazia no Brasil. Nesse momento, a semente do Cinema Novo começa. Quando ele nasce, Mário Carneiro, fotógrafo maravilhoso, tem uma frase linda, que eu considero perfeita, segundo a qual "o Cinema Novo nasce a cada filme de estréia de cada um de nós". E, mesmo antes do CPC, já havia manifestos do Cinema Novo. Glauber escreve no *Metropolitano*. Glauber, aliás, escrevia muito no *Jornal do Brasil* sobre isso. Paulo César Saraceni, também. Enfim, o Cinema Novo é anterior ao CPC.

Cinco vezes favela acabou sendo a única produção cinematográfica do CPC. O projeto seguinte seria o filme de Eduardo Coutinho, *Cabra marcado pra morrer*. As filmagens foram iniciadas em 1964 e pouco depois foram interrompidas pelo golpe militar que fechou a UNE, proibiu o filme, acusou cineastas e equipe de filmagem de estarem a "serviço dos cubanos" e de esconderem armas. O filme foi interrompido, mas Coutinho não desistiu. Em 1981, numa conjuntura de abertura política, retomou o projeto e finalizou o filme. Mas não se pode dizer que *Cabra marcado pra morrer* seja um filme da UNE. Na verdade, ele é um filme da resistência à ditadura, da persistência de um artista, da obstinação de trabalhadores comprometidos com sua luta e do próprio esforço da sociedade que forçava um caminho de abertura política. Pensando bem, exatamente por causa disso, ele pode ser visto como "um filme da UNE".

Coutinho era um jovem estudante que viajava com a UNE-Volante quando, em 1962, João Pedro Teixeira, fundador da Liga Camponesa de Sapé, na Paraíba, foi assassinado. Em 1964 uma equipe do CPC dirigida por Eduardo Coutinho foi para o local filmar a história do líder camponês, utilizando como atores os trabalhadores locais e a própria família do líder assassinado. Pouco depois das filmagens terem começado, sobreveio o golpe militar. O trabalho foi interrompido e rolos do filme foram escondidos. Elisabeth,



a viúva de João Pedro, teve que fugir da região e adotou um nome falso para se proteger. Seus filhos foram distribuídos entre amigos e parentes. Dezesete anos depois, quando os ventos da abertura já sopravam no país, Eduardo Coutinho foi atrás de seu filme e da viúva de João Pedro Teixeira. O segundo filme mostra o cineasta recuperando não apenas seu filme, mas uma história de vida, uma família. Coutinho buscou os filhos de Elizabeth dispersos desde a sua fuga. *Cabra marcado pra morrer* são dois filmes num só – os dois falam da luta camponesa e homenageiam João Pedro e sua família. O filme completo foi exibido para o público em 1984.

REFERÊNCIAS CULTURAIS, TEÓRICAS E POLÍTICAS DOS ANOS 1950 E 1960

Durante os anos 1950 e o início da década de 1960, no Brasil, uma das principais questões em pauta era o tema do desenvolvimento. Em torno dessa questão giravam idéias, propostas, criações artísticas. Tão importante quanto esse tema era a valorização do nacional: a cultura nacional, a soberania nacional, a identidade nacional. Em torno dessas questões centrais se construíram as principais referências teóricas, culturais e políticas do período, bem como os principais pensadores que procuraram enfrentar ou expressar esses desafios.

O CPC e o Cinema Novo foram, como vimos, espaços importantes onde estudantes, intelectuais e artistas pensaram e propuseram questões em torno destas idéias-chave: desenvolvimento, nacional, popular. Nelson Pereira dos Santos, Oduvaldo Vianna Filho, Ferreira Gullar, Leon Hirszman, Joaquim Pedro e Eduardo Coutinho contribuíram com suas obras para esse debate.

Além deles, o pensamento acadêmico também se voltou para esse debate, que marcou toda a década de 1950 e o início dos anos 1960. Intelectuais importantes assumiram cargos e tarefas no governo e em comissões internacionais, colaboraram com os proje-

tos de desenvolvimento ou de reforma dos governos de JK e de Jango; pesquisaram, escreveram, deram aulas e conferências. Entre eles, quatro pensadores representam o grande esforço intelectual que se fez, na época, para enfrentar a questão do desenvolvimento e do progresso do país, superando o subdesenvolvimento, a pobreza e as profundas desigualdades sociais: Celso Furtado, Milton Santos, Josué de Castro e Paulo Freire. Todos nordestinos – provenientes da região que mais concentrava a miséria, a violência, a desigualdade e a injustiça. Todos participaram do governo de João Goulart, tiveram seus direitos políticos cassados em 1964 e se exilaram durante a ditadura militar.

Celso Furtado (1920-2004) talvez seja o nome mais representativo desse período. Nos anos 1950 fez parte da CEPAL (Comissão Econômica para o Desenvolvimento da América Latina), órgão da ONU que se revelou importante fórum de debates sobre a questão do desenvolvimento no Brasil e demais países latino-americanos. Colaborou com o Plano de Metas do governo JK e participou da criação da Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste). Em 1959 foi publicado seu livro *A formação econômica do Brasil*. Celso Furtado também colaborou com o governo de João Goulart, como Ministro do Planejamento. Com o golpe de 1964 exilou-se e só retornou ao país após a anistia. Nas décadas de 1980 e 1990, retomou sua vida acadêmica e se reintegrou ao cenário político do país. Morreu em 2004. Todo o pensamento de Celso Furtado, toda a sua obra e toda a sua vida política estiveram sempre voltados para a questão do desenvolvimento nacional, aliado ao desenvolvimento latino-americano. Este foi o desafio teórico e político que ele procurou enfrentar. Olhou para o Brasil como um país do Terceiro Mundo e procurou países irmãos, parceiros dessa empreitada na América Latina. Perseguindo seu objetivo, Celso Furtado integrou comissões especializadas em nível nacional e internacional e colaborou com governos eleitos democraticamente. Por influência dele toda uma geração aprendeu a pensar o Brasil numa perspectiva continental: o Brasil fazendo parte da América Latina.

O baiano Milton Santos (1926-2001) é outra referência teórica importante do período. Ele renovou a abordagem da geografia brasileira, pensando a questão da urbanização como um dos principais desafios do homem moderno. Estudou a especificidade histórica do processo de urbanização brasileira procurando destacar as "diversidades regionais". Inúmeros geógrafos, urbanistas, sociólogos e arquitetos foram influenciados pelos livros de Milton Santos, que foi preso em 1964 e depois se exilou na Europa. Retornou

ao país em 1977, passando a dar aulas na Universidade Federal Fluminense (UFF) e na Universidade de São Paulo (USP). Escreveu livros como *Por uma geografia nova* e *A urbanização brasileira*. Milton Santos insistia na importância da discussão do espaço: "O espaço é a casa do homem e também a sua prisão."

Josué de Castro (1908-1973), pernambucano, era formado em medicina mas também era pesquisador de antropologia e de geografia humana. Elegeu como principal preocupação e tema de estudo, pesquisa e denúncia a questão da fome. Para Josué de Castro a fome era a expressão maior dos problemas brasileiros que ele queria abordar: o subdesenvolvimento, a pobreza, a desigualdade social. Seu livro *A geografia da fome* (cuja primeira edição saiu em 1946) marcou o debate político dos anos 1950. Nesse livro ele procura mostrar a relação entre a estrutura de propriedade da terra e a fome e pobreza nordestinas. Para Josué de Castro era fundamental debater e enfrentar a questão da reforma agrária para resolver o problema da fome no país:

Precisamos enfrentar o tabu da reforma agrária — assunto proibido, escabroso, perigoso — com a mesma coragem com que enfrentamos o tabu da fome. Falaremos abertamente do assunto, esvaziando desta forma o seu conteúdo tabu, mostrando através de uma larga campanha esclarecedora que a reforma agrária não é nenhum bicho-papão ou dragão maléfico que vá engolir toda a riqueza dos proprietários de terra, como pensam os mal-avisados, mas que, ao contrário, será extremamente benéfica para todos os que participam socialmente da exploração agrícola.

Também de Pernambuco era Paulo Freire (1921-1997), um dos maiores nomes da educação no Brasil. Paulo Freire foi o criador de um método de alfabetização de adultos que se fundamentava na idéia de "troca de saberes" entre professor e aluno e que valorizava o cotidiano e o conhecimento empírico daqueles que desejavam aprender a ler. Rejeitando as cartilhas tradicionais, Paulo Freire propunha que se ensinasse a ler a partir de palavras significativas do universo do aluno. Em vez de "vovô viu a uva" os fonemas eram construídos a partir de palavras como "cana", "terra", "enxada", "barraco", "chuva", "seca". Palavras que faziam parte da vida dos alunos e que, para eles, faziam sentido e tinham importância. O educador ensinava a soletrar, a ler e escrever, mas os

alunos ensinavam ao professor a importância crucial da cana, da terra, da chuva, da seca. Este, em essência, era o método Paulo Freire de alfabetização de adultos, que teve uma grande influência sobre os movimentos de cultura e de educação popular – em muitos dos quais Paulo Freire participou ativamente. Entre eles, os mais importantes foram o Movimento de Cultura Popular (MCP), que ele ajudou a criar em Pernambuco, e o Movimento de Educação de Base (MEB), de âmbito nacional, já no governo de João Goulart. O golpe militar de 1964 interrompeu a experiência do MEB. Paulo Freire foi preso e depois, como os outros, exilou-se. Retornou ao Brasil na década de 1980, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT) e voltou a trabalhar com programas de alfabetização e a formar e influenciar professores e educadores. Ainda hoje, as principais experiências de educação popular – dos acampamentos dos sem-terra às escolas nas favelas e comunidades carentes – se baseiam no “método Paulo Freire” e citam orgulhosamente suas teses sobre o conhecimento popular e a troca de saberes, como se pode verificar no site do Instituto Paulo Freire.



BREVE PANORAMA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL – II: PANORAMA GERAL DO ENSINO UNIVERSITÁRIO NO BRASIL ENTRE 1960 E 1970

Na década de 1960 ampliou-se o número de universidades no país, assim como o processo de federalização das universidades.

A Universidade da Bahia tornou-se Universidade Federal da Bahia em 1950; a de Pernambuco em 1961. Em 1965 a Universidade Rural passou a se chamar Universidade Federal Rural. Também em 1965 a Universidade do Brasil recebeu a designação de Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mas o novo nome não pegou de imediato. As faculdades da antiga Universidade do Brasil eram chamadas de "nacionais": Nacional de Medicina, Nacional de Engenharia, Faculdade Nacional de Filosofia... era assim que os estudantes chamavam as escolas e faculdades da Universidade do Rio de Janeiro ao longo dos anos 1960. Essa nomenclatura perdurou ainda por algum tempo depois da mudança de nome.

Entre os anos 1960 e 1970 cresceu o número de jovens oriundos das classes médias que se candidatavam a uma vaga no ensino superior. Esse aumento provocou uma crise social muito além das universidades: o problema dos "excedentes" (alunos que eram aprovados no vestibular, mas não classificados para ocupar o reduzido número de vagas das universidades). Essa demanda social gerou uma pressão para ampliar o número de universidades e a oferta de vagas.

É digna de nota a criação, em 1962, durante o governo de Goulart, da Universidade de Brasília, um projeto pioneiro de Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira.

Entre as décadas de 1960 e 1970, cresceu consideravelmente o número de universidades no país. Foram criadas universidades fora do eixo tradicional do ensino superior no Brasil que incluía, além do Rio de Janeiro, os estados de São Paulo, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Paraná. Durante o período da ditadura militar, inclusive, houve uma grande expansão do ensino universitário em estados do Norte e Nordeste.

Em 1960 foi criada a Universidade de Goiás, em 1964 a Universidade do Acre, em 1970 a Universidade de Mato Grosso.

Nesse período, diversificaram-se enormemente os cursos oferecidos pelas universidades, muito além dos tradicionais cursos de Direito, Medicina, Engenharia e da Faculdade de Filosofia. O panorama agora incluía uma diversidade muito grande acompanhando a multiplicidade de novas profissões e disciplinas produzidas pela modernização da sociedade que se aprofundava no sentido do urbano e do industrial.

Surgiram as Escolas de Comunicação e Jornalismo; as Engenharias se subdividiram (civil, elétrica, química). Os cursos de História, Geografia, Museologia ganhavam estatuto próprio. Ao lado da Escola de Economia surgiu o curso de Administração de Empresas. Ao lado das Escolas de Medicina surgiram os cursos de Fisioterapia e Fonoaudiologia.

As universidades se multiplicavam, se espalhavam pelo país e os cursos também se diversificavam.

**CAPÍTULO IV
O MOVIMENTO
ESTUDANTIL
DURANTE A
DITADURA
MILITAR
(1964 – 1965)**

PARTE 1

O GOLPE MILITAR DE 1964

HISTÓRIA, MEMÓRIA E HISTORIOGRAFIA

O golpe militar que derrubou o governo de João Goulart e instaurou uma ditadura civil-militar no país é um evento crucial da nossa história contemporânea.

Como mencionamos no capítulo anterior, a história e a memória social do governo de Jango e da própria figura do presidente é extremamente controvertida. Essa controvérsia acompanha também a história e a memória dos acontecimentos que levaram ao golpe de 1964 e se repete nas análises históricas e nas avaliações políticas sobre o episódio. Principalmente pelo fato de que muitas dessas análises foram formuladas por pessoas que viveram aquele momento e produziram suas análises sob o impacto dos acontecimentos.

Para os setores conservadores da sociedade, como a UDN e os militares, o golpe veio barrar a ameaça de instauração de uma "república sindicalista" por parte de Jango. Para os grupos de esquerda mais radicais o golpe aconteceu porque o PCB não armou o povo. Levantou bandeiras que ameaçavam a burguesia e os setores mais conservadores, mas não se preparou para a reação que certamente viria. Para outros, o golpe teria sido basicamente armado pelos Estados Unidos e era a expressão do imperialismo norte-americano na América Latina. Para os setores mais conservadores da própria frente que apoiava a campanha pelas reformas de base, o golpe aconteceu pela radicalização que se imputou ao movimento a partir, principalmente, da bandeira de luta pela reforma agrária.

Ou seja, as análises sobre o golpe militar de 1964 – principalmente aquelas feitas imediatamente depois do golpe – são permeadas pelas posições políticas e pela memória dos diferentes atores sociais e dos diferentes projetos políticos que estavam em curso no início de 1964.

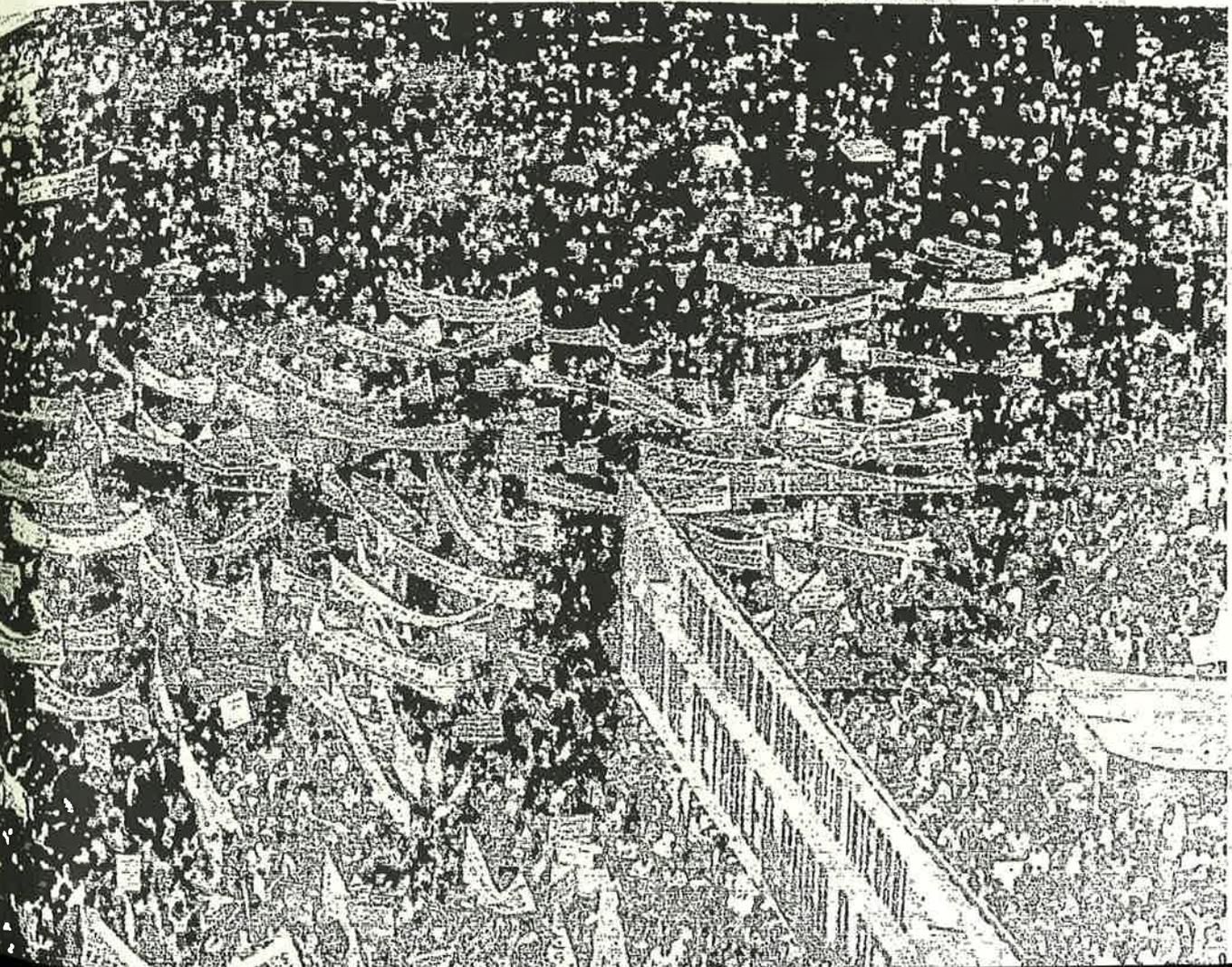
Alguns anos mais tarde, entre as décadas de 1970 e 1980, novas interpretações e análises foram elaboradas por cientistas políticos e historiadores. Algumas dessas análises apontavam para uma dimensão de "inevitabilidade" do golpe. De acordo com essa visão, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil exigia um governo forte, que pudesse obrigar a classe trabalhadora a se submeter ao necessário "arrocho salarial". Para tanto, seria fundamental desmantelar os instrumentos de pressão e defesa dos trabalhadores (sindicatos, partidos, imprensa livre etc.). Nessa interpretação, o golpe de 1964 era inevitável porque só o autoritarismo garantiria o desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Essa explicação foi proposta, segundo Argelina Figueiredo, pelo cientista social Fernando Henrique Cardoso, entre outros.

O historiador Jacob Gorender, que frequenta vários capítulos deste livro porque foi também militante do movimento estudantil, do PCB e fundador do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), apresenta, no livro *Combate nas trevas*, uma variante dessa interpretação. Para Gorender, o capitalismo brasileiro já tinha a predominância de uma burguesia industrial, fortemente vinculada ao capital estrangeiro. Para este setor da burguesia, as reformas de base iam na direção contrária aos seus interesses. Para garanti-los, essa burguesia optou pela solução golpista, associada à alternativa de "modernização conservadora" (ou seja: desenvolvimento com autoritarismo). A explicação de Gorender salienta o fato de que o golpe foi, em grande medida, uma resposta à campanha pelas reformas de base, como mostra Carlos Fico, em seu livro *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*.

Outra análise próxima à de Gorender, já clássica na historiografia brasileira sobre o golpe, foi feita por René Dreifuss, cientista político uruguaio. No livro *1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*, Dreifuss mostra que, entre os anos 1950 e 1960, crescera no Brasil, em parte impulsionado pelas medidas do governo JK, um segmento da burguesia industrial fortemente associado ao capital internacional. Esses novos setores da burguesia contrapunham-se a uma burguesia mais tradicional, de base oligárquica e com perspectivas nacionalistas. Esses novos setores de uma burguesia moderna, multinacional, associada ao capital internacional, se estruturaram em organizações empresariais como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática. Para Dreifuss, o complexo IPES/IBAD funcionou como um Estado-Maior da burguesia multinacional, que centralizou e organizou as iniciativas que levaram ao golpe de 1964 e que instalaram o que ele chamou de

FOI O MAIOR COMÍCIO DA HISTÓRIA DO BRASIL

O POVO COM JANGO COMEÇA A REFORMA



NO GRANDE COMÍCIO DE ONTEM NA PRACA DA REPUBLICA — O MAIOR DA HISTÓRIA DO BRASIL — ENVIANDO UMA MULTIDÃO DE CIRCUNDAÇÃO ENTRE 150 MIL PESSOAS — O GOVERNO DA REPUBLICA ANUNCIOU QUE "DEMOCRATIZAMOS PRECISAMENTE ISTO: O POVO LIVRE PARA MARCHAR NA PRACA PÚBLICA APESAR DA CAMPANHA DE TERROR IDEOLÓGICO E SABOTAGEM ORGANIZADA PELA REACÇÃO.

A Constituição

DELIRANTEMENTE APLAUDIDO, JANGO — NÃO DEVEU SER CHAMADO DE SUBVERSIVO PELA REACÇÃO DE PROCLAMAR QUE A CONSTITUICAO PRECISA SER REVISTA, NOSSA CONSTITUICAO É ANTIGUADA. A CONSTITUICAO LEGALIZA UMA ESTABILIDADE SOCIO-ECONOMICA JURIDICA, INJUSTA E DIFERENCIADA. HA O PRESIDENTE, O POSITO DO DECRETO SUPRA, QUE ACABA DE ASSINAR, DISSE QUE É O PRIMEIRO PASSO PARA A REFORMA AGRICOLA, AS DEMAIS REFORMAS DO POVO E GOVERNO FAZEM JUNTOS.

Os Oculistas

ALEM DE JANGO, TINHA A SEU LADO O SENADOR D. MARIA TEREZINHA, QUE FALARAM NO COMÍCIO. OS SENADORES MIGUEL ARRUDA, SILVEIRA, OS DEPUTADOS ELOI OUTRA, SERGIO

“ditadura civil-militar”. Na interpretação de René Dreifuss, o que aconteceu em 1964 não foi exatamente um golpe das Forças Armadas contra o governo de Goulart, mas a “culminância de um movimento civil-militar”, como assinala Carlos Fico.

No livro *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*, Argelina Figueiredo discute outras possibilidades de análise que dão ênfase ao jogo político e parlamentar do período. Uma dessas análises, a teoria da “paralisia de decisão” do governo Goulart, foi elaborada pelo cientista político Wanderley Guilherme dos Santos. Essa paralisia política era resultado tanto da inconstância das coalizões parlamentares quanto da dificuldade de se chegar a soluções negociadas entre os diferentes setores sociais e políticos que atuavam na época. O processo de radicalização política do período contribuiu significativamente para acirrar essa paralisia decisória, impedindo que os partidos políticos chegassem a uma solução que evitasse o desfecho do golpe militar. Ou seja, a radicalização política teria impedido uma negociação entre os partidos.

Com uma posição semelhante, Argelina Figueiredo, em sua tese sobre o golpe de 1964, argumenta que, no período que antecedeu o movimento – de 1961 a 1964 – as forças políticas que se expressavam nos partidos, frentes e movimentos sociais da época atuaram, cada uma, no sentido de fortalecer e radicalizar a sua própria proposta política, enfraquecendo os mecanismos institucionais que possibilitavam a construção de posições negociadas. Sem o estabelecimento de consensos mínimos o governo de Jango ficou isolado e foi facilmente derrubado. Argelina sugere que a coalizão de centro-esquerda em apoio às reformas que San Tiago Dantas tentou organizar – a chamada Frente Progressista de Apoio às Reformas de Base – poderia ter sido uma solução se tivesse sido tentada com maior antecedência. Tudo indica, afirma Argelina, “que ela ocorreu quando a cooperação já não era mais possível”.

Mais recentemente, Daniel Aarão Reis Filho – outro historiador que encontramos neste livro também como personagem porque foi ativo militante de esquerda e do movimento estudantil dos anos 1960 – tem, em suas pesquisas, apontado para um outro aspecto: o golpe militar só foi possível porque teve o apoio significativo de amplos setores da classe média, mobilizada não só pelo “medo do comunismo” mas, principalmente, pela certeza de que um processo radical de distribuição de renda e de poder seria posto em curso pelas reformas de base e isso acarretaria certamente a perda de muitos privilégios a que estava acostumada.

Tantos estudos sobre o golpe, tantas análises e interpretações, apontam para a importância desse evento na nossa história política recente. Mais do que isso: o esforço dos historiadores e cientistas sociais e políticos em desvendar o processo que tornou possível o golpe militar de 1964 objetiva conhecer nossa sociedade, suas fragilidades e sua relação com a democracia. As análises expostas acima não são necessariamente excludentes. A historiografia contemporânea trabalha com a combinação dessas variáveis. Na verdade, o objetivo maior desses estudos é apontar de que forma podemos, a partir dessa experiência, garantir e aprofundar a nossa democracia.

O GOLPE

Os anos anteriores ao golpe, como vimos, foram marcados por um processo de radicalização política em torno da campanha pelas reformas de base que congregava um conjunto amplo de forças progressistas, reunindo partidos e organizações de esquerda e movimentos e grupos sociais, tais como o PCB, a AP, grupos trotskistas, as Ligas Camponesas e outros representantes dos trabalhadores rurais, os sindicalistas da CGT e os militantes e lideranças trabalhistas, os deputados nacionalistas da Frente Parlamentar e os setores nacionalistas das Forças Armadas, intelectuais, artistas, professores e os estudantes, universitários e secundaristas, através da UNE e da UBES. Uma ampla frente reunindo comunistas, nacionalistas, sindicalistas e trabalhistas. Essa frente pressionava o governo Jango — e lhe dava sustentação política — no rumo das reformas de base. No interior dessa frente, a posição do Partido Comunista era bastante expressiva. Na verdade, as reformas de base, como bem apontou o historiador Carlos Fico, eram a “interpretação trabalhista da linha política discutida pelo PCB desde o final dos anos 1950, que visava a direcionar o desenvolvimento capitalista brasileiro no rumo de uma revolução nacional e democrática”. As reformas de base eram pensadas exatamente neste sentido, elas tinham um papel estratégico: suprimiriam os aspectos arcaicos da realidade brasileira, sua extrema dependência do imperialismo norte-americano e abririam campo para o desenvolvimento econômico e social do país — desenvolvimento este que se daria sob a égide das riquezas nacionais e voltado para o bem-estar do povo brasileiro. Entre as reformas de base propostas, a mais importante



politicamente, a mais urgente socialmente e de maior repercussão econômica era, justamente, a reforma agrária. Mas, ao mesmo tempo, era exatamente essa campanha que feria mais profundamente interesses econômicos, posições sociais e privilégios políticos consolidados. A reforma agrária era – e talvez ainda seja – o limite maior da construção da democracia no Brasil.

No comício de 13 de março de 1964, na estação ferroviária Central do Brasil, no Rio de Janeiro, o presidente João Goulart falou sobre as reformas de base, comprometendo-se com elas. Mas falou, principalmente, sobre a reforma agrária. Jango anunciou o decreto de desapropriação de terras localizadas à margem de rodovias, ferrovias e obras públicas.

O governo Jango, empurrado pela frente política que se condensava em torno da campanha pelas reformas de base, tocou, portanto, num ponto crucial: a reforma agrária. Esse ponto foi a principal motivação para a articulação de uma reação política que derrubou o governo e desbaratou a frente nacionalista e de esquerda que o sustentava. Não é à toa que muitos historiadores, ainda hoje, consideram o comício da Central do Brasil – cujo tema principal foi a reforma agrária – o estopim do golpe militar.

Ao discursar no comício, João Goulart aponta a assinatura do decreto da SUPRA (Superintendência da Política da Reforma Agrária) como o primeiro passo para a solução definitiva do problema agrário brasileiro e adverte o povo para as reações que viriam a seguir.

Como apontou a historiadora Alzira Abreu, o comício da Central do Brasil foi “a senha para a união de todos os conspiradores civis e militares, que iniciaram os preparativos para a derrubada de Goulart”. Esse comício também estimulou o medo da classe média e fez recrudescer o sentimento anticomunista que havia em parte da sociedade. A resposta dos setores conservadores ao comício foi a realização, em várias cidades do país, de Marchas da Família com Deus pela Liberdade. A marcha realizada no dia 19 de março em São Paulo reuniu milhares de pessoas e teve amplo destaque nos jornais. Mas foi a Revolta dos Marinheiros, no dia 26 de março, que precipitou os acontecimentos, fornecendo os argumentos que os grupos de direita necessitavam para declarar que os comunistas estavam incentivando a quebra da disciplina e da hierarquia nas Forças Armadas, como forma de acelerar o golpe e tomar o poder. Para Alzira Abreu, esse episódio foi crucial, pois “o discurso sobre o perigo comunista foi o eixo central que uniu imprensa, militares, Igreja, classe média, empresários rurais e urbanos e diferentes setores da sociedade em apoio à queda do governo constitucional de Goulart”.



COMÍCIO DA CENTRAL DO BRASIL

Alguns trechos do discurso do presidente João Goulart no comício da Central do Brasil:

Aqui estão os meus amigos trabalhadores, vencendo uma campanha de terror ideológico e sabotagem, cuidadosamente organizada para impedir ou perturbar a realização deste memorável encontro entre o povo e seu presidente, na presença das mais significativas organizações operárias e lideranças populares deste país. Chegou-se a proclamar até que esta concentração seria um ato atentatório ao regime democrático, como se no Brasil a reação ainda fosse a dona da democracia e a proprietária das praças e das ruas. Desgraçada a democracia se tiver que ser defendida por tais democratas.

(...)

O caminho das reformas é o caminho do progresso pela paz social. Reformar é solucionar pacificamente as contradições de uma ordem econômica e jurídica superada pelas realidades do tempo em que vivemos.

Trabalhadores, acabei de assinar o decreto da SUPRA com o pensamento voltado para a tragédia do irmão brasileiro que sofre no interior de nossa Pátria. Ainda não é aquela reforma agrária pela qual lutamos. Ainda não é a reformulação de nosso panorama rural empobrecido. Ainda não é a carta de alforria do camponês abandonado. Mas é o primeiro passo: uma porta que se abre à solução definitiva do problema agrário brasileiro. O que se pretende com o decreto, que considera de interesse social para efeito de desapropriação as terras que ladeiam eixos rodoviários, leitos de ferrovias, açudes públicos federais e terras beneficiadas por saneamento da União, é tornar produtivas áreas inexploradas ou subutilizadas, ainda submetidas a um comércio especulativo, odioso e intolerável. Não é justo que o benefício de uma estrada, de um açude ou de uma obra de saneamento vá servir aos interesses dos especuladores de terra que se apoderaram das margens das estradas e dos açudes.

(...)

Sei das reações que nos esperam, mas estou tranqüilo, acima de tudo porque sei que o povo brasileiro já está amadurecido, já tem consciência de sua força e de sua unidade, e não faltará com o seu apoio às medidas de sentido popular e nacionalista.

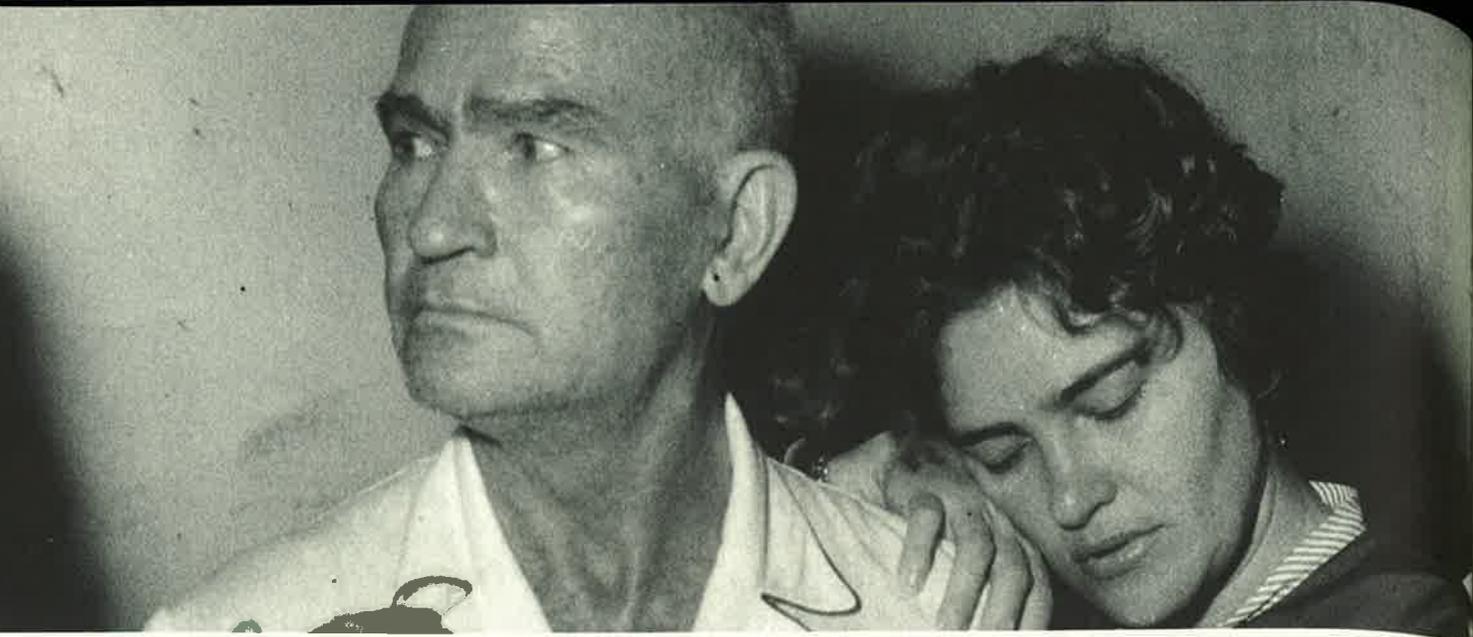
A propósito da Revolta dos Marinheiros e do papel controvertido de seu principal líder, o cabo Anselmo, relata Victor Gentilli:

José Anselmo dos Santos, o cabo Anselmo, foi o principal líder da Revolta dos Marinheiros, que desencadeou a crise que levou à deposição de Jango. Anselmo foi preso, fugiu da prisão, exilou-se em Cuba e no Chile e depois retornou ao Brasil em 1971. Muitos militantes de organizações armadas acusam-no de ter sido um agente da repressão, de ter colaborado para a prisão, tortura e morte de muitos militantes e guerrilheiros, inclusive sua própria companheira. Militantes do PCB levantam também a hipótese de Anselmo ter sido agente da repressão antes mesmo de 1971. Levantam a suspeita de que a sua própria atuação, tão radical, na liderança da Revolta dos Marinheiros, já era a ação deliberada de um provocador profissional. O cabo Anselmo vive até hoje na clandestinidade, temendo represálias de antigos militantes de esquerda. Mas concedeu duas entrevistas a dois jornalistas, “repórteres policiais de velha e boa cepa”, que ficaram famosas: a primeira, em 1984, a Otávio Ribeiro, publicada na revista *Isto É*; a segunda, concedida a Percival de Souza, em 1999, e publicada na revista *Época*. As entrevistas são contraditórias, mas em ambas Anselmo confirma que colaborou com a repressão.

No dia 31 de março o general Mourão Filho iniciou em Juiz de Fora, MG, a movimentação de tropas em direção ao Rio de Janeiro. O governo do presidente João Goulart caiu sem resistência. Os relatos de seus correligionários dizem que Jango quis evitar uma guerra civil. O presidente foi para o Rio Grande do Sul e, depois, exilou-se no Uruguai. Sua decisão de viajar para o Sul abriu espaço para o senador Moura Andrade, então presidente do Congresso Nacional, declarar a vacância do cargo de Presidente da República. No dia 3 de abril o país já tinha um novo presidente: o general Castelo Branco.

O golpe de 1964 encerrou, de forma autoritária, a experiência democrática que o país vinha vivendo desde 1945 e inaugurou um longo período de autoritarismo no Brasil. Foram mais de 20 anos de ditadura militar. Poucos dias depois do golpe foi expedido o Ato Institucional nº 1, que permitiu as primeiras cassações de mandatos parlamentares e a suspensão de direitos políticos. Enorme violência se desencadeou sobre os dirigentes políticos que integravam a frente nacionalista das reformas de base – principalmente as lideranças sindicais e comunistas.





A PRISÃO DE GREGÓRIO BEZERRA

O episódio repressivo mais chocante ocorrido durante o golpe militar se abateu sobre um dirigente histórico do Partido Comunista Brasileiro: Gregório Bezerra (1900-1983). De origem rural, Gregório nasceu no município de Panelas de Miranda, no agreste pernambucano. Integrante do comitê central do PCB, Gregório Bezerra já havia passado dez anos na prisão, durante o Estado Novo. Por ocasião do golpe militar foi preso no interior de Pernambuco, quando tentava organizar uma resistência de camponeses ao golpe. Foi imediatamente transferido para Recife, onde foi brutalmente torturado em público: Gregório Bezerra, que na época tinha 64 anos, foi espancado e arrastado com uma corda no pescoço pela praça do bairro de Casa Forte, pelo tenente-coronel Darcy Viana Vilock. O macabro espetáculo chocou as pessoas que passavam na rua naquele momento.

Em homenagem a Gregório Bezerra, o poeta Ferreira Gullar escreveu a poesia "Feito de ferro e flor": "Mas existe nesta terra muito homem de valor que é bravo sem matar gente, mas não teme o matador, que gosta da sua gente e que luta a seu favor, como Gregório Bezerra, feito de ferro e de flor."

Todas as entidades e associações políticas e civis identificadas com a frente nacionalista e de esquerda que dava sustentação a João Goulart foram reprimidas: fechadas, seus dirigentes presos, suas atividades proibidas. A UNE não foi poupada: foi invadida, saqueada e queimada pelas forças da repressão.

JOSÉ SERRA: A ÚLTIMA GESTÃO DA UNE ANTES DO GOLPE

Eleito governador de São Paulo em 2006, na seqüência de uma carreira política como deputado federal, senador, ministro e prefeito de São Paulo, José Serra, na época estudante de engenharia da USP e militante da Ação Popular, foi o último presidente da UNE antes do golpe que instalou a ditadura militar e fechou a entidade estudantil. Dessa gestão também fizeram parte Duarte Pereira, igualmente militante da Ação Popular, e Marcelo Cerqueira, representante do Partido Comunista na coalizão. Duarte Pereira tornou-se jornalista e professor. Marcelo Cerqueira, na época, era estudante de Direito na UFRJ e, anos mais tarde, foi um destacado advogado de presos políticos durante a ditadura militar. Em seu depoimento, Marcelo lembra de uma curiosidade sobre essa diretoria: era a primeira que tinha uma representante feminina.

Foi a primeira diretoria da UNE que tinha mulher: Maria Nazaré, um encanto. Eu tocava violão e cantava com ela, e era uma das atrações nas reuniões da UNE e também das UEEs quando eu ia com ela, éramos nós cantando em dueto. “Maria do Maranhão” era nosso carro-chefe!

Maria Nazaré era estudante da Faculdade de Filosofia do Maranhão e militante da AP. Ela conta, em seu depoimento, que sua candidatura na chapa de Serra teve o apoio de outras mulheres das outras organizações – justamente pelo fato de ser a primeira vez que uma mulher ocupava um cargo na diretoria da UNE.

Então, o que no começo parecia uma fraqueza, uma simples estudante mulher, passou a se transformar rapidamente numa força, e a AP percebeu que as mulheres de outras tendências estavam a fim de fechar em torno da minha candidatura, independente de eu ser da Ação Popular.

Essa diretoria foi eleita no XXVI Congresso da UNE, realizado em Santo André, em julho de 1963. Em seu depoimento, Marcelo Cerqueira resume o sentido dessa gestão:

Agonia. Agonia, agonia, agonia. Porque nós fomos eleitos em Santo André. Em Santo André reproduziu-se o episódio da eleição do Aldo no Quitandinha, quan-



do o Comando de Caça aos Comunistas nos atacou. (...) Um dos tiros pegou no calcanhar de um companheiro nosso. Até havia uma ambulância lá e o levou. O nome dele era Germano, tomou um tiro no pé. Em Santo André houve muita provocação da direita, já preparada para o golpe.

Embora nem todos pensassem assim, o Congresso de Santo André já prenunciava o golpe.

Nesse último ano, a relação da UNE com os acontecimentos do cenário político nacional foi bastante intensa. A UNE participou da campanha pelas reformas de base, atuou nos movimentos de alfabetização popular que existiam principalmente no Nordeste, estabeleceu contatos de apoio com as Ligas Camponesas. Levantou e mobilizou os estudantes na luta pela reforma universitária, vista como parte integrante das reformas de base. Mas procurava sempre manter uma posição independente e crítica em relação ao governo de João Goulart, como afirma Maria Nazaré:

Nós apoiávamos, sim, as reformas de base, que era uma proposta da época, mas nós estávamos sempre com um olhar crítico sobre todas elas. Nós nunca fomos de “mãos dadas” com o governo João Goulart.

A preocupação dos estudantes em manter sua independência, em não se deixar “seduzir” pelos afagos do poder era constante e, algumas vezes, até ingênua, como lembra Maria Nazaré:

Nós fomos convidados para jantar com o presidente João Goulart, e isso nos levou a muitas discussões: “Vamos?”, “Não vamos?”, “Denunciamos que ele está nos convidando para jantar?” Enfim, foi tanto debate, mas acabamos aceitando o jantar.

Mas o momento de maior afastamento entre a diretoria da UNE e o governo de Jango ocorreu no episódio da tentativa de estabelecimento do estado de sítio. A UNE foi convidada a participar de uma reunião em que a proposta do estado de sítio foi apresentada e defendida por Leonel Brizola, então deputado federal pela Guanabara. José Serra explica o episódio.

A tentativa do estado de sítio era de golpe do Jango. Eu tenho certeza absoluta de que a proposta que o Brizola transmitiu a respeito do estado de sítio era

de golpe, porque implicava fechar o Congresso e convocar eleições para dali a seis meses, de vereador a Presidente da República. Certeza absoluta de que foi isso. E nós nos opusemos porque era uma tentativa de golpe que acabava caindo em cima da gente, que nem o golpe de 1937. Tá certo? Era o estado novo janguista. Só que o Jango não conseguiu fazer o estado de sítio.

Marcelo Cerqueira também fala sobre essa reunião. Segundo ele, Brizola defendeu o estado de sítio e algumas entidades sociais que estavam presentes se inclinaram a apoiar. Até que Duarte Pereira, representando a UNE, se posicionou:

O Duarte não tinha meias palavras não: "Isto é golpe. A UNE é contra!" Quando o Duarte acabou de falar, eu me levantei e disse: "A UNE vai embora, porque nós somos minoria." Eu estou contando esse episódio para significar a força da época. Força política e moral. A UNE ficou contra o estado de sítio e acabou com o estado de sítio. Depois Jango disse para o Zé (Serra) que nós íamos pagar caro por termos ficado contra o estado de sítio.

No dia 4 de outubro, Goulart solicitou ao Congresso Nacional a decretação do estado de sítio, mas três dias depois, retirou o pedido em função da repercussão negativa e da falta de apoio – inclusive de setores sociais e políticos que apoiavam o governo, como a UNE.

A partir desse episódio, alguns militantes de esquerda passaram a ter a sensação de que o golpe estava a caminho. José Serra era um desses. Em seu depoimento, Serra diz que sentiu essa angústia no comício da Central do Brasil.

O 13 de março já era sob o peso da preocupação do golpe... que estava em marcha, tinha tido vários eventos preocupantes antes. E eu achava: o golpe vem. E o tom do discurso foi de mobilização contra o golpe. Mas é óbvio também que o comício de 13 de março esquentou mais as coisas. Porque deu à direita uma impressão de poder que de fato nós não tínhamos. Agora, o comício juntou 200 mil pessoas, foi gente de todo o Brasil. Foi todo mundo mobilizado, não foi uma coisa só da máquina governamental. Mas para a direita isso foi um sinal importante.

Mas outros ativistas da UNE não compartilhavam dessa visão pessimista. Para estes, como Arnaldo Jabor, o comício da Central do Brasil tinha sido o prenúncio da vitória das forças populares.

A gente não tinha idéia da nossa impotência, a gente não tinha idéia da nossa incapacidade de mudar nada, de mudar qualquer coisa. A gente não sabia como a direita era forte, como a direita era complexa, poderosa, organizada. A gente não tinha idéia de que a gente era um bando de pingüins perdidos.

Jabor conta que, na antevéspera do golpe, dia 30 de março, houve uma festa na sede da UNE para comemorar a construção do novo auditório, que funcionaria também como um grande teatro. Tinha sido projetado para 400 pessoas, por estudantes de arquitetura.

Eu me lembro que eu fui nessa festa e era um clima de euforia absoluta, não havia tristeza, não havia medo de que houvesse uma revolução de direita, não havia, era uma autoconfiança espantosa. Eu me lembro que era uma festa que tinha assim a Elza Soares cantando, Nora Ney, Jorge Goulart, o Grande Otelo contando piada, era uma puta festa comemorando a vitória dos estudantes! A vitória não dos estudantes, mas a vitória do janguismo, a vitória das forças populares, das reformas que iriam ser feitas, todas as coisas que foram cantadas no dia 13 de março, quando teve o grande comício na Central do Brasil, onde eu estava também. Então, era um clima de euforia... não nos ocorria que pudesse haver uma derrota.

Os acontecimentos do último dia de março e do primeiro dia de abril são lembrados, com detalhes, por todos aqueles que participavam da UNE e do movimento estudantil da época.

O INCÊNDIO DA UNE

Ferreira Gullar, em seu depoimento, lembra que no dia 31 de março de 1964, após a notícia do levante do Exército, a direção da UNE e os membros do CPC decidiram ficar em vigília na sede da UNE, acompanhando os acontecimentos. Para isso também convocaram a intelectualidade carioca através do Comando Geral dos Trabalhadores Intelectuais (CGTI), que organizava os intelectuais de esquerda.

Na noite do dia 31 de março convergiram para a sede da UNE intelectuais e artistas de tudo quanto é área: da música, do teatro, do cinema, da literatura. E o objetivo era, ao mesmo tempo, ficar alerta com relação ao que estava acontecendo, mobilizar a opinião pública e ver o que fazer diante do desfecho, do andar do golpe.

Ainda não estava claro, para muitos que se reuniram na Praia do Flamengo, a real extensão do que estava acontecendo. Tanto que Gullar comenta:

Eu me lembro até que membros da direção do CGTI estiveram lá à noite, na sede da UNE, e nos deram informações excessivamente otimistas a respeito do que estava acontecendo, dizendo que estava tudo bem, que o Jango tinha o controle da situação.

A uma certa altura da noite a sede da UNE foi metralhada. Segundo Gullar, eram partidários de Carlos Lacerda. A direção da UNE, então, entrou em contato com o Comando da Aeronáutica do Rio de Janeiro, que enviou soldados para defender o prédio. Ferreira Gullar conta que esse grupo que estava em vigília decidiu se revezar: uma parte iria para casa dormir e uma parte ficaria na sede da UNE. Um grupo de mais ou menos trinta pessoas ficou na sede.

Antônio Carlos Peixoto, militante do PCB e extremamente ativo no movimento estudantil e na UNE (embora não ocupasse cargos formais na entidade) se lembra muito bem desse grupo – que felizmente ele expulsou da sede da UNE antes do saque e do incêndio promovido por grupos direitistas.

Em seu depoimento, Peixoto conta que, após um encontro com uma companheira do PCB que lhe forneceu informações sobre o andamento do golpe, dirigiu-se para o prédio da UNE.

UNE repudia «marcha golpista»



No prédio da UNE havia uns trinta e poucos malucos fazendo coquetel molotov, umas garrafas cheias de gasolina, fazendo aqueles talhinhos na rolha, para armar o coquetel molotov tem que ter um talho na rolha pra botar o pavio. Eu disse: "Vocês estão loucos, vocês vão morrer. Vocês vão ser trinta e poucos cadáveres dentro de muito pouco tempo. Aqueles que vieram aqui ontem de noite e metralharam, mas encontraram tropa da aeronáutica aqui, eles vão voltar. E dessa vez não tem tropa da aeronáutica não. Vocês vão morrer." Eu acho que talvez tenha sido a coisa mais útil que eu fiz na minha vida até hoje. Botei gente pra fora de lá a pontapé e a pescoção, na base da autoridade, aos gritos: "Sai! Vai embora, some, desaparece!" Consegui convencer mais três ou quatro que me ajudaram nessa ingrata tarefa e aí eu fechei a porta da UNE, eu acho que eu fui a última pessoa que viu essa UNE.

Peixoto continuou andando pela Praia do Flamengo. Da praia viu as primeiras labaredas saindo do prédio da UNE. Pegou uma carona com uma caminhonete do *Jornal do Brasil* que ia até a Praça da Bandeira.

Passamos de longe, em frente a UNE, e eu vi ela queimando mesmo. Aí eu digo: foi um pedaço da minha vida que foi embora.

Maria Nazaré também se lembra desse dia com tristeza e perplexidade.

Um regime que cortava e deixava pelo meio do caminho tanta coisa que estava começando a acontecer.

Ela também estava no grupo que ficara fazendo a vigília na sede da UNE. Mas também saiu antes – para cumprir uma ordem da diretoria da UNE: levar até uma rádio a palavra de ordem "resistência".

Fui mandada a uma rádio para levar a palavra de ordem da UNE, que era para resistir. Era para resistir, a palavra de ordem da UNE era: "Resistir, resistir." Como? De que forma? Mas era essa a palavra de ordem que eu ia levar corajosamente até a rádio. E eu fui, tomei um táxi, fui para a rádio. Eu lembro que a Cinelândia estava tomada por militares e também por trabalhadores, lembro que já estavam saindo alguns tiros lá. Mas consegui vencer o cerco, entrar na rádio e dei a palavra de ordem. Resistência é o que a UNE pede. Resistir porque nós vamos ganhar isso aqui!

Mas Maria Nazaré não conseguiu voltar ao prédio da UNE depois de cumprir sua tarefa.

Voltei correndo para me encontrar com todos que estavam reunidos na Praia do Flamengo, 132, e, quando me aproximava, já vi que estava tudo muito estranho. Já não havia mais carro, peguei carona até certo ponto e depois segui a pé, pela Praia do Flamengo, quando fui interceptada por um carro de estudantes do CACO (Centro Acadêmico Cândido de Oliveira), que era o Centro Acadêmico de Direito, e eles me conheciam: “Você não é Nazaré da UNE? Para onde você está indo?” Respondi: “Estou indo para a Praia do Flamengo.” E eles: “Entra aqui correndo.” Me agarraram, o carro já estava lotado, mas me botaram dentro do carro. Aí que eu olhei: estava começando a arder em chamas. A Praia do Flamengo, 132, estava pegando fogo.

Apesar da primeira palavra de ordem da UNE ter sido “resistência”, não houve resistência. Daniel Aarão Reis Filho, hoje em dia historiador e professor da Universidade Federal Fluminense, na época do golpe de 1964 participava do movimento secundarista em Brasília. Alguns anos mais tarde, Daniel se tornaria uma das lideranças mais expressivas do movimento estudantil. Em seu depoimento, ele relata a sensação dos dias que se seguiram ao golpe:

Não houve nenhuma ação contra aquela situação que estava se desenhando. Não houve, no movimento estudantil, nenhuma articulação, nenhuma manifestação. Foi uma coisa muito impressionante! Eu atribuo isto ao fato de que as grandes majorias ali, embora muito penetradas pelo nacionalismo e pelo reformismo, não estavam dispostas a se arriscar para salvar o governo Jango. Foi uma coisa muito melancólica. A vitória do golpe me despertou muito inconformismo, aquele desmoronamento, aquela derrota sem resistência. E isso eu tenho impressão que foi muito compartilhado pela minha geração politizada de esquerda.

A “resistência que não houve” é um tema polêmico na historiografia brasileira e na memória de militantes da época. A explicação mais corriqueira dada para isso é o fato de que o próprio Presidente da República, ao deixar o país logo depois do golpe em direção ao exílio no Uruguai, decretou a não resistência. Jango declarou que deixava o país para evitar uma guerra civil. Mas a “resistência que não houve” aponta também para uma

questão crucial: o enorme erro de avaliação das forças de esquerda sobre sua capacidade política em termos gerais: capacidade mobilizadora, apoio popular e capacidade de resposta política.

Uma outra abordagem, feita pelo historiador Jorge Ferreira, é mais radical. Para o historiador, o governo institucional caiu facilmente porque, na verdade, eram poucos os atores políticos da época realmente comprometidos com a defesa da democracia. A crítica de Jorge Ferreira se estende também à esquerda. Seu interesse no governo e na manutenção da democracia seria meramente instrumental, objetivando a realização de um projeto revolucionário. Quando ficou clara a derrota política desse projeto, a esquerda também não se mobilizou fortemente para a defesa da democracia.

DISPERSÃO, EXÍLIO E CLANDESTINIDADE

Uma boa parte da diretoria da UNE pediu asilo político na Embaixada da Bolívia, como José Serra e Marcelo Cerqueira. Outros tantos caíram na clandestinidade, como Antonio Carlos Peixoto, que o PCB enviou para o interior de São Paulo. Ou, como Maria Nazaré, que escolheu ficar no Brasil. Nessa escolha, Maria Nazaré foi ajudada por um estudante chamado Fabrício Pedrosa, que viria a ser seu marido. Alguns anos depois, Fabrício e Nazaré se exilaram em Angola:

Foi aí que eu conheci Fabrício Pedrosa, meu marido, pai dos meus três filhos e avô das minhas cinco netas que, muito experiente no Rio de Janeiro, de onde ele é, passou a ajudar esse esquema de segurança também e, claro, nós passamos a ficar sempre juntos, sempre juntos, sempre juntos, até hoje. Já faz quantos anos, faz quase quarenta anos. Então, eu dizia que a militância, às vezes, destrói muitos sonhos de amor, mas agora eu preciso consertar e dizer que ela também pode construir um sonho de amor.

PARTE 2

A UNE “SEMICLANDESTINA” (1964–1968)

Após o golpe militar as entidades estudantis, diretórios e centros acadêmicos foram fechados. Em muitas universidades o governo militar interveio, cassando o registro de professores acusados de comunistas, nomeando “interventores” como chefes de departamento ou diretores de unidades e expulsando estudantes. No dia 27 de outubro de 1964 foi votado e aprovado pelo Congresso Nacional o decreto que extinguiu a UNE. O decreto também proibia greves e atividades políticas das entidades estudantis. Apesar disso, os estudantes continuaram a desenvolver intensa atividade política nas universidades, que não foram o principal alvo da repressão em 1964. A ditadura militar, nesse primeiro momento, abateu-se mais pesadamente sobre as lideranças sindicais e operárias. A direção da UNE certamente teve de ir para o exílio ou para a clandestinidade. Mas o movimento estudantil, na base, nesse primeiro momento, foi poupado. E uma nova geração substituiu os veteranos que tiveram que sair de cena. Daniel Aarão Reis lembra em seu depoimento:

Realmente, o processo repressivo em geral não foi muito duro para a classe média, inclusive porque a classe média tinha sido um esteio do golpe. O movimento estudantil, em particular, embora atingido, teve condições de rearticulação relativamente favoráveis. Mas a rearticulação já vai ser empreendida pela nova geração. Como eu já disse, mesmo no nível dos segmentos mais radicais do movimento onde nós estávamos, a Dissidência do Partido Comunista e a Ação Popular, foram muito poucos os veteranos que permaneceram.

O SHOW OPINIÃO

Como afirma Ferreira Gullar em seu depoimento, o *Show Opinião* foi uma das primeiras manifestações contra a ditadura. Depois que o CPC foi destruído, estudantes, artistas e intelectuais que atuavam nele sentiram a necessidade de buscar um outro caminho de expressão artística e política.

Então, chegamos à conclusão de que a melhor coisa era, de fato, nós voltarmos à atividade teatral, porque a maior parte do pessoal era de teatro e o teatro é um tipo de atividade que mobiliza as pessoas, ela se faz publicamente. É quase um comício; então você teria de ter cuidados com o que fosse dizer, mas teria de encontrar meios e modos de dizer as coisas. Não ostensivamente como o CPC dizia, de outra maneira. Mas seria uma forma de resistir ao golpe, à ditadura que estava se instalando.

O nome *Opinião* veio de uma música de Zé Kéti que dizia: "Pode me bater, pode me prender, que eu não mudo de opinião, aqui do morro eu não saio não."

A idéia do show foi de Vianinha (Oduvaldo Vianna Filho) e reunia Nara Leão, Zé Kéti, João do Vale. Era uma inovação em termos de espetáculo musical.

Essa idéia de você ter um show falado em que o cara canta e intercala as músicas com uma fala, contando coisas, dizendo coisas, opinando, é uma coisa que surgiu no *Show Opinião*. E depois se propagou. Até o próprio *Arena Conta Zumbi*, que foi escrito pelo Guarnieri e depois montado pelo Teatro de Arena de São Paulo, é uma decorrência do *Show Opinião*. *Liberdade, Liberdade*, que é o segundo espetáculo do Grupo Opinião, que foi uma montagem de textos feita por Flávio Rangel e Millôr Fernandes, é uma mistura de textos com música, é uma decorrência desse show, dessa chave que foi encontrada ali pela emergência, pela situação que se tinha criado.

O *Opinião* foi um marco na história da música popular brasileira. Juntou cantores populares com cantores da Zona Sul. Teve forte impacto, tanto no terreno artístico como político. A imagem de Maria Bethânia cantando "Carcará pega, mata e come!" tornou-se um dos símbolos da época.

O *Show Opinião* foi um grande sucesso, sobretudo entre os estudantes, que lotaram o teatro, como uma forma de protesto contra a situação política.

A ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL NOS PRIMEIROS ANOS DA DITADURA MILITAR

Entre 1964 e 1968, os estudantes mantiveram uma atividade política intensa, criando as “entidades livres” – diretórios e centros acadêmicos paralelos aos oficiais, já que estes, pela Lei Suplicy, estavam sob o controle direto do governo e proibidos de exercer qualquer atividade ou discussão política. Apesar de extinta, a UNE ainda era um símbolo político importante. Estudantes que militavam na AP começaram a reorganizar a entidade logo depois de 1964. Greves, manifestações e passeatas eram convocadas em nome da entidade, que continuava elegendo seus presidentes e realizando clandestinamente seus congressos. Como também, em vários estados, tinham vida ativa, apesar de ilegais, as UEEs. No Rio de Janeiro, a União Metropolitana dos Estudantes era bastante forte e chegou a ter destacada importância na gestão de Daniel Aarão Reis.

Vladimir Palmeira – um dos principais líderes estudantis do período, o grande orador das passeatas de 1968 (que veio a se tornar figura política de destaque no Partido dos Trabalhadores como deputado federal e constituinte) – questiona, em seu depoimento, a tática das “entidades livres” empregada pelos estudantes para enfrentar a Lei Suplicy:

Houve um problema em 1965, que se chamava Lei Suplicy. Nós adotamos uma tática errada, que era de boicote à lei, de forma que largamos o diretório oficial e concorremos a um diretório que nós criamos na rua e batizamos de Caco-Livre. Ora, com isso, nós entregamos à direita o diretório oficial. E a direita, que não tinha força nenhuma, era muito atomizada, passou a ter um instrumento de organização e congregação que nós entregamos grátis para ela.

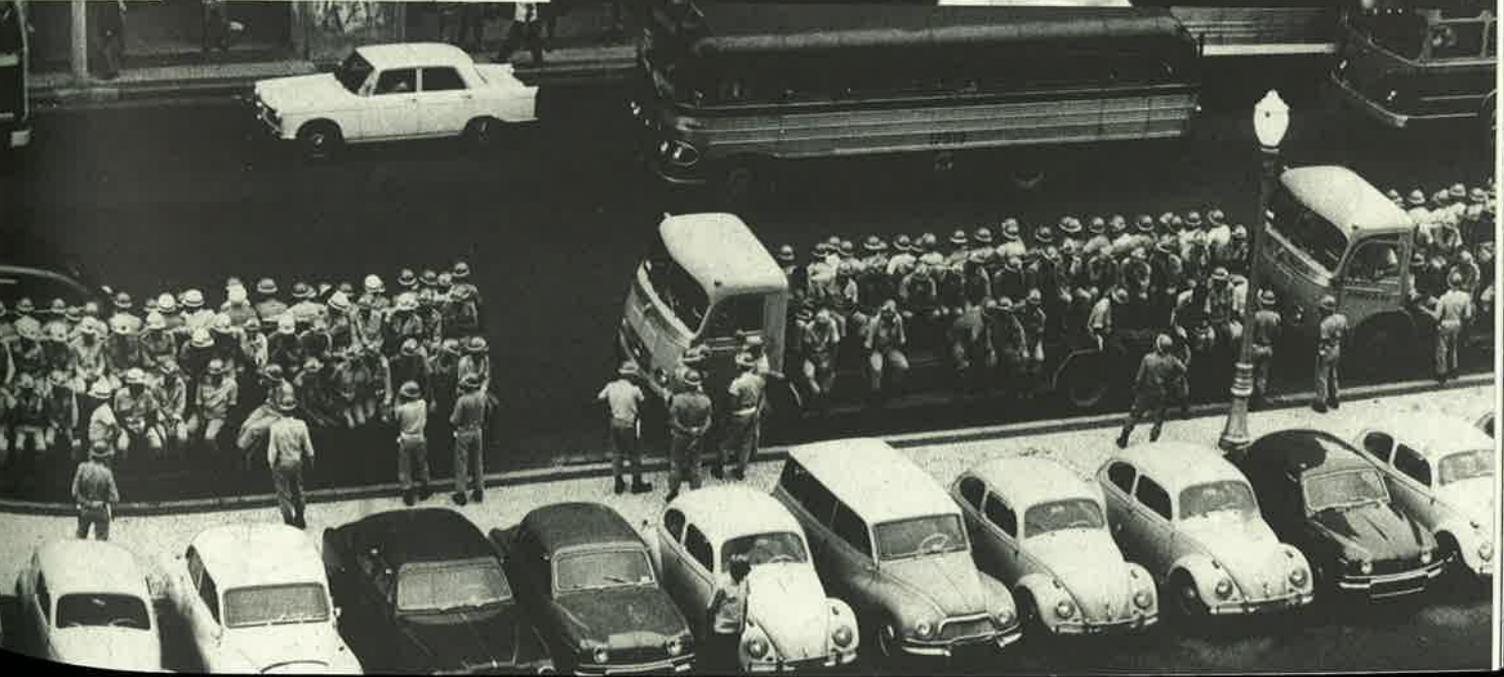
CACO X FNFi

Nos anos 1960, duas faculdades disputavam o posto de escola mais combativa do Rio de Janeiro: a Faculdade Nacional de Direito, com seu histórico Centro Acadêmico Cândido de Oliveira, o CACO, e a Faculdade Nacional de Filosofia, a FNFi. Segundo Vladimir, “era uma briga danada entre o CACO e a Filosofia para ver quem era mais combativo”. O CACO teve uma grande vitória na luta dos excedentes em 1964. A Filosofia era uma escola mais esquerdista, mas, na visão de Vladimir, sem massa. Ou seja, no jargão da época, “muito cacique pra pouco índio”. Para Vladimir Palmeira, membro do “glorioso CACO”, a única entidade estudantil que se equiparava a ele era o XI de Agosto, o Centro Acadêmico da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo.

A LUTA CONTRA O ACORDO MEC-USAID

O Acordo MEC-USAID foi a resposta da ditadura militar à luta pela reforma universitária que os estudantes vinham travando desde o início dos anos 1960. Mas, no projeto do regime, essa reforma seria elaborada a partir de uma parceria com os Estados Unidos, que se concretizou no convênio que firmou o Acordo MEC-USAID. Esse acordo tinha por objetivo introduzir no Brasil o modelo educacional norte-americano. Os estudantes brasileiros entenderam essa iniciativa como uma ingerência injustificada e descabida dos Estados Unidos na educação brasileira e denunciaram o aspecto tecnicista que enxergavam no acordo. Também denunciaram a submissão ideológica e intelectual aos Estados Unidos implícita nesse acordo.

Em muitas universidades, os estudantes fizeram uma ampla campanha política contra a implantação do Acordo MEC-USAID. Apesar do protesto estudantil, em muitos casos apoiado por intelectuais e professores universitários, vários pontos do Acordo MEC-USAID foram implantados através da reforma universitária e do ensino, realizada em 1968. Entre eles: a junção do curso primário com o ginásio, formando o primeiro





grau; a junção do clássico com o científico, formando o segundo grau; a referência ao ensino universitário como ensino de terceiro grau; a obrigatoriedade do ensino da língua inglesa desde o primeiro grau.

Para muitos historiadores da educação, a Reforma Universitária e a Reforma do Ensino, promovidas pelo regime militar, substituíram a tendência de cunho liberal que caracterizava o ensino brasileiro por uma tendência claramente tecnicista. Para estes historiadores, as reformas universitária e do ensino, que a ditadura promoveu a partir de 1968, em grande parte baseadas em postulados dos Acordos MEC-USAID, visavam a subordinar a educação ao projeto autoritário de crescimento econômico do regime militar, de acordo com Zuleide Simas de Oliveira.

“1968: O ANO QUE NÃO TERMINOU”

A idéia desta expressão, criada pelo jornalista Zuenir Ventura, é mostrar que o ano começa com enormes motivações, grandes propostas e grandes esperanças... sufocadas pelo Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968. Toda a movimentação política, todas as bandeiras levantadas, toda a efervescência do período foi abafada na decretação do AI-5. Esse Ato Institucional praticamente regulamentava a existência de uma ditadura militar – já que, oficialmente, tornava legais os poderes discricionários do presidente da República e fechava o Congresso. Para muitos analistas políticos, o AI-5 representou “um golpe dentro do golpe”, radicalizando e aperfeiçoando os dispositivos repressivos do regime militar. Sufocado nos anseios e nas energias liberadas, o ano de 1968 teria ficado, portanto, estranhamente inacabado.

1968: REBELIÃO ESTUDANTIL MUNDIAL

O ano tornou-se sinônimo de uma rebelião estudantil mundial. Mas 1968 não existiu de forma isolada, ele foi o ponto culminante de uma década de movimentos juvenis que se espalharam por quase todo o planeta.

Praticamente no mundo todo, no ano de 1968, os estudantes foram às ruas, entraram em confronto com a polícia, realizaram greves, levantaram bandeiras de diferentes matizes. No Brasil, na França, no México, nos Estados Unidos, na Espanha, no Canadá, na Argentina, na Venezuela, nos países da Europa do Leste, como a Polônia, a Tchecoslováquia, a Iugoslávia. Países com diferentes realidades políticas e diversas condições econômicas que se viram, de repente, enfrentando um mesmo fenômeno político: uma rebelião de jovens estudantes universitários e secundaristas.

Explicar esse fenômeno, ainda hoje, não é fácil. Ao que parece, ele foi produto, ao mesmo tempo, de um novo tipo de liderança que se desenvolveu nas organizações juvenis de esquerda e de um profundo descontentamento com a política – pelo menos com as formas tradicionais de se fazer política.

As lideranças das organizações de esquerda que dirigiram os movimentos de rebeliões estudantis em todo o mundo eram, em sua maior parte, egressas de partidos comunistas ou socialistas. A maior parte delas havia militado nos partidos tradicionais de esquerda e tinha rompido com eles (ou sido expulsa); expressavam, portanto, uma visão crítica em relação à esquerda tradicional. Na Alemanha, em 1961, a ala estudantil do Partido Social-Democrata Alemão, considerada radical, intolerante e não-cooperativa, foi expulsa do partido. Em 1968, esses mesmos jovens lideraram o movimento estudantil alemão. Na França, entre 1965 e 1966, o mesmo conflito se repetiu, tanto no Partido Comunista quanto no Partido Socialista, produzindo, também na França, uma geração de jovens líderes e militantes egressos dos partidos tradicionais de esquerda e violentamente críticos em relação a estes. O jornalista Paul Berman, que escreveu um livro sobre esse confronto de gerações – que significou também um confronto de utopias –, salienta que esse processo ocorreu em muitos outros países, como Itália, Estados Unidos, México. Em todos eles, os jovens militantes foram considerados radicais, inconve-

nientes e não cooperativos pelos militantes mais velhos dos partidos comunistas e socialistas. Em contrapartida, os jovens radicais acusavam esses militantes de conservadorismo, imobilismo, passividade e excesso de cautela. O mesmo conflito se repetiu no Brasil: muitos dos rachas do PCB foram motivados pelas críticas de imobilismo feitas por uma parte da esquerda que desejava uma ação mais contundente. Na Europa, nos EUA e na América Latina formavam-se grupos e organizações de esquerda críticos e dissidentes dos partidos comunistas e socialistas. Essas novas organizações eram formadas, sobretudo, por jovens empenhados na construção de uma Nova Esquerda, com novos valores e novas práticas, calcadas na valorização da ação direta, do radicalismo, do confronto – elementos que pareciam se contrapor às rígidas estruturas hierárquicas e burocráticas dos partidos políticos (inclusive dos comunistas e socialistas) e dos grandes sindicatos. Esse movimento se expressou, em todo o mundo ocidental, na criação de novas organizações de esquerda: *New Left*, nos Estados Unidos, a *Gauche Prolétarienne*, na França, *Il Manifesto e Lotta Continua*, na Itália; *Autonomia Operária*, em vários países da Europa. Na América Latina e no Brasil, movimentos radicais – muitos deles orientados para a luta armada – foram criados ao longo da década de 1960.

Um novo tipo de liderança, que criticava a burocracia político-partidária, denunciava as diferentes formas de autoritarismo e não se sentia representada nos partidos comunistas e socialistas. Junto com essa nova liderança surgia também um movimento estudantil mais radical, desejoso de passar à ação. Este sentido de radicalidade, marca dos anos 1960, era influenciado pela imagem das guerras e revoluções do Terceiro Mundo: a revolução cubana, a revolução chinesa, as guerras anticoloniais como a guerra da Argélia e a guerra do Vietnã. Che Guevara, Mao Tsé-tung, Ho Chi Minh eram os grandes líderes dos estudantes. Essas guerras pareciam representar um projeto revolucionário abandonado pelos operários do Primeiro Mundo.

Nos Estados Unidos, os estudantes organizavam grandes manifestações contra a guerra do Vietnã e queimavam os papéis de convocação para o alistamento militar. Além disso, as primeiras gerações de afro-descendentes chegavam às universidades e criavam um movimento radical, de inspiração marxista: os Panteras Negras (Black Panther Party). Na universidade de Berkeley, os estudantes das Ciências Sociais denunciavam a sociedade de consumo e propunham uma recusa de seus símbolos. Marcuse, o filósofo alemão radicado nos Estados Unidos desde a Segunda Guerra, então com 70 anos, foi o arauto de uma revolução liderada por estes *outsiders* – hippies, beatniks e todos os que



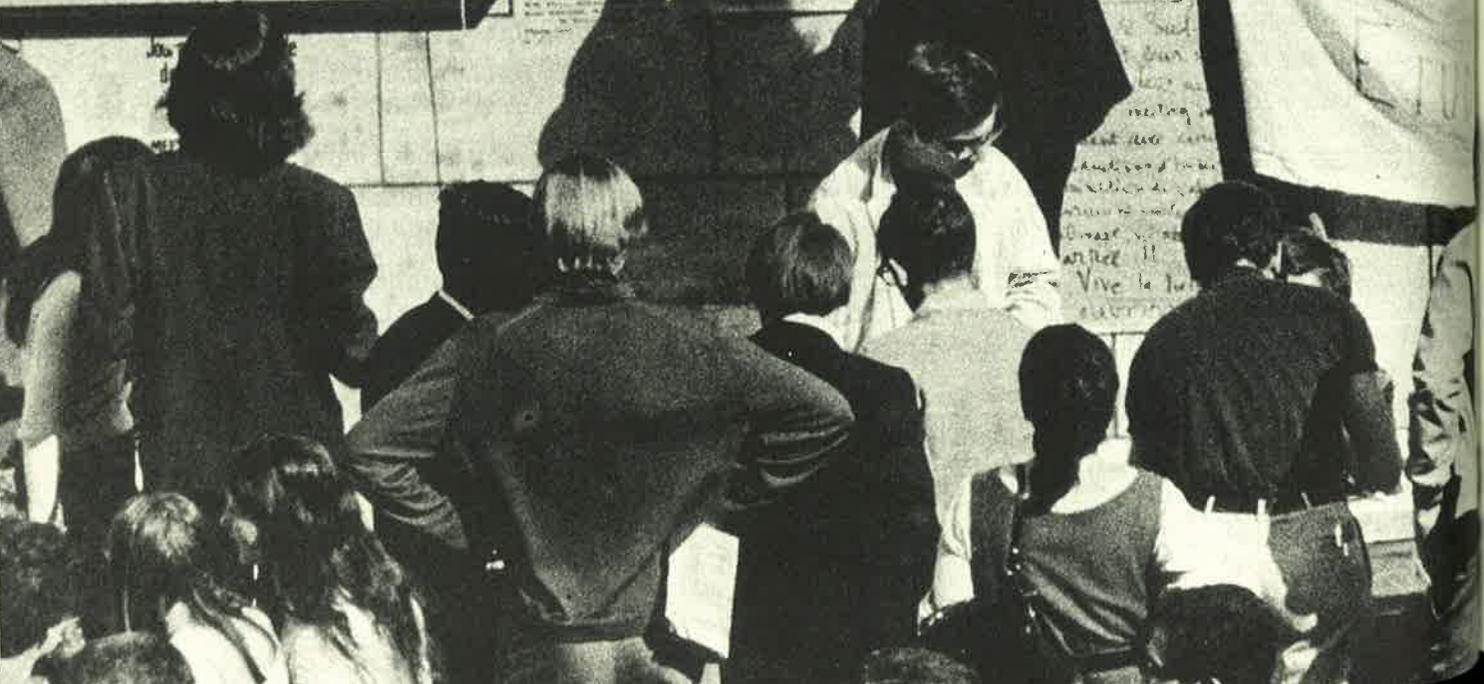
Journées internationales
de la Palestine

MEETING & SOLIDARITE
le Mercredi 15 Mars à 20h à 21h
à la MUTUALITE

Journées internationales
de la Palestine

MEETING & SOLIDARITE
le Mercredi 15 Mars à 20h à 21h
à la MUTUALITE

Handwritten text on a large sheet of paper, including the words 'WINNER' and 'Vive la Palestine'.



optassem por esta Grande Recusa à sociedade de consumo que cooptava e engolia a todos, esvaziando o sentido de qualquer ação revolucionária.

Mas também no mundo socialista irrompiam os movimentos estudantis de protesto, que denunciavam o autoritarismo soviético e a falência do "socialismo real". O mais importante deles foi, sem dúvida, o movimento dos estudantes na Tchecoslováquia, que se uniu a um movimento mais geral da sociedade que lutava por reformas e era dirigido pelo próprio líder do partido comunista, Alexander Dubcek. O movimento por reformas e por um "socialismo de face humana", apoiado sobretudo por intelectuais, professores e estudantes universitários, ficou conhecido como a Primavera de Praga e terminou com a invasão da cidade, em 1968, por tanques soviéticos.

O símbolo maior dessa rebelião estudantil foi o Maio de 68 na França. O movimento de contestação universitária começara um ano antes, na Universidade de Nanterre, na periferia de Paris. Um movimento estudantil que queria reformas nos currículos e nos métodos de ensino e levantava bandeiras em defesa do Vietnã. Em março de 1968, a prisão de alguns estudantes que distribuíam panfletos em Nanterre foi o estopim para uma escalada de confrontos entre policiais e estudantes. A Universidade de Nanterre, berço da revolta, foi logo fechada. A Sorbonne, no centro de Paris, se insurgiu contra o ato e organizou um comício em solidariedade aos estudantes de Nanterre. Nesse dia a polícia invadiu a universidade mais tradicional da França. Começava aí o Maio de 68 francês.

Uma onda de manifestações envolvendo principalmente estudantes universitários, mas também professores, intelectuais, artistas, estudantes secundaristas e, em algumas regiões, com a adesão dos trabalhadores das fábricas e do comércio, se levantou em toda a França. Em pouco tempo, as manifestações se estenderam para além de Paris: Strasbourg, Lyon, Nantes, Bordeaux, Toulon, Rennes. Em Paris, barricadas e paralelepípedos marcavam os confrontos violentos entre policiais e manifestantes. Em Strasbourg foi criada a "primeira universidade livre do Ocidente": os estudantes ocuparam os prédios da universidade e passaram a administrá-la. Ao que se seguiu, em muitas regiões, a ocupação de fábricas – como a empresa Sud-Aviation, em Nantes, e a Renault, como conta Daniel Aarão Reis em seu livro *1968: A paixão de uma utopia*.

Entre os estudantes que lideraram as revoltas de maio – quase sempre com a desaprovação do Partido Comunista Francês – estavam os novos grupos de esquerda maoístas e trotskistas e o "Grupo de Nanterre", liderado por Daniel Cohn-Bendit, uma das principais figuras políticas do movimento francês.

Entre as revoltas estudantis que eclodiram em 1968 foi, sem dúvida, no "maio francês" que os acontecimentos foram mais longe: ocupação de universidades e de fábricas; greves; manifestações e confrontos com a polícia; barricadas nas ruas. Novos e desconhecidos slogans surgiam nos muros de Paris: "A imaginação no poder", "Um dois três, mil Vietnãs", "É proibido proibir".

Mas a vitória final ficou com o presidente De Gaulle. No dia 30 de maio, cerca de 700 mil pessoas desfilaram por Paris apoiando o governo do general. No mesmo dia, ele dissolveu a Assembléia e convocou novas eleições parlamentares para o dia 23 de junho. As greves foram desmobilizadas, os serviços públicos retomados. O resultado das eleições deu a vitória aos partidos conservadores.

Movimentos muito diferentes irromperam em países com estruturas sociais, econômicas e políticas muito distintas. O que poderia unificá-los? Um sentido radical de liberdade, o culto à ação, o desprezo pelas formas tradicionais da política, a denúncia do autoritarismo. Hannah Arendt, filósofa alemã que também se exilou nos Estados Unidos fugindo do nazismo, propõe um denominador comum para os movimentos estudantis de 1968. No livro *Sobre a violência*, escrito no calor dos acontecimentos, em 1969, ela afirma:

O traço crucial das rebeliões estudantis em todo o mundo é que elas são dirigidas em todo lugar contra a burocracia dominante. Isto explica o que, à primeira vista, parece tão perturbador – que as rebeliões no Leste exijam precisamente aquelas liberdades de expressão e pensamento que os jovens rebeldes do Ocidente dizem desprezar como irrelevantes. (...) Os dissidentes e resistentes no Leste exigem a liberdade de discurso e pensamento como condições preliminares para a ação política; os rebeldes do Ocidente vivem sob condições em que estas preliminares não mais abrem os canais para a ação, para o exercício significativo da liberdade.

Mas, ao longo dos anos 1960, a vida nas universidades e os movimentos estudantis propunham também uma revolução nos padrões de comportamento, na forma de viver e de amar. A pílula anticoncepcional deu às jovens da época uma liberdade sexual até então desconhecida. O sexo e o prazer podiam ser praticados sem medo das conseqüências de uma gravidez não desejada. O movimento feminista, que surgia principalmente nos

Estados Unidos e em alguns países da Europa (como a França e a Itália), questionava a família patriarcal, afirmava a liberdade da mulher para escolher sua vida, sua vocação e seus amores. Reivindicava o direito da mulher ao prazer, ao aborto, à divisão das tarefas do lar com o companheiro. A década de 1960 foi também a década dos hippies, das experiências comunitárias, do amor livre, das drogas – usadas para a ampliação da capacidade sensorial. O movimento feminista abriu espaço para outros movimentos que na época, entre os anos 1960 e 1970, foram chamados – na falta de um nome melhor – de movimentos de “minorias políticas”: como o movimento negro, o movimento dos homossexuais, dos índios, dos imigrantes e outros.

1968 NO BRASIL

As lutas estudantis e o processo de radicalização política que culminaram em 1968 começaram alguns anos antes, mais especificamente em 1966, quando ocorreram violentos confrontos entre estudantes e tropas policiais. Como o episódio conhecido como o Massacre da Praia Vermelha, em que vários estudantes foram encurralados e em seguida espancados pela polícia.

Num protesto contra o pagamento de taxas e anuidades, o movimento estudantil carioca promoveu uma manifestação na Praia Vermelha que terminou com os estudantes ocupando a sede da antiga Faculdade de Medicina, como forma de pressão. A polícia cercou o prédio. Muitos pais de alunos, apreensivos, se dirigiram ao local. As negociações não impediram a invasão do prédio. A violência foi impressionante. Vladimir Palmeira, em seu depoimento, relembra o episódio:

Fizeram um corredor polonês, íamos descendo. (...) Desci três andares levando cacete, mas na saída eu consegui sair. Não me prenderam porque estavam procurando cabeludos, barba, coisa e tal. (...) Prenderam muita gente e fizeram muita violência contra as mulheres. Batiam muito. Parecia que preferiam bater nas mulheres. Nós apanhávamos, caíamos, porque era aquela multidão de estudantes imprensados. Um segurava o outro e desciam o cacete na gente. Enfim, nada que não fosse impossível enfrentar. Descemos. Aí, pronto, foi o massacre.

A B A

D I T I A

X O

DUR A



Vladimir comenta que os estudantes que foram espancados nesse episódio constituíram a vanguarda de 1968 no Rio de Janeiro:

Ficou uma vanguarda, que foi a vanguarda que fez 1968. O que sobrou ali foi uma vanguarda que deu um salto. Inclusive, fez autocrítica de ter ficado. Mas a vanguarda de 1968 estava toda ali. Quem não estava ali como, por exemplo, Franklin Martins, é porque só começou a ir para a escola em 1967. O Cid Benjamin e o Franklin Martins foram conquistados em 1967, mas o resto da turma de 1968 estava toda. Foi ali, aquele pessoal que ficou.

José Luis Guedes, atualmente médico em Juiz de Fora, na época era estudante de medicina em Minas Gerais, militante da Ação Popular e presidente da UNE entre 1966 e 1968. Ele também estava na Praia Vermelha e lembra o massacre em seu depoimento:

Quando estourou, é um estouro que eu ouço até hoje, a porta central da faculdade estourando, a gente já estava percebendo (...), mas o certo é que nós começamos a nos preparar. Basta ver que tiramos a Nair, que estava grávida. As grávidas foram tiradas pelas janelas estratégicas, que davam para sair. Quando estourou a porta, foi aquele estrondo. Vocês, provavelmente, viram *O gladiador*. O barulho era como, sem fazer analogia, o dos germânicos com a Roma sitiada. Só que o resultado foi diferente. Eles eram, de fato, os bárbaros. Era o início da barbárie no Brasil. Esta barbárie se transferiu para o crime organizado no Rio. Foi a ditadura militar que instalou e elevou o nível da barbárie. E essa barbárie estourou ali quando a porta arrebentou. (...) Nós estávamos na mão do processo civilizatório e eles estavam na contramão desse processo, com a barbárie.

UMA NOVA ORGANIZAÇÃO NO CENÁRIO POLÍTICO

O processo de “rachas” políticos no interior do PCB, iniciado nos primeiros anos da década de 1960, aprofundava-se. Como em outros países do mundo, jovens militantes insurgiam-se contra o que chamavam de imobilismo do PCB e articulavam dissidências e rachas no partido. Uma das mais importantes foi a Dissidência Comunista da Guanabara (DC-GB), criada em 1966. Dela participavam Vladimir Palmeira, Daniel Aarão Reis, Cid Benjamin e Franklin Martins. Mais tarde, em 1969, a DC-GB mudou seu nome para Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e tornou-se uma das organizações mais importantes da luta armada. Entre 1966 e 1968, as duas grandes forças que disputavam a liderança do movimento estudantil no Brasil eram a AP e a DC-GB.

< PÁGINAS 168 – 169: Comício estudantil em 1968. (ACERVO CORREIO DA MANHÃ/ ARQUIVO NACIONAL)

< NA PÁGINA AO LADO: Vladimir Palmeira discursa em comício, (ACERVO INFOGLOBO) | Carro do Exército é incendiado em manifestação. (FOTO: EVANDRO TEIXEIRA/AGÊNCIA JB)

Foi também entre 1966 e 1967 que as entidades estudantis clandestinas – como a UME e a UEE de São Paulo – ganharam uma base organizativa. Como relata Vladimir Palmeira:

Ainda em 1966, elegemos a nova União Metropolitana dos Estudantes. Foi Daniel Aarão Reis o primeiro presidente. Ele fez um trabalho pioneiro com os estudantes. De 1966 a 1967, foi ele e outros companheiros, como Luiz Eduardo, como o gaúcho Cláudio. O pessoal que trabalhava na UME fez uma grande gestão. Foi a gestão que estabeleceu as bases da nova entidade, que era ilegal, clandestina, abandonada, sem recurso.

Daniel Aarão Reis, por sua vez, elogia a gestão de Vladimir na UME. Uma gestão que incluía também Franklin Martins e Cid Benjamin – que mais tarde participaram do seqüestro do embaixador americano, que resultou na libertação de 15 presos políticos, entre eles Vladimir. Franklin e Cid tornaram-se jornalistas políticos, tendo o primeiro sido nomeado Ministro da Comunicação Social no segundo governo Lula. A gestão do trio foi importante porque realizou uma certa virada política na entidade. Até então, as lideranças estudantis faziam um discurso genérico, voltado muito mais para as questões políticas gerais do país do que para as necessidades e problemas específicos dos estudantes e das universidades. A gestão de Daniel na UME passou a dar destaque às questões nitidamente universitárias. Essa nova postura, segundo ele, foi um fator importante para explicar a força que o movimento estudantil – sobretudo o universitário – ganhou, entre 1967 e 1968.

O movimento teve a capacidade de articular reivindicações políticas gerais com um programa que os estudantes passaram a compreender. Eles passaram a ver que as entidades realmente estavam assumindo esse programa: mais verbas para a universidade, biblioteca decente, professores mais atentos, a questão do currículo (...). Eu acho que houve ali uma virada muito importante e decisiva para que, realmente, o movimento estudantil se estruturasse em novas bases. (...) A qualidade da discussão aumentou muito, a participação aumentou também de modo substancial.

Mas articular a luta política geral com as questões específicas dos estudantes nem sempre foi fácil. Jean Marc von der Weid, na época estudante da Escola de Química da

Faculdade Nacional e militante da Ação Popular (atualmente um ambientalista especializado em agroecologia e segurança alimentar), lembra em seu depoimento:

Levou um certo tempo para se descobrir uma dosagem boa. Em alguns lugares essa boa dosagem nunca foi encontrada. Houve lugares nos quais o movimento estudantil se esvaziou tremendamente, porque ele manteve uma tentativa de ficar só no discurso político *stricto sensu*. Em Minas Gerais, Belo Horizonte foi um caso típico. Acho que nesses casos foi um erro da AP. No Rio, acho que nós da AP – e, até certo ponto, o pessoal da Dissidência, a turma do Vladimir Palmeira – conseguimos dosar melhor essas coisas – o que era aspecto político e aspecto reivindicativo – e ter um certo balanceamento entre as duas coisas, manter colado uma coisa na outra, tanto quanto possível.

Foi nesse período também que, ainda segundo Vladimir Palmeira, os estudantes começaram a organizar uma "tática de passeata": "Nós começamos a nos estruturar para não apanhar." Os estudantes já haviam percebido que, quando andavam na contramão, o trânsito parava e os carros da polícia tinham mais dificuldade em chegar. Essa "tática da contramão" passou a ser utilizada sempre. Os estudantes também iam para as passeatas organizados por sala de aula ou então por grupos de cinco. Além disso, divulgava-se para a imprensa o local errado da concentração; o local certo era divulgado por esses grupos. Com isso, conseguiam driblar a polícia e fugir. Vladimir enfatiza que, até 1968, a orientação geral das manifestações era pacífica. Esta disposição mudou após o assassinato do estudante Edson Luís.

Até 1968, sempre fizemos questão de não brigar; quando podíamos, fugíamos. Nós queríamos fazer manifestação política, falar com a população, traduzir, dar demonstrações, porque havia um problema na universidade e nós éramos contra a ditadura. Então, quando a polícia vinha, a gente se dissolvia, mandávamos dissolver a manifestação. E tínhamos esquemas: a cada meia hora tinha ponto de encontro. Quando você dissolvia tal hora, tinha um ponto de encontro em outro lugar. Aí, nós íamos para o ponto. Em mais meia hora, quarenta minutos depois, começava uma outra passeata. A polícia vinha de novo e começava. Enfim, era uma briga de gato e rato. Essa organização era a forma típica e chegou até 1968.

A MORTE DO ESTUDANTE EDSON LUÍS

Em seu livro, o historiador João Roberto Martins Filho descreve a morte de Edson Luís:

O tiro partiu da direita. Desta vez os soldados do pelotão de choque da Polícia Militar da Guanabara responderam com fogo às pedras e vaias dos secundaristas. Em frente ao restaurante estudantil do Calabouço, caiu morto o jovem Edson Luís Lima Souto, aluno do curso de madureza, que viera de Belém do Pará para tentar uma faculdade no Rio de Janeiro. Segundo testemunhas o estudante tentou correr, mas seus joelhos se dobraram, no rosto um olhar mais de espanto que de dor. A bala veio da direita, da entrada da galeria que dava para uma transversal da avenida General Justo, perto do centro da ex-capital do país. O rapaz foi atingido no peito. Os estudantes carregaram-no em passeata até o prédio da Assembléia Legislativa, onde entraram à força. No caminho, romperam a pedradas os vidros da Embaixada dos Estados Unidos, na avenida Presidente Wilson. Até chegar o caixão, o corpo ficou exposto sobre uma mesa. Sem camisa, coberto até a cintura por uma bandeira, um cartaz improvisado pendendo para a frente permaneceu protegido por um grupo de militantes que impedia a aproximação de estranhos. O crime ocorreu ao final da tarde. Mais precisamente às 18h20 do dia 28 de março. Corria o ano de 1968.

O jornalista Bernardo Joffily na época era vice-presidente da União Brasileira de Estudantes Secundaristas e freqüentava o restaurante Calabouço.

Como juntava 10 mil estudantes por dia, inevitavelmente, se transformou num centro de efervescência estudantil. A Frente Unida dos Estudantes do Calabouço (FUEC), foi fundada nesse meio. Seu presidente era o Elinor Brito, um nordestino. Só que alguém do staff pensante da ditadura militar chegou à conclusão de que eles tinham de acabar com o restaurante Calabouço. Usaram como desculpa a construção de um viaduto. Por isso iriam demolir o restaurante. E nós estávamos naquela luta para defender o restaurante Calabouço, entre outras infinitas lutas.



COBRAREMOS
CADA ASVIDAS
DOS COLEGAS
ASSASSINADOS

EIS
A
DEMOCRACIA
PODRE.

VANDALAS
DE MAU
CRIMINOSA
MATARAM

TEN. COSTA
DO 1.º B.P.M. E O
CRIMINOSO DE 3
ESTUDANTES!
EXIGIMOS
VINGANÇA

JUSTIÇA
RÁPIDA
E EFETIVA

ALEMBRAREMOS
NÃO TAREMOS
OUTROS

ASSASSINOS PA-
GARAM PELOS SEUS
CRIMES! O QUE
CUSTARÁ!

AQUI ESTÁ O UM
CORPO DE UM
ESTUDANTE
COMORTO PELA DITA-
DURA

ASSASSINOS
PA-
GARAM

ULSAR
TABURA
E ALGUMA

CIAS
CENTES
OS
ANGRY

Numa passeata contra o fechamento do restaurante a polícia atirou.

O coronel que comandava a ação mandou atirar, terminando por matar o Edson, um rapaz pobre que comia no Calabouço e que veio do Pará para o Rio de Janeiro. Ele tinha um esquema: como não tinha onde morar, acabou arrumando um lugar para dormir também lá, no Calabouço. O Edson Luís era uma pessoa meio que adotada pelo movimento. Não era uma liderança, mas uma pessoa muito querida. Foi morto porque estava numa passeata contra o fechamento de um restaurante estudantil.

Vladimir Palmeira, em seu depoimento, relembra a emoção do enterro de Edson Luís:

Uma primeira vítima mortal. Nós já tínhamos dito que um dia ia morrer estudante, sabíamos que ia morrer. Havia uma fronteira da polícia, e até onde ela chegaria? Um dia chega a isso. Foi um clima de grande indignação. Esse era o clima predominante da Assembléia. Nós passamos a noite na Assembléia e, no dia seguinte, foram os momentos mais bonitos do enterro do Edson Luís, quando começaram a chegar aqueles colégios de padres e de freiras, que eram colunas de padres e freiras, e os jovens secundaristas para visitar. Lançaram aquela palavra de ordem “Podia ser um filho seu”, que foi uma palavra de ordem notável, que também não foi uma liderança que criou. Aquilo foi uma criação coletiva. Fizeram uma faixa, o pessoal gritava, foi criando aquele tom. Aquela manifestação impressionante, popular.

A morte de Edson Luís marcou o início de um processo de radicalização política e de confrontos violentos entre a polícia e os estudantes. Uma demonstração chocante da violência que a repressão policial passou a usar contra os estudantes se deu poucos dias depois, na missa de sétimo dia pelo estudante morto, na Igreja da Candelária. O exército ocupou o centro da cidade. Na saída da missa da manhã uma carga da cavalaria da Polícia Militar atropelou os estudantes. Na missa da tarde, nem o cordão de isolamento feito pelos padres impediu nova investida da cavalaria.

Em seu depoimento, Vladimir se refere a esses embates e ao processo gradativo de aumento da violência. Exemplos desse processo são os dias 19, 20 e 21 de junho de 1968. O dia 19 de junho foi a “Quarta-feira Sangrenta”.

Na Quarta-feira Sangrenta, nós decidimos ocupar o MEC, para mostrar que nós queríamos realmente conversar com o ministro e ele é que não queria. Preparamos com antecedência coquetel molotov. Foi a primeira vez que a gente decidiu usar de violência, cacete, pedra. Levamos pau e fomos para o cacete.

Saindo do prédio do MEC os estudantes foram para os arredores do Edifício Avenida Central. Lá, quando os policiais começaram a marchar em direção a eles, os estudantes decidiram, pela primeira vez, enfrentá-los.

Quando a polícia veio, naquele passo terrível, aquele passo de ganso, disseram: “Que a gente faz?” Eu disse: “Vamos resistir.” Quando chegou, sei lá, a uns cinquenta metros, a gente disse: “Vamos para cima deles!” E fomos e batemos na polícia pela primeira vez. A polícia saiu correndo e nós atrás por aquelas ruelas do Centro, invertendo as coisas. Nós passamos quatro anos correndo deles. Dessa vez, eles estavam correndo da gente. Aí, pronto, virou uma batalha campal, porque mandaram a cavalaria e a gente jogou bola de gude, rolhas. Cavalo caiu, menino andou em cavalo. Eu me lembro que teve um menino que botou um capacete da PE e montou no cavalo e saiu montado no cavalo. Houve de tudo. A massa é criativa. Até que tocaram fogo num caminhão do Exército. Nesse momento, a barra pesou, chegou a PE e eu me mandei. O Jean Marc foi preso. Essa foi a Quarta-feira Sangrenta.

No dia seguinte, 20 de junho, os estudantes ocuparam o prédio do Conselho Universitário, na Praia Vermelha. A idéia era forçar uma discussão com os professores sobre a reforma universitária. Nessa ocupação houve uma quebra de hierarquia e, se as coisas tivessem tomado outro rumo, talvez tivesse ocorrido uma mudança profunda nas relações entre professores e alunos na universidade. De novo, o prédio foi cercado. Mas dessa vez nenhum estudante pensou em ficar. Com a lembrança do massacre ocorrido dois anos antes, os estudantes se prepararam para sair do prédio, tentando despistar a polícia. Enquanto um grupo saía por um lado em silêncio, outro grupo, “em sacrifício”, saía com estardalhaço pelo outro lado. Saíram e foram espancados. Muitos foram presos e levados para o campo de futebol do Botafogo.



JORNALISTAS
CONTRA O
CRIME OFICIAL

ARTISTAS
CONTRA
DITADURA

A CLASSE
TEATRAL
SOLIDARIA
COM OS
ESTUDANTES

Os estudantes foram levados para o campo do Botafogo, onde houve grande violência. Urinaram sobre os estudantes, bateram. Os jornais do dia seguinte trouxeram essa violência toda. Nós já sabíamos que iria ter repressão, então já tínhamos marcado para o dia seguinte, às 8 h da manhã, outra manifestação.

A resposta dos estudantes foi uma nova manifestação, que começou na Praça Tiradentes. A manifestação foi apoiada pela população do centro da cidade, que aplaudia os estudantes ao longo do caminho. Funcionários públicos, ambulantes, profissionais liberais, pedreiros, aposentados, contínuos e trabalhadores de escritório e do comércio aderiram à manifestação. Mas a repressão foi enorme. Não há estatística precisa, mas há quem fale em 14 mortos, entre eles uma moça de 22 anos, comerciária, morta por uma bala disparada por soldados à frente da Embaixada dos Estados Unidos, lembra em seu depoimento João Roberto Martins Filho. Essa manifestação ficou conhecida como a "Sexta-feira Sangrenta".

A PASSEATA DOS CEM MIL

O próximo ato foi marcado para a quarta-feira, dia 26 de junho, e ficaria conhecido como a Passeata dos Cem Mil.

Para alguns estudantes da época, como Franklin Martins, a famosa passeata teve muito mais do que cem mil pessoas.

A Passeata dos Cem Mil. Eu pessoalmente acho que teve muito mais do que cem mil. Se o comício das diretas no Rio teve mais de um milhão de pessoas, ali teve quase um milhão. Ali tinha quase tantas pessoas quanto no comício das diretas. Mas não deu para contar, ficou cem mil, virou cem mil. Foi o coroamento deste processo em que os estudantes foram se reconhecendo nas entidades. As entidades foram mobilizando para a rua. Combinando muito estreitamente as manifestações de rua com as manifestações dentro das escolas.

Em contraposição aos violentos conflitos da semana anterior, a Passeata dos Cem Mil foi inteiramente pacífica e não encontrou repressão policial. A partir da manifestação constituiu-se uma comissão para negociar com as autoridades. Da comissão faziam parte não apenas líderes estudantis, mas também o psicanalista Helio Pellegrino e o professor José Américo Peçanha. A comissão chegou a ser recebida pelo presidente Costa e Silva. Os estudantes apresentaram suas reivindicações: mais verbas para a universidade, mais vagas, libertação dos estudantes presos e reabertura do restaurante Calabouço. Segundo Franklin Martins, o presidente disse que "estudaria as duas primeiras, que a libertação dos estudantes presos não era de sua alçada e que a reabertura do Calabouço era inadmissível".

Mas a Passeata dos Cem Mil foi também o ponto máximo da mobilização estudantil. A partir daí o movimento perdeu fôlego e o regime começou a recuperar sua iniciativa política.

INVASÃO DA "MARIA ANTÔNIA"

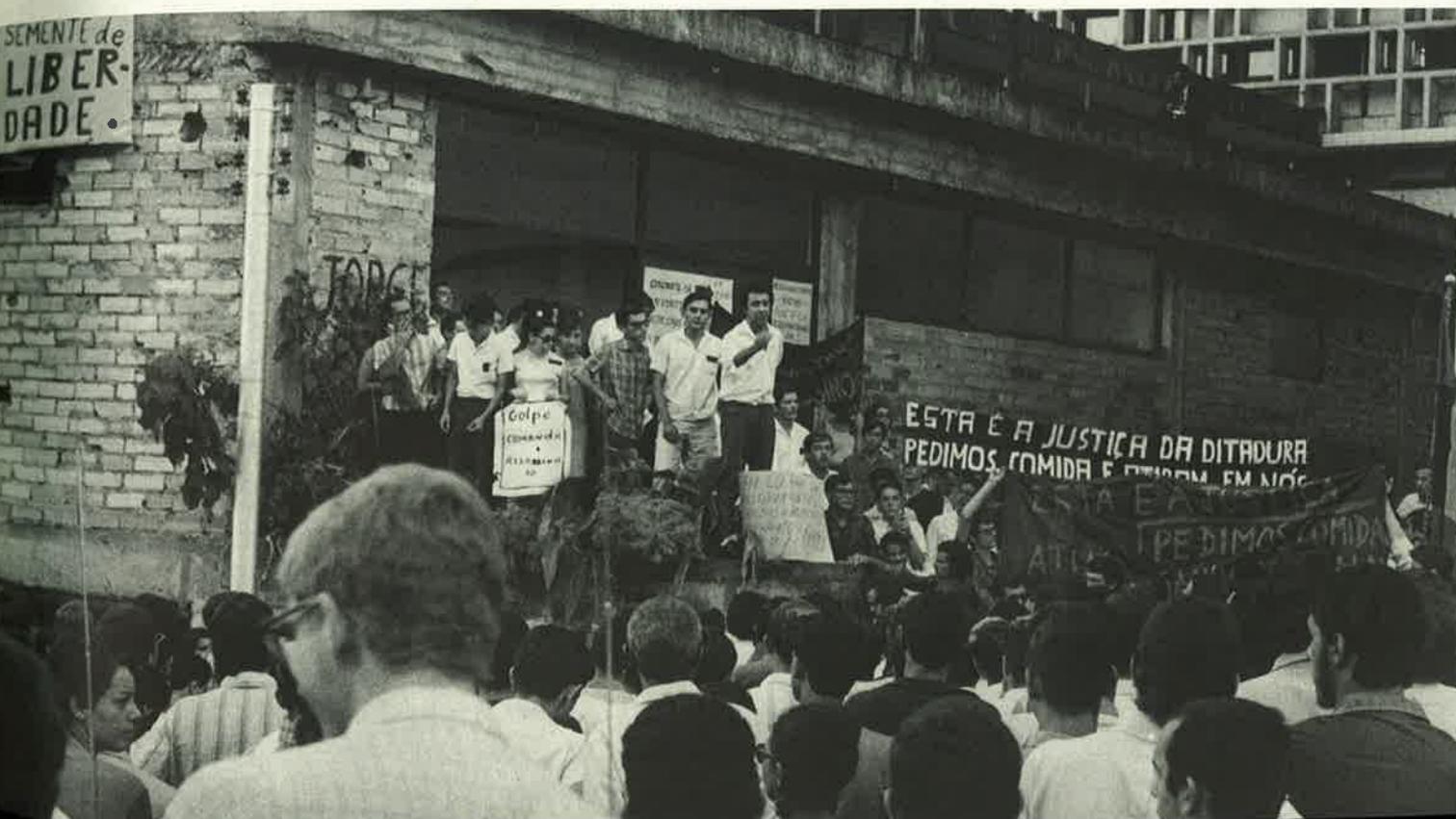
No segundo semestre de 1968 ocorreram várias invasões, por tropas policiais, a faculdades e *campi* universitários, todas com grande violência. No dia 29 de agosto foi invadido o *campus* da Universidade Federal de Minas Gerais; no dia seguinte foi a vez da Universidade de Brasília. No dia 2 de outubro, a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, que ocupava um conjunto de prédios na rua Maria Antônia, no centro da cidade, foi invadida, desta vez por grupos paramilitares de direita, organizados pelo Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Na violência da ocupação, um estudante foi baleado e morto. Durante um bom tempo a imprensa veiculou a versão de um conflito entre os estudantes da Universidade Presbiteriana Mackenzie e os da Maria Antônia (era assim que os estudantes se referiam à Faculdade). Em seu depoimento, José Dirceu nega essa versão:

Não é verdade que houve um conflito entre o Mackenzie e a Maria Antônia. Dos cinco Centros Acadêmicos do Mackenzie, nós dirigíamos quatro. Nós tínhamos maioria no DCE, 60% dos estudantes do Mackenzie apoiavam o movimento estudantil, a UEE, a UNE.

Dirceu reconhece que havia choques entre estudantes de direita e de esquerda. Inclusive porque o Mackenzie tinha um grupo de direita forte e altamente provocativo. Esse grupo, muitas vezes, entrava nas faculdades e batia nos estudantes de esquerda, que participavam do movimento estudantil. Mas esses estudantes de direita representavam grupos minoritários dentro do Mackenzie. Dirceu é categórico:

Não é verdade que houve um choque entre a Maria Antônia e o Mackenzie; entre estudantes do Mackenzie e o movimento estudantil. Houve uma minoria do Mackenzie armada e treinada pelo DOPS, com agentes do DOPS lá dentro, com armas, inclusive armas exclusivas das Forças Armadas (...). Era um grupo pequeno do Mackenzie organizado pelo CCC que montou uma provocação para ocupar e destruir a Maria Antônia e para tirar o movimento estudantil do centro da cidade. Foi isso que aconteceu.

A conseqüência do vandalismo foi que os cursos de Filosofia, Ciências Sociais, Letras e Psicologia foram transferidos às pressas para a Cidade Universitária da USP, que estava sendo construída.



BARRA 68: A INVASÃO DO CAMPUS DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Em 1968 tropas policiais invadiram vários *campi* e prédios universitários. Entre essas invasões uma foi especialmente marcante pela violência: a invasão da UnB no dia 30 de agosto. O cineasta Vladimir Carvalho realizou, em 2001, um documentário sobre essa invasão, reunindo imagens da época com os depoimentos das pessoas que ele entrevista para o filme, muitos anos depois do acontecimento. *Barra 68* é o nome do documentário, comentado por João Luiz Vieira em *Retrospectiva dos 70 anos do cineasta Vladimir Carvalho*:

Ao longo do filme, imagens do passado vêm à tona no presente, trazidas pela memória de depoentes e participantes ativos das manifestações estudantis da UnB. Testemunhas vivas dos acontecimentos voltam aos locais marcados pela violência militar e transitam pelos corredores, salas, campos abertos, espaços por onde passeia a visão de hoje em confronto com os traços presentes na memória. (...) Não só os personagens confrontam-se com essas memórias, como também os espectadores, interpelados pela montagem, são chamados a comparar situações e refletir sobre a história recente do país.





O CONGRESSO DE IBIÚNA

O congresso da UNE em Ibiúna, realizado em outubro de 1968, foi o marco final de todo aquele processo político, de confronto e radicalização, que estava sendo vivido pelo movimento estudantil, principalmente a partir de 1966, e que se acirrou depois do assassinato de Edson Luís. O congresso, embora não tenha sido percebido assim na época, foi um ponto final na experiência política que os estudantes brasileiros estavam vivendo. Encerrou uma fase importantíssima do movimento estudantil brasileiro. Poucos dias depois de instalado, a polícia chegou a Ibiúna e prendeu todos os estudantes presentes, ou seja, toda a liderança estudantil do país.

Ibiúna foi palco da última grande polarização política vivida no movimento estudantil. José Genoíno, militante do PC do B e liderança estudantil do Ceará, que mais tarde se integrou à guerrilha do Araguaia, comenta essa polarização:

O Congresso de Ibiúna estava praticamente dividido ao meio, a diferença eram 10 ou 15 votos entre a chapa liderada pelo Vladimir e o José Dirceu e a chapa liderada pelo Luís Travassos e o Jean Marc. Eu apoiava o lado do Jean Marc, que era o nosso candidato à presidência da UNE. E o Vladimir apoiava o José Dirceu.

Estes dois blocos conformavam as duas principais forças políticas da época no movimento estudantil: de um lado a coligação entre a AP e o PC do B e, de outro, os militantes das dissidências do PCB, principalmente a Dissidência da Guanabara.

Para muitos militantes, o congresso de Ibiúna foi um grande equívoco. Sem nenhuma infra-estrutura, um acampamento no meio do mato. Como nos conta Franklin Martins:

Na hora que eu cheguei e vi o que era, eu disse: “Estão brincando.” Aquilo ali era um acampamento no meio do mato. Para você ter idéia, o auditório era numa colinazinha, com os degraus escavados na montanha. Como aquilo ali chovia, era um barro só, então você botava um náilon. Era uma coisa... Eu fiquei lá dois dias, não consegui dormir. Dormia por turno... Não tinha lugar para dormir. Eu olhei e disse assim: “Isso aqui não vai dar certo.”

Com o início do congresso, as pessoas se deram conta da situação e começaram a discutir se desmobilizavam ou não o congresso. A AP queria desmobilizar. Mas a Dissidência não queria, pois se o congresso fosse desmobilizado não haveria novas eleições para a diretoria da UNE e a antiga direção – que era da AP – permaneceria. A polícia chegou antes que a decisão fosse tomada. Toda a direção política do movimento estudantil brasileiro foi identificada, fichada e presa.

Mais tarde, quando o regime procurava militantes das organizações armadas, essas fotografias foram muito úteis. Como conta José Genoíno:

Depois do Congresso de Ibiúna, o movimento estudantil entrou num descenso. Quando veio o AI-5 a gente já estava num descenso. A repressão ao congresso foi muito violenta porque desorganizou o movimento. Era a vanguarda do movimento estudantil. Nunca esqueço do álbum de Ibiúna, em que 70% não existe mais. E aquele álbum, para mim, foi uma imagem muito forte, pois foi ele que me identificou quando eu fui preso na guerrilha do Araguaia, porque eu era outra pessoa, outro nome, era camponês e me identificaram com a fotografia do álbum de Ibiúna.

Genoíno – ex-parlamentar do PT – foi preso com o auxílio da fotografia de Ibiúna e comenta que o álbum foi uma espécie de manual para identificar as pessoas que eram presas em 1969, 1970, 1972. Anistiado, como muitos outros, na fase final do regime militar, Genoíno filiou-se ao PT. Foi eleito deputado federal em várias legislaturas, inclusive em 2006, após ter sido afastado da presidência do partido durante a crise do mensalão.

VIDA AMOROSA, QUESTIONAMENTOS E PRECONCEITOS

O movimento estudantil brasileiro, no final da década de 1960, apresentava alguns paradoxos. O sopro libertário vivido na Europa e nos Estados Unidos era, de certa forma, filtrado quando chegava aqui. As esquerdas que lideravam o movimento estudantil no Brasil tinham uma forte marca leninista. Um pouco dessa rigidez e desse moralismo se manifestava na vivência daqueles que participavam das entidades estudantis. Como afirma Daniel Aarão Reis:

O homossexualismo era visto com muitas reservas. Nos congressos estudantis da época, seguramente não rolava droga, pelo menos não abertamente. Mesmo as drogas leves, como a maconha, eram vistas com muita severidade. A própria música popular brasileira, que era mais prezada, era a música popular de protesto, mais politizada. (...) A grande maioria da militância de esquerda era muito resistente a questionamentos heterodoxos. No seio das organizações revolucionárias, isso era muito claro. Nós não permitíamos homossexualismo e drogas.

O movimento estudantil, para Daniel, era muito radicalizado politicamente, mas conservador do ponto de vista da revolução de costumes.

Em compensação, o feminismo e a liberação sexual e amorosa tiveram entrada mais fácil no Brasil. Pelo menos, essa é a lembrança de Maria Augusta Ribeiro:

Tem uma coisa legal nisso que foi o entendimento do feminismo que a gente teve porque, realmente, uma coisa que conseguíamos dentro das organizações era que a gente era igual mesmo. Ou seja, não tinha isso de machismo dentro da organização. E eu, particularmente, não me lembro de ter vivido nenhuma situação em que me tratassem menos ou me considerassem menos pelo fato de eu ser mulher. E tinha uma coisa que se defendia: a liberdade sexual.

SEXO, AMOR E FEMINISMO

Em seu depoimento, Maria Augusta Ribeiro relata como era o amor nos idos de 1968:

Naquela época não tinha AIDS, ainda bem! Já era a época da pílula, que já foi uma conquista de liberdade muito grande. Então, tinha uma coisa libertária. Esse negócio de que a gente estava namorando um, mas gostava de outro. Transava mesmo! Não tinha o menor problema. Eu namorei metade do movimento estudantil. O que prestava, é claro; o que não prestava, não. Eu era muito namoradeira. Eu achava o máximo aquilo, achava que era uma baita liberdade. Claro que a gente tinha grandes relações. Nós sempre fomos muito românticos nas nossas opções. E tinha uma coisa de formalização, porque quando você ficava mais tempo com um cara, você virava a companheira do fulano. Era quase um pré-casamento, ou um casamento.

O ATAQUE À PEÇA DE TEATRO *RODA-VIVA*

A peça *Roda-Viva*, escrita por Chico Buarque para o grupo de teatro Oficina, e dirigida por José Celso Martinez Corrêa, estreou no início de 1968, no Rio de Janeiro, com Marieta Severo e Antônio Pedro nos papéis principais. A peça, com uma série de canções que driblavam a censura, tornou-se um símbolo de protesto contra a ditadura. Na segunda montagem, em junho do mesmo ano, no Teatro Galpão, em São Paulo, a peça sofreu um violento atentado: um grupo de mais de cem homens, ligados ao CCC, invadiu o teatro, espancou os atores e depredou o cenário.



PARTE 3

OS ANOS DE CHUMBO (1969–1973)

Em setembro de 1968, o deputado do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) da Guanabara, Márcio Moreira Alves, fez um discurso contra a ditadura, atacando duramente o Exército. O governo desejava puni-lo e solicitou à Câmara que suspendesse as imunidades parlamentares do deputado. No dia 12 de dezembro a Câmara dos Deputados rejeitou o pedido do governo. No dia seguinte, 13 de dezembro de 1968, foi decretado o Ato Institucional nº 5.

O AI-5 fechou o Congresso Nacional por tempo indeterminado; cassou mandatos de deputados, senadores, prefeitos e governadores; decretou o estado de sítio; suspendeu o *habeas corpus* para crimes políticos; cassou direitos políticos dos opositores do regime; proibiu a realização de qualquer tipo de reunião; criou a censura prévia. O AI-5 significou, para muitos, um "golpe dentro do golpe", um endurecimento do regime que estabeleceu leis especiais para o exercício do poder fora dos marcos do estado de direito.

O AI-5 mudou radicalmente a forma da ditadura militar se relacionar com os movimentos sociais de oposição – e com o movimento estudantil.

Franklin Martins lembra que as manifestações estudantis do segundo semestre já estavam sendo reprimidas com muita violência. No Rio de Janeiro, pelo menos, as manifestações passaram a ser reprimidas a bala, o que representava uma enorme diferença em relação ao primeiro semestre. Mas o ponto da virada só ocorreu, realmente, com o AI-5. Na opinião de Franklin Martins, o AI-5 foi um instrumento necessário para a ditadura porque ela estava começando a perder o apoio que tivera em 1964. Ela não conseguia mais conter a oposição usando, simplesmente, de mais violência e precisou de um mecanismo legal autoritário.

A manifestação que teve no Rio, quando o Congresso de Ibiúna caiu, foi reprimida a bala. E não era um PM ou outro que perdeu a cabeça, não. Passou a ser uma orientação atirar! Mas apesar de tudo ainda não tinha sido criada a condição necessária para fazer uma repressão em larga escala, o que veio com

EDMUNDO BITTENCOURT — PAULO BITTENCOURT

RIO DE JANEIRO, SÁBADO, 14 DE DEZEMBRO DE 1968

EDITADO NÔVO ATO INSTITUCIONAL DECRETADO RECESSO DO CONGRESSO

lo Pimentel
diário com
reio
Manhã

as mensagens de soli-
de no CORREIO DA
A, pelo atentado a bomba
sábado último, conti-
chando à nova edição



O presidente Costa e Silva, após reunião de três horas com o Conselho de Segurança Nacional, realizada no Palácio Laranjeiras, editou um novo Ato Institucional (o de número cético) e, no Ato Complementar n.º 39, que baixou a seguir, decretou o recesso do Congresso Nacional.

O Ato Institucional mantém a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições estaduais, com algumas modificações, entre

guntar "cortes lugares" e o cílio determinado.

Poderá ser também decretado estado de sítio; e prorrogado o mandato do presidente da República por seu respectivo prazo.

No artigo 8.º, fica estabelecido que o presidente Costa e Silva poderá decretar o confisco de bens, "provada a legitimidade da aquisição dos bens, far-se-á a restituição".

Fica suspensa a garantia de bens corpúscos, nos casos de cílio



o AI-5. Então, o AI-5 cortou a possibilidade do movimento estudantil seguir existindo como existia. O AI-5, vamos ter claro o seguinte, o AI-5 veio porque aquela forma de ditadura que estava estabelecida entrou em xeque. Ela não conseguia segurar o que estava acontecendo no Brasil. Ela não conseguia segurar o movimento estudantil, a intelectualidade, a aliança política que começou a haver com a frente ampla, ela não conseguia segurar o Supremo Federal que concedia *habeas corpus*...

No início de 1969, no mês de fevereiro, foi promulgado o Decreto-Lei nº 477, um dispositivo legal que levava o AI-5 para o interior das universidades e escolas públicas e privadas do país. Esse decreto proibia a existência de qualquer tipo de associação de estudantes ou professores, e estabelecia punições sumárias como a imediata expulsão do estabelecimento para quem o infringisse. O AI-5, através do Decreto-Lei 477, foi a pá de cal no movimento estudantil daquele período.

Em agosto, o presidente general Costa e Silva sofreu um derrame cerebral. Dois meses depois, em outubro, o general Emílio Garrastazu Médici tomou posse na Presidência da República.

A partir daí delineou-se uma nova conjuntura: os "anos de chumbo" começavam. Foram os anos mais violentos e de maior repressão política de todo o período da ditadura militar.

ESTUDANTES EM ARMAS

No final de 1968, já havia um refluxo no movimento estudantil. E, após o AI-5, um grande número de lideranças estudantis migrou para as organizações armadas. As organizações de esquerda no Brasil já estavam discutindo a possibilidade da luta armada desde meados da década de 1960, pois essa parecia ser a resposta ao desejo de ação política imediata e de radicalidade que marcaram a geração dos anos 1960. As organizações que se formaram a partir de rachas com o Partido Comunista Brasileiro tinham

exatamente esse eixo: criticavam o imobilismo do PCB e a morosidade do jogo político parlamentar. A carta escrita por Carlos Marighela, em 1966, endereçada ao Comitê Executivo do PCB, quando rompeu com o partido para criar a organização armada Ação Libertadora Nacional (ALN), é um bom exemplo dessa postura política:

Escrevo-lhes para pedir demissão da atual Executiva. O contraste de nossas posições políticas e ideológicas é demasiado grande e existe entre nós uma situação insustentável. (...) O centro da gravidade do trabalho executivo (do PCB) repousa em fazer reuniões, redigir notas políticas e elaborar informes. (...) Solicitando demissão da atual Executiva – como o faço aqui – desejo tornar público que minha disposição é lutar revolucionariamente, junto com as massas e jamais ficar à espera das regras do jogo político burocrático e convencional que impera na liderança.

Entre os anos 1960 e 1970, esse desejo de ação política imediata, que se expressou na luta armada, se espalhou por diversos países da América Latina. Em muitos deles foram formadas organizações compostas, em grande medida, por jovens universitários que abandonavam as salas de aula para pegar em armas. Os exemplos que inspiravam a luta armada eram as guerrilhas do Vietnã, de Cuba e a "guerra popular prolongada" da revolução chinesa. Mais do que tudo, a revolução cubana e a própria figura de Che foram os principais elementos que incentivaram a opção da luta armada na América Latina. Um incentivo que atingiu outros continentes. Régis Debray, um jovem escritor francês, recém-saído da universidade, veio para a América Latina lutar com Che Guevara. A valorização da coragem, da ação, da radicalidade e do confronto, o desprezo pelo jogo político visto como burocrático, moroso e corrompido eram as marcas das organizações de luta armada que, nesse período, proliferavam por quase toda a América Latina.

Os Tupamaros no Uruguai, os Montoneros na Argentina, o MIR (Movimiento de Izquierda Revolucionaria) chileno e o MIR boliviano; o Partido da Revolução Venezuelana, criado por Douglas Bravo; o Ejército de Libertación Nacional colombiano, onde lutou e morreu o padre Camilo Torres – são alguns exemplos da onda que varreu a América Latina, produzindo um grande número de organizações que apostavam na luta armada como caminho para a revolução socialista no continente. Embasando essa opção estava a convicção de que o potencial revolucionário do Terceiro Mundo não se encaixava

nos moldes da ação política tradicional. A América Latina, palco de inúmeros golpes militares, de caudilhos, de uma violência estrutural e endêmica no campo, de relações clientelistas e populistas, de corrupção extensiva, de exploração pelo imperialismo norte-americano só encontraria a solução para as imensas desigualdades sociais e a instabilidade política em que vivia através do caminho armado. O Brasil acompanhou esse movimento.

BRASIL: “IMERSÃO NA LUTA ARMADA”

No Brasil, as organizações armadas começaram a surgir em torno de 1966, ano de fundação da ALN, a organização criada por Marighela. A partir daí ocorreu, segundo a expressão do historiador Jacob Gorender, uma “imersão geral na luta armada”. Ele próprio, importante dirigente do PCB, junto com Mário Alves e Apolônio de Carvalho, rompeu com o partido para criar o PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário). Entre 1966 e 1969 inúmeras organizações de luta armada surgiram, multiplicaram-se, fundiram-se: Comandos de Libertação Nacional (COLINA), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-Palmares) são algumas delas.

Em quase todas as organizações – fora alguns líderes mais velhos e mais experientes, como Marighela, Gorender e Apolônio de Carvalho, e alguns outros militantes oriundos das Forças Armadas, como o capitão Carlos Lamarca –, a maior parte dos militantes era composta de jovens de classe média, universitários que abandonaram as salas de aula para fazer a luta armada. Esta opção, conjugada com o endurecimento repressivo da ditadura pós-AI-5, foi trágica. Em poucos anos as organizações foram destruídas, deixando um saldo de inúmeros mortos, desaparecidos, presos, exilados e banidos. Certamente, não foi o AI-5 o que motivou a opção da esquerda pela luta armada – ela já vinha sendo pensada e discutida desde o início dos anos 1960 e implementada desde meados da década – mas, sem dúvida, ele foi um fator altamente estimulante para a adesão de inúmeros jovens cujas energias revolucionárias tinham sido despertadas no movimento estudantil de 1968.

Daniel Aarão Reis, em seu depoimento, diz que é preciso distinguir entre os militantes das organizações de esquerda e o movimento estudantil. Para ele, seria um equívoco afirmar que o movimento estudantil aderiu à luta armada – quem aderiu foi uma liderança vinculada a organizações de esquerda.

Eu acho que é preciso ter a capacidade de distinguir entre as organizações revolucionárias e o movimento estudantil. Porque há uma tendência, às vezes, romantizada de imaginar o movimento estudantil de 1968 como revolucionário. Não é fato. Eu acho que migraram para a revolução, aderiram à revolução, boa parte das lideranças do movimento. Mas o movimento estudantil, como um movimento social, cresceu, encorpou, ganhou substância social em torno de um programa reivindicatório e sindical e em torno de um programa político democrático. “Abaixo a ditadura” era uma palavra de ordem muito popular entre os estudantes em geral. Ou seja, houve um corte com o movimento estudantil quando boa parte das suas lideranças ingressou na perspectiva do enfrentamento armado.

Mas, fazendo esta distinção importante, não há como negar que os integrantes das organizações armadas eram, em grande número, estudantes. Como o próprio Daniel confirma:

Embora essas organizações revolucionárias também compreendessem pessoas provindas de outros segmentos, a grande massa que a compunha era proveniente do movimento estudantil, basta consultar os processos do “Brasil nunca mais”. Os estudos realizados mostram que a grande maioria é composta de ex-líderes estudantis. Nesse ponto de vista, por exemplo, Ibiúna foi um desastre, porque a polícia esteve ali. Eles tinham a fotografia, a ficha e as digitais de grande parte daqueles que iriam migrar para as organizações armadas.

A presença dos estudantes foi, portanto, determinante nas organizações armadas. Sem dúvida, os que ingressavam nessas organizações eram os estudantes mais radicalizados, muitos dos quais já tinham experiência política anterior, pertenciam a organizações de esquerda, eram lideranças do movimento estudantil. Mas, apesar deste perfil predominante, muitos outros foram conquistados diretamente para a luta armada, motivados pelo espírito radical da época. Podiam não participar diretamente das ações, mas ajudavam e apoiavam os guerrilheiros e as organizações, alugando ou emprestando apartamentos que funcionariam como “aparelhos”, escondendo pessoas, emprestando dinheiro, fazendo ligações, atuando como “correio” etc. A rede de apoio das organizações armadas era bastante ampla e localizada, de forma significativa, nas universidades.

Mas a questão que Daniel Aarão Reis quer enfatizar é que a opção pela luta armada, apesar de envolver um grande número de estudantes e lideranças estudantis, afastou-se da grande massa estudantil e promoveu um isolamento dessas lideranças, não só em relação ao movimento estudantil, mas em relação à própria sociedade brasileira. E esse isolamento foi, em grande parte, a causa da derrota política e militar da experiência armada no Brasil.

O resultado foi desastroso. Em um, dois ou três anos, as organizações estavam dizimadas, porque o projeto que elas tinham de enfrentamento radical com a ditadura realmente não era compartilhado pela sociedade.

Franklin Martins concorda com a avaliação de Daniel:

Eu acho que a luta armada foi um equívoco político, eu não tenho a menor dúvida disso. Era uma forma de luta em que povo não podia participar, e por isso mesmo você tendia a isolar um segmento do que havia de melhor na vida política brasileira, do que havia de mais generoso, de mais capaz de transformar, com mais energia. Você isolou isso do conjunto e permitiu que isso fosse aniquilado, então foi um erro.

Mas Franklin apresenta também uma interpretação interessante: a luta armada pós-AI-5 foi a reação tardia ao golpe de 1964:

De certa forma é a resposta ao trauma de 1964, quando em 1964 não se reagiu, não se fez nada. Quando veio 1968, a reação foi: "Agora nós vamos reagir." Luta armada até 1968 era uma coisa desse tamanho. Era o Marighela e a VPR, cada um com 50, 60 pessoas, não mais do que isso. Uma admiração do resto das outras organizações, dos militantes, respeito pela opção que tinham feito, mas não tinham engajamento naquilo. A partir do AI-5 ao contrário. Você vai ter durante dois ou três anos um movimento enorme de recrutamento, de adesão, de participação – de onde? Do movimento estudantil, da intelectualidade e dos poucos segmentos da classe operária que chegaram a se mexer naquele período.

José Dirceu, que junto com José Serra foi o militante egresso do movimento estudantil que chegou às esferas mais altas da vida política institucional do país, era na época presidente da UEE e ligado à Dissidência Comunista de São Paulo (DC-SP). Ele também comenta a luta armada em seu depoimento, mas apresenta ponto de vista um pouco diferente:

Acho que a luta armada foi errada no sentido de que ela se transformou numa única forma de luta e ainda ganhou um cunho militarista, vanguardista. No Brasil naquele momento, tinha legitimidade e, do ponto de vista ético, havia justificativa para uma resistência armada contra a ditadura, porque a ditadura havia rompido a legalidade do país, rasgado a constituição, se imposto pela força, e o país vivia um regime autoritário, um regime ditatorial. A resistência armada era não só necessária como justificável e, eticamente, defensável. O problema não era esse.

Para Dirceu o problema foi que as esquerdas que se lançaram à luta armada não perceberam a coesão social que existia em torno da ditadura, principalmente devido ao crescimento econômico do país. Com isso não seria tão fácil ganhar o apoio popular.

Eu acredito que ali houve uma falta de compreensão da necessidade de combinar a luta legal com a luta ilegal, a luta política com a militar; usando o linguajar da esquerda naquela época: a luta de massa com a luta militar. Acho que não conseguimos combinar as formas de luta. E tinha de haver uma ponte com a oposição civil, nós rompemos a ponte com a oposição civil, que era o MDB.

O SEQÜESTRO DO EMBAIXADOR AMERICANO

O seqüestro do embaixador americano, no Rio de Janeiro, em setembro de 1969, foi a mais espetacular ação armada realizada pelas organizações guerrilheiras naquele período. Ela foi pensada, em primeira instância, por um grupo de militantes da Dissidência da Guanabara. Franklin Martins foi um dos participantes e em seu depoimento ele relembra o processo de organização da ação:

Era uma operação militarmente muito simples. Tão simples que nós dissemos o seguinte: “Vamos chamar outras organizações.” Nós éramos a favor da unidade das organizações. Decidimos chamar outras organizações para participar. Acabamos chamando o pessoal da ALN para participar. Quem dirigiu a operação foi o Virgílio Gomes da Silva, o Jonas, que era um operário de São



Paulo. Tinha curso em Cuba, treinamento em Cuba, era um quadro militar experiente, embora a operação pudesse ser feita sem o Jonas. A operação militarmente não tinha problema algum. Era mais simples do que qualquer coisa que nós fazíamos normalmente. Mas eles mandaram o Jonas e o Toledo, que era o segundo homem da ALN, depois do Marighela. Era o Joaquim Câmara Ferreira, conhecido como Toledo, um velho dirigente do Partido Comunista, veio para participar do comando político da operação. O comando político era eu e o Toledo, o comando militar era o Jonas.

Franklin conta que os nomes que comporiam a lista dos presos políticos que seriam trocados pelo embaixador foram negociados na véspera.

O critério básico ali foi o seguinte: pessoas que fossem representativas da luta no Brasil como um todo. Tanto que o primeiro nome escolhido para a lista é o nome de Gregório Bezerra, que era do Partido Comunista, que não apoiava a luta armada, mas que estava preso desde 1964, era um símbolo da resistência no Brasil. Ao ser preso, ele tinha sido exibido em Recife como se fosse um animal, de calção, com uma corda amarrada no pescoço, puxado por um jipe. Então era uma coisa simbólica, e também para mostrar que não era uma operação só de quem estava na luta armada. Era uma ação destinada a unir, era dirigida a todo mundo que resistia à ditadura. Os principais dirigentes do movimento estudantil estavam nela. Estava o Vladimir, o Dirceu, o Travassos... os principais dirigentes operários daquele momento, o Ibraim, que tinha sido líder da greve de Osasco, e também militantes que as organizações concluíram ser importante tirar da prisão, porque tinham muita informação. E aí se chegou a esse número de 15 pessoas, numa lista absolutamente ecumênica. Tem gente de tudo que é organização, de diferentes extrações.

Do ponto de vista estritamente militar o seqüestro foi um sucesso. Os 15 presos da lista foram libertados e enviados para fora do país. O embaixador foi solto na saída de um jogo no Maracanã. Na ocasião ninguém foi preso, mas depois sim. Jonas, o comandante da operação, 40 dias depois foi preso, torturado e morto.

Mas a luta armada, como a maior parte dos militantes admite nos depoimentos, aprofundou o isolamento da esquerda em relação à sociedade e teve como consequência o aniquilamento de um grande número de homens e mulheres; militantes que foram presos, torturados, assassinados, banidos, exilados, desaparecidos.

A UNE PÓS-IBIÚNA (E FORA DA LUTA ARMADA)

Mas falar do movimento estudantil depois de Ibiúna e depois do AI-5 não é falar apenas de luta armada. Apesar do refluxo e do esvaziamento que certamente ocorreram a partir de 1969, sempre persistiu um trabalho político no movimento estudantil, voltado para as suas questões específicas e desvinculado da luta armada. Muitas vezes esses dois campos se misturavam – os estudantes e as organizações armadas –, mas havia um esforço, por parte de algumas lideranças e de alguns militantes, no sentido de preservar a autonomia do movimento estudantil frente à luta armada e de encaminhar algum tipo de atividade política nas universidades.

Logo depois de Ibiúna algumas lideranças realizaram inúmeros “minicongressos” da UNE em vários estados com o objetivo de reorganizar a entidade. Uma parte dos líderes estudantis presos em Ibiúna foi solta pouco tempo depois, uma outra parte ficou retida por mais tempo. Os que estavam soltos participaram desses congressos estaduais. Genoíno participou desse processo.

A minha tarefa foi reorganizar a UNE. Logo após o AI-5, depois da prisão de Ibiúna, nós realizamos vários congressinhos da UNE nos estados. Foi eleita uma nova diretoria da UNE. Em vários congressos nós elegemos o Jean Marc, porque era o nosso candidato no Congresso de Ibiúna. José Dirceu estava preso. Jean Marc foi eleito e começou a dirigir a UNE. E eu integrava a diretoria da UNE com Honestino, Rocha, Elenira (...). Era uma diretoria extremamente simplificada, não tinham funções específicas, só presidente e diretores.

Agora, sim, era uma UNE inteiramente clandestina – como Jean Marc salienta em seu depoimento:

Então, a minha diretoria começou a operar em condições extremamente negativas. E a conversa começou a mudar de figura. Não era mais uma UNE semi-clandestina. Era clandestina mesmo. Quer dizer, a entrada de um de nós numa universidade, numa sala de aula, quase que provocava terror.

Esta era uma nova relação da UNE com os estudantes, pautada pelo medo, pelo desconforto, por um certo distanciamento imposto pelas novas circunstâncias. Em seu depoimento Jean Marc narra um episódio bastante ilustrativo dessa nova situação. Ele conta que foi fazer uma discussão política na Faculdade de Química, em março de 1969:

Enquanto eu falava, em três tempos, a faculdade estava cercada e a gente teve que resistir “na porrada” à invasão do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Os caras chamaram o pelotão de choque, e o negócio foi virando uma pancadaria. Foi quando eu disse: “Vão todos para as salas de aula, suspendam tudo, finjam que não aconteceu nada, sentem-se e assistam às aulas.” Alguém disse: “Mas eles vão prender você.” Eu disse: “Não, não vão não, podem deixar.” Já havia anoitecido. E a gente manteve a resistência até anoitecer. A faculdade ficou cercada. A faculdade dava para um morro e tinha um detalhe: eu fui alpinista. Naquela época, eu escalava e escalava muito bem. Então, eu escalei o morro da Babilônia e saí do outro lado. O DOPS entrou, examinou sala de aula por sala de aula, virou a faculdade pelo avesso, sem me achar. Mas, o que significou isso? Significou que a outra vez que eu fui à faculdade, eu gerei medo nas pessoas. Meus próprios colegas pediram: “Pelo amor de Deus, cara, não fica aqui não! Vão prender você e a polícia vai invadir.” Resultado: não era mais uma UNE que tinha uma certa capacidade de relação direta com a massa. Isso tinha acabado.

Pouco tempo depois o próprio Jean Marc foi preso. A UNE mergulhava na clandestinidade. Honestino Guimarães, estudante de geologia da UnB e militante da Ação Popular, foi designado para dirigir a UNE. Entre 1969 e 1973 o movimento estudantil viveu a sua fase mais crítica de refluxo. Adriano Diogo, que mais tarde se tornaria Secretário do Meio Ambiente da Cidade de São Paulo, na época também estudante de Geologia na USP, se refere ao clima de terror que era vivido nas universidades:

Esse era o clima da época, imagina a maioria das pessoas indo para a luta armada, morrendo ou sendo presa; então a gente, que ficava no movimento estudantil, nós ficávamos muito assustados, muito apavorados; porque o que tinha de gente sendo presa, morta, enfim, esse era o clima da Geologia.

Mas uma forma de driblar a vigilância da repressão era a realização de atividades culturais.

A nossa militância era essa, a resistência cultural, tudo a gente puxava pelo cultural, tudo, tudo, tudo pelo cultural, e era assim que a gente fazia nossa militância.

Utilizando a cultura e o teatro como formas de resistência, Adriano participou, junto com outros estudantes da USP, da criação do Grupo de Teatro da Politécnica. Entre as várias montagens, o grupo apresentou a peça *Transa-Amazonica*, uma sátira ao processo de construção da rodovia. O Grupo de Teatro da Politécnica funcionava no sistema de criação coletiva inspirado pelas técnicas e pela dramaturgia de Augusto Boal.

O Boal ensinava a gente a transformar uma notícia do jornal em texto. O Boal foi muito importante porque ele trabalhava com uma dramaturgia muito simples: qualquer notícia pode ser dramatizada e ela pode ser apresentada em qualquer lugar, não precisa ter iluminação, não precisa ter música, não precisa ter condições especiais de palco.

AUGUSTO BOAL

Dramaturgo e ensaísta, carioca da Penha, nascido em 1931, Augusto Boal dirigia o Teatro de Arena, de São Paulo, desde a década de 1960. Em 1965 dirigiu a montagem histórica *Arena conta Zumbi* e, em 1967, *Arena conta Tiradentes*. Durante a ditadura militar Boal iniciou experiências de dramaturgia com o “teatro-jornal” – a idéia era que qualquer notícia de jornal poderia render uma encenação improvisada que permitisse aos espectadores discutir a situação social e política do país. Esse método veio a ser o embrião do Teatro do Oprimido, que Boal montou em vários países da América Latina. A idéia era, sempre, transformar o teatro numa arena de debates. As peças (pequenos quadros dramáticos) poderiam começar em qualquer lugar: nas ruas, nas praças, numa fila, num ponto de ônibus. Boal foi preso quando estava preparando uma nova montagem: *Arena conta Bolívar*. Depois da prisão, exilou-se e só voltou ao Brasil em definitivo após o fim do regime militar.

Entre seus colegas da USP, dois foram assassinados: Ronaldo Ramos Queiroz e Alexandre Vannuchi Leme. Adriano Diogo lembra em seu depoimento:

Ronaldo Ramos de Queiroz foi assassinado na avenida Angélica num ponto de ônibus, não perguntaram nada, desceram e atiraram! Executaram à vista de todo mundo, não fizeram questão nenhuma de esconder.

Alexandre Vannuchi, militante da ALN, também estudante de geologia na USP, estudiosíssimo, "primeiro aluno da Geologia", segundo Adriano, foi morto em março de 1973. Para Adriano Diogo, a morte de Alexandre Vannuchi foi um marco, início do processo de recuperação política do movimento estudantil.

Geraldo Siqueira na época era o Geraldinho, estudante de geografia da USP. Em seu depoimento ele fala desse momento:

Em 1973, é preso o Alexandre Vannuchi Leme da ALN, que era um cara popular, era o cara do bumbo da escola de samba da Geologia, que era uma escola de cento e tantos caras que vêm do interior e moram juntos em repúblicas. E ele é preso e é morto. A repressão o acusa de fazer um assalto a banco no dia em que ele estava com a faculdade inteira no interior de São Paulo, numa dessas excursões de campo que a Geologia tanto fazia. A indignação dos alunos da Geologia foi imensa. Eu me lembro que estava tomando uma cachaça quando o pessoal apareceu no centrinho da Geografia dizendo: "Mataram o Minhoca. Amanhã a escola vai explodir." Eu falei: "Segura um pouco, porque nós precisamos agir juntos. Quem agir sozinho vai ser massacrado." Aí houve um levante na USP. Assembléias nas escolas, pano preto no lugar da bandeira brasileira. O conselho dos Centros Acadêmicos procurou o D. Paulo Evaristo pedindo para ele rezar uma missa na USP. Ele disse que se fosse rezar uma missa na USP poderia ser acusado de provocar os estudantes e sugeriu fazer a missa na Catedral da Sé. Foi uma coisa de louco, tinha metralhadora de tripé no meio da Praça da Sé, apontada para a escadaria da Catedral. A missa encheu a Catedral e o clima era terrível.

A missa de sétimo dia rezada na Catedral da Sé, para muitos estudantes e militantes da época, foi o início de uma retomada.

HOMENAGEM A HONESTINO GUIMARÃES

Mas se 1973 pode ser visto, como propõe Adriano, como o ano da retomada, também foi um ano de perdas. Além dos dois estudantes da USP, Honestino Guimarães, o presidente da UNE, desapareceu em outubro de 1973. Este livro não quer deixar passar a oportunidade de prestar uma homenagem ao jovem de 26 anos, natural de Goiás, que fazia seu curso de geologia na Universidade de Brasília.

Quando Jean Marc foi preso, em 1969, Honestino assumiu a presidência interina da UNE. Ele permaneceu como interino até 1971, sendo efetivado num minicongresso realizado clandestinamente naquele ano.

Em seu depoimento, Maria Rosa Monteiro, a mãe de Honestino, lembra de seu último encontro com o filho, clandestino, no Rio de Janeiro. O local escolhido foi o Jardim Botânico. Maria Rosa foi ao seu encontro para tentar convencê-lo a sair do país. Mas Honestino queria ficar no Brasil. No entanto o filho se preocupava com a mãe, a quem chamava de "supermãe".

Ele queria que eu não enlouquecesse, não me acabasse, se acontecesse alguma coisa com ele. E eu jurei para ele que eu não iria me desesperar de jeito nenhum, só não queria que acontecesse nada com ele...

Com o desaparecimento de Honestino, muitos amigos da família se afastaram. Maria Rosa, em seu depoimento, diz que não lhe cabe julgar, que compreende o medo das pessoas. Maria Rosa cumpriu a promessa feita ao filho: certamente ela não enlouqueceu. Quando perguntada pelos entrevistadores se valeu a pena o preço pago pelo filho, Maria Rosa responde, com toda a calma:

Ainda está cedo para a gente julgar, mas acho que o Honestino cumpriu a missão dele, o que coube a ele nessa evolução do planeta cumprir, ele cumpriu.

Honestino Guimarães foi o último presidente da UNE dessa fase, o próximo seria eleito dez anos depois.



OS SECUNDARISTAS NA LUTA CONTRA A DITADURA

Os secundaristas sempre participaram dos momentos mais radicalizados da luta contra a ditadura militar. Nas passeatas de 1966 e 1968, muitas vezes era difícil segurá-los, sempre prontos para o confronto. No Rio de Janeiro, a AMES (Associação Metropolitana de Estudantes Secundaristas) era bastante ativa. Os secundaristas cariocas tiveram um papel importante nos protestos pela morte de Edson Luís, já que eram grandes frequentadores do restaurante Calabouço.

Sua entidade nacional, a UBES, continuou ativa depois de 1964. Embora ilegal, a entidade tinha uma vida pública bastante visível. O golpe contra a UBES foi dado com o AI-5. O jornalista Juca Ferreira, secretário-executivo do Ministério da Cultura no primeiro e no segundo governo do presidente Lula, na época um estudante da Escola Técnica, era candidato à direção da UBES.

Minha eleição na UBES foi no dia do AI-5. Nós estávamos reunidos num lugar sob o controle da AP e do PC do B, eles que faziam a segurança e tinham o controle da entidade. Tinham chegado os delegados, nós tivemos a parte da manhã toda dedicada à discussão e a parte da tarde à votação. E ficou claro que os delegados que representavam a luta armada eram maioria. Havia uma infinidade de organizações presentes, desde Colina, PCR, PCBR, Dissidência de São Paulo, Dissidência da Guanabara, Dissidência do Rio. Havia outras organizações da luta armada e também os anarquistas, que se associavam à gente, que eram poucos. A delegação de Brasília tinha a hegemonia dos anarquistas.

Quando a votação estava quase encerrada, com a vitória de Juca, um dirigente da UBES entrou na sala avisando que o AI-5 havia sido decretado e que era perigoso continuar a reunião. Assim, Juca foi eleito, mas não conseguiu assumir. Logo depois, com base no AI-5, foi expulso da escola técnica. A partir daí a UBES – assim como a UNE – entrou para a ilegalidade.

Durante o período mais duro da repressão, inúmeros secundaristas participaram da luta armada. O caso mais exemplar é o do cientista político César Benjamin, que na época recebeu o apelido de “menininho” – em função de sua pouca idade.

Um colégio, especificamente, parece ter sido o principal "celeiro" produtor de estudantes secundaristas altamente politizados e radicalizados que ingressaram em organizações de esquerda e, pouco tempo depois, pegaram em armas: o Colégio de Aplicação no Rio de Janeiro. Um grande número de militantes da luta armada estudou no CAP: Franklin Martins, Carlos Minc, Cid Benjamin, Jaime Benchimol, Carlos Wainer, Álvaro Lemos, Flávia Cavalcanti, Alfredo Sirkis, César Benjamin, Sonia Moraes. A historiadora Alzira Abreu investiga esse fenômeno no livro *Intelectuais e guerreiros: O Colégio de Aplicação da UFRJ de 1948 a 1968*.

REFERÊNCIAS TEÓRICAS, ARTÍSTICAS E CULTURAIS QUE MARCARAM O FINAL DOS ANOS 60 E INFLUENCIARAM OS MILITANTES DE ESQUERDA NO BRASIL

As principais referências teóricas dessa época dizem respeito às formulações sobre a luta armada e a violência revolucionária: Che Guevara e Régis Debray são as referências principais do "foquismo" e da própria mítica guerrilheira. Mao Tsé-tung e Ho Chi Minh são as referências da guerrilha rural e da "guerra popular prolongada".

Em 1968, para os estudantes brasileiros de esquerda, eram também importantes referências os estudantes radicais que lideravam manifestações e movimentos em outros países. Em especial Daniel Cohn-Bendit, conhecido como Dany le Rouge, o líder do Maio francês, e Angela Davis, a jovem professora de filosofia que, em 1969, foi impedida de lecionar na Universidade da Califórnia, em razão de suas posições políticas. Comunista e marxista, Angela Davis também se ligou aos Panteras Negras (Black Panther Party), sendo uma das principais teóricas desse movimento.

O casal de filósofos franceses Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir é um símbolo do período: apoiaram a guerra de independência da Argélia, foram às ruas, em maio, junto com os estudantes franceses, e davam um exemplo pessoal de uma vida amorosa moderna. Sartre e Simone transformaram sua longa relação na afirmação de uma posição política: rejeitaram o casamento formal, a monogamia e a exclusividade sexual e amorosa. Viveram em casas separadas a vida inteira, tiveram romances paralelos e escreveram sobre eles. Ainda na França, Jean-Luc Godard, no final dos anos 1960, registrou o cinema político de vanguarda no panorama internacional das novas esquerdas. O filme *A chinesa*, feito em 1967, mostrava um grupo de jovens, num apartamento, estudando teoria marxista-leninista. A líder do grupo, Véronique, propõe uma ação armada: o assassinato de uma personalidade. Em 1968 Godard criou o grupo de cinema Dziga Vertov (o nome era uma homenagem ao cineasta e documentarista russo falecido em 1954) com o objetivo de fazer filmes políticos. Em 1969 Godard fez *Pravda*, sobre a invasão soviética da Tchecoslováquia.

No Brasil, o Cinema Novo, nascido no interior do CPC, produziu seus frutos: um cinema político, voltado para as questões nacionais, investindo na linguagem experimental. O símbolo maior desse cinema é Glauber Rocha. Três filmes desse período expressam o espírito do Cinema Novo: *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (1964), *Terra em transe* (1967) e *O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro* (1969). Destes, *Terra em transe* tem um sentido especial, pois é uma reflexão, metafórica, sobre os acontecimentos políticos do período, construindo uma versão glauberiana sobre o golpe de 1964 e a atuação das esquerdas. No filme aparecem líderes populistas, as relações entre comunistas e sindicalistas, a hesitação e o romantismo do intelectual, a opção pela luta armada, a posição crítica do PCB a esta opção.

No campo do teatro, a apresentação de uma peça, em 1965, por um grupo de estudantes do Teatro da Universidade Católica (TUCA), em São Paulo, ficou registrada como o exemplo maior de um teatro engajado: *Morte e vida Severina*. A peça, baseada no poema de João Cabral de Melo Neto, musicada por Chico Buarque — que na época era estudante da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) —, tornou-se uma referência histórica.

A música norte-americana também criou algumas referências do período que se tornaram lendárias. Foi um tempo em que o rock se aproximou do protesto político e do engajamento, indo ao encontro do sentimento dos jovens que lutavam contra a guerra do

Vietnã. Bob Dylan e Joan Baez formavam a dupla-símbolo dessa postura. A música *Blowing in the Wind*, cantada por Dylan, perguntava: "Quantas mortes ainda têm que acontecer para que a gente perceba que as pessoas estão morrendo?" Para os que viveram a época, algumas músicas e algumas imagens tornaram-se inesquecíveis. Entre elas, uma das mais fortes é a imagem de Jimi Hendrix, no Festival de Woodstock, em agosto de 1969, tocando o hino dos Estados Unidos na guitarra elétrica. Num determinado momento, Hendrix simula, com distorções das cordas da guitarra, o som de um bombardeio. O hino americano torna-se, assim, num festival de rock, a música que embala as bombas de napalm que são jogadas nas aldeias vietnamitas.

CHILE: A GRANDE DESILUSÃO

O período que ficou conhecido, no Brasil, como "anos de chumbo" (1969–1973), o período da repressão mais violenta do regime e da luta armada de parte das organizações de esquerda que combatiam a ditadura, se encerra na mesma época em que também termina uma outra experiência, muito diferente: o governo da Unidade Popular, dirigido pelo presidente Salvador Allende, no Chile. Ajudado pelos Estados Unidos, o general Augusto Pinochet liderou um golpe militar que derrubou o presidente eleito, que foi assassinado no Palácio de La Moneda, pondo fim à "experiência chilena" de uma via pacífica e institucional para o socialismo.

PARTE 4

1974: UMA NOVA CONJUNTURA E UMA NOVA TÁTICA

O ano de 1974 marcou o início de uma nova conjuntura no cenário político brasileiro. A posse do general Ernesto Geisel na Presidência da República inaugurou um processo, segundo o próprio presidente, de “distensão política”. Tratava-se do projeto, idealizado essencialmente por Geisel e seu Chefe da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva, de uma “abertura lenta, gradual e segura” que reconduzisse o país ao estado de direito.

Na época muitos intelectuais – tanto do meio acadêmico quanto do meio militante – interpretaram o projeto de abertura como fruto das divisões internas do próprio regime e como uma estratégia para ampliar a institucionalidade da ditadura, criando uma “democracia de fachada”. Mas também apontavam a fluidez desse projeto e a possibilidade que a sociedade tinha de interferir no seu curso, aprofundando e alargando a abertura. O primeiro a apontar essa distinção entre o “projeto” e o “processo” de abertura foi o cientista social Werneck Vianna, num artigo publicado no semanário *Voz da Unidade*, em 1981, mais tarde reproduzido no livro *A classe operária e a Abertura*. Essa também foi a posição da maioria dos trabalhos acadêmicos relacionados a esse período e publicados posteriormente, como a pesquisa dos historiadores do Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas que, na década de 1990, investigou a memória dos militares. No volume *A volta aos quartéis*, referente ao período da distensão política, os autores defendem a idéia de que a abertura, enquanto “projeto”, foi resultado de cisões no interior do próprio governo; mas no seu “processo” muitas outras forças interferiram.

Para a maioria dos estudiosos do tema – e mesmo para muitos militantes das organizações de esquerda que refletiram na época sobre a questão – o “projeto” de distensão política foi idealizado no interior do governo, em resposta a conflitos internos (em especial, ao choque entre militares “duros” e “moderados”); mas, no “processo político concreto da abertura”, a sociedade interferiu decisivamente. O movimento estudantil participou ativamente desse processo, contribuindo para radicalizar a abertura democrática.



Jana Morone Barroso



Orlando Bonfim



Mario Alves de Souza



Stuart Angel Jones



Rui Frazão



José Roman



Rubens Palva



Heleni Teles Guariba



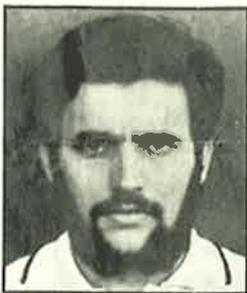
Walter de Souza Ribeiro



Jorge Leal Pereira



Luiz Ignácio Maranhão Filho



Fernando A. de Santa Cruz



Hiram de Lima Pereira



Marcos Antonio Dias Batista



Isis Dias de Oliveira



Ana Rosa Kucinski



Itair José Velloso



Iriz Eurico Tejera Lisboa



Honestino Monteiro Guimarães



Paulo de T. Coelstino da Silva



Jana Montenegro de Lima



Eduardo Collier Filho



Wilson Silva



Paulo Stuart Wright



Carlos Alberto S. de Freitas



CBA
Qualquer informação procure o
Brasileiro pela Anistia mais

Paralelamente a essa nova conjuntura que se delineava, uma nova tática política ia sendo definida por um amplo conjunto de partidos e organizações de esquerda: a luta pelas liberdades democráticas.

Nos primeiros anos da década de 1970, a maior parte das organizações armadas tinha sido destruída. Os militantes que não estavam presos ou mortos refugiaram-se no exílio e na clandestinidade. A autocrítica da luta armada começou a ser feita no exílio – no Chile e em Paris – por dirigentes e militantes sobreviventes. Começou a se esboçar aí o argumento de que era necessário desenvolver uma luta política que aproximasse as esquerdas da sociedade. Essa luta não seria uma luta de “enfrentamento”, não seria uma campanha essencialmente militar. Ao contrário, seria uma luta de “resistência”, com bandeiras que atendessem aos anseios da sociedade. A nova tática se expressava numa “plataforma de luta pelas liberdades democráticas”: pela liberdade de organização, expressão e manifestação política, contra a tortura, contra as prisões arbitrárias, contra a censura, pelo restabelecimento do *habeas corpus*, contra a lei de segurança nacional e toda a legislação de exceção, pela anistia, por eleições diretas, pela garantia dos direitos humanos.

A plataforma de lutas democráticas redefinia o quadro de alianças entre as esquerdas e reaproximava antigos “inimigos políticos”. A esquerda que tinha se formado a partir das críticas ao PCB e que tinha procurado constituir o campo de uma “esquerda revolucionária” perdeu um pouco de sua coesão. No início dos anos 1970, esse conjunto de organizações tinha sofrido várias baixas mas, ainda assim, reunia grupos significativos como APML (a antiga AP, agora Marxista-Leninista), MR-8, POLOP, MEP (Movimento de Emancipação do Proletariado, uma dissidência da POLOP). A nova tática de luta pelas liberdades democráticas não foi aceita por todas as organizações desse campo: a POLOP e o MEP recusaram a proposta, alegando que era “reformista”. Por outro lado, ela reaproximava as organizações APML e MR-8 do PCB e do PC do B – para quem as bandeiras democráticas nunca tinham deixado de ter importância. Mas introduzia, no interior desse campo, uma discussão sobre a questão democrática. A APML e o MR-8 faziam questão de distinguir sua concepção tática de luta pelas “liberdades democráticas” da luta estratégica do PCB pela “revolução democrática e nacional”. Afirmavam que a conquista das liberdades democráticas era muito importante para o avanço da luta dos trabalhadores na direção do socialismo e que, portanto, seu objetivo ia muito além da mera restauração do estado democrático de direito. O PCB, por sua vez, travava na época um

debate teórico sobre a valorização da democracia. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder, dois expressivos intelectuais do PCB, num esforço de crítica à experiência soviética e de aproximação com o eurocomunismo italiano, escreviam textos nos quais a democracia aparecia positivada como um "valor universal".

Apesar das diferentes visões que cada força política tinha sobre a democracia, o fato foi que, a partir daí, o campo da luta democrática passou a ser engrossado por um conjunto bem mais amplo de partidos e organizações de esquerda – inclusive aquelas que, até então, tinham críticas em relação a essa perspectiva. A nova frente de esquerda reunia agora o PCB, o PC do B, a APMML, o MR-8 e organizações trotskistas. Esta articulação de partidos e organizações de esquerda em torno da luta pelas liberdades democráticas permitiu que essa esquerda se somasse e, em muitos casos, liderasse o movimento civil contra a ditadura militar, que começava a ganhar expressão em meados da década de 1970. A esquerda se juntava, então, a outros setores da sociedade que lutavam contra o regime e procuravam "alargar" os limites da abertura "lenta e gradual".

Esse processo não foi, de forma alguma, linear. Pelo contrário, foi marcado por altos e baixos, avanços e recuos. Uma abertura política se iniciava, mas não havia nenhuma garantia para aqueles que lutavam contra a ditadura. Para as esquerdas e para os movimentos sociais o processo não ocorreu sem baixas. Em 1974 desapareceram dois jovens militantes da APMML: Fernando Santa Cruz e Eduardo Collier Filho. Ainda em 1974, ocorreu o seqüestro e desaparecimento de David Capistrano, histórico dirigente do PCB que participara da guerra civil espanhola e da resistência francesa, tendo inclusive passado por um campo de concentração alemão. Em 1975, foi preso e morto o jornalista Wladimir Herzog, militante do PCB. No ano seguinte também morreu na prisão o líder sindical Manuel Fiel Filho, igualmente militante do PCB. E, já em 1976, a invasão de uma reunião do Comitê Central do PC do B, no bairro da Lapa, em São Paulo, resultou na morte, no próprio local, de dois de seus dirigentes, Pedro Pomar e Ângelo Arroyo. Ainda em 1976, a estilista Zuzu Angel, que denunciava para a imprensa internacional o desaparecimento de seu filho Stuart Angel, morreu em um acidente de carro, em circunstâncias suspeitas.

As mortes de Wladimir Herzog e de Manuel Fiel Filho nas dependências do II Exército levaram ao ponto máximo a crise no interior das Forças Armadas. Em função dessa crise o general Ednardo D'Ávila Melo foi afastado do comando do II Exército, o que representou uma derrota para os setores mais "duros". Em compensação, os grupos paramilitares de

direita passaram a agir com mais violência e sob menos controle. Em 1976, D. Adriano Hipólito, bispo de Nova Iguaçu, foi seqüestrado e espancado; bombas explodiram na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), na Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e na sede do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), um instituto de pesquisa que reunia intelectuais de esquerda de São Paulo.

A abertura dos espaços políticos era conquistada com risco e com luta pelos movimentos sociais de oposição e pelos partidos e organizações de esquerda. Nesse novo cenário, novos personagens. Entre eles se destaca o MDB, que com a vitória eleitoral de 1974 passou a canalizar o descontentamento dos mais variados setores da sociedade em relação ao regime militar. Mas são importantes também: a Igreja Católica, principalmente por meio das Comunidades Eclesiais de Base e das Pastorais (entre as quais, uma das mais ativas era a Pastoral da Terra); as entidades representativas de profissionais liberais como a Ordem dos Advogados do Brasil e a Associação Brasileira de Imprensa. É importante lembrar também os movimentos de bairros e a formação das associações de moradores. Nessa época também surgem no Brasil (ou ressurgem, em alguns casos) movimentos chamados "minorias políticas", como o movimento das mulheres, o movimento negro, a luta pela causa indígena e o movimento gay. Além disso, o movimento sindical começava a ganhar corpo no ABC paulista a partir do final da década de 1970 — e foi chamado, na época, de "novo sindicalismo". Outro elemento importante do período foi a imprensa alternativa, jornais de crítica e discussão política, alguns satíricos, como o *Pasquim*, que alimentavam uma opinião pública de oposição e uma cultura de esquerda: *Opinião, Movimento, Em Tempo, Versus, Brasil Mulher, Nós Mulheres*.

E, certamente, o movimento estudantil. Nessa fase, os estudantes tiveram papel central. Foram eles que puxaram as primeiras manifestações de rua e imprimiram à luta pelas liberdades democráticas um radicalismo que — sem os estudantes — ela dificilmente teria.

Nessa época, o movimento estudantil empreendia uma dupla luta política: por um lado, a luta pela reconstrução de suas entidades representativas, principalmente a UNE, desmantelada após o desaparecimento de seu último presidente, Honestino Guimarães, em 1973. Por outro, a participação na luta política do país. Seguindo de perto a orientação das organizações de esquerda presentes no movimento estudantil, este levantava a bandeira de luta pelas liberdades democráticas.

O debate em torno da questão democrática, que envolveu partidos e organizações de esquerda nesse período, transbordou naturalmente para o movimento estudantil, já que

todos esses partidos e organizações tinham forte presença nas universidades. Nessa época, fugindo do estigma da ilegalidade, partidos e organizações de esquerda clandestinos estruturavam “tendências políticas” legais que atuavam no movimento estudantil. Essas tendências expressavam as posições de organizações clandestinas ou grupos independentes. Tiveram grande expressão nessa fase. Em torno das “tendências” se reuniam os estudantes que desejavam ter alguma atuação política. As tendências também se faziam representar nas chapas que concorriam para os Diretórios e DCEs que estavam sendo reabertos em várias universidades.

Amâncio Paulino, médico e professor de medicina da UFRJ, nessa época era um estudante de medicina (da mesma universidade onde depois veio a ser professor) e militante do PCB. Amâncio recorda o clima de intenso debate político e teórico travado pelos grupos de esquerda:

Eu, desde muito cedo, achei que, realmente, a tática correta era a que o partido propunha, e que a gente pode resumir na idéia da frente democrática. Ou seja, da união das forças democráticas, que tinham razões para se opor à ditadura, que propunham uma alternativa que estava estruturada em torno de um conjunto de idéias, que incluía anistia, a convocação da constituinte, as liberdades democráticas, liberdade de organização partidária. Esse programa era o programa que eu considerava o correto. (...) Havia uns grupos que não aceitavam a bandeira de luta das liberdades democráticas. Achavam que era uma bandeira burguesa que não levava à emancipação dos trabalhadores, a uma resolução dos seus problemas. Havia também o grupo que defendia a proposta de liberdades democráticas, mas via isso num processo de transição muito rápido, para afirmação de uma proposta própria dos trabalhadores, não aceitavam a idéia de uma frente democrática, ou viam a proposta da frente política como uma coisa mais estreita. Então esse debate todo teórico, extenso, ele me deixava bastante entusiasmado.

Na discussão sobre a luta democrática os estudantes retomavam o gosto e o hábito das acaloradas discussões políticas.

Mas no movimento estudantil se espelhava, com características próprias, o debate central das esquerdas naquele momento. A POLOP – que passou a ser chamada apenas de PO – era contra a luta democrática, por considerá-la reformista. Ficava, então, numa situação

afro-américa-latina

VERSUS

Um jornal
de aventuras,
idéias
reportagens
e cultura

15

Gr#15

Outubro 77

RACISTAS *trinta mil famílias de malas prontas* INVADEM A AMÉRICA DO SUL

FOTO
HISTÓRIA

O arquivo
queimado
da UNE

TORRIJOS



difícil no movimento estudantil: que bandeiras de luta levantar para que a massa tivesse o necessário aprendizado político? A PO concluía que levantar as bandeiras de luta econômica evitava a "diluição reformista". Denunciando a situação do "arrocho salarial", as pessoas seriam conscientizadas da necessidade de derrubar aquele sistema (não apenas o regime) e construir um mundo pautado pela igualdade. Essa proposição era então adaptada à realidade do meio universitário: o movimento estudantil deveria ser chamado a lutar contra a política educacional do governo, a "peg" – sendo por isso chamados de "peguistas". Estranho paradoxo do grupo que tinha as proposições políticas mais radicais e que se via, assim, impedido de levantar bandeiras de luta política!

O MEP (dissidência da PO), apesar de se alinhar a essa organização na crítica ao "Bloco das Liberdades Democráticas", tentava uma posição intermediária. Reconhecia a importância de "alguns" direitos democráticos, que seriam vitais para a organização e conscientização dos trabalhadores brasileiros – como as liberdades de organização, expressão e manifestação. Mas entendia que, para evitar a apropriação desses direitos pela oposição burguesa não comprometida com os interesses dos trabalhadores, deveria se explicitar "a quem" essas liberdades deveriam beneficiar. Assim, numa patente deturpação do direito democrático (que deve ser para todos), o MEP levantava a seguinte palavra de ordem: "liberdade de organização, expressão e manifestação para os trabalhadores."

Depois de um tempo, pressionados por um movimento estudantil que se reestruturava a partir das bandeiras políticas contra a ditadura, tanto a PO como o MEP recuaram de suas rígidas posições, que só permitiam a luta econômica e que consideravam a luta democrática uma luta reformista. A posição, novamente, se expressou na palavra de ordem. Em vez de "trabalhadores", ampliou-se o termo para "setores explorados" e, mais tarde, considerando que havia pessoas oprimidas pela ditadura mas não necessariamente exploradas pelo capital, a palavra de ordem passou a exigir "liberdade de organização, expressão e manifestação para todos os oprimidos e explorados". Não havia faixa em que ela coubesse inteira!

PRINCIPAIS TENDÊNCIAS POLÍTICAS QUE ATUAVAM NO MOVIMENTO ESTUDANTIL

Refazendo, tendência política ligada à APML, que dirigia o DCE da USP. Unidade, tendência que congregava os estudantes militantes ou simpatizantes do PCB em quase todo o país. Liberdade, tendência ligada à APML e a grupos independentes na Universidade Federal de Minas Gerais. Caminhando, tendência ligada ao PC do B. Viração: este nome foi adotado por duas forças políticas diferentes: na Bahia representava os estudantes do PC do B; no Rio, dirigiu vários diretórios da PUC e era ligada à APML. Na Bahia, a tendência ligada à APML chamava-se Novação. Alternativa era a tendência que reunia militantes do MEP e da POLOP. Liberdade e Luta – mais conhecida como Libelu – uma das correntes mais radicais da época, representava posições trotskistas.

A RETOMADA DAS LUTAS ESTUDANTIS

O ano de 1975 foi um marco importante na retomada das lutas estudantis pela dimensão do protesto social gerado pelo assassinato do jornalista – que também era professor da Escola de Comunicação da USP – Wladimir Herzog. Novamente na Catedral da Sé, D. Paulo Evaristo Arns celebrou a missa de sétimo dia, reunindo uma multidão que não coube dentro da igreja.

O movimento estudantil esquentava os motores. No final de 1975, os estudantes da USP fundaram o DCE. Geraldo Siqueira recorda em seu depoimento:

No final de 1975, o pessoal da Libelu queria fundar o DCE. A gente queria esperar mais um pouquinho, mas eles tinham razão, tinha que fundar o DCE, uma entidade da USP inteira e não mais aquela confederação de centros acadêmicos. Criamos o DCE. Ele não poderia existir pela lei porque ele era previsto com tantas regras de restrição que era quase um órgão do governo, então nós fundamos o DCE livre em assembléia geral, cinco mil estudantes pelos gramados. Fundamos o DCE e alguém, o Celsinho da Caminhando, sugeriu que o nome do DCE fosse Alexandre Vannuchi Leme e assim nasceu o DCE Livre da USP Alexandre Vanucchi Leme.

ESTUDANTES DE NOVO NAS RUAS

O ano de 1977 marcou, definitivamente, a retomada das lutas estudantis. O movimento voltou a realizar manifestações, saiu às ruas e deu os passos necessários para a reconstrução da UNE.

Nesse ano, um grupo de militantes de esquerda (do MEP e de grupos trotskistas) foi preso fazendo panfletagem no dia 1º de maio na região do ABC paulista. Entre eles, alguns eram estudantes. Poucos dias depois, em várias universidades do país, foram convocadas assembléias. A prisão dos militantes do MEP deu ensejo a que os estudantes se levantassem contra a tortura, contra as prisões ilegais, contra a incomunicabilidade dos presos. A luta contra a ditadura voltava a mobilizar estudantes universitários e secundaristas.

No Rio de Janeiro o movimento se concentrou na PUC, como lembra em seu depoimento Amâncio Paulino:

Porque a PUC dava uma proteção especial, por ser um *campus* controlado pela Igreja Católica, e porque tinha os diretórios. Ela tinha uma organização, os diretórios tinham sede. Tinha um mimeógrafo. Mimeógrafo, na época, era coisa de enorme valor. (...) Essa mínima organicidade da PUC atraiu o movimento para lá. E as primeiras grandes manifestações no Rio de Janeiro em protesto contra as prisões de São Paulo ocorreram na PUC. Eram aqueles pilotis repletos de estudantes.

Ficou famoso o ato público da PUC que contou com milhares de estudantes e entrou para a história como o "Ato Público dos 5.000". Nada comparável aos mitológicos cem mil da passeata de 1968, mas era a primeira vez, depois do AI-5, que tantos estudantes se reuniam para um ato político. Este ato realizou-se nos pilotis da PUC do Rio. Dirigindo a manifestação estava o estudante de história Aloísio Carvalho, presidente do DCE da PUC. Em torno dele, as principais lideranças estudantis cariocas, responsáveis pela retomada das lutas no Rio de Janeiro: Cunca Bocaiúva (também da História), Carlinhos Wagner e Luis Mariano (da Engenharia), Silvia Ramos (da Psicologia),

Rodrigo Belingró e Carlos Amaral (da Sociologia), Luis Antônio Carvalho (da Filosofia). No ar, em volta da universidade, circulavam helicópteros da polícia. Esta retomada política do movimento estudantil teve imediata influência na reorganização das entidades. Em seu depoimento, Amâncio relata esse processo:

Como irradiação daquele movimento, a UFRJ começou a se organizar. O primeiro centro acadêmico fundado na UFRJ foi o centro acadêmico da escola de comunicação. Foi no primeiro semestre, ainda no primeiro semestre de 1977. E aí vieram vários outros, em seguida. O da Medicina foi em outubro de 1977. Da Escola de Engenharia foi um pouco antes. E o DCE da UFRJ, ele foi refundado em 1978.

Em São Paulo, os protestos contra a prisão dos militantes do MEP levaram os estudantes novamente às ruas. Geraldinho se recorda com emoção dessa passeata:

Marcamos uma concentração no Largo de São Francisco, porque era centro da cidade, dia 5 de maio, e combinamos sair em passeata. Avisamos que a brincadeira ia ser mais pesada. Eu era o orador, era o cara que botava fogo. Saímos em passeata até a Praça da República. Nós pegamos a rua Libero Badaró e chovia papel picado das janelas, todo mundo se abraçando, chorando. Pegamos o Viaduto do Chá, quando chegou perto da Praça Ramos estourou a primeira bomba de gás, era a tropa do Erasmo Dias na área do Teatro Municipal. Alguém teve a idéia de sentar no chão, era uma demonstração de que não queríamos ir para a briga. Todo mundo sentou no chão e nós lemos a carta em coro. Com um megafone a gente lia e o pessoal repetia: "Não queremos mais heróis mutilados nem mortos. Não queremos..." E dali voltamos para o Largo de São Francisco.

A passeata do Viaduto do Chá marcou a retomada das ruas pelos estudantes. Na liderança do movimento estava o DCE da USP, com direção do grupo Refazendo. Na linha de frente da passeata, além de Geraldinho, estavam também outros membros da diretoria do DCE: a estudante de psicologia Vera Paiva, a Veroca, filha do deputado Rubens Paiva, que havia sido assassinado pela ditadura militar em 1971 (na verdade, dado como "desaparecido"; a família até hoje não conseguiu recuperar os restos mortais do deputado). Veroca hoje é psicóloga, desenvolve trabalho de atendimento a doentes ter-



LIVRE REPUBLICA

LIVRE A TODOS OS PRESOS

LIVRE A DIGNIDADE

LIVRE A TODOS OS PRESOS

M

minais, principalmente aidéticos. Estava também a estudante de Ciências Sociais, Laís Abramo, atualmente socióloga, consultora da OIT para a América Latina.

O ato seguinte foi marcar um Dia Nacional de Luta pelas Liberdades Democráticas: o dia 19 de junho. Nesse dia ocorreram manifestações estudantis em várias capitais, como lembra Geraldinho:

A USP estava na frente, mas queríamos o resto do país vindo e precisávamos de tempo. Então estabelecemos 19 de junho o Dia Nacional de Luta pelas Liberdades Democráticas. Aí, nós paramos na Medicina da USP e fomos cercados por tropas, uma turma na São Francisco, que era o destino final, foi reprimida lá. Mas aí chegava a notícia de manifestação em Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, PUC do Rio de Janeiro cercada por tropas. Eu lembro até que a Universidade de Coimbra, em Lisboa, estava com as aulas paradas em apoio ao Dia Nacional de Luta aqui.

Nessa fase o movimento estudantil produziu uma nova maneira de fazer manifestação política: em vez de passeatas, corridas; manifestações-relâmpagos que driblavam o esquema policial. Mas evitavam o confronto. A ordem era fazer manifestações pacíficas, correr, se fosse preciso, mas não entrar em confronto com a polícia. O intuito era mostrar que violenta e truculenta era a ação policial, não as manifestações estudantis. Ao mesmo tempo, o esquema de correr, dispersar e reagrupar em outro lugar deixava as tropas zonzas. É ainda Geraldinho quem conta:

Em 23 de agosto nós chegamos ao máximo da tecnologia desse tipo de manifestação. Marcamos no Largo do Paissandu, sabíamos que ia ser reprimida. No dia a tropa de choque ocupou tudo lá. Mas marcamos alternativamente cinco pontos da cidade de onde iriam sair cinco passeatas, meia hora antes, em direção ao Largo do Paissandu. De fato fizemos isso, sabíamos que não seria possível chegar ao Largo do Paissandu e marcamos um horário, antes de chegar daríamos um grito e iniciávamos uma passeata na direção contrária ao Largo. E deu tudo certo. Tinha tropa espalhada pela cidade inteira. Fizemos um esquema de telefones que ligávamos para perguntar qual esquina estava vazia, aí dispersávamos e reagrupávamos. Isso durou das cinco da tarde às dez da noite, a gente juntava e dispersava. Pipocou tanta manifestação no centro que tinha viatura da ROTA se batendo no meio da Ipiranga. Dez horas da noite fomos para o Gato Que Ri tomar um e depois fomos para a Casa do Politécnico e assistimos à tropa inteira voltando exausta para o quartel.

A trilha sonora do movimento estudantil nesse momento de retomada de lutas políticas era, essencialmente, Chico Buarque e Milton Nascimento. E, de todas elas, *O que será que será?*, a música que os dois cantavam juntos, é um dos marcos daquela época.

O que será que será?
Que andam suspirando pelas alcovas
Que andam sussurrando em versos e trovas
Que andam combinando no breu das tocas
Que anda nas cabeças, anda nas bocas
Que andam acendendo velas nos becos
Que estão falando alto pelos botecos
Que gritam nos mercados, que com certeza
Está na natureza, será que será
O que não tem certeza nem nunca terá
O que não tem conserto nem nunca terá
O que não tem tamanho...

TRÊS VEZES III ENE

O ano de 1977 foi marcante no processo de reconstrução da UNE. Na tentativa de reconstruir a entidade máxima dos estudantes, foram realizadas três versões do III ENE (Encontro Nacional de Estudantes): uma em Belo Horizonte, que não chegou a se realizar porque a polícia conseguiu impedir, prendendo quase todos os delegados estudantis; e duas em São Paulo: uma na USP e outra na PUC, que sofreu violenta repressão.

Em junho de 1977, os estudantes tentaram realizar o III ENE na Universidade Federal de Minas Gerais. Delegados estudantis do país inteiro foram para Belo Horizonte. Mas as tropas policiais impediram o acesso à cidade dos ônibus de caravana que vinham de outros estados. Estudantes também foram presos em paradas e rodoviárias. Clara Araújo, professora de Ciências Sociais da UERJ, na época era estudante da Universidade Federal da Bahia e foi como delegada ao encontro.

Eu fui como delegada, mas acabei não participando, porque os estudantes foram presos. (...) Quando chegamos perto de Belo Horizonte, o ônibus foi parado numa barreira policial. Fomos interrogados, assim como todas as outras pessoas que vinham de tudo que é lugar do Brasil. Nós não tínhamos advogado, e eles [os policiais] tentavam nos fazer cair em contradição. (...) Essa foi minha primeira experiência com a repressão, digamos. Eu só estava na faculdade há três meses. (...) Eles nos mantiveram três dias presos em Belo Horizonte. Mas foi uma situação muito difícil. Como vinha chegando cada vez mais gente, houve um momento em que nós não tínhamos como nos sentar na cela.

O Exército cercou o local onde se realizaria o encontro – o Diretório Acadêmico de Medicina. Quem estava lá dentro não podia sair e os estudantes que, de alguma forma, tinham conseguido driblar a vigilância das rodoviárias e chegar a Belo Horizonte não podiam entrar e se aglomeravam na frente do Diretório. A uma certa altura a tropa de choque investiu contra eles. Estudantes de outros estados – muitos dos quais não conheciam a geografia da cidade – dispersavam-se, correndo a esmo pelas ruas da capital mineira. A polícia fez mais de 400 prisões naquele dia. O encontro não foi realizado.

Os estudantes então marcaram o III ENE para setembro, na USP. No dia marcado para o encontro, o coronel Erasmo Dias, Secretário de Segurança Pública de São Paulo,

ocupou a Cidade Universitária, declarou a USP “em recesso” e colocou policiais em locais estratégicos nas vias de acesso à universidade. De novo, o mesmo cerco que se estabelecera nas rodoviárias para deter os delegados de outros estados se repetiu em São Paulo. Vários estudantes, então, se reuniram na Faculdade de Medicina, que fica fora da cidade universitária, para discutir como realizar o encontro com a USP fechada pela polícia e os postos rodoviários vigiados. Um novo cerco policial foi feito em torno da Faculdade de Medicina e os estudantes foram presos. Mas foram libertados logo depois, porque o coronel Erasmo, satisfeito, achou que tinha impedido a realização do III ENE.

Mas um esquema alternativo clandestino foi montado. Vários estudantes conseguiram se reunir na PUC-SP e decidiram fazer um congresso rápido, concentrado, com um único ponto de pauta. Laís Abramo, na época diretora do DCE da USP, relata esse episódio numa página especial da Fundação Perseu Abramo: “Noite de Violência: A invasão da PUC-SP”.

Decidimos que deveríamos nos ater ao fundamental. Deixar de lado por um momento as teses, contrateses, discussões e mais discussões sobre o caráter da política educacional do governo, o caráter da conjuntura pela qual estávamos passando ou da luta democrática na qual todos estávamos envolvidos. Resolvemos deixar tudo isso de lado, por um momento, e nos unir em torno do que era realmente fundamental: avançar na reorganização do movimento estudantil em nível nacional, avançar na reconstrução da UNE, nossa entidade nacional destruída pela ditadura quase uma década antes.

A estratégia empregada pelos estudantes foi engenhosa. Enquanto era realizada, num auditório da PUC, uma assembléia metropolitana de estudantes para decidir medidas de protesto ao cerco policial da USP, os delegados de outros estados e representantes de entidades estudantis paulistas realizavam, clandestinamente, numa sala de aula, o III ENE.

Sentados como alunos em uma das salas de aula do segundo andar do Prédio Novo, com um companheiro da Universidade Federal do Rio Grande do Sul à nossa frente, fingindo-se de professor (para que quem passasse pelos corredores – e eles estavam cheios de “tiras” – pensasse que se tratava simplesmente de uma aula qualquer), rapidamente chegamos a um consenso e rapidamente concretizamos nossas esperanças de avançar na reorganização do nosso movimento, criando a Comissão pró-UNE. Depois disso – o III ENE em si,

realizado nessas circunstâncias, não durou mais de uma hora – saímos apressadamente dali. Havíamos conseguido driblar as forças policiais que nos perseguiram desde junho em Belo Horizonte, a sanha feroz do coronel Erasmo Dias, que, em várias ocasiões, havia esbravejado, declarado, prometido, jurado e reiterado, impedir a realização do III ENE.

A sensação foi de vitória. Tanto que os estudantes marcaram uma comemoração da realização do Encontro para o mesmo dia às 21 horas.

Nesse clima de festa, não imaginávamos as terríveis conseqüências que a nossa façanha teria, nessa mesma noite, algumas horas mais tarde, quando se concretizou a invasão da PUC.

Quando foi divulgada, pelo rádio, a notícia da realização bem-sucedida do III ENE, o coronel Erasmo Dias se sentiu pessoalmente atingido. Sua resposta foi a invasão da PUC: a universidade foi depredada, portas foram derrubadas, vidros quebrados, a biblioteca foi invadida e vários livros foram destruídos, houve pânico e tumulto, inúmeros estudantes foram feridos, pisoteados, espancados pela polícia, sufocados pela fumaça das bombas e duas alunas sofreram queimaduras no corpo provocadas pelas bombas lançadas pelos policiais. Era o dia 22 de setembro de 1977: dia de vitória pela criação da Comissão Pró-UNE. Dia de luto pela invasão da PUC de São Paulo.

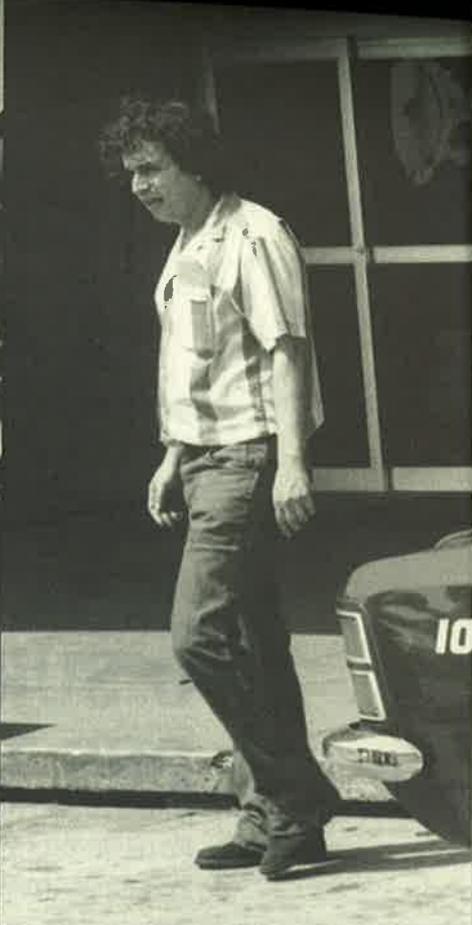
SOPRAM OS VENTOS DA REDEMOCRATIZAÇÃO. A CAMPANHA PELA ANISTIA

O movimento estudantil havia retomado seu papel de ator político a partir da prisão de militantes do MEP. A luta política voltava a empolgar os estudantes. E, de todas as bandeiras políticas que o movimento levantou, a que realmente mobilizou os estudantes foi a campanha pela “anistia ampla, geral e irrestrita”.

Entre 1978 e 1979 aprofundava-se o fosso entre a ditadura militar e a sociedade brasileira. Mesmo aquela parcela da sociedade que apoiara o regime militar ou que permanecera omissa frente a seus abusos – seja por convivência ideológica, seja por satisfação com os ganhos materiais produzidos pelo milagre econômico, seja simplesmente por medo do regime – agora distanciava-se claramente do governo militar.

No final da década de 1970 a campanha pela anistia foi a bandeira que congregou diferentes setores da sociedade e diferentes forças políticas, concretizando a proposta de uma frente democrática contra a ditadura. O movimento estudantil participou dessa frente e atuou no Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), o principal órgão de luta pela anistia, criado pelo movimento popular.

A Lei da Anistia, sancionada em agosto de 1979, não previa a anistia ampla, geral e irrestrita reivindicada pelo CBA. Preconizava também uma estranha idéia de “anistia recíproca” que, de certa forma, impedia a punição dos torturadores. Com o passar do tempo, o alcance da lei foi sendo ampliado por medidas complementares, mas ainda não chegou ao formato amplo que o CBA levantava. Apesar disso, a anistia propiciou a volta de inúmeros militantes ao país – gente que estava no exílio, na clandestinidade, na prisão – que retornava para a vida pública. Os que vinham do exterior eram recebidos com festa no aeroporto do Galeão. Em setembro retornaram Leonel Brizola, Miguel Arraes, Gregório Bezerra. Em outubro, Luís Carlos Prestes.



O VERÃO DA ANISTIA

Os meses do verão de dezembro de 1979 e janeiro e fevereiro de 1980 foram meses de festa no país. Especialmente no Rio de Janeiro. Nos meses anteriores um número grande de exilados, banidos, foragidos, prisioneiros voltara ao convívio da sociedade. Os exilados que voltavam, sobretudo da Europa, traziam idéias novas sobre política e novos comportamentos. Realizavam-se festas no Clube do Samba. A música de Chico, *Apesar de você*, era cantada com prazer e gosto de vitória. O Posto 9 de Ipanema foi um dos *points* do Verão da Anistia. Foi lá que o jornalista Fernando Gabeira, recém-chegado ao país por conta da anistia, apareceu com uma sunga de crochê, falando sobre a “política do corpo”.

O SURGIMENTO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion, em São Paulo, foi lançado, oficialmente, o Partido dos Trabalhadores, que reunia diferentes expressões da luta contra a ditadura militar: os sindicalistas do ABC paulista, os setores progressistas da Igreja, ligados às pastorais e às comunidades de base, os representantes dos movimentos populares que tinham crescido, nos últimos anos, no combate à ditadura militar (incluindo a forte presença de militantes estudantis) e as lideranças das esquerdas que retornavam do exílio e voltavam da clandestinidade. O novo partido, nascido das lutas sindicais e das greves dos operários do ABC paulista suscitou um vivo debate no interior das esquerdas. Que partido era aquele? Era “o partido de novo tipo” sonhado por alguns setores da esquerda? Era um partido “obreirista”? Qual poderia ser a relação desse partido com as esquerdas existentes? A discussão, travada no interior dos partidos e organizações de esquerda, mais uma vez transbordou para as tendências do movimento estudantil. O PCB declarou que o PT dava as costas para a tradição nacional e internacional da esquerda; as organizações da esquerda dissidente aderiram ao novo partido acreditando que ele poderia ser o partido de massa, socialista e popular que elas desejavam. Entre estas esquerdas e o PT houve, desde o início, profunda identidade.

A RECONSTRUÇÃO DA UNE

Depois do III ENE que criou a Comissão Nacional Pró-UNE, o próximo passo do movimento estudantil foi realizar um congresso para, efetivamente, reconstruir a União Nacional dos Estudantes. O que foi feito em maio de 1979, em Salvador. Marcando a continuidade da entidade, o congresso foi anunciado como o XXXI Congresso da UNE.

Ruy César – atualmente presidente da Rede Cultural do Mercosul – era um estudante de comunicação da Universidade Federal da Bahia que, apesar de ser independente em relação às tendências políticas estudantis, acabara de ser eleito presidente do DCE da UFBA. Era, como ele próprio se considerava na época, da “periferia”, isto é, não era vinculado a nenhuma organização política. Ruy lembra em seu depoimento:

Quando fui eleito, no dia da posse, recebi a notícia de que a Comissão Pró-UNE havia indicado a Bahia para sediar o próximo congresso. Aí foi um conflito muito grande, porque nós tínhamos a história de todas as tentativas anteriores, fortemente reprimidas. O general João Batista Figueiredo era o presidente nomeado, e o Ministro da Justiça chamava-se Abi Ackel, na época. Em vigência, o AI-5 e o 477 – e lá vou eu. Quem recebia, organizava o congresso, então, era eu. Eu era o responsável. Até aquele momento eu não havia participado da direção de nada. Eu fazia farra, eu era da “periferia” e fazia arte. Pensei: Que negócio é esse?

A primeira preocupação de Ruy foi o local onde se realizaria o congresso. Na universidade não havia espaço, seu maior auditório era o da Escola de Direito, onde cabiam no máximo 400 pessoas. E a expectativa era de receber entre seis a oito mil pessoas. Ruy César teve, então, a inusitada idéia de solicitar o espaço ao governador da Bahia – ninguém menos do que Antônio Carlos Magalhães.

Todos foram completamente contra essa experiência “tresloucada” e maluca que eu resolvi empreender. Lembro que eu comprei umas fichas, fui a um telefone público e liguei para a governadoria. Pedi para falar com o governador, que gostaria de uma entrevista com ele. Perguntaram quem eu era. Respondi que era estudante, o presidente do DCE, e gostaria de falar com o governador Antônio Carlos Magalhães. A voz do outro lado perguntou o assunto. Respondi que queríamos fazer o congresso de reconstrução da UNE em Salvador e que



eu precisava de um espaço – eu queria o Balbininho ou o Centro de Convenções. Argumentei que nós não tínhamos espaço na universidade e que eu precisava falar com o governador.

Cerca de 15 dias depois, Ruy teve uma entrevista com Antônio Carlos Magalhães. A direção do movimento estudantil a princípio foi contra; não queria negociar com um governador nomeado pela ditadura.

Mas Antônio Carlos Magalhães nos cedeu o Centro de Convenções da Bahia, que foi inaugurado com o congresso da UNE.

Criou-se um impasse porque o governador da Bahia cedeu o espaço, mas o Ministro da Justiça proibiu o evento. O governador Antônio Carlos manteve a promessa de ceder o Centro de Convenções de Salvador e garantir a realização do congresso apesar da proibição federal.

No país inteiro os estudantes começaram a escolher os delegados para o congresso de refundação da UNE. Ruy César percorreu diversas universidades do país divulgando o congresso e mobilizando os estudantes.

Então, eu comecei a viajar de ônibus por todos os estados para estimular a ida de representantes. Foi um esforço muito grande tirar delegados, porque em alguns lugares a universidade proibia, e os delegados acabaram sendo tirados em apartamentos. Foi uma coisa muito difícil, mas, no final, recebemos a notícia de que viriam cinco mil delegados ao congresso e mais um tanto de participantes. Os delegados eram tirados por escola e teriam direito a voto. A gente fez crachás para todo mundo.

E em Salvador os estudantes da UFBA começaram a organizar a logística do congresso. O primeiro problema era a hospedagem. Como garantir a hospedagem para mais de cinco mil estudantes?

Fizemos uma campanha junto à população da cidade e conseguimos todos os alojamentos em casas de família. As famílias fizeram filas na porta do MDB para se cadastrar. Houve uma experiência inusitada. Na véspera, nós resolvemos anunciar para a cidade que o congresso da UNE se realizaria em Salvador e fizemos uma maluquice, que foi tomar o alto-falante do Estádio da Fonte

Nova, durante um jogo do Bahia, e falar para 80 mil pessoas. A gente invadiu a sala, segurou o cara, e eu peguei o microfone e falei para a Fonte Nova. Enquanto isso, alguém passava com uma faixa, no meio do estádio, anunciando o congresso.

O Congresso de Reconstrução da UNE teve alguns momentos marcantes. O primeiro deles foi a aprovação da Carta de Princípios da UNE, como lembra Ruy César:

Havia umas 15 cartas de princípios diferentes e era impossível unificar aquilo. Então, propus à plenária que ela me desse dez minutos. Durante esses dez minutos, uma outra pessoa de Pernambuco assumiria a mesa, para que eu pudesse juntar o que fosse consenso em todas as cartas e apresentasse à plenária. As lideranças estudantis, ligadas às tendências, foram contra. Porque cada tendência queria que o seu princípio fosse o princípio da UNE. Mas aí, novamente, eu coloquei em votação, e 80% da plenária foi a favor. Peguei todas as cartas de princípios, peguei um princípio de cada carta – aqueles que eram mais consensuais – e fiz a Carta de Princípios da UNE, que foi aprovada. Mas as lideranças queriam me matar.

Um outro momento importante – e desta vez, perigoso – foi quando houve um atentado com bombas que deixou o salão do Centro de Convenções às escuras.

Lançaram algumas bombas com pó químico, e todas as luzes se apagaram. Caiu a força elétrica, e muita gente, inclusive eu mesmo, na hora em que a bomba explodia, olhava para cima, e a bomba caía nos olhos. Fiquei numa situação muito difícil, lacrimejando, olho vermelho, quase sem enxergar. Mas eu não podia sair dali naquela hora. Sem energia elétrica e sem microfone, resolvi organizar um coro de 100 pessoas. Pedi a elas que repetissem, palavra por palavra, o que eu ia dizer. Então, a gente falava assim: “Pessoal...” E todo mundo: “Pessoal...” “Vamos ficar calmos, ninguém vai levantar do seu lugar.” Era um jogral, era interessante. Aí, nós fomos orientando e pedindo, primeiro, que os cineastas dessem alguma luz com as baterias. Depois, quem tinha carro na periferia acendia os faróis e iluminava a plenária. Então, essas luzes lançadas sobre a plenária começaram também a lançar um pouco de luz sobre que unidade aquela turma reunida ali poderia conquistar naquele congresso. As pessoas faziam manobras com automóveis e acendiam os faróis. Foi um

momento longo, demorou cerca de 30 a 40 minutos, até a gente conseguir funcionar. Havia também a preocupação com o tempo de duração das baterias dos carros. A equipe de seguranças tentava reparar a luz. A essa altura, a gente já tinha do nosso lado todos os técnicos e toda a equipe de segurança do Centro de Convenções. Eles trabalharam duramente. Cerca de uma hora e meia depois, a luz voltou. Foi quando eu consegui lavar os olhos num posto médico que nós montamos. Naquele momento a gente conquistou a unidade da plenária. Não havia mais briga entre os participantes, os militantes, as tendências. Naquele momento, a gente sentiu que a vitória estava próxima e que a gente ia conseguir sair dali com a UNE reorganizada.

No dia 29 de maio de 1979, através de votação formal, a UNE foi reconstruída. O congresso decidiu também realizar eleições diretas para a nova diretoria da entidade. Tirou-se uma diretoria provisória para encaminhar o processo eleitoral. As eleições se realizaram em outubro. Ruy César foi candidato a presidente da coligação que envolveu o MR-8, a APML e o PC do B. Foi a chapa vitoriosa.

Nós tivemos urnas espalhadas por muitas universidades. Algumas universidades proibiram as urnas, e nós ficamos com as urnas na mão na porta da faculdade, na rua, e os estudantes votavam. A apuração foi manual em todo o Brasil, do Acre ao Rio Grande do Sul, em universidades públicas e privadas, a imprensa acompanhando. Quinze dias depois, a gente conseguiu dar o resultado. A revista *Veja* publicou uma matéria com uma foto minha na capa; a *Isto É* também deu matéria de capa; o *Jornal do Brasil*, idem. Então, a UNE estava de volta às capas das revistas e dos jornais brasileiros.

No final do ano de 1979 a UNE estava reconstruída e tinha uma diretoria eleita pelo voto direto em todo o país. Ruy César foi o primeiro presidente da UNE reconstruída.

A DEMOLIÇÃO DO PRÉDIO DA UNE

Paradoxalmente, no mesmo período em que a UNE era reconstruída politicamente, sua sede histórica – o prédio da Praia do Flamengo, no Rio de Janeiro – foi fisicamente demolida. Exatamente porque representava, usando a expressão do historiador francês Pierre Nora, um lugar de memória para o movimento estudantil; um símbolo de sua força política e de sua importância histórica. Ao que parece, a intenção das autoridades era, exatamente, esta: retirar do movimento que se reconstruía o patrimônio cultural, o edifício histórico que representava a sua memória. E que ligava o movimento estudantil do final da década de 1970 às lutas dos anos 1950 e 1960.

Na época, o antigo prédio da UNE estava sediando cursos de teatro da universidade UNIRIO. A diretoria da UNE, Ruy César à frente, fez uma visita ao prédio. No dia seguinte a essa visita, chegou à reitoria da UNIRIO um laudo de engenheiros da prefeitura declarando que o prédio estava condenado e que devia ser esvaziado naquele mesmo dia. Em seu depoimento, Ruy César dá uma boa mostra da irracionalidade e da violência que produziu a derrubada do prédio da UNE:

Então, os estudantes foram arrancados das carteiras. De repente, tinha um bando de estudantes e professores no meio da rua, olhando para um prédio vazio. Todos foram retirados rapidamente. A Associação dos Engenheiros do Rio de Janeiro disse que não havia nenhum problema com o prédio. Eles queriam fazer um outro laudo, mas nem a polícia, nem a Prefeitura deixaram a Associação entrar para fazer o outro laudo, e a gente começou a organizar manifestações. A imprensa começou a divulgar que a Prefeitura demoliria o prédio imediatamente e a situação ficou bastante difícil. Nós começamos a organizar um conjunto de forças no Rio de Janeiro e a polícia cercou o prédio com batalhões. Acho que havia quase três mil soldados na porta do prédio, fechando o prédio para que a gente não conseguisse acessar. E nós do outro lado, em frente, na Praia do Flamengo, com também outros três mil estudantes e parlamentares. Nós vivemos uns cinco dias de confronto, em frente a esse prédio, observando-os colocar as bombas para a implosão, tentando invadir. Fizemos várias tentativas de romper o cerco policial. O máximo que conseguimos foi pendurar uma bandeira numa sacada. Alguém me levantou, eu



E VOILTA

UNIAO NA
DOS EST

subi na sacada, e um guarda me puxou pelos pés. Nós fizemos uma batalha campal em frente à Praia do Flamengo. A deputada Heloneida Studart foi jogada da pista para o aterro, lá embaixo – acho que são uns quatro metros. Eles a pegaram pela cabeça e pelos pés e a jogaram na rua, de onde ela saiu toda ferida. Ela já era uma senhora. Raimundo de Oliveira teve o braço quebrado. Ele era deputado. Teve muita gente ensangüentada e que saiu perseguida pela polícia. Fomos parar na ABI (Associação Brasileira de Imprensa) onde o presidente Barbosa Lima Sobrinho manifestou apoio. No dia seguinte, conseguimos dobrar o número de pessoas em frente ao prédio. Mas foi um episódio bastante frustrante, porque nós assistimos ao prédio cair. Eles implodiram o prédio na nossa frente. Na frente do prédio se travava uma verdadeira batalha, brutal. Policiais e estudantes brigando. Toda hora vinha um choque, jogavam bomba. Já havia um desejo de confronto. Nós estávamos desesperados. A gente queria invadir aquele prédio de qualquer jeito. O prédio desabou, toda a frente e o miolo, e ficaram aparentes somente o fundo e a abóbada do teatro. Foi um episódio extremamente doloroso. Acho que foi uma agressão à história do Brasil, um atestado de ignorância não só dos militares, mas também dos dirigentes do governo e da Prefeitura do Rio de Janeiro.

Aldo Rebelo, que durante a legislatura 2002-2006 foi presidente da Câmara dos Deputados, naquele ano era um estudante alagoano, já militante do PC do B e secretário-geral dessa primeira diretoria da UNE. Em seu depoimento, também relembra o episódio:

Havia uma determinação do governo em demolir aquele prédio porque eles achavam que nós íamos tomá-lo, o que era de fato o nosso plano, entrar ali, ocupar e criar um fato consumado. Acho que o governo percebeu que aquilo tinha uma simbologia, porque o que ficou na imagem do golpe militar foi exatamente o assalto ao prédio da UNE. Aquilo ali calou fundo. E nós queríamos a volta dos estudantes retomando o prédio da UNE, por isso mandaram demolir. Eu sei que houve um juiz muito corajoso que deu uma sentença mandando sustar a demolição do prédio, acho que tinha o sobrenome de Aarão Reis, e o exército não cumpriu a ordem. E ele subiu no prédio de revólver em punho para fazer os operários descerem e pararem com a obra de demolição. Nós fizemos manifestações, reunimos milhares de estudantes na Praia do Flamengo, sofremos uma repressão brutal dos policiais. Mas a polícia cercou o local e garantiu a demolição do prédio.

Em junho de 1980 o prédio da UNE foi posto abaixo. No mesmo ano, em outubro, a UNE realizou seu 32º Congresso em Piracicaba (SP), que elegeu Aldo Rebelo como presidente e iniciou um longo processo de recuperação do terreno e do prédio demolido.

Apesar da perda de sua sede histórica, a UNE estava definitivamente reconstruída e seguiu realizando seus congressos e elegendo seus presidentes.

A UNE INTERNACIONALISTA

Uma das primeiras campanhas desenvolvidas pela UNE foi a defesa de seu presidente, Javier Alfaia, eleito no 33º Congresso, realizado em Cabo Frio em 1981. Javier Alfaia, eleito em 2006 deputado estadual na Bahia, na época era estudante de arquitetura da UFBA. Sua condição de filho de imigrantes espanhóis serviu de pretexto para a ditadura tentar golpear a UNE. Como a legislação brasileira proibia a participação de estrangeiros na política, o Ministério da Justiça abriu inquérito para cassar o seu visto de permanência e expulsá-lo do país. Javier já tinha solicitado duas vezes a naturalização, mas os pedidos haviam sido negados. Em dezembro de 1981, os estudantes começaram uma grande campanha contra a expulsão do presidente da UNE, com o slogan "Javier é brasileiro".

Em seu depoimento, Javier se lembra de uma tira de quadrinhos, feita por um aluno da UnB que fazia uma sátira ao episódio:

Ele fez uma tirinha que era assim: "Pode o Presidente da Volks? Pode. Pode o Presidente da Mercedes? Pode. Pode o Presidente da Gessy Lever? Pode. Pode o Presidente da UNE? Não." Tudo quanto era dirigente de multinacional podia dar opinião sobre política econômica no país, se meter nos assuntos internos do Brasil, qualquer gerente de Mercedes Benz, alemão ou dirigente americano de qualquer empresa transnacional, vinda dos Estados Unidos, podia dar opinião sobre assuntos brasileiros, mas o Presidente da UNE, não.

Javier Alfaia não foi expulso, mas com o inquérito administrativo que se abriu contra ele, seus movimentos foram bastante cerceados. No entanto, a luta que os estudantes travaram para que ele permanecesse no Brasil deu à entidade uma dimensão internacionalista, uma opção pela política distante das fronteiras nacionais.



OS ESTUDANTES REPUDIAM O DECRETO DA DITADURA
A UNE SOMOS NÓS! A UNE É N



**Indesejável
é o governo!**

**A expulsão
de Javier
não passará!**



A UNE somos nós.

A UNE FEMINISTA

No Congresso de 1982 a UNE elegeu, pela primeira vez, uma mulher como presidente: Clara Araújo, estudante baiana que já havia participado da tentativa de realização do III ENE em Belo Horizonte. Clara também já havia participado de duas gestões do DCE da UFBA, uma delas tinha proeminência de mulheres.

Uma das gestões foi muito interessante porque a presidente era uma mulher, a hoje deputada estadual Lídice da Mata, do PSB da Bahia. Havia também a Alice Portugal, que veio a ser deputada federal pelo PC do B, e eu. Era um DCE muito atuante, ativo, e tinha aquela coisa das mulheres... Nós éramos conhecidas como “as meninas do DCE”.

Clara conta, em seu depoimento, que o fato de uma mulher ser eleita para a direção da UNE ainda causava estranheza e era até ousado politicamente.

Eu me lembro que as forças que se opunham à minha corrente tentavam me descaracterizar ou me desqualificar, puxando exatamente palavras de ordem, relacionadas com o fato de eu ser mulher. Algo assim: “Clarinha bonitinha.” Ao mesmo tempo que havia uma repercussão positiva, essa questão ainda era vista com muita desconfiança.

Mas Clara foi eleita – o que pode ser visto também como uma vitória feminista.

DIRETAS JÁ!

Em novembro de 1979, o então Presidente da República, general João Batista de Oliveira Figueiredo, extinguiu o bipartidarismo. A partir de 1980 a configuração política mudou bastante, ficando marcada pela pluralidade partidária. A reforma partidária de 1979 teve por objetivo pulverizar a oposição que se concentrara, ao longo da ditadura, no MDB. Permitindo a criação de novos partidos, o regime quebrava esta unidade da oposição e enfraquecia o MDB. No início dos anos 1980, o Brasil tinha cinco novos partidos políticos: o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro, antigo MDB), o PDS (Partido Democrático Social, o partido do governo), o PDT (Partido Democrático Trabalhista), o Partido Trabalhista Brasileiro e, criado um pouco mais tarde, o Partido dos Trabalhadores. O PDT e o PTB disputavam a sigla e a herança de Vargas. Após o retorno do exílio, dois parlamentares cassados, ligados ao antigo PTB, disputaram o nome do partido: Leonel Brizola e Ivete Vargas. Ivete ganhou na justiça o direito de usar o nome e a sigla histórica. Com isso, Brizola criou o Partido Democrático Trabalhista e esforçou-se para levar para a nova sigla o conteúdo simbólico do trabalhismo.

Nessa nova conjuntura, a grande campanha política que mobilizou os estudantes e toda a sociedade foi a campanha pelas eleições diretas para a Presidência da República: as "Diretas já!". A campanha animou enormes comícios e manifestações em várias capitais. O Comício das Diretas no Rio de Janeiro, em frente à Igreja da Candelária, registrou um milhão de pessoas cantando emocionadas o Hino Nacional. Apesar disso, a Emenda Dante de Oliveira, que propunha a realização imediata de eleições diretas para a sucessão de Figueiredo, foi derrotada no Congresso Nacional, em abril de 1984.

Os estudantes participaram de todas as manifestações e comícios pelas eleições diretas em todo o país. Renildo Calheiros, deputado federal pelo PC do B em várias legislaturas, foi eleito presidente da UNE em 1984. Em seu depoimento ele fala da atuação estudantil na campanha das diretas:

A primeira iniciativa importante foi puxada pelo governador de Goiás, Iris Rezende, num ato feito na cidade de Goiânia que contou com a participação dos estudantes, mas também da população de Goiás. Daí em diante esse movimento foi crescendo muito. Ganhou a participação da OAB, ABI, UNE, as centrais sindicais também. Mas esse movimento ganhou muito mais força quando várias personalidades da política entraram na campanha. Quando Franco Montoro, Brizola

e pessoas importantes assim entraram na campanha. Isso ajudou a dar uma divulgação e uma estrutura que o movimento estudantil não tinha, houve um casamento perfeito. Lembro que num dos atos que fizemos em São Paulo, o governador Franco Montoro chegou a liberar as catracas do Metrô, uma maneira de incentivar para que o ato fosse muito grande na cidade.

Com a derrota da Emenda Dante de Oliveira, os partidos políticos recém-criados encaminharam uma outra solução. A opção escolhida foi a realização de uma eleição indireta, por um Colégio Eleitoral composto por parlamentares. Os partidos políticos deveriam apresentar seus candidatos e o Colégio Eleitoral escolheria o novo Presidente da República. O Partido dos Trabalhadores não quis participar dessa solução negociada, nem aceitou a eleição indireta.

A negociação política que prevaleceu se expressou na chapa que marcava a aliança entre o PMDB e a Frente Liberal, dissidência do PDS, que escolheu Paulo Maluf em detrimento do candidato Mário Andreazza, candidato de Figueiredo. A chapa era composta por Tancredo Neves e José Sarney. O recém-criado Partido da Frente Liberal (PFL) agrupava outra dissidência do PDS que se recusara a apoiar o nome de Maluf, político paulista de extrema direita, que estava sendo proposto pela ditadura para integrar a chapa da Presidência da República.

A chapa Tancredo-Sarney, lançada pela aliança entre o PMDB e o PFL era, portanto, a exata expressão da negociação entre as elites políticas da época: de um lado excluía-se a saída mais democrática que seria a realização imediata das eleições diretas; de outro, excluía-se também a extrema direita representada pelo candidato do PDS e da ditadura, o deputado Paulo Maluf.

A UNE iniciou nesse momento uma intensa discussão sobre essa questão: apoiar ou não a candidatura de Tancredo Neves. Renildo Calheiros lembra em seu depoimento:

Tinha uma corrente que era a "Só Diretas" e que não ia ao Colégio Eleitoral de jeito nenhum. Tinha uma outra corrente que achava que deveria ir e tinha uma terceira que achava que, se conseguíssemos mobilizar a sociedade brasileira e colocar na rua o mesmo que colocamos pela campanha das diretas, iríamos conseguir derrotar o candidato da ditadura. Esse seria um caminho concreto para encerrarmos ali esse momento político no Brasil. Para nós foi isso que acabou prevalecendo.

basta!



A UNE decidiu então apoiar a candidatura de Tancredo Neves – decisão polêmica que não foi unânime entre as “tendências” políticas do movimento estudantil.

A chapa Tancredo-Sarney foi eleita no Congresso em janeiro de 1985 com grande vantagem. O PT não quis participar, denunciou o processo como farsa e puniu com a expulsão seus parlamentares que votaram favoravelmente na chapa de Tancredo Neves.

Apesar do caráter moderado, centrista e elitista da solução negociada, a eleição de Tancredo tinha uma simbologia política importante. Tancredo era identificado com a herança getulista. Havia sido Ministro da Justiça de Getúlio em 1954 e primeiro-ministro do presidente João Goulart. Apesar de seu perfil moderado e conciliador, sua indicação para a Presidência da República tinha um certo gosto de retorno à democracia do pré-64. Um gostinho de revanche que o acaso negou à oposição e à sociedade brasileira: Tancredo adoeceu e morreu antes de ser empossado. Seu vice, José Sarney, político de tradição conservadora, da linhagem da extinta Arena, assumiu a Presidência da República do Brasil. O presidente Sarney tomou posse no dia 15 de março de 1985. Dois meses depois, o Congresso Nacional restabeleceu as eleições diretas, aprovou o voto para os analfabetos e legalizou os partidos comunistas.

O FIM DA DITADURA MILITAR

O ano de 1985 marcou o fim do ciclo da ditadura militar brasileira. Esse fim foi o resultado dinâmico de um confronto político: de um lado o projeto de liberalização idealizado pelo próprio regime (pelos militares e pelos setores sociais que o apoiavam); e de outro a pressão do movimento popular que reivindicava liberdades democráticas e a restauração plena do estado de direito.

Com a derrota da Emenda Dante de Oliveira, a opção pelo fim negociado da ditadura e a morte de Tancredo Neves, o reingresso do país na via democrática foi marcado pela negociação e pela frustração.

No entanto, não se pode negar que o fim da ditadura consagrava avanços significativos em várias áreas – sobretudo no campo dos direitos políticos.

Mas a nova democracia que se iniciava em 1985 enfrentaria novos e graves problemas.

VIDA COTIDIANA

Na lembrança de muitos estudantes da segunda metade dos anos 1970, a vida do dia-a-dia tinha um estilo que misturava um pouco de militância política, um pouco do espírito hippie, um pouco de cultura popular e um pouco de América Latina. Nessa época, a literatura e a música latino-americana entraram no país: lia-se Gabriel García Márquez, Cortázar e *As veias abertas da América Latina*, de Eduardo Galeano; Mercedes Sosa se apresentava em *shows* com Milton Nascimento. Os estudantes, de mochila nas costas, descobriam um Brasil de regiões belíssimas e, na época, pouco conhecidas: Trancoso, Caraíva, Canoa Quebrada, Visconde de Mauá, Lumiar.

Muitos estudantes viviam em “repúblicas”. As comunidades estudantis dos anos 1970 tinham uma decoração padrão: almofadas indianas pelo chão, pôster de Che Guevara, tapete de sisal, estante de livros feita com tijolos e tábuas superpostas, uma rede e, inevitavelmente, um garrafão de vinho transformado em abajur.

REFERÊNCIAS TEÓRICAS E CULTURAIS IMPORTANTES DOS ANOS 70

Para os estudantes marxistas que se nutriam do debate teórico no interior das organizações e partidos de esquerda, o período foi marcado pela leitura e discussão de dois autores marxistas que, de certa forma, representam a antítese um do outro: Althusser e Gramsci.

Na outra ponta do debate teórico, um outro grupo de estudantes e de intelectuais fazia uma discussão de novos paradigmas: contra uma visão "totalizante" do real, pela valorização de discursos "fragmentários". A universidade brasileira tomava contato com as teorias de Foucault, Deleuze e Guattari.

No Brasil, a sociologia paulista ganhava projeção com suas teorias para explicar o país, o golpe, a dependência, o imperialismo: Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, Otávio Ianni, Francisco Weffort. Um intelectual pouco acadêmico influenciou os meios políticos de esquerda da época: Ruy Mauro Marini.

Um grupo de teatro lançou-se no cenário artístico carioca na segunda metade dos anos 1970, criando um novo tipo de teatro de humor: Asdrúbal Trouxe o Trombone. A peça *Trate-me Leão* era uma sátira mordaz e ao mesmo tempo engraçadíssima da geração dos anos 1970.

BREVE PANORAMA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL – III: PANORAMA DO ENSINO UNIVERSITÁRIO NOS ÚLTIMOS 20 ANOS

Se nos anos 1970 foram criadas universidades federais em praticamente todos os estados do país, nas últimas décadas o Brasil viu crescer uma ampla rede de Programas de Pós-Graduação.

Há vinte anos, um pesquisador que quisesse fazer um doutorado era obrigado a sair do país, rumo à Europa ou aos Estados Unidos. Hoje, em quase todas as universidades estaduais e federais existe curso de mestrado. Nas universidades maiores (sobretudo no Rio e em São Paulo) existem diversos cursos de doutorado que são procurados por estudantes e pesquisadores de todo o país, que podem fazer seus cursos muitas vezes com ajuda de bolsas das instituições de fomento à pesquisa no país: a CAPES e o CNPq.

CAPÍTULO V
A UNE NOS
TEMPOS ATUAIS
(PÓS-1985)

Como vimos no capítulo anterior, em 1985 o país reingressou na democracia através de uma "saída negociada" do regime ditatorial. A partir daí uma nova conjuntura se abria, com novos e velhos problemas. Essa nova conjuntura, marcada pelos desafios da consolidação e da ampliação da democracia, não se restringia ao Brasil. Ainda na América Latina, as ditaduras do Cone Sul iam chegando ao fim: na Argentina em 1983; no Uruguai, 1985 também marcou o fim da ditadura militar. A ditadura de Pinochet, no Chile, acabou em 1990. Praticamente todo o continente latino-americano se via às voltas, a partir do final da década de 1980, com a questão crucial da construção de uma democracia efetivamente inclusiva em países que garantissem desenvolvimento social e econômico.

No plano político, a redemocratização, no Brasil, se consolidou com a Assembléia Nacional Constituinte (1987-1988). A Constituinte tinha por objetivo elaborar uma nova constituição que consagrasse o novo pacto político que nascia entre os cidadãos após o fim do regime militar. Segundo o historiador Boris Fausto, "a Constituição de 1988 refletiu o avanço ocorrido no país, especialmente na área da extensão de direitos sociais e políticos aos cidadãos em geral e às chamadas minorias".

A democracia que se instalou no final da década de 1980 teve que enfrentar problemas. Alguns ela enfrentou e venceu, dando provas de maturidade e vigor, como a realização ordeira e institucional do impeachment do presidente Fernando Collor de Mello, acusado de corrupção e deposto dentro da legalidade.

Outra vitória foi o Plano Real, um pacote de medidas econômicas, financeiras e monetárias que conteve com sucesso a inflação e justificou os dois governos sucessivos do presidente Fernando Henrique Cardoso, o "pai do Plano Real".

No entanto as décadas de 1980 e 1990 consolidaram e acentuaram um processo que vinha se desenvolvendo desde a década de 1950: o Brasil passara de um país essencialmente agrícola para um país urbano, industrial e de serviços. Esse processo concentrou uma enorme gama de novos e velhos problemas nas cidades brasileiras, especialmente nas capitais, como Rio, São Paulo, Brasília, Recife, Belo Horizonte e Salvador.

O crescimento desordenado das cidades, a expansão urbana em áreas desprovidas de serviços, o aumento das desigualdades sociais, o desemprego, a violência e a criminalidade foram alguns desses problemas, já conhecidos, que se acentuaram. Outros novos surgiram ou cresceram em proporções ainda desconhecidas: o tráfico de drogas, a violência e a corrupção policial, o crime organizado estendendo seus tentáculos até as instituições políticas

e sociais e a falta de perspectivas para a juventude. Os problemas das “cidades partidas”, expressão cunhada pelo jornalista Zuenir Ventura, se agravaram em muitos estados do Brasil. Assim como em muitos países da América Latina – como apontou o historiador argentino José Luis Romero no livro *América Latina: as cidades e as idéias*.

Construir uma democracia extensiva a amplos segmentos da população, até então discriminados por um sistema desigual, autoritário e elitista foi – e ainda é – o desafio central da República que se constituiu após o regime militar. Em outras palavras: construir uma ordem republicana para todos os cidadãos do país. Num mundo globalizado, este objetivo só poderia ser alcançado através do estabelecimento de parcerias e diálogos que consolidassem relações econômicas e políticas proveitosas entre os parceiros. Nos últimos dez anos o Brasil e a América Latina têm se ocupado dessa questão: a resistência à Alca e o incentivo ao Mercosul são facetas desse debate. Nos últimos dez anos, tanto o governo Fernando Henrique, quanto o governo Lula, deram à questão internacional grande relevância. Num mundo globalizado são poucas as chances de um país resolver seus problemas sozinho a partir de um referencial exclusivamente nacional.

Todas essas questões, e outras delas decorrentes – relacionadas à consolidação democrática do país –, entraram na pauta dos movimentos sociais e do movimento estudantil deste período, de 1985 até os dias atuais.

A LEGALIZAÇÃO DA UNE

Na nova conjuntura, a primeira campanha em que o movimento estudantil se envolveu foi, em 1985, pela legalização da UNE.

Renildo Calheiros, estudante de geologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) era o presidente da UNE. Ele conta, em seu depoimento, como foi conseguida a legalização da entidade. Foi um processo complicado. O projeto de legalização da UNE tinha que ser aprovado em duas instâncias: no judiciário e no Congresso Nacional. Isto porque feria a legislação criada pela ditadura militar.

Na Justiça ele já se desenrolava há algum tempo, eram aquelas coisas da época da ditadura. Não tinha quem vetasse, não tinha quem proibisse, mas não se materializava nunca. Tinha sempre uma pendência. A luta na Justiça foi se dando dessa forma e só foi vitoriosa quando o ambiente político já foi melhorando.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI

nº 5.192, de 1985

(Do Sr. Aldo Arantes)

Dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes de nível superior e dá outras providências.

(As Comissões de Constituição e Justiça e de Educação e Cultura.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A União Nacional dos Estudantes — UNE, criada em 1937, é a única e legítima entidade representativa do conjunto dos estudantes das Instituições de Ensino Superior existentes no País.

Art. 2º As Uniões Estaduais dos Estudantes — UEEs — são as entidades representativas do conjunto dos estudantes de cada Estado, do Distrito Federal ou de Território onde haja mais de uma Instituição de Ensino Superior.

Art. 3º Diretórios Centrais dos Estudantes — DCEs — são as entidades representativas do conjunto dos estudantes de cada Instituição de Ensino Superior.

Art. 4º É assegurado aos estudantes de cada curso de nível superior o direito à organização de Centros Acadêmicos — CAs — ou Diretórios Acadêmicos — DAs — como suas entidades representativas.

Art. 5º A organização, o funcionamento e as atividades das entidades a que se refere esta lei serão estabelecidos nos seus estatutos, aprovados em assembleia geral no caso de CAs ou DAs e através de congressos nas demais entidades.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as contidas na Lei nº 4.464, de 9 de no-

Justificação

Instituída em 11 de agosto de 1937, a União Nacional dos Estudantes foi oficialmente reconhecida pelo Presidente Getúlio Vargas através do Decreto-lei nº 4.105, de 11 de fevereiro de 1942, como entidade coordenadora representativa dos estudantes universitários de todo o País.

Ao longo da sua vida, a União Nacional dos Estudantes — UNE — marcou a sua presença na vida política nacional não só pela defesa intransigente dos direitos dos estudantes e do desenvolvimento da cultura nacional, mas pela posição de vanguarda que sempre assumiu quando se tratou de lutar em defesa da democracia e da soberania nacional. Logo no início da sua existência promoveu a campanha contra o Estado Novo e o Nazifascismo, sendo a primeira entidade brasileira a apoiar o envio de uma Força Expedicionária Brasileira à Europa e decisiva a influência da sua participação nas lutas pela conquista da democracia 1945.

Foi também importante a participação da UNE nas lutas pelo monopólio estatal do petróleo, as quais resultaram na aprovação da Lei nº 2.004, de 3 outubro de 1953, que criou a PETROBRÁS. Participou ainda a entidade ativamente em campanhas pela liberdade de imprensa, em defesa das jazidas de manganês do Amapá contra a instalação de uma base militar estrangeira em Fernando de Noronha. No início da década de 1960, a UNE participou de diversas campanhas de mobilização popular, criando o Centro Popular de Cultura — CPC

Após a vitória na Justiça, os estudantes se concentraram na batalha a ser travada no Congresso Nacional.

Aqui no Congresso foi uma articulação muito grande porque a grande dificuldade no Congresso era conseguir votar. Nós tínhamos convicção de que, votando, conseguiríamos aprovar. E para botar em votação? Esse era o problema porque precisava da concordância da mesa e do apoio dos líderes dos partidos, e todos tratavam essa questão ainda com muitos melindres.

Mas conseguiram votar e o projeto foi aprovado. Os estudantes, então, organizaram um grande ato no qual o projeto seria sancionado pelo Presidente da República, José Sarney. Os estudantes queriam um ato com a participação da sociedade e da massa estudantil, mas o cerimonial do Palácio determinava a participação de um número reduzido de pessoas no Salão Nobre e todos de terno e gravata! Como conta Renildo:

Nós tínhamos uma idéia totalmente diferente. Queríamos os estudantes dentro do Palácio como eles são e também não queríamos um negócio muito limitado, queríamos que fosse fora do Palácio. No final acabamos praticamente invadindo o Palácio do Planalto. Tínhamos feito um acordo de que, ao menos eu, que era o presidente da UNE, iria de paletó e gravata. Mas na hora eu cheguei sem paletó e sem gravata e eles tiveram que me deixar entrar porque já havia não sei quantas mil pessoas na rua e eu só entrava se fosse daquele jeito. No final deu tudo certo e foi um momento de muita alegria porque era o final de uma luta muito grande. Esse final era feito por pessoas que não participaram do começo da luta onde muitos morreram, foram assassinados, presos e nós sabíamos que estávamos ali representando todo esse pessoal.

Após a legalização da UNE, Renildo tentou recuperar o terreno da Praia do Flamengo. Esse passo já foi mais difícil. O terreno tinha sido doado à UNIRIO, pelo regime militar. Mas, após a derrubada do prédio, estava abandonado. Na verdade, passara a ser utilizado como estacionamento. A UNIRIO não ocupava o terreno, mas também não abria mão dele. Apesar de todo o empenho por parte da diretoria da UNE nessa questão, o terreno não foi retomado pelos estudantes.

CORRENTES POLÍTICAS, TENDÊNCIAS E PROPORCIONALIDADE

Nessa nova fase o movimento estudantil estava polarizado por dois grandes blocos políticos: um que se articulava em torno do PC do B e outro que reunia diversas correntes do PT. Entre 1980 e 1989 esses dois grupos se revezaram na diretoria da UNE. Nas eleições formavam-se diversas chapas e, às vezes, surgiam novos grupos, mas a vitória era sempre de um desses dois blocos. Como na eleição de 1986, que Renildo relata em seu depoimento:

Disputaram cinco chapas nessa eleição. Tinha uma chapa que eu apoiava e que foi encabeçada pela Gisela Mendonça, era a “UNE livre”. Tinha a de oposição mais forte e na qual estava a maioria do PT, era a “Pra Sair Dessa Maré”, encabeçada pelo Jéferson Calaça. Uma terceira, que tinha participação muito grande de estudantes da USP, tinha uma conotação mais anarquista, era a “Borduna Democrática”. As outras eu não me recordo, mas nós tivemos uma vitória expressiva da “UNE livre”.

Mas, em 1989, os estudantes começaram a discutir a questão da “proporcionalidade” na diretoria da entidade. Até então, a chapa mais votada nas eleições ocupava a diretoria da entidade por inteiro. A proposta da “proporcionalidade” visava a garantir a representação, na diretoria eleita, das diferentes chapas que haviam disputado as eleições. Esta representação seria proporcional à votação obtida pelas chapas. Com isso garantia-se a presença, na gestão da entidade, das diferentes tendências e dos grupos políticos mais significativos do movimento estudantil.

O ambientalista gaúcho Cláudio Langone, na época estudante de química na Universidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, militante do PT, foi eleito presidente da UNE em 1989. Langone relembra em seu depoimento o debate sobre a proporcionalidade no 4º congresso:



...O LEME
INCANDESCENTE... AH..."



A VIROU
DCE-UERJ
10 e 11 DE JUNHO



JORNAL

**Um rico semestre
de mobilizações**



EDUCAÇÃO:
**MAIS VERBAS
E NÃO À EVASÃO**

...a evasão de alunos...
...o governo...
...a educação...

...A REFORMA UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA...

**GRACIA
BLEMAS
COS**

...a Universidade...
...a reforma...
...a luta...



Aos Estudantes Brasileiros:

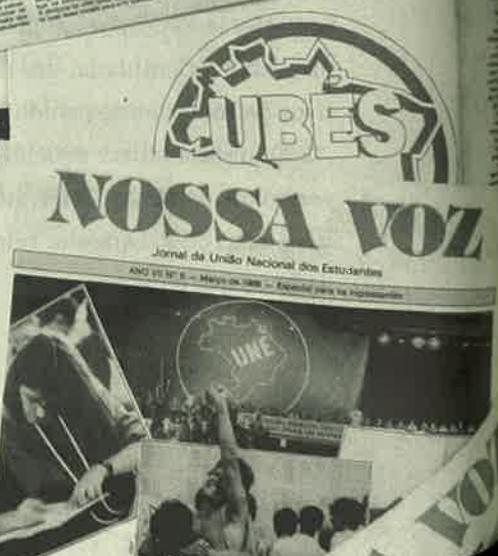
...a luta...
...a união...

UNIVERSIDADE
Jornal da UNE para o IV Seminário Nacional de Reforma Universitária

**QUE QUER A UNE
COM A REFORMA UNIVERSITÁRIA?**



...a luta...
...a união...
...a reforma...



A gente vinha de duas gestões “puras” do PT e de uma situação de muito acirramento entre os dois grandes blocos do movimento estudantil. E o congresso de Brasília era um congresso em que várias correntes importantes do PT passaram a defender a proporcionalidade. A minha corrente, por exemplo, não defendia, mas eu defendia. Ele foi um congresso tenso, de muita disputa, um congresso muito parelho, em que qualquer um, qualquer dos blocos poderia ganhar. Mas o grande símbolo dele foi ser o congresso da proporcionalidade. O seu grau de disputa não construiu o ambiente para a proporcionalidade do ponto de vista político. Mas ele foi um congresso positivo, de muita gente, de boa discussão, com uma diretoria composta entre os dois grandes blocos com 49% a 51%. E tínhamos um grande desafio, que era o de dar governabilidade à UNE, conseguir consolidar relações políticas entre dois grandes blocos e fazer a entidade funcionar, encerrando um ciclo.

A proporcionalidade tentava combinar, numa mesma diretoria, as diversas correntes políticas – ou, pelo menos, as mais importantes e influentes – procurando, assim, evitar o “aparelhamento” da entidade por uma única corrente e expressar a multiplicidade de posições políticas do movimento estudantil. Mas pode-se perguntar se ela é, realmente, uma solução para os estudantes ou, no fundo, apenas uma solução para as “tendências políticas”. Na opinião de Renildo, é impossível separar uma coisa da outra:

Essa é uma das grandes polêmicas que acompanham o movimento estudantil porque o estudante independente em geral contesta isso, mas não tem como separar. Sempre foi assim e vai ser sempre assim.

Mas, para Renildo, a presença marcante das tendências e correntes políticas não compromete a unidade do movimento:

O movimento estudantil no Brasil tem marcas muito fortes, é unitário. Com toda essa briga de correntes que disputavam com muita força, nunca o movimento se dividiu, nunca teve duas UNEs, nunca teve estudantes criando outra entidade estudantil. Há um prestígio muito grande e um sentimento de unidade muito grande entre os estudantes brasileiros.

O ROCK NACIONAL

Na década de 1980 explodiu, no mercado fonográfico brasileiro, o rock nacional. A juventude brasileira que até então ouvia o rock inglês e norte-americano dos Beatles e Rolling Stones, The Who, Santana e Police passou a ouvir, a cantar e a dançar rock em português. Justiça seja feita, o rock nacional não nasceu nos anos 1980. Os roqueiros de então pagam seu tributo aos precursores: o “Tremendão” Erasmo Carlos, da Jovem Guarda dos anos 1960, e Raul Seixas e Rita Lee, da década de 1970. Mas, nos anos 1980, surgiram e multiplicaram-se as bandas de rock nacional: a Legião Urbana, liderada por Renato Russo, lançou seu primeiro álbum em 1981; o Barão Vermelho lançou o primeiro LP com o vocalista Cazuza em 1982, e em 1983 os Paralamas do Sucesso lançaram seu primeiro disco.

OS “CARAS-PINTADAS”

Mas, nessa época, um fantasma do passado assombrava a UNE, que havia sido reconstruída no final da ditadura militar. Como escreveu Marx em *O 18 Brumário*: “a tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos.”

Parece ser algo parecido com isto o sentimento expresso por Cláudio Langone:

Nós tínhamos uma certa obsessão em nos livrar dos grilhões da UNE (...). Toda vez que a gente falava com alguém sobre a UNE, a referência era o fantasma do passado, da UNE gloriosa de 1968. Isso era paralisante para a entidade. A gente precisava dar uma cara nova para ela.

A “NOVA CARA” DA UNE NÃO FOI UMA – MAS MUITAS “CARAS PINTADAS”

No episódio do impeachment do presidente Fernando Collor de Mello, a UNE voltou a ter uma expressão nacional e tornou-se a principal referência política do episódio em questão: o movimento dos “caras-pintadas”, que envolveu universitários e secundaristas, foi um importante detonador do processo que resultou na deposição legal do presidente em exercício.

Nesse movimento, destacou-se a liderança de Lindberg Farias, paraibano, militante do PC doB, eleito presidente da UNE em 1992. Depois de sair do movimento estudantil, Lindberg tornou-se o político mais importante de sua geração. Em 2005 foi eleito prefeito de Nova Iguaçu, concorrendo pelo Partido dos Trabalhadores.

Fernando Collor de Mello foi o primeiro presidente eleito por eleições diretas no Brasil, em 1989, após o fim da ditadura militar. Nessas eleições – as primeiras após o longo jejum do regime militar – apresentaram-se 22 candidatos à Presidência da República! Esses 22 candidatos representavam toda sorte de partidos políticos – pequenos, médios e grandes; alguns importantes, outros sem nenhuma expressão política.

Os candidatos que se colocaram nos primeiros dez lugares foram:

Fernando Collor de Mello, candidato de um grupo de pequenos partidos liderados por um inexpressivo Partido da Reconstrução Nacional (PRN); Luís Inácio da Silva (Lula), o histórico dirigente sindical, fundador do Partido dos Trabalhadores; Leonel Brizola pelo PDT; Mário Covas pelo PSDB; Paulo Maluf (PDS); Guilherme Afif Domingos (pelo Partido Liberal); Ulysses Guimarães, o representante histórico do PMDB; Roberto Freire, pelo PCB, Aureliano Chaves (PFL) e Ronaldo Caiado (PSD).

O segundo turno contrapôs Lula, como candidato das esquerdas, e Fernando Collor de Mello, apoiado pelas forças conservadoras, que também atingiu um público popular com um discurso moralista contra os “marajás” do serviço público (funcionários com

altos salários). Os partidos da direita mais tradicional, sem grande contentamento, desaguaram seus votos em Collor, quando se revelou que ele era o candidato que poderia barrar a vitória do líder do PT. Mas o primeiro candidato eleito para a Presidência da República depois do fim da ditadura foi deposto por um amplo movimento civil que exigiu o impeachment do presidente acusado de corrupção. O movimento estudantil capitaneou esse processo, realizando passeatas e manifestações, com os rostos pintados e com o slogan "Fora Collor!". No dia 29 de setembro de 1992 o pedido de impeachment foi julgado e aceito pela Câmara dos Deputados. A votação foi transmitida ao vivo, pela televisão, para todo o país.

Lindberg Farias era o presidente da UNE. Em seu depoimento, ele comenta a feliz coincidência entre aquele momento de explosividade do movimento estudantil e a minissérie televisiva *Anos Rebeldes*, que estava sendo exibida, na época, pela Rede Globo. A minissérie abordava os anos 1960 – as manifestações estudantis de 1968 e a luta armada. O programa fez muito sucesso entre os jovens, a maioria deles nascida depois de 1968. Em seu depoimento, Lindberg comenta:

Ninguém podia imaginar que aquela minissérie fosse mexer tanto com o romantismo da juventude. Mas a gente soube aproveitar isso. Nós montamos um cartaz: "Anos Rebeldes. Próximo capítulo: impeachment."

O baiano Orlando Silva Junior, Ministro dos Esportes do governo Lula, na época era tesoureiro da UNE. Em seu depoimento ele destaca a importância da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas no movimento "Fora Collor":

A gente reuniu a executiva da UNE com a executiva da UBES, no Rio de Janeiro, para discutir a estratégia de encaminhamento do "Fora Collor" e o pessoal da UBES, que era o mais decidido, falou "vamos marcar uma passeata para o dia 11 de agosto, Dia do Estudante, para lançar essa campanha", e o nosso pessoal, alguns da UNE, estava meio na dúvida, se perguntando: "Será que é o caso?"



Ministro do Trabalho - Governo Costa e Silva



Ministro da Educação - Governo Médici.



Ministro da Previdência - Governo Figueiredo.



DE VOLTA PARA O PASSADO IV

JUSTIÇA PARA PASSARINHO

ATO/DEBATE

DIA 11/11
20 HORAS

Faculdade de Direito da USP
Largo São Francisco



Segundo Orlando, uma parte dos estudantes ligada ao PT tinha dúvidas sobre a correção política da campanha pelo impeachment. Afinal de contas, Collor tinha sido eleito presidente democraticamente, pelo voto popular:

Isso era muito controverso na época, porque o PT era contra essa posição... eles achavam que era um golpismo, era absurdo nós quisermos interromper um mandato de um presidente eleito democraticamente. Mas nós tínhamos uma outra leitura, achávamos que do jeito que o país ia, o governo não tinha condição nenhuma, não tinha legitimidade, era um governo enfronhado em denúncia de corrupção.

Mas a UNE ainda discutia a questão, levantando a possibilidade de articulação com outros setores e com outras entidades civis, quando a UBES decidiu puxar um movimento de estudantes.

Durante 15 dias nos encontrávamos na sede da UNE, todo dia de manhã cedinho, quando não dormíamos na sede mesmo. Saíamos cedinho com cinco, dez carros de som, e como tinha aquela disputa do movimento estudantil, sempre ia um de uma corrente e outro da outra corrente, no mesmo carro de som, para disputar quem mobilizava mais. Então foi feita uma guerra muito saudável em torno dessas primeiras manifestações, estava todo mundo com muita gana, muita garra para querer influenciar mais gente e por isso acabou tendo uma boa manifestação.

No dia 11 de agosto, em várias cidades do país, os estudantes universitários e secundaristas realizaram passeatas e manifestações com a palavra de ordem "Fora Collor". O movimento teve grande repercussão na mídia e ganhou apoio popular. O impeachment de Collor foi aprovado pela Câmara dos Deputados por 441 votos a favor, 38 contra, 1 abstenção e 23 ausências. O movimento estudantil – sobretudo o movimento secundarista – foi o fator determinante desse processo.

Mas nem Lindberg e nem Orlando sabem explicar, em seus depoimentos, como começou a história de pintar o rosto.

Quem se lembra é o publicitário Mauro Panzera. Mauro, um baiano nascido e criado em Belém do Pará, era presidente da UBES. Não é à toa que justamente um

publicitário se lembre da origem dos rostos pintados, porque esta se tornou a marca distintiva de todo o processo e deu nome ao movimento dos estudantes: o movimento dos "caras-pintadas":

Os "caras-pintadas" surgiram com essa primeira manifestação ali na área de concentração da passeata, que era no MASP. (...) Estávamos nós, umas cinquenta pessoas, um carro de som grande e começou lentamente a chegar a turma das escolas. Até que chegou uma escola que era, se não me engano, a escola Oswald de Andrade. Uma escola particular de São Paulo. E chegou com uma turma animadíssima, com algumas meninas com o rosto pintado de verde e amarelo. Então a gente ali, rapidamente, eu, Totó, Reinaldo, a gente achou que seria um negócio bacana pintar o rosto, fantasiar todo mundo. Começou a chegar muita gente, muito mais do que esperávamos. Então a gente saiu, foi numa papelaria próxima e comprou alguns potes de tinta guache e saiu pintando todo mundo. Sem a expectativa de que isso viraria uma marca.

O movimento secundarista teve grande destaque nessa campanha. Para muitos, o movimento que depôs Collor é essencialmente associado às hordas coloridas e alegres de estudantes do ensino médio que, em passeatas e "metroatas" (filas barulhentas e numerosas de estudantes no metrô em direção ao centro da cidade), saíam dos portões dos colégios públicos e privados. Ao que parece, o ritual de pintar o rosto tem algo de brincadeira e de palhaçada (no melhor sentido da palavra) mais próprio dos jovens estudantes secundaristas.

A UBES tinha sido reconstruída no final de 1981, em Curitiba. Já em 1979, no congresso de "refundação" da UNE, em Salvador, os estudantes secundaristas presentes aproveitaram para marcar o I Encontro Nacional de Estudantes Secundaristas, naquele mesmo ano, em Belo Horizonte. Seguindo a trajetória dos universitários para a reconstrução da UNE, os secundaristas realizaram vários Encontros Nacionais, até o congresso de reconstrução da UBES, que ocorreu nos dias 31 de outubro e 1º e 2 de novembro de 1981, no Paraná.

O jornalista Apolinário Rebelo, irmão mais novo de Aldo Rebelo, então estudante secundarista e já militante do PC do B (Apolinário se orgulha em dizer que foi o primeiro secundarista a entrar para o PC do B em Alagoas), participou ativamente desse processo.



Em seu depoimento, ele descreve as principais correntes políticas que atuavam no movimento secundarista:

Tinha o PC do B, que eu achava que tinha uma posição radical, mas muito ponderada. Era uma combinação que eu achava boa, que era o radicalismo com a ponderação. (...) Tinha o PCB, que dizia que era preciso fazer um movimento mais amplo. Na hora em que alguém dizia: “Vamos enfrentar a ditadura”, eles respondiam: “Espera aí, a ditadura pode fechar.” Era a turma do “calma, espera aí”. E tinha a turma do “Alicerce e Luta”, (...) que era formado por uma aliança, no movimento secundarista, da Convergência com a Libelu (Liberdade e Luta). E tinha o MR-8, que, nesse momento, era a segunda força política no movimento secundarista.

Apolinário relembra a precariedade do congresso de reconstrução da UBES. Quando a comissão organizadora chegou a Curitiba descobriu que não havia nenhuma infraestrutura para a realização do congresso. O governador do estado, Nei Amintas de Barros Braga, recusou qualquer ajuda aos estudantes, que acabaram fazendo o encontro no ginásio abandonado de um clube. A abertura do encontro foi feita dentro de uma igreja, porque o ginásio não tinha nada parecido com um auditório. A descrição que Apolinário faz desse congresso de reconstrução da UBES, sem infra-estrutura, sem som, sem apoio oficial e com as tendências políticas radicalizadas chega a ser engraçada. Como não tinham aparelhagem de som, os estudantes empregaram a técnica – que já havia sido utilizada no congresso da UNE por Ruy César em 1979 – do “alto-falante humano”. Mas Ruy César recorrera a esse expediente por uns 50 minutos. Os secundaristas fizeram todo o seu congresso nesses moldes.

O congresso foi feito assim. Um falava, trinta repetiam, aí o resto do ginásio ouvia. Um caos. Como ia ter briga entre a Convergência, a Libelu e o MR-8, e o pau ia quebrar, nós empurramos o MR-8 para um lado, empurramos a Libelu e a Convergência para o outro e botamos a bancada do PC do B no meio. Só que a gente era quase nada. Nós éramos a quinta força política nesse congresso. E a gente ficava no meio, de almofada, para segurar o choque. Mesmo assim, teve conflito grave. Teve gente que quebrou perna, braço, clavícula em luta corporal. Uma barbaridade. Mas qual era o objetivo? Era reconstruir a UBES.

Os conflitos se davam em torno das mais variadas questões. Por exemplo, a questão internacional.

Só para você ter uma idéia das bandeiras, a proposta do PC do B sobre a questão internacional era “apoio à autodeterminação dos povos, à independência nacional e à luta dos povos no mundo pela liberdade e pela democracia”. A bandeira de um pessoal mais devagar era “Pela paz mundial”, só isso. E a bandeira da Libelu e da Convergência era “Pela luta revolucionária dos povos em armas pela liberdade”. Só que não dava para votar cada idéia dessas, porque não tinha som, não tinha condições. Eu lembro que, no final, ficou assim, uma palavra de ordem que unificou todo mundo: “Pela paz mundial, pela autodeterminação dos povos, respeito à soberania nacional e apoio à luta revolucionária dos povos em armas pela sua liberdade.” Quer dizer, botou tudo na mesma coisa, contemplou todo mundo e ainda foi para votação. Aí economizamos umas duas horas de congresso.

Ao final surgiram duas chapas: a “Reconstrução”, que era uma composição entre o PC do B e o MR-8, e a chapa liderada pela corrente “Alicerce e Luta”, que reunia os grupos trotskistas da Convergência Socialista e da Libelu. A chapa “Reconstrução” saiu vitoriosa e foi a primeira diretoria da UBES reconstruída no final da ditadura militar.

A PRESENÇA DOS GRUPOS TROTSKISTAS NO MOVIMENTO ESTUDANTIL

Nas décadas de 1970 e 1980, alguns grupos trotskistas tiveram grande importância no movimento estudantil – tanto universitário quanto secundarista. Entre eles, os mais importantes foram a Liberdade e Luta (a Libelu) e a Convergência Socialista.

A Libelu era o setor estudantil da Organização Socialista Internacionalista, filiada à IV Internacional – a Internacional criada, em 1938, por Leon Trotski, em oposição à III Internacional, então liderada por Stalin. A IV Internacional, que existe até hoje, agrupa partidos e movimentos de tendência trotskista no mundo todo. Em 1978, a Libelu ganhou as eleições do DCELivres da USP. Segundo seus contemporâneos, a Libelu tinha traços marcantes que a distinguiam de outras tendências políticas. Era internacionalista (seguindo as idéias de Trotski) e por isso, diferentemente das organizações de esquerda, não cultuava a música popular brasileira. A Libelu era roqueira, moderna, mais anárquica e mais radical que as outras tendências.

A outra corrente era a Convergência Socialista, que reunia diversos grupos e militantes trotskistas. A Convergência era ligada à Liga Operária, organização internacionalista também vinculada à IV Internacional. A Convergência foi criada em janeiro de 1978 como “uma tática para a construção de um partido socialista”. A Convergência foi um dos primeiros grupos de esquerda a aderir ao Partido dos Trabalhadores, desde a primeira hora de sua fundação. Mais tarde, em 1992, a Convergência foi expulsa do PT por divergências políticas e liderou o movimento de criação do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU).

Reconstruída no final de 1981, a UBES teve seu momento de maior destaque político, em nível nacional, com sua atuação no movimento pelo impeachment de Fernando Collor, em 1992.

Mas o movimento pelo impeachment não serviu apenas para dar destaque político à UBES. Mais do que isso, o movimento foi o fator de reunificação das entidades secundaristas, divididas desde o congresso de 1987, realizado em Brasília. Esse congresso

terminou com uma divisão: o MR-8, a segunda força do movimento secundarista, se retirou e decidiu não participar mais da entidade, negando legitimidade à diretoria eleita. E concentrou sua atuação na União dos Estudantes Secundaristas de Brasília.

Mauro Panzera, em seu depoimento sobre esse congresso, relata um verdadeiro quadro de horror: não houve apenas o "racha", mas também uma violenta infecção intestinal que levou inúmeros estudantes ao hospital.

O racha da UBES aconteceu em 1987. A partir de um congresso de estudantes que aconteceu aqui em Brasília. Foi um congresso em que houve um problema de infecção intestinal, que atingiu... Pode falar tudo? O congresso foi literalmente uma cagada! Porque quarenta por cento dos estudantes tiveram infecção intestinal e foram parar no banheiro. Então, no meio da plenária final, passou a ter desmaios de estudantes, o pessoal correndo para o banheiro. Esse congresso foi uma calamidade. A empresa que forneceu a alimentação forneceu uma alimentação que estava estragada. Teve muita gente que foi parar no hospital (...) isso saiu no *Fantástico*. Porque foi num domingo e tinha cerca de dois mil estudantes que foram parar nos hospitais aqui. Foi um negócio pesado.

Em Brasília passou a ocorrer então um confronto entre as duas entidades secundaristas: a Nacional (UBES) e a União dos Estudantes Secundaristas de Brasília. Na primeira estavam os grupos ligados ao PC do B e ao PT, principalmente a corrente União da Juventude Socialista (UJS), organização ligada ao PC do B. Na de Brasília estava o MR-8. O movimento secundarista foi reunificado a partir de seu engajamento na campanha do "Fora Collor", em 1992.

A UNE EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO

Em 1995 o sociólogo Fernando Henrique Cardoso tomou posse como Presidente da República. Fernando Henrique tinha sido um importante representante da resistência à ditadura militar. Professor de Ciências Sociais da USP, cassado pelo AI-5, havia se exilado no Chile e na França. Nos anos 1970 voltou ao Brasil e ingressou no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, centro de estudos que congregava intelectuais marxistas, de oposição ao regime. Grande parte da esquerda estudantil da época foi influenciada pelos textos de Fernando Henrique, especialmente suas análises sobre o golpe e a teoria da dependência. Fernando Henrique integrou-se ao MDB no qual, junto com Ulysses Guimarães e Mário Covas, compôs um expressivo grupo de oposição paulista. Mais tarde, por ocasião da reforma partidária de 1979, ingressou no PMDB. Em 1988, junto com políticos como Mário Covas, Franco Montoro e José Serra, fundou o Partido da Social Democracia Brasileira. Foi com esse partido que Fernando Henrique disputou e ganhou as eleições presidenciais de 1994.

O que alavancou a vitória de Fernando Henrique Cardoso foi o sucesso do Plano Real, que conteve a crônica inflação brasileira. Em 1993, um ano antes das eleições, o presidente Itamar Franco (o vice de Collor, que assumiu a presidência após o impeachment) convidou Fernando Henrique para ocupar o cargo de Ministro da Fazenda de seu governo. No Ministério, Fernando Henrique e sua equipe, liderada pelo economista Edmar Bacha, implementaram o plano de estabilização econômica e de contenção da inflação que ficou conhecido como Plano Real. Após décadas de um processo de inflação galopante, que se transformara em hiperinflação, os brasileiros passaram a ter uma moeda estável: o Real.

O sucesso do Plano Real garantiu duas vitórias do PSDB e dois mandatos de FHC. O primeiro tendo início em 1995 e o segundo em 1998, terminando em 2002 com a eleição de Lula.

Mas o governo de FHC, apesar de sustentado pelo sucesso do Plano Real, tinha seus contornos e limites dados por uma situação que estava inteiramente fora de controle: a "globalização". A idéia da globalização aponta, necessariamente, para um processo de

inter-relação global, mundial; uma rede que engloba e envolve, numa relação de mútua dependência, as mais diversas sociedades do planeta. É claro que esse processo não é recente. As diversas civilizações do mundo sempre estabeleceram entre si redes de contato comercial, intelectual e cultural. Essas redes foram intensificadas com o surgimento e desenvolvimento do capitalismo, que avançou sobre o mundo estabelecendo relações de dominação sobre as regiões que ainda não viviam sob a égide do capital. Para a teoria marxista, portanto, a globalização nada mais é do que a continuação do antigo processo de desenvolvimento do capitalismo, sempre se alimentando de regiões onde as relações sociais podem ser caracterizadas como pré-capitalistas.

Mas a globalização também se refere a um processo bem mais recente e mais específico de inter-relação social, cultural e econômica, próprio do século XX. Este processo específico aponta, por exemplo, para uma capacidade inédita de comunicação imediata dada pela Internet e pelas novas tecnologias de informação e comunicação, de fácil acesso para milhões de pessoas. Aponta, também, para uma interdependência estrutural entre as economias do globo que faz com que uma crise na China atinja rapidamente o mundo todo. As características desta globalização trazem também uma outra consequência: reduz-se, drasticamente, a capacidade de um país tomar decisões isoladas sobre sua economia. As perspectivas de um desenvolvimento econômico voltado essencialmente para o mercado interno – que alicerçou os projetos nacionais-desenvolvimentistas das décadas de 1930 a 1960 – praticamente desaparecem neste novo contexto. A margem de manobra de governos nacionais se apequena, pois seus compromissos e relações com o mercado internacional se sobrepõem à sua autonomia, limitando e enquadrando suas escolhas. O governo FHC sofreu as consequências de algumas crises desse tipo e, mais do que tudo, viu-se amarrado a compromissos internacionais, em especial à dívida externa, que comprometeram severamente o crescimento da economia nacional. Essa situação de dependência em relação ao mercado internacional foi fortemente denunciada e combatida por grupos de esquerda ao longo dos dois governos de FHC.

Além disso, o ritmo global das novas relações internacionais impôs, para os países que participam em graus diferenciados desse sistema internacional, novas normas de relação entre Estado e sociedade. A face mais cruel desta nova situação tem sido, em quase todos os países, o desmonte da estrutura do Estado “de bem-estar social”; a venda, para a exploração de capitais privados e transnacionais, de riquezas, bens e serviços até

O governo não está da
alma ao caos...

ORA FHC!
pl da corrupção já



www.estudantenet.com.br

SO
DEPENDE
DE VOCÊ!

ENOS MENSALIDADE,
AIS QUALIDADE
ENSINO



UNIAO
BRASILEIRA
DE ESTUDANTES
SECUNDARISTAS



UNIAO
NACIONAL DOS
ESTUDANTES

Assine embaixo

educação não é supermercado

curriá estas "ofertas"

BRASILEIRA DE ESTUDANTES SECUNDARISTAS	R\$ 140,00
UNIAO NACIONAL DOS ESTUDANTES	R\$ 40,00
UNIAO BRASILEIRA DE ESTUDANTES SECUNDARISTAS	R\$ 200,00
UNIAO NACIONAL DOS ESTUDANTES	R\$ 200,00
UNIAO BRASILEIRA DE ESTUDANTES SECUNDARISTAS	R\$ 200,00
UNIAO NACIONAL DOS ESTUDANTES	R\$ 200,00
UNIAO BRASILEIRA DE ESTUDANTES SECUNDARISTAS	R\$ 200,00
UNIAO NACIONAL DOS ESTUDANTES	R\$ 200,00
UNIAO BRASILEIRA DE ESTUDANTES SECUNDARISTAS	R\$ 200,00
UNIAO NACIONAL DOS ESTUDANTES	R\$ 200,00



EU QUERO ESTUDAR!
FHC E PAULO RENATO NÃO QUEREM DEIXAR

A UNE É A UNIAO

10º ANIVERSÁRIO

CONEB

DIA 10 DÊ NOTA ZERO

PARA A PROVA

então monopolizados pelo Estado; a flexibilização de regras e leis trabalhistas tradicionais que há muito compunham o repertório das conquistas sindicais. De mãos dadas com a “globalização”, veio, portanto, o “neoliberalismo” – a crença na capacidade do mercado de, por si só, regular, arranjar e solucionar, sem interferência do Estado, os problemas econômicos e sociais de um país.

O governo de Fernando Henrique empreendeu um processo de privatização de algumas empresas estatais tradicionais, como as empresas de telefonia, de mineração e de eletricidade. Entre todas as privatizações efetuadas, a mais simbólica foi a da Companhia Vale do Rio Doce – a mais antiga empresa de mineração do país, criada por Getúlio Vargas. Em vários momentos de seu mandato, Fernando Henrique declarou que seu objetivo era “encerrar a Era Vargas”, abrindo o país para o capital internacional, e enxugando e diminuindo o Estado. Era na realização dessas medidas que ele apostava no desenvolvimento do país. Segundo ele, um desenvolvimento de novo tipo, moderno, pautado nas novas relações e novas tecnologias globalizadas.

Os grupos de esquerda, em boa parte representados pelo Partido dos Trabalhadores, caracterizaram o governo FHC – tanto por sua assumida inserção e subordinação à globalização como pelas privatizações realizadas – como neoliberal. O PT acusava Fernando Henrique de querer adaptar o país às necessidades e demandas do neoliberalismo.

A UNE entendeu dessa forma uma série de medidas que o governo FHC tomou em relação à educação. Como, por exemplo, o “provão”. O Ministro da Educação, Paulo Renato, estabeleceu a realização de uma prova que os universitários deveriam fazer ao finalizar seu curso. O objetivo da prova, segundo o ministro, era avaliar os cursos universitários. Mas Ricardo Capelli, aluno do curso de processamento de dados da Faculdade Estácio de Sá, do Rio de Janeiro, e presidente da UNE entre 1997 e 1999, viu no “provão” a intenção de impor às universidades públicas a lógica do mercado:

O provão foi uma guerra grande. Porque na verdade o nosso grande medo era que a gente caminhasse, com o provão e depois com o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), para o modelo chileno. Que era o seguinte: você privatizar a educação pública através de um “ranqueamento”.

A UNE fez uma ampla campanha contra o “provão”. Mais do que à realização do “provão”, os estudantes se opunham à nota do “provão”: uma avaliação que terminava por se sobrepor, injustamente, a todo o histórico escolar do estudante.

E era cruel também porque o aluno, feita a prova, ele carregava a nota para o resto da vida. Ele pode ter tido uma vida acadêmica fantástica, mas se naquele momento ali ele foi mal na prova, aquela nota do provão acompanhava ele para o resto da vida.

Para responder à reivindicação dos estudantes, o ministro Paulo Renato tornou opcional o acesso do estudante à sua nota no "provão". Mas os problemas, para Capelli, não foram resolvidos porque essa prova final criava uma falsa ilusão de "ranqueamento" para o mercado, ao mesmo tempo que minimizava todo o curso universitário face a uma única avaliação.

O PRIMEIRO PRESIDENTE NEGRO DA UNE

Orlando Silva Júnior, militante do PC do B, coordenador da União da Juventude Socialista (UJS), que já tinha sido em 1992 tesoureiro da UNE, foi eleito presidente da entidade em 1995. Foi o primeiro presidente negro da história da UNE. Ele diz em seu depoimento:

Eu registro isso com muito pesar. É muito triste que a UNE, num país como o Brasil, com a população negra que tem, uma entidade democrática e participativa como a UNE, não tenha tido outros presidentes negros. É reflexo da universidade. Na universidade brasileira não há negros. (...) Para mim, pessoalmente, é um sentimento ambíguo, contraditório... é um certo orgulho por ter rompido uma barreira, mas ao mesmo tempo, a sensação de que é lamentável, por ter sido o único até então. Mas eu acho que foi importante para alertar a sociedade brasileira da ausência de determinados setores da sociedade na universidade. Acho que essa talvez tenha sido a principal virtude de fazer este registro.

FIDEL CASTRO NO CONGRESSO DA UNE

O congresso da UNE de 1999, realizado em Belo Horizonte, teve um visitante ilustre: nada menos do que Fidel Castro. Ricardo Capelli, com a ajuda da União da Juventude Comunista de Cuba e o apoio de Itamar Franco, então governador de Minas Gerais, conseguiu trazer Fidel Castro para o congresso da UNE.

É bom dizer que a ida do Fidel também contou muito com o Itamar, a gente articulou com ele, e o Itamar mandou um convite. E o Fidel tinha uma gratidão muito grande com o Itamar, porque quando ele era embaixador do Brasil na OEA (Organização dos Estados Americanos), ele se posicionou na defesa de Cuba, sempre se posicionou na defesa de Cuba. Então o Fidel tinha uma certa gratidão com o Itamar. Isso ajudou muito.

Em seu depoimento, Capelli lembra também como foi o encontro que teve com Fidel, nos bastidores do congresso. Capelli presidia a mesa do congresso quando chegou, por trás da mesa, a comitiva de Fidel. Um agente cubano se aproximou, chamou Capelli, revistou-o e o avisou da presença de Fidel Castro, numa sala reservada do estádio do Mineirinho.

Aí ele (o agente cubano) virou e falou: “Olha, o comandante chegou e quer falar com você lá na sala.” Aí eu levanto da mesa, desço, entro numa sala. Aí eu pergunto: “Só eu e ele?”, aí ele falou: “Só você e ele.” Aí eu entro na sala e dou de cara com o Fidel. Aquela figura histórica, uma lenda da história mundial. Aí eu e ele: “Tudo bom, tudo bem?” Aí ele virou para mim e perguntou primeiro sobre o público: “Qual o público?” Eu falei: “São estudantes.” Aí ele: “São estudantes de universidades públicas ou privadas?” Eu falei: “De públicas e de privadas.” Aí ele falou: “Você sabe que, como chefe de Estado, eu não posso entrar em questões nacionais. Não posso falar do Cardoso...” Que era o Fernando Henrique, e o congresso era pau no Fernando Henrique o tempo inteiro. Eu falei: “Eu sei.” Aí ele chegou para mim e falou: “O que é que você acha que eu deveria falar?” Eu pensei, bom, como assim? Eu vou orientar o que o Fidel vai falar? Isso não existe, não é?

E Fidel falou durante horas para os estudantes brasileiros reunidos no congresso da UNE, no Mineirinho.

46th CONGRESS



A PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES NO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

O Fórum Social Mundial pode ser pensado como a manifestação de uma “globalização do bem”. Ele foi pensado, inicialmente, como contraposição ao Fórum Econômico Mundial de Davos, evento que reúne os chefes de Estado dos países mais desenvolvidos e os representantes das maiores empresas do mundo. O Fórum Social foi idealizado como a contraface dessa estrutura econômica e política, como um “outro mundo possível”, reunindo representantes de entidades e movimentos sociais, organizações não-governamentais, intelectuais e grupos de um novo tipo de esquerda, marcada por uma postura “antiglobalização”. Os três primeiros Fóruns (2001, 2002 e 2003) foram realizados em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Em 2004, o Fórum se realizou em Mumbai, na Índia. Em 2005, voltou para Porto Alegre. A UNE sempre organizou caravanas para levar os estudantes para Porto Alegre (evidentemente, a ida para a Índia já foi mais difícil) e montou acampamentos nos Fóruns.

Felipe Maia, estudante de economia da Unicamp e presidente da UNE entre 2001 e 2003, fala sobre essa experiência:

No segundo fórum a gente organizou o primeiro Encontro Mundial de Estudantes, no Fórum Social Mundial, que era uma atividade que não existia; teve a representação de mais de 30 países discutindo essa temática da Educação, e a gente participou ativamente. Foi um momento muito rico o Fórum Social Mundial, porque a troca de experiências é muito rica, você conhece muita gente... e o Fórum tem um negócio que eu acho que é legal, porque reúne uma quantidade grande de pessoas do mundo inteiro que estão lutando por um mundo melhor, por uma alternativa ao capitalismo — mesmo que cada um tenha uma proposta diferente na cabeça — quando essas pessoas se unem num mesmo evento elas sentem que não estão sozinhas, então elas se sentem mais fortes para prosseguir na sua luta. Sentem que o inimigo é forte, a estrutura de classes é pesada... mas juntos nós temos alguma chance. Então esse pacto

subjetivo do Fórum, que pode parecer um negócio meio utópico, algo idílico e tal, mas não é, é real, ou seja, as pessoas saem de lá mais motivadas, saem de lá falando: olha, pode não ser amanhã, mas um dia a gente consegue.

A participação da UNE no Fórum Social da Índia foi menor, mas igualmente importante. Gustavo Petta, estudante de jornalismo da PUC de Campinas e presidente da UNE, eleito em 2005, fala sobre esse evento:

Mandamos uma representação pequena. Tivemos no Fórum vários debates com entidades estudantis de todo o mundo, participamos de debates voltados para o movimento estudantil da América Latina e também debatemos com entidades internacionais da Índia, China, Nova Zelândia, Japão, muitos países da Ásia, da Europa. Foi uma experiência importante para mantermos um intercâmbio, uma integração entre as entidades estudantis de todo o mundo. Estivemos, inclusive, presentes em algumas mesas oficiais, como na que debateu a questão do impacto dos tratados comerciais na educação no mundo, o quanto é importante esse tipo de discussão. Fomos ao Fórum, na Índia, com uma delegação de cinco estudantes, representar a UNE, junto com outras organizações do Brasil.

A UNE NO GOVERNO LULA

Em 2002, depois de três tentativas malsucedidas, Luís Inácio Lula da Silva, o candidato do Partido dos Trabalhadores à Presidência da República, venceu as eleições. Sua vitória foi comemorada como a vitória das esquerdas e dos movimentos populares. No entanto, ao longo de seu mandato, Lula frustrou aqueles que desejavam mudanças rápidas e rupturas radicais. Em conformidade com o que escrevera na “Carta ao Povo Brasileiro”, publicada em julho de 2002, Lula reafirmou sua intenção de realizar mudanças dentro dos marcos institucionais, sem promover um “cavalo de pau” na economia do país. Mas, além do ritmo – apontado por muitos como lento –, o governo

Lula enfrentou problemas também na política e, mais fundo, na ética, uma de suas principais bandeiras e marca registrada. Acusações de corrupção, de compra de votos, de esquemas ilícitos de beneficiamento, desencadearam uma crise sem precedentes no partido. O PT expulsou, expurgou, afastou um número grande de líderes e militantes; cortou na própria carne. Mas, apesar de tudo isso, nas eleições de 2006 Lula foi reeleito. O que sustentou sua reeleição foi, sem dúvida alguma, políticas de redistribuição de renda, como o Programa Bolsa Família – instrumento que garante uma renda mínima às famílias que vivem abaixo da linha da miséria.

O Bolsa Família expressava uma importante discussão travada no interior do PT e do governo Lula: como enfrentar a questão da exclusão social? Intelectuais, não apenas do PT, mas vinculados à tradição do pensamento de esquerda no Brasil e na América Latina, já vinham apontando, desde a década de 1990, para uma realidade nova no mundo do trabalho: a descaracterização da categoria “trabalho”, tal como fora definida e vivida ao longo de todo o século XX, e a emergência de massas de excluídos. Excluídos que também chamavam a atenção para um novo caráter da exclusão social. Na América Latina, como escreveu o sociólogo chileno Manuel Garretón, “o mundo dos excluídos, que em alguns países alcança 60 ou 70% e soma dezenas de milhões em toda a região, tende a ser definido hoje por sua total marginalização e pelo fato de que a sociedade integrada parece prescindir dele”.

Para responder a essa nova situação social (que remete a uma nova situação econômica e produtiva), partidos e intelectuais de esquerda no Brasil e na América Latina vêm discutindo novas formas de redistribuição de renda e de inclusão social. O debate travado no interior do PT sobre projetos como o Fome Zero, Bolsa Família e Renda Mínima reflete exatamente essa discussão e a busca por uma solução redistributiva e inclusiva. O Programa Bolsa Família foi pensado como uma medida desse tipo, para amenizar as profundas desigualdades sociais acentuadas pelo neoliberalismo. Mas se revelou, também, um poderoso instrumento de campanha eleitoral.

Ao lado do programa Bolsa Família, Lula continuou a política econômica do governo anterior, dando prioridade à contenção da inflação. Em função disso, em seu segundo mandato, Lula angariou a oposição de alguns grupos de esquerda, que passaram a acusá-lo de continuísmo em relação à política econômica de FHC e de omissão em relação à corrupção de setores de seu governo.

Em 2002, na época das eleições presidenciais, o presidente da UNE era Felipe Maia. É ele quem conta, em seu depoimento, como se construiu a relação de apoio da UNE à candidatura de Lula. A UNE organizou um seminário para debater os problemas do Brasil, para, nas palavras de Felipe, "retomar a idéia de um projeto para o país".

E o seminário, ao final, aprovou uma resolução que a gente chamou de Carta Compromisso. Eram dez pontos que a UNE propunha que fossem assumidos por todos os candidatos à Presidência da República. Nós sabíamos que isso não seria assumido por todos, mas era justamente para saber quem topava assumir. E, durante a campanha presidencial, o único candidato que topou, mesmo que não tenha assinado formalmente o compromisso, e nem era essa a idéia, mas que de certa forma integrou as propostas no seu programa de governo, foi o Lula.

No primeiro turno, portanto, a UNE, mais do que apoiar um candidato, construiu uma relação de apoio a alguns pontos programáticos deliberados num seminário da entidade. Já no segundo turno, a UNE optou por uma posição de apoio explícito a uma das candidaturas:

No segundo turno das eleições presidenciais, a UNE optou por tomar uma posição explícita de apoio a um candidato. Convocou um plebiscito nacional, do qual participaram cerca de trezentos e cinquenta mil estudantes, onde o Lula foi majoritariamente vitorioso. Então, com base nessa consulta mais ampla, mais aberta, a diretoria da UNE decidiu por apoiar o Lula e a partir daí a gente passou a freqüentar todos os comícios. Eu fui a um comício em Florianópolis declarar oficialmente o apoio ao Lula. Enfim, a UNE passou a se engajar mais abertamente na campanha.

...RNADA DE LUTAS
**REFORMA UNIVERSITÁRIA
E NOVA ESCOLA**

...R
ORDEM E PROGR

Todos à Brasília
dar a economia pra melhorar o

REFORMA UNIVERSITÁRIA EM DEMOCRACIA POR SOBERANIA

Reserva de 50% das vagas para
escolas públicas
Eliminação do ensino pago
Mais verbas para as universidades públicas
Direito ao passe estudantil

**Participe dos
debates pelo país!**

30/3 Belo Horizonte
31/3 São Paulo, Brasília
01/4 Rio de Janeiro

Horário:

11 DE AGOSTO DIA DO ESTUDANTE

Mais verba pública pro ensino público
Pela aprovação da Reserva de vagas
Redução de mensalidades e novo crédito estudantil
Revogação do decreto 2208/97 das escolas
Democracia com eleição direta pra dirigentes



DISPUTAS POLÍTICAS NA UNE ATUAL

Existe um debate hoje, no movimento estudantil, sobre a posição da UNE em relação ao governo Lula. Para alguns estudantes que fazem oposição à diretoria da entidade, a UNE vem manifestando uma posição de excessivo apoio e de poucas críticas ao governo Lula, ou seja, alguns estudantes acusam a UNE de "adesismo". Felipe Maia, em seu depoimento, procura esclarecer a relação da UNE com o governo:

Quando o Lula foi eleito, eu acho que o primeiro sentimento nosso foi de uma vitória colossal, era quase um redescobrimento do Brasil, o sentimento geral das pessoas. Eu lembro que eu fui na av. Paulista no dia da vitória do Lula e era todo mundo chorando, todo mundo se abraçando.. Aquele sentimento de esperança muito grande. É claro que passados os primeiro momentos, você passa a lidar com a vida real, com a vida concreta. A posição que a UNE tomou, já de início, foi a seguinte: nós apoiamos o Lula, mas a entidade se mantém independente, ou seja, a UNE não vai aderir ao governo, não vai fazer indicações de nomes para o governo, não vai oferecer quadros para participar do governo, não vai opinar quem deve ser ministro... E nós vamos julgar as ações do governo, vamos julgar os programas, essa coisa toda... E mais do que afirmar a independência e a autonomia da UNE frente ao governo, nós dissemos o seguinte: olha, é preciso saber que a vitória eleitoral, por si só, não confere mudança alguma, ou seja, mesmo com a vitória do Lula, toda a mudança só vem se houver mobilização da sociedade.

Mas Felipe reconhece que, a partir daquele momento, o governo passou a ver na UNE um ator político importante com quem devia dialogar.

A reforma universitária proposta pelo governo Lula é outro ponto que divide os estudantes. Para alguns, essa reforma é, essencialmente, neoliberal e privatizante. Alguns grupos vêm defendendo essa visão desde o primeiro mandato do presidente Lula e mantêm, até hoje, essa posição. O jornal *Um Passo à Frente* reúne diferentes grupos que fazem oposição à atual diretoria da UNE. O jornal é um porta-voz da Frente de Oposição de Esquerda da UNE e lista as diferentes tendências e grupos políticos que compõem a

frente: Contraponto, Domínio Público, Nós Não Vamos Pagar Nada, Rebele-se, Romper o Dia, Travessia e UJC. Em uma matéria intitulada "Em defesa da educação pública", afirma:

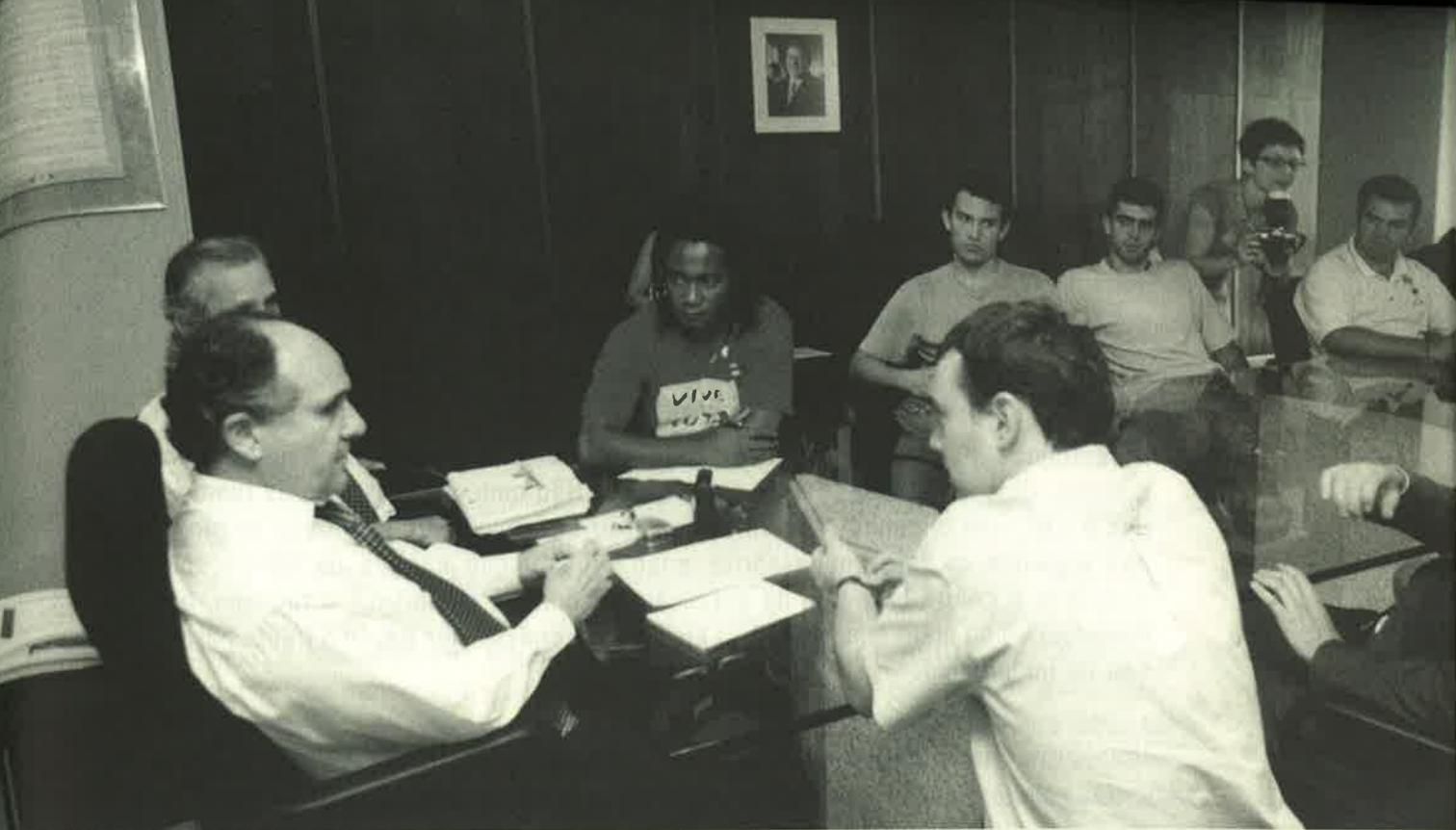
A reforma universitária do governo Lula caminha no sentido de regulamentar o sucateamento e privatização da educação superior, além de estabelecer recorte de classe no acesso às instituições: para os pobres, "escolões", sem pesquisa e extensão, e, em geral, particular e/ou a distância; para os ricos, os centros de excelência, aos quais só tem acesso quem consegue pagar mensalidade ou quem passa no apertado funil do vestibular.

Gustavo Petta, presidente da UNE entre 2005 e 2006, esclarece a posição da entidade sobre o tema:

Acreditamos que, com certeza, essa é a principal pauta do movimento estudantil hoje. Existe, inclusive, um conflito grande entre os diversos segmentos, se deve haver reforma ou não, se a reforma encaminhada pelo governo vai ser uma reforma progressista ou não. A nossa posição, tirada pela maioria do movimento estudantil, por cerca de 70% das entidades do movimento estudantil reunidas no nosso conselho, é uma posição de disputar o conteúdo da reforma universitária. É preciso que o movimento se organize, pressione por um calendário de mobilizações, para pressionar o governo em torno das nossas reivindicações. Achamos que a base da reforma universitária tem que ser o fortalecimento da universidade pública, sua ampliação, o aumento da sua capacidade inclusive de participar estrategicamente do projeto de desenvolvimento. A universidade pública não tem só a responsabilidade de formar bons profissionais, mas tem a responsabilidade de responder por mais de 90% da pesquisa que é desenvolvida no país. Isso é superestratégico para o desenvolvimento e para a soberania do país. A universidade pública precisa ser fortalecida.

A posição da UNE, portanto, em vez de negar ou rechaçar a reforma universitária, é de procurar interferir. Introduzir, na reforma proposta pelo governo, a pauta de reivindicações estudantis.

O debate segue em aberto no movimento estudantil, com a disputa das diferentes tendências pelo voto dos estudantes. O grupo que vem obtendo sucessivas vitórias nas eleições da UNE reúne militantes do PC do B e de correntes do PT. Esse grupo se estruturou a partir do congresso que, em 1989, decidiu implantar a proporcionalidade. A par-



Felipe:

Pare um cá membro
deste tempo de lutas de
UNE e da AEC.

Abraço

Cristovam Buarque

Wash. 17/6/13.

tir daí, os dois grandes grupos, que antes disputavam a UNE, passaram à liderança conjunta da entidade. Pelo critério da proporcionalidade, eles coexistem, há muitos anos, na diretoria da entidade. É contra esse grupo que se organizam as demais tendências e correntes políticas que atuam na entidade. Com a proximidade das eleições para a diretoria da UNE para o biênio 2007 e 2008, a disputa política se acirra. As diferentes chapas lançam seu material de campanha. Os alvos principais são o governo Lula, a reforma universitária proposta por ele e a coalizão que, há alguns anos, domina politicamente a UNE. O jornal *Um Passo à Frente*, em seu editorial de maio/junho 2007, declara:

Acreditamos no movimento estudantil de resistência, de ampliação dos debates, de combatividade e de democracia. Não concordamos com os rumos que a UNE vem tomando! Queremos construir um movimento estudantil amplo, que organize as lutas necessárias contra a situação caótica da educação brasileira e contra todo tipo de opressão, tal como o machismo, o racismo, a homofobia e ao meio ambiente. (...) Eis o nosso convite: um passo à frente para sair do imobilismo.

Uma outra chapa, mais radical, faz circular um panfleto intitulado "Diga Não à UNE". O panfleto critica a diretoria da entidade, a quem acusa de apoiar a reforma universitária do governo Lula, e termina com uma exortação até então inédita na história do movimento estudantil:

Por isso chamamos todos a romper com a UNE e impulsionar a construção de uma nova alternativa de luta. Nessas eleições é preciso dizer um "NÃO A UNE" e avançar na organização da Jornada Nacional de Luta contra as reformas neoliberais...

O panfleto é assinado por uma chapa intitulada "Chapa de Ruptura".

Em que pesem os acirrados ânimos da disputa e das acusações atuais, os estudantes certamente encontrarão uma saída diferente da ruptura que expresse a pluralidade do movimento. Afinal de contas, a UNE já esteve nas mãos de comunistas, socialistas, liberais da UDN, católicos de esquerda, marxistas, e de diferentes grupos de esquerda, do PC do B às correntes do PT. E até hoje, como bem frisou Renildo, conseguiu enfrentar as diferenças políticas sem romper a unidade do movimento. Com certeza, os grupos que hoje disputam a direção do movimento saberão encontrar o caminho da unidade na diversidade.

A UNE NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A UNE tem procurado estabelecer relações políticas com alguns importantes movimentos sociais, como o Movimento dos Sem-Terra (MST) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Com essas entidades a UNE organizou o Fórum Nacional de Lutas. A entidade estudantil procura manter estreitas relações com esses movimentos. Como afirma Gustavo Petta, em seu depoimento:

A relação é intensa, porque acreditamos que é preciso haver uma aliança, uma unidade, do movimento social brasileiro em torno dos desafios que são colocados. Participamos, hoje, da coordenação dos movimentos sociais, que é uma coordenação que articula diversas entidades do movimento, como a CUT, o MST, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), diversas organizações do movimento social, movimento de mulheres, negros, que participam, exatamente, discutindo o que pode ser feito nesse momento. O que deve ser feito nesse momento para obtermos vitórias concretas? O que é preciso se fazer para sustentar um processo de mudança no Brasil? A relação é muito intensa em torno disso.

Uma das campanhas mais significativas que a UNE liderou, nos últimos anos, foi a campanha contra a Alca.

A Alca (Área de Livre Comércio das Américas), foi proposta pelos Estados Unidos como um acordo comercial que integrasse todos os países da América (menos Cuba) num bloco comercial, com a derrubada gradual das barreiras comerciais e alfandegárias, para a circulação de todos os produtos entre os países membros. O acordo foi delineado na Cúpula das Américas em 1994. Os grupos de esquerda no Brasil e na América Latina se opuseram firmemente à Alca, alegando que esta, na verdade, representaria a consolidação da dominação econômica, cultural e tecnológica dos Estados Unidos sobre os demais países do continente americano, especialmente da América Latina. Em contraposição à Alca, defendem o projeto do Mercosul, acordo firmado entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, que ganhou recentemente a adesão da Venezuela e da Bolívia. Para a maior parte

2ª Bienal da Une

essa cultura em movimento



08A 14 FEV
2003



da esquerda brasileira o Mercosul, sim, significaria uma parceria entre partidos aliados e excluiria a hegemonia norte-americana. Para muitos estudantes no Brasil, a campanha contra a Alca é a expressão contemporânea de uma antiquíssima luta contra o imperialismo norte-americano. E essa luta deve ser levada junto com os parceiros latino-americanos, países sobre os quais os Estados Unidos têm longa história de dominação imperialista. Nas palavras de Gustavo Petta:

Existe uma luta em comum em defesa dos interesses nacionais e que também é ligada aos interesses da América Latina.

AS BIENAS DE CULTURA

Na gestão de Ricardo Capelli (1997-1999) foi realizada a I Bienal de Cultura da UNE, no Centro de Convenções da Bahia, em Salvador. Capelli conta que havia, por parte da diretoria da UNE, o desejo de retomar atividades ligadas à cultura, algo assim como havia sido feito com o CPC da UNE dos anos 1960. A questão era, justamente, como retomar esse tipo de atividade sem reproduzir uma nostalgia do CPC. Com esse propósito, o congresso da UNE aprovou a criação da Bienal de Cultura. E a nova diretoria decidiu que a Bienal seria em Salvador.

Era um ato de ousadia grande porque a gente não tinha, o movimento estudantil não tinha nenhuma tradição recente de movimento cultural. Não tinha nada. A gente mesmo, pessoalmente, tinha muito pouco acúmulo, e a gente decidiu fazer um evento de dez dias.

A UNE fez um regulamento e abriu as inscrições em todo o país. Em pouco tempo começaram a chegar os pedidos de inscrições.

E de repente começou a chegar na UNE quadros, instalações, fitas com curtas, aí foi uma coisa que estava fora da nossa pauta. A cultura, até ali, estava fora da nossa pauta. Aí a gente começou a ver: "Tem retorno!" E foi um evento que teve em torno de 4 mil pessoas em Salvador. Muita coisa legal acontecendo.

A I Bienal de Cultura foi um evento artístico, científico, cultural e tecnológico. Debateu-se a questão da universidade, teve mostra de ciência e tecnologia, mostra literária, curtas, teatro, dança, artes visuais, artes plásticas, instalações. A abertura do evento foi feita pelo ator Francisco Milani, que na juventude atuou no CPC e no Cinema Novo, e que estava no prédio da UNE, em 1964, quando a sede foi invadida e saqueada. A abertura da Bienal, com Francisco Milani, foi na verdade uma performance. Ricardo Capelli descreve a cena:

E aí ele vem (sobe ao palco) e lá havia uma caixa. E uma menina, uma contorcionista, dentro da caixa. E entregam a caixa ao Milani. A caixa fica no chão, quando a menina sai da caixa, ninguém esperava que tivesse uma menina dentro da caixa. Ela sai de dentro da caixa com a bandeira da UNE e entrega para o Milani. E o Milani se emocionou muito. Ele pega a bandeira e fala: “O bom de tudo é saber que a UNE está viva.” E começa a repetir: “A UNE está viva, a UNE está viva, a UNE esta viva.” E foi muito emocionante. A platéia, todo mundo chorando... Foi um negócio muito vivo, porque a gente retomou, através do Milani. O Milani simbolizou um casamento. A UNE voltou a casar com essa idéia de produção cultural, retomou o namoro que tinha lá atrás, no CPC. Foi muito interessante, uma experiência fantástica.

Depois da primeira Bienal seguiram-se outras. A partir deste bem-sucedido ingresso na esfera cultural, a UNE criou os Centros Universitários de Cultura e Arte (os CUCAs). Uma parceria com o Ministério da Cultura valorizou os CUCAs. No site oficial da UNE hoje, neste ano de 2007, há uma chamada para um concurso que o CUCA está promovendo. Um concurso de curtas-metragens sobre a história da UNE, que completa 70 anos. O desenvolvimento de atividades culturais pela UNE nos dias de hoje tem por objetivo a retomada de uma tradição da entidade. Em toda a sua história, como procurou contar este livro, a UNE sempre esteve envolvida com a arte e a cultura: o Teatro Universitário dos anos 1930 e 1940, o CPC dos anos 1960, o Cinema Novo, as discussões sobre arte e política atestam esta vocação. As Bienais de Cultura retomam o debate e a produção nesta esfera.

A RETOMADA DO LOCAL HISTÓRICO

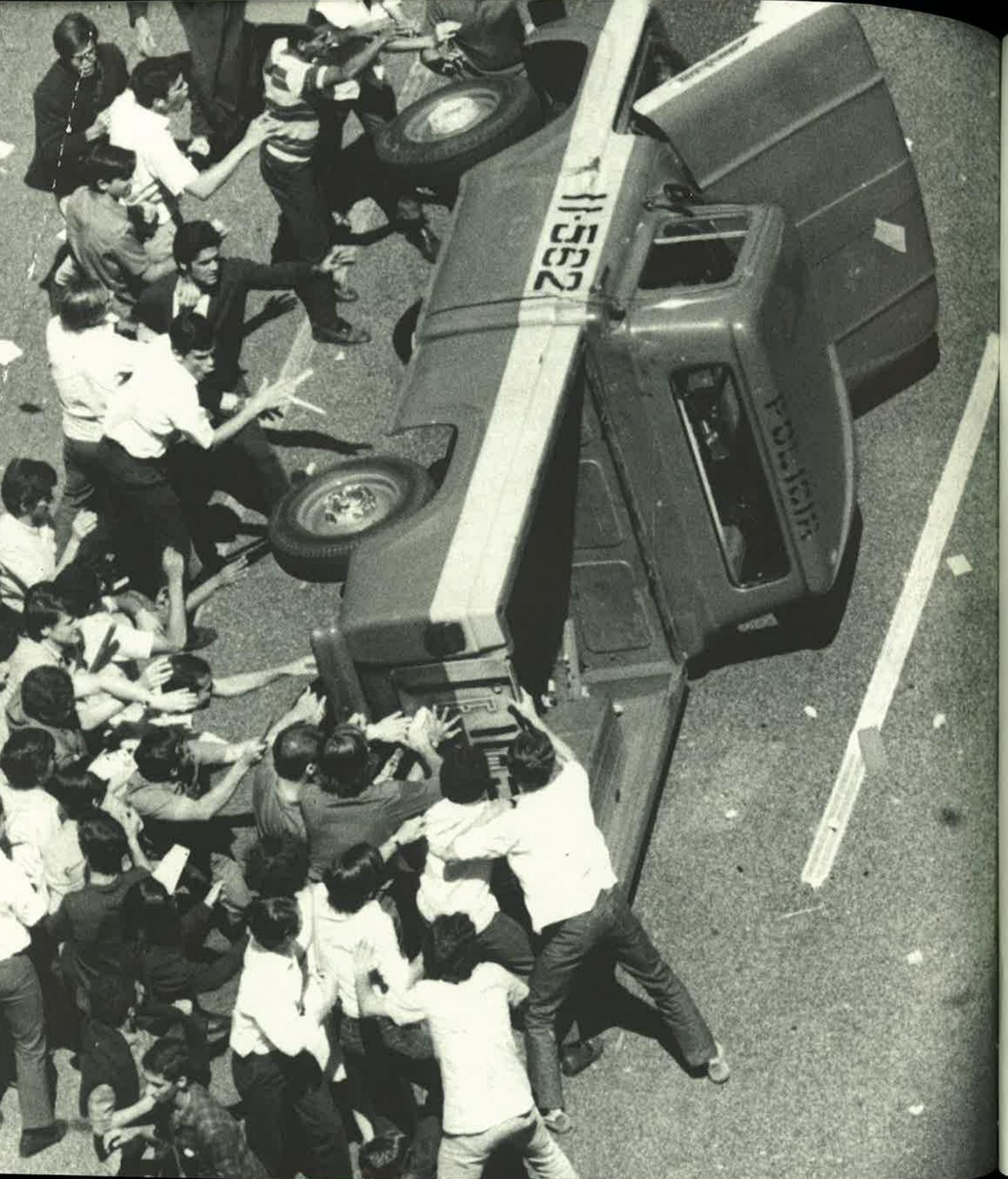
Desde a legalização da UNE em 1985, os estudantes vêm tentando recuperar a posse do terreno histórico na Praia do Flamengo onde existiu o prédio que foi derrubado em 1980. O prédio foi destruído por simbolizar a história e a memória das lutas estudantis no Brasil e é exatamente por isso que os estudantes desejam recuperar o terreno. Lugares e monumentos, como bem apontou o historiador francês Pierre Nora, são marcos territoriais de memória; espaços carregados de sentido histórico – tanto material quanto simbólico. E, por isso mesmo, objeto de disputa política. Por este motivo a UNE tanto se empenha em recuperar este terreno: o terreno de seu prédio histórico.

No início de 2007 os estudantes iniciaram a campanha *A UNE de volta pra casa*, com o objetivo de retomar o terreno. Estabeleceram no local um acampamento e começaram a desenvolver inúmeras atividades culturais como oficinas de teatro, cinema e poesia; rodas de samba e saraus universitários. Inúmeros moradores do entorno foram prestar solidariedade aos estudantes. Políticos e antigas lideranças estudantis também visitaram o acampamento manifestando seu apoio à reivindicação estudantil de retomada do terreno.

No dia 8 de maio de 2007 o juiz da 43ª Vara Cível, Jaime Dias Pinheiro Filho, julgou improcedente o pedido de reintegração de posse feito pelo estacionamento que ocupou o terreno por mais de 20 anos. Em sua decisão o juiz ressaltou a luta estudantil: “constitui fato público e notório a luta dos estudantes pela retomada do espaço perdido desde a época dos anos 80, iniciada logo após a demolição do prédio.”

Tendo sido a posse do terreno negada aos antigos donos do estacionamento a UNE aguarda a decisão final da justiça para dar início à construção de um Centro Cultural no local.

A recuperação do terreno da antiga sede da UNE através de um projeto ligado à cultura seria a melhor comemoração dos 70 anos da União Nacional dos Estudantes.



PEQUENA CRONOLOGIA DA HISTÓRIA DA UNE

1937 | 11 DE AGOSTO: Fundação da UNE. Instalação do I Conselho Nacional de Estudantes com a presença do Ministro da Educação Gustavo Capanema. | 10 DE NOVEMBRO: Golpe de Estado. Getúlio Vargas implanta o Estado Novo. | **1938** | 22 DE DEZEMBRO: II Congresso da UNE. | **1942** | 11 DE FEVEREIRO: Legalização da UNE (Decreto-Lei 4.105 assinado por Getúlio Vargas. | 4 DE JULHO: primeira grande passeata dos estudantes no Rio de Janeiro contra o nazi-fascismo. | Ocupação do Clube Germânia, na Praia do Flamengo. O prédio tornou-se a sede da UNE. | **1943** | 28 DE JANEIRO: Inauguração da Campanha Universitária Pró Bônus de Guerra. | **1945** | Fim da II Guerra Mundial. | Vargas articula a criação do PSD e do PTB. | As oposições articulam a criação da UDN. | Movimento Queremista, apoio comunista à tese Constituinte com Getúlio. | 5 DE MARÇO: Comício de estudantes em Recife, contra Vargas e o Estado Novo, pelo retorno ao Estado de direito. Um estudante foi assassinado. | 29 DE OUTUBRO: Deposição de Vargas, fim do Estado Novo. | **1948** | Campanha "O Petróleo é Nosso". Criação da Comissão Estudantil de Defesa do Petróleo. | 25 DE JULHO: Fundação da UBES (União Brasileira de Estudantes Secundaristas) | **1950** | Eleição de uma diretoria liberal para a UNE. | **1951** | Cisão da UBES no Congresso da entidade em Salvador. | **1953** | 3 DE OUTUBRO: Criação da Petrobras. | **1954** | AGOSTO: Suicídio de Getúlio Vargas | **1955** | Eleição de Juscelino Kubitschek | **1956** | Reunificação da UBES. | **1957** | I Seminário de Reforma do Ensino. | **1960** | I Seminário Latino-Americano de Democratização do Ensino Superior. | Eleição de Jânio Quadros. | **1961** | Renúncia de Jânio. | A UNE participa da Campanha da Legalidade para garantir a posse do vice-presidente da República João Goulart. | Posse de Jango. | I Seminário Nacional de Reforma Universitária na Bahia. | **1962** | Novas organizações de esquerda: "racha" do PCB origina o PC do B. | Gestão de Aldo Arantes (AP) na UNE. | Criação do CPC. | II Seminário Nacional de Reforma Universitária em Curitiba. | Campanha e greve do "1/3". | **1963** | Criação da organização Ação Popular. | III Seminário Nacional de Reforma Universitária em Belo Horizonte. | **1964** | 13 DE MARÇO: Comício da Central ("Comício das Reformas"). | 31 DE MARÇO: Golpe Militar. | 15 DE ABRIL: General Castelo Branco é empossado na Presidência da República. | 27 DE OUTUBRO: Declarada a extinção da UNE. | Gestão de José Serra (AP) na UNE. | **1965** | Ato Institucional N. 2 extingue os partidos existentes. | **1966** | Costa e Silva é eleito Presidente da República pelo Congresso Nacional. | "Massacre da Praia Vermelha": policiais espancam alunas na Reitoria da Universidade do Brasil (atual UFRJ). | Criação da Dissidência Comunista da Guanabara. | **1967** | Promulgada a nova Constituição do Brasil. | Editada a Lei de Segurança Nacional. | Criação da Ação Libertadora Nacional (ALN). | **1968** | 28

DE MARÇO: o estudante Edson Luis é morto numa manifestação em frente ao restaurante Calabouço. | 4 DE ABRIL: Missa de sétimo dia de Edson Luis na Candelária (RJ). | 19 DE JUNHO: "Quarta feira Sangrenta". Confronto entre policiais e estudantes no centro do Rio de Janeiro. | 20 DE JUNHO: nova invasão policial ao *campus* universitário da Praia Vermelha. | 21 DE JUNHO: "Sexta feira Sangrenta". Confronto entre policiais e estudantes na Praça Tiradentes no Rio de Janeiro. | 26 DE JUNHO: A Passeata dos Cem Mil. | 30 DE AGOSTO: invasão da Universidade de Brasília. | 2 DE SETEMBRO: discurso de Mário Moreira Alves atacando o Exército. | 2 DE OUTUBRO: Invasão da Maria Antônia (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP) | 12 DE OUTUBRO: Prisão de estudantes reunidos no Congresso da UNE em Ibiúna. | 12 DE DEZEMBRO: Câmara dos deputados rejeita o pedido de suspensão da imunidade parlamentar de Márcio Moreira Alves. | 13 DE DEZEMBRO: Ato Institucional N. 5. (AI-5). | Gestão de Luis Travassos (AP) na UNE. | Criação da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). | Criação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). | **1969** | 26 DE FEVEREIRO: Decreto-Lei 477. | Seqüestro do embaixador americano Charles Elbrick. | 30 DE OUTUBRO: Posse de Emílio Garratazu Médici na Presidência da República. | Gestão de Jean Marc (AP) na UNE. | Criação da Vanguarda Armada Revolucionária –Palmares (VAR-PALMARES). | **1970** | Honestino Guimarães, presidente da UNE clandestina. | **1971** | 17 DE SETEMBRO: Morte de Carlos Lamarca, capitão do Exército e dirigente da VPR. | **1973** | MARÇO: Morte do estudante Alexandre Vannuchi Leme, em São Paulo. | 11 DE SETEMBRO: Golpe militar no Chile e morte de Salvador Allende. | Honestino Guimarães é preso e dado como desaparecido, assassinado pela repressão. | Prisão e morte de inúmeros militantes de esquerda: Humberto Câmara Neto (ex-vice presidente da UNE), Gildo Lacerda e José Carlos da Matta Machado, Maurício Grabois. | **1974** | Posse de Ernesto Geisel na Presidência da República. | Prisão, morte e "desaparecimentos" de militantes de esquerda: Eduardo Collier Filho e Fernando Santa Cruz (AP), David Capistrano (PCB). | Eleições: vitória do MDB. | **1975** | Morte de Vladimir Herzog nas dependências do II Exército. | Manifestação: 10 mil na Praça da Sé em São Paulo contra o assassinato de Herzog. | **1976** | Morte do operário Manuel Fiel Filho no II Exército. | General Ednardo D'Avila é afastado do comando do II Exército. | Cassado o mandato de Lysâneas Maciel e outros deputados do MDB. | Eleições municipais: Antônio Carlos Carvalho, militante do MR-8, é eleito vereador. | **1977** | 1 DE MAIO: prisão de militantes de esquerda no ABC paulista. | Estudantes realizam manifestações contra as prisões: Ato Público na PUC-RJ, Passeata do Viaduto do Chá em São Paulo. | JUNHO: Estudantes tentam realizar o III ENE em Belo Horizonte. | SETEMBRO: realização do III ENE na PUC-SP. Criação da Comissão Pró-UNE. Invasão da universidade, em represália, pelo Secretário de Segurança de SP, Coronel Erasmo Dias. | **1978**

| 14 DE FEVEREIRO: criação do Comitê Brasileiro pela Anistia (RJ). | MAIO: Greve dos metalúrgicos do ABC, liderada por Lula. | OUTUBRO: “Caminhada pela Liberdade”, estudantes e “autênticos do MDB, no centro da cidade do Rio de Janeiro. | OUTUBRO: Metalúrgicos em greve: São Paulo, Guarulhos e Osasco. | NOVEMBRO: Eleições: Vitória do MDB. | DEZEMBRO: Revogação do AI-5. | **1979** | Greve dos metalúrgicos no ABC paulista. | 29 DE MAIO: Congresso de reconstrução da UNE em Salvador. | 25 DE AGOSTO: sancionada a Lei de Anistia. | OUTUBRO: a UNE realiza eleições diretas em todo o território nacional. Rui César é eleito presidente. | OUTUBRO: Lançamento do Movimento Pró-PT em São Bernardo do Campo. | NOVEMBRO: Fim do bipartidarismo e início da reforma partidária. | **1980** | Demolição do prédio da UNE na Praia do Flamengo: manifestação estudantil e confronto com a polícia. | Bombas na OAB. Morte da funcionária D. Lyda Monteiro. | **1981** | NOVEMBRO: Congresso da UNE em Cabo Frio. | Reconstrução da UBES em Curitiba. | **1983** | AGOSTO: Congresso de fundação da CUT (Central Única dos Trabalhadores). | NOVEMBRO: Início da Campanha pelas “Diretas Já!”. | **1984** | JANEIRO: Comício das Diretas em São Paulo. | 10 DE ABRIL: Comício das Diretas na Candelária, RJ: 1 milhão de pessoas. | 26 DE ABRIL: Emenda das Eleições Diretas é derrotada no Congresso Nacional. | 23 DE JULHO: PMDB e PFL compõem a chapa Tancredo Neves – José Sarney para a Presidência da República. | **1985** | 15 DE JANEIRO: O Colégio Eleitoral elege a chapa Tancredo – Sarney. | MARÇO: Tancredo adoece e morre; José Sarney é o primeiro Presidente civil da República após a ditadura militar. | A UNE é legalizada. | **1987** | Racha da UBES em Brasília. | **1989** | A UNE incorpora a proporcionalidade na representação da diretoria. | Eleição de Fernando Collor de Mello para a Presidência da República. | **1992** | “Caras-Pintadas”: Campanha pelo impeachment do presidente Collor. | **1995** | Fernando Henrique toma posse como Presidente da República. | **1999** | Fidel Castro no Congresso da UNE em Belo Horizonte. | I Bienal da UNE. | **2001** | Fórum Social Mundial em Porto Alegre. | Campanha contra a ALCA. | **2002** | Fórum Social Mundial em Porto Alegre. | Eleições para a Presidência da República, e a UNE apóia Luís Inácio Lula da Silva, o candidato do PT. | **2003** | Fórum Social Mundial em Porto Alegre. | **2004** | Fórum Social Mundial em Mumbai, na Índia. | **2005** | Discussão sobre a reforma universitária proposta pelo governo Lula. | **2007** | A UNE faz 70 anos.

FONTES | Site oficial da UNE (www.une.org.br) | Cronologia do livro *Além do golpe*, de Carlos Fico. | Cronologia feita por Orlando Guilhon, diretor da Rádio MEC, para uma lista de amigos que participaram do movimento estudantil da década de 1970 e que freqüentaram a Vila dos Diretórios da PUC-RJ. Por isso mesmo a lista, que circula na Internet, se chama “Saudades da Vila”.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta (Org.). *João Goulart. Entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- _____. *Intelectuais e guerreiros: O Colégio de Aplicação da UFRJ de 1948 a 1968*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1992.
- A HISTÓRIA do Petróleo no Brasil. Disponível em: www.comciencia.br/reportagens/petroleo/
- ALMEIDA NEVES, Lucília de. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história*. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- ANAIIS do Seminário "1964 - 2004: 40 Anos do Golpe. Ditadura Militar e Resistência no Brasil". UFRJ, UFF, CPDOC, APERJ.
- ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *A Utopia fragmentada. Novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- ARENDT, Hannah. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume Dumarã, 1994.
- BERMAN, Paul. *A Tale of two utopias: the political journey of the generation of 1968*. Nova York: Norton, 1996.
- BOMENY, Helena. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- CARTA de Antônio Franca. Acervo MME.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de (Org.). *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.
- CASTRO GOMES, Ângela de. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.
- CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*. Rio de Janeiro: Gryphus, 1992.
- D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary D.; CASTRO, Celso (Orgs.). *A volta aos quartéis: A memória militar sobre a Abertura*. Rio de Janeiro: Relume Dumarã, 1995.
- DISCURSO de João Goulart, publicação do Governo do Estado do Rio de Janeiro/FAPERJ, 2002
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.
- DUARTE, Constância Lima. *Feminismo e Literatura no Brasil. Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n° 49, set./dez. 2003.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2000.
- FÁVERO, Maria de Lourdes. *A UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1995.
- FERREIRA, Jorge. Sociedade e esquerdas no Brasil: da legalidade democrática às reformas de base (1961-1964). In: MARTINHO, Francisco (Org.). *Democracia e Ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2006.
- _____. *O imaginário trabalhista: getulismo. PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- _____. (Org.). *O populismo e sua história*. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

- _____. O trabalhismo radical e o colapso da democracia no Brasil. In: *Anais do Seminário "1964 – 2004: 40 Anos do Golpe. Ditadura Militar e Resistência no Brasil"*. UFRJ, UFF, CPDOC, APERJ.
- FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *João Goulart. Entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. 50. ed. revista. São Paulo: Global Editora, 2005.
- GARRETÓN, Manuel Antonio. *Política y sociedad entre dos épocas. América Latina en el cambio de siglo*. Rosario, Argentina: HomoSapiens Ediciones, 2000.
- GENTILLI, Victor O ex-cabo Anselmo, jornalistas e historiadores. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/>
- GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1998.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed., com prefácio de Antonio Candido. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IANNI, Otávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- LOWY, Michael (Org.). *O marxismo na América Latina. Uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- LUSTOSA, Isabel. *Histórias de presidentes: a República no Catete*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa/Vozes, 1989.
- MARIGHELA, Carlos. Carta ao Comitê Executivo do PCB. In: LÖWY, Michael (Org.). *O marxismo na América Latina: Uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org.). *Democracia e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2006.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *1968. A rebelião estudantil. México. França. Brasil*. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 1996.
- MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores)
- MONTEIRO LOBATO. *O poço do Visconde*. São Paulo: Circulo do Livro, s/d.
- NEVES, Lucília de Almeida. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história*. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- NORA, Pierre. Entre a memória e a história. A problemática dos lugares. *Projeto História*. Revista do Programa de Pós Graduação em História da PUC/SP, n. 10, dez. 1993.
- PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- POERNER, Arthur. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. 5. ed. ilustrada, revisada, ampliada e atualizada. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- REIS FILHO, Daniel Aarão & SÁ, Jair Ferreira de. *Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e democracia: questões e controvérsias. In: MARTINHO, Francisco (Org.). *Democracia e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2006.
- _____. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história*. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. *1968: A paixão de uma utopia*. Rio de Janeiro: Ed. Espaço e Tempo, 1988.
- ROMERO, José Luís. *América Latina: as cidades e as idéias*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2004.
- SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Edusp, 2004.
- SEMINÁRIO Memória do Movimento Estudantil. Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2005.
- SILVEIRA, Zuleide Simas da. *Educação Profissional no Brasil: da industrialização ao século XXI*. Disponível em: www.educacaopublica.rj.gov.br
- VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.
- _____. *Cidade Partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- VIANNA, Luis Werneck. *A classe operária e a Abertura*. São Paulo: CERIFA, 1983.
- _____. O Estado Novo e a ampliação autoritária da República. In: CARVALHO, Maria Alice R. (Org.). *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.
- VIEIRA, João Luiz. Barra 68 e o espectador: memória, história e intertextualidade. In: *Retrospectiva dos 70 anos do cineasta Vladimir Carvalho*. Rio de Janeiro: CCBB.
- VOGT, Carlos. O petróleo é nosso (editorial). Disponível em: A História do Petróleo do Brasil, publicação eletrônica, site: www.comciencia.br/reportagens/petroleo/
- WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SITES DE PESQUISA

<http://cliquemusic.uol.com.br> • <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos> •
<http://pt.wikipedia.org/> (enciclopédia livre da Internet) • <http://www.pucsp.br/mvs/>
(belíssimo site do TUCA comemorando o aniversário de 40 anos da montagem histórica,
com fotos e depoimentos dos atores) • www.paulofreire.org.br • www.antaprofana.com.br •
www.comciencia.br/reportagens/petroleo/ • www.cpdoc.fgv.br • www.educacaopublica.rj.gov.br •
www.filmesdoserro.com.br • www.itaucultural.com.br • www.josuedecastro.com.br •
www.mundocultural.com.br/literatura1/modernismo/brasil/2_fase/graciliano_ramos • www2fpa.org.br

AGRADECIMENTOS AOS ENTREVISTADOS DO PROJETO MEMÓRIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL:

Desde 2004 o Projeto Memória do Movimento Estudantil vem recolhendo depoimentos daqueles que, de alguma forma, participaram da trajetória política e cultural dos estudantes no Brasil. Graças a essas pessoas, hoje conhecemos um pouco mais dessa história. A elas, nossos agradecimentos:

Adriano Diogo, Aldo Arantes, Aldo Rebelo, Alfredo Sirkis, Almino Afonso, Amâncio Paulino, Antônio Carlos da Fontoura, Antônio Carlos Peixoto, Antônio Serra, Apolinário Rebelo, Arnaldo Jabor, Artur José Poerner, Bernardo Joffily, Cacá Diegues, Carlos Estevam Martins, Carlos Lyra, César Maia, César Vieira (Idibal Pivetta), Clara Araújo, Cláudio Fonteles, Cláudio Langone, Comba Marques Porto, Dom Paulo Evaristo Arns, Daniel Aarão Reis, Darlan Montenegro, Dyneas Aguiar, Edson Vidigal, Elysio Medeiros Pires Filho, Felipe Chiarello, Felipe Maia, Fernando Barros da Silva, Fernando Gasparian, Fernando Gusmão, Fernando Pamplona, Fernando Pedreira, Fernando Santana, Ferreira Gullar, Franklin Martins, Genival Barbosa, Gabriel Perfeito, Geraldo Siqueira Filho, Gianfrancesco Guarnieri, Gisela Mendonça, Gustavo Petta, Helga Hoffman, Irun Sant'Anna, Jacob Gorender, Javier Alfaya, Jean Marc Von der Weid, João Manuel Conrado, João Pessoa de Albuquerque, José Batista de Oliveira, José Dirceu, José Frejat, José Genoíno, José Gomes Talarico, José Gregori, José Luís Guedes, José Serra, Juca Ferreira, Juliano Corbellini, Juzerlei Assunção Santos, Lindberg Farias, Lúcio Abreu, Luís Fernandes, Luís Mariano, Luís Raul Machado, Luís Roberto Tenório, Marcelo Brito da Silva, Marcelo Cerqueira, Marco Maciel, Marcos Heusi, Maria Augusta Ribeiro, Maria Augusta Tibiriçá, Maria de Nazaré Pedroza, Maria Rosa Monteiro, Maurice Capovilla, Mauro Panzera, Milton Coelho da Graça, Milton Flores, Norton Guimarães, Oliveiros Guanais, Orlando Silva Júnior, Patrícia de Angelis, Paulo de Tarso Venceslau, Paulo Egydio Martins Filho, Pedro Simon, Raimundo Eirado, Raymundo Eirado, Raymundo Teodoro de Oliveira, Renildo Calheiros, Ricardo Cappelli, Roberto Amaral, Rubem César Fernandes, Ruy César, Sepúlveda Pertence, Sigmaringa Seixas, Sílvio Vanique Ribeiro, Tibério César Gadelha, Vladimir Palmeira, Wadson Ribeiro

ANOS REBELDES. PROXIMO CAPITULO

FORA COLLOR

IMPEACHMENT

CHEGA
de
Morte
FORA



IRINEU GIMARÃES
PMDB Vereador 15.605
BASTA de FURTO e
IMPEACHMENT

ORGANIZAÇÃO
JUVENTUDE
LIBERDADE OJL

NÃO A'DESTRA
DO ENSINO

O governo colorido está levando
Brasil a um buraco negro
RENÚNCIA JÁ! C.ASTRONOMIA UF RJ

CG
Central dos
Trabalhadores





**BONITA CAMISA
FERNANDINHO**



< PÁGINAS 296 – 297: Manifestação pelo impeachment de Collor, no Rio de Janeiro. (FOTO: CUSTÓDIO COIMBRA / ACERVO INFOGLOBO)
< PÁGINA AO LADO: Manifestação pelo impeachment de Collor, no Rio de Janeiro. (ACERVO INFOGLOBO)
> ABAIXO: Retomada do terreno da UNE em 2007. (ACERVO UNE)



> ABAIXO: Protesto contra o governo de Fernando Henrique Cardoso, em São Paulo. (FOTO: LUIZ CARLOS SANTOS /ACERVO INFOGLOBO)





FAS-PI
FH
CORRUPT
RVAL

União
F
SE

> ABAIXO: Manifestação de estudantes pelo passe livre nos ônibus, em 2007, no Rio de Janeiro. (FOTO: MICHEL FILHO / ACERVO INFOGLOBO)
> NA PÁGINA AO LADO: Policiais reprimem manifestação de estudantes pelo passe livre nos ônibus, em 2007, no Rio de Janeiro. (FOTO: MICHEL FILHO / ACERVO INFOGLOBO) | Passeata no 2º Fórum Social Mundial em Porto Alegre, em 2002. (FOTO: MARCO ANTONIO TEIXEIRA / ACERVO INFOGLOBO)

EM Defesa do PASSE LIVRE





> **ABAIXO:** Estudantes de Biologia protestam em defesa do meio ambiente, em Brasília, em 2002. (FOTO: AILTON DE FREITAS / ACERVO INFOGLOBO)

ESTE LIVRO FOI COMPOSTO EM FILOSOFIA E TRADE GOTHIC E IMPRESSO PELA
EDIOURO GRÁFICA SOBRE PAPEL PÓLEN SOFT 80G, EM 2007.



MARIA PAULA ARAUJO
É HISTORIADORA, DOUTORA EM CIÊNCIA
POLÍTICA PELO IUPERJ E PROFESSORA DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DA UFRJ, ONDE
COORDENA O NÚCLEO DE HISTÓRIA ORAL E
MEMÓRIA DO LABORATÓRIO DE ESTUDOS DO
TEMPO PRESENTE. ESPECIALISTA NA
HISTÓRIA POLÍTICA DO PERÍODO DO REGIME
MILITAR, COM ÊNFASE NOS MOVIMENTOS
SOCIAIS E POLÍTICOS DE RESISTÊNCIA E
COMBATE A DITADURA, PUBLICOU O LIVRO
A UTOPIA FRAGMENTADA - NOVAS ESQUERDAS
NO BRASIL E NO MUNDO NA DÉCADA
***DE 1970* (EDITORA DA FGV, 2000).**



memória do
**movimento
estudantil**

PATROCÍNIO:



PETROBRAS

PARCERIA:



Ministério da
Cultura

